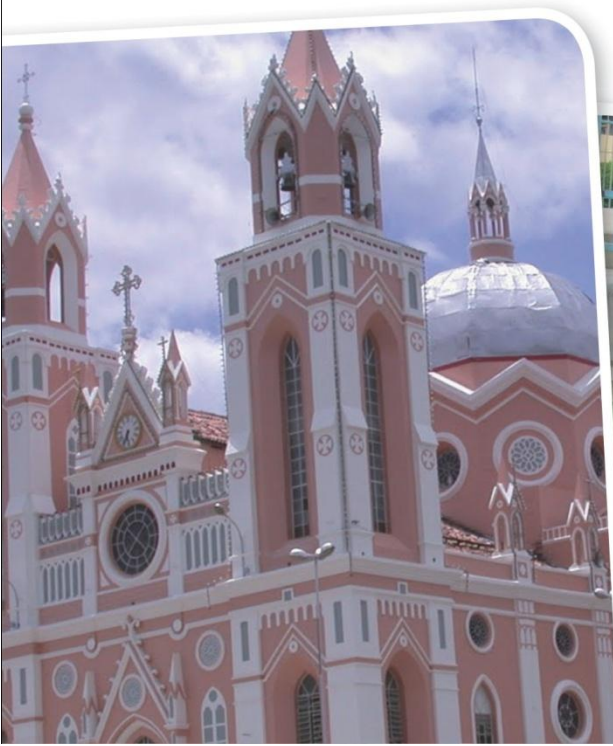


**Plano Territorial
Desenvolvimento Rural
Sustentável
Território
SERTÕES DE CANINDÉ**



PTDRS
SERTÕES DE CANINDÉ

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ
Francisco Celso Crisóstomo Secundino

INSTITUTO VIDA MELHOR
Francisco Arlindo Andrade de Sousa

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica do Instituto Agropolos do Ceará
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Cleber Leite Pereira	Técnico SDA/ Agropolos
Graça Duarte de Almeida	Coordenadora CODET/SDA
Josafá Martins de Oliveira	Coordenador Instituto Agropolos
Luiz Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico SDT/MDA
Marcos Antonio Vieira de Castro	Secretario CEDR
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território
Sertões do Canindé – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará,
2011.
343p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
TERRITÓRIO DA CIDADANIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO SERTÕES DO CANINDÉ**

**CEARÁ
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral do Território Sertões do Canindé

Núcleo Técnico do Território Sertões do Canindé

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS:

COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê de Ações Fundiárias e Reforma Agrária

Comitê de Direitos e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação e Cultura

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê de Infra Estrutura Civil

Comitê de Meio Ambiente

Comitê de Organização Sustentável da Produção

Comitê de Saúde, Saneamento e Acesso a Água

Comitê Setorial de Juventude do Território

Comitê Setorial de Mulheres do Território

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

Francisco Ferreira Pinto

Acadêmico de Administração

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Elizabeth Chagas Gomes

Esp. em Gestão

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Celso Crisóstomo Secundino

Esp. em Gestão

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Francisco Ferreira Pinto

Acadêmico de Administração

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Maurício Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

DEDICATÓRIA



*Aos vaqueiros, os nossos cavaleiros de aura medieval,
presentes na alma do povo e cantados por Patativa: **“eu
nasci pra ser vaqueiro, sou mais feliz brasileiro”.***

Capistrano de Abreu disse que no Ceará existiu uma “civilização do couro”, pois enquanto outras regiões nordestinas foram ocupadas do litoral para o sertão, o nosso povoamento ocorreu do sertão para o litoral, no final do século XVII, motivado pelo avanço das patas do boi que penetrou num espaço onde antes era ocupado pelos índios das nações Canindé, Cariri, e tantas outras.

Nos sertões da capitania do “Siará Grande”, expandiu-se a pecuária sob o regime da posse de terra das “datas ou sesmarias”: o boi foi a mercadoria que sustentou a economia colonial cearense.

O vaqueiro era o personagem central da cultura sertaneja do gado. O seu trabalho exigia coragem e liberdade. Um vaqueiro não podia ser um escravo porque como o gado era criado solto, ele poderia facilmente fugir.

A coragem se manifestava quando ele se embrenhava na mata em busca de uma rês arredia. Na sua lide o vaqueiro é intuitivo, calculista, ousado. Carrega no rosto a marca da terra árida e a estranha beleza da flor do mandacaru. O vaqueiro parece ter sido arrancado do chão do sertão e nele se criou em contato com o boi.

**Professor Evaldo Lima, natural de Boa Viagem,
Graduado em História (UECE) e Direito (UFC)**

AGRADECIMENTOS

Aos índios tapuias da resistente nação Canindés,
Aos Vaqueiros desbravadores destes Sertões Cearenses,
Aos missionários franciscanos Capuchinhos e Frades Menores
e aos homens e mulheres, lutadores anônimos e autênticos sertanejos.



Índios Tapuias Canindés e o Cacique Canindé que em 1692 firmou acordo de paz com portugueses.



Frades Missionários Capuchinhos (1898) e Frades Franciscanos (2009)

E a todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social. Registramos em especial:

Luiz Inácio Lula da Silva - Guilherme Cassel - Jose Humberto Oliveira - Camilo Sobreira de Santana - Antonio Rodrigues Amorim - Marcelo Souza Pinheiro - José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE FIGURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APRECE	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
ASA	Articulação do Semiárido
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CCDS	Conselhos Comunitários de Defesa Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CMDS	Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COFINS	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COOPANEI	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
COOTAP	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CREDE	Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DATASUS	Departamento de Informação do SUS
DETR	Departamento Estadual de Rodovias e Transportes
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará
FME	Fundação Municipal de Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
HIPERDIA	Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social

LISTA DE FIGURAS

IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NASF	Núcleo de Apoio a Família
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SAMU	Serviço Móvel de Urgência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOHIDRA	Secretaria de Recursos Hídricos
SRRF	Superintendência Regional da Receita Federal
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUS	Sistema Único de Saúde
UPA	Unidade de Pronto-atendimento
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação do Mapa do Território Sertões do Canindé e sua Divisão Micro-territorial	37
FIGURA 2	Representação do Mapa do Projeto Caminhos de Assis	147
FIGURA 3	Representação do Mapa destacando o tipo climático encontrado no território	173
FIGURA 4	Média mensal de temperaturas	175
FIGURA 5	Série Histórica Pluviométrica (1979 – 2009)	177
FIGURA 6	Características Geomorfológicas	179
FIGURA 7	Classe de Solos	182
FIGURA 8	Tipos de Vegetação	184
FIGURA 9	Bacias Hidrográficas	188
FIGURA 10	Situação do destino do lixo no território Sertões do Canindé e Ceará em 2000.	193
FIGURA 11	Áreas de Degradação Ambiental	198
FIGURA 12	Distribuição do Índice de GINI no Território Sertões do Canindé	206
FIGURA 13	Evolução do IDHM para os Municípios do Território – 1991 e 2000	209
FIGURA 14	Dimensão do IDHM Educação – 1991 e 2000	210
FIGURA 15	Dimensão do IDHM Longevidade – 1991 e 2000	211
FIGURA 16	Dimensão do IDHM Renda – 1991 e 2000	212
FIGURA 17	Índice de Desenvolvimento Municipal para os Municípios do Território – 2004 e 2006	213
FIGURA 18	Evolução do PIB para os municípios do território no Período de 2005 - 2007	215
FIGURA 19	Composição Setorial do PIB do Território para o ano de 2009	216
FIGURA 20	População Economicamente Ativa por Situação em Domicílio	218
FIGURA 21	População Economicamente Ativa Por Sexo	219
FIGURA 22	Produção Pecuária do Território	229
FIGURA 23	Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários e sua Condição Legal	233
FIGURA 24	Área dos Estabelecimentos Agropecuários	234
FIGURA 25	Beneficiários e Utilização da Terra do Território	235
FIGURA 26	Áreas das Utilizações de Terras	236
FIGURA 27	Transferências Governamentais FPM	273
FIGURA 28	Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB	274
FIGURA 29	Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE	275
FIGURA 30	Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS	277
FIGURA 31	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	279
FIGURA 32	Elementos do Processo da Gestão Social	293
FIGURA 33	Instâncias e Papéis do Colegiado Territorial	296

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território dos Sertões de Canindé por micro território nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 e a taxa de crescimento (Série Histórica)	27
TABELA 2	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010	28
TABELA 2.1	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010	29
TABELA 2.2	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé 2010	30
TABELA 2.3	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010	31
TABELA 2.4	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010	32
TABELA 2.5	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010	33
TABELA 3	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Sertões do Canindé, 2010.	34
TABELA 4	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Sertões do Canindé, 2010.	34
TABELA 5	Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas e Transmissíveis no Território Sertões do Canindé	90
TABELA 6	Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território dos Sertões do Canindé em 2008	95
TABELA 7	Condições de Nascimento no Território Sertões do Canindé em 2008.	97
TABELA 8	Infraestrutura de Saúde do Território Sertões do Canindé por Tipo de Estabelecimento	108
TABELA 9	Situação de Abastecimento de Água e Esgoto no Território Sertões do Canindé em 2006.	112
TABELA 10	População Total e Alfabetizada no Ceará por Faixa Etária e Zona de Moradia	113
TABELA 11	Ensino Infantil - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	115
TABELA 12	Ensino Infantil - Número de escolas, quantidade de biblioteca, de laboratório de informática, laboratório de ciências e de quadras de esportes, quantidade de escola que recebe a merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia	117
TABELA 13	Ensino Fundamental - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	120
TABELA 14	Ensino Fundamental, número de escolas, escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia quantidade de escolas que recebem merenda escolar	121
TABELA 15	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental	123
TABELA 16	Grau de Formação dos Docentes do Ensino Fundamental	124
TABELA 17	Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	125
TABELA 18	Ensino Médio - Número de escolas, escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia	126
TABELA 19	Educação de Jovens e Adultos - presencial e semi-presencial Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	128
TABELA 20	Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia	133
TABELA 21	Média de Temperatura Mensal	174
TABELA 22	Média de Chuvas	176
TABELA 23	Principais reservatórios encontrados no território	186
TABELA 24	Características das adutoras	186

LISTA DE TABELAS

TABELA 25	Obras de abastecimento do Projeto São José nos municípios do território	189
TABELA 26	Participação municipal na etapa regional do Pacto das águas	189
TABELA 27	Renda <i>per capita</i> , Proporção de Pobres e Índice de GINI para os Municípios do Território – 1991 e 2000	205
TABELA 28	Percentual de Apropriação de Renda por Extratos da População – 1991 e 2000	207
TABELA 29	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Ranking do estado para os Municípios do Território – 1991 e 2000	208
TABELA 30	Dimensões do IDHM para os Municípios do Território, 1991 e 2000	210
TABELA 31	Índice de Desenvolvimento Municipal Global para os Municípios do Território – 2004 e 2006	213
TABELA 32	Produto Interno Bruto a preços correntes e Rendimento <i>Per Capta</i>	214
TABELA 33	Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto dos Municípios 2009	215
TABELA 34	População Economicamente Ativa por Sexo e Situação de Domicílio	218
TABELA 35	Quantitativos de área, produção e valor das lavouras permanentes e temporárias	223
TABELA 36	Dados da Pecuária do Território Sertões do Canindé	225
TABELA 37	Dados da Pecuária do Território Sertões do Canindé	227
TABELA 38	Dados da Pecuária dos Sertões do Canindé	228
TABELA 39	Extrativismo vegetal, quantidade produzido em 2009	230
TABELA 40	Tipologias de artesanato por municípios 2010	231
TABELA 41	Número de Estabelecimentos Agropecuários e sua Condição Legal	232
TABELA 42	Área dos Estabelecimentos Agropecuários	233
TABELA 43	Número de Beneficiários e Utilização da Terra do Território	234
TABELA 44	Áreas das Utilizações de Terras, em hectares	235
TABELA 45	Entidades de Assessoria e Assistência Técnica no Território	240
TABELA 46	Produção Comercializada via Programa de Aquisição de alimentos	243
TABELA 47	Totais de adesões ao Garantia Safra por município, 2010	247
TABELA 48	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo os municípios 2008	247
TABELA 49	Estabelecimentos comerciais por setor, segundo os Municípios do Território - 2007 e 2008	249
TABELA 50	Número de Empregos por setores da Economia para os Municípios do Território para os anos de 2000 e 2008	250
TABELA 51	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo os municípios do Ceará - 2007-2008	250

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Via de Acesso do Território Sertões do Canindé a Fortaleza	34
QUADRO 2	Número de cisternas construídas e repasses do Programa Cisternas de Placas- Ano 2010	53
QUADRO 3	Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- Ano 2010	55
QUADRO 4	Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)	56
QUADRO 5	Programas complementares articulados em nível federal	58
QUADRO 6	Resumo de informações do PNAE no Território Sertões do Canindé	60
QUADRO 7	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010	62
QUADRO 8	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010	65
QUADRO 9	Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	68
QUADRO 10	Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	68
QUADRO 11	Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS –Urbano e Rural 2007 e2008	69
QUADRO 12	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010	72
QUADRO 13	Ensino Superior Território Sertões do Canindé	130
QUADRO 14	Ações e Programas Governamentais	133
QUADRO 15	Plano de Ação dos Eventos Esportivos para 2010	156
QUADRO 16	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional	158
QUADRO 17	Patrimônio Ambiental de Sertões do Canindé	163
QUADRO 18	Classificação dos Solos	179
QUADRO 19	Programas, Projetos, Subprojetos e Ações com respectiva descrição dos mesmos.	198
QUADRO 20	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	199
QUADRO 21	Assentamentos do Território por municípios e microterritórios	238
QUADRO 22	Organização de eventos e feiras da Agricultura Familiar	241
QUADRO 23	Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Socioeconômico	251
QUADRO 24	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1993-1996	257
QUADRO 25	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997-2000/2001-2004	258
QUADRO 26	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005-2008/2009-2012	258
QUADRO 27	Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012.	259
QUADRO 28	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	262
QUADRO 29	Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território	267
QUADRO 30	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração	268
QUADRO 31	Transferências governamentais FPM	272
QUADRO 32	Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB	273
QUADRO 33	Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE	274
QUADRO 34	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	275
QUADRO 35	Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009, FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE + SAÚDE	277
QUADRO 36	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	278
QUADRO 37	Plano Plurianual - PAA	280
QUADRO 38	Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania (1)	281
QUADRO 39	Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania(2)	285
QUADRO 40	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	286
QUADRO 41	Composição do Colegiado Territorial	293
QUADRO 42	Constituição dos Comitês Temáticos	294
QUADRO 43	Análise do Ambiente Interno e Externo	297
QUADRO 44	Eixos da Dimensão Sociocultural Educacional	306

LISTA DE QUADROS

QUADRO 45	Eixo da Dimensão Ambiental	313
QUADRO 46	Eixos da Dimensão Socioeconômica	316
QUADRO 47	Eixo da Dimensão Política Institucional	324
QUADRO 48	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território Sertões do Canindé	326

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	12
1	INTRODUÇÃO	14
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO	16
PARTE I	O TERRITÓRIO	19
3	Aspectos Sociodemográficos	23
4	Características Estratégicas	32
5	Formação Histórica	34
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	45
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	49
6	Aspectos Sociais	51
7	Aspectos da Saúde	85
8	Aspectos Educacionais	111
9	Aspectos Culturais	137
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	158
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	161
11	Aspectos Geoambientais	163
12	Aspectos Antrópicos	189
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	199
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	201
14	Aspectos Socioeconômicos	203
15	Aspectos do Setor Produtivo	218
16	Situação Fundiária	230
17	Comercialização da Produção de Base Familiar	240
18	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	250
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	253
19	Territorialização e Gestão Pública	255
20	Infraestrutura Institucional Territorial	269
21	Governabilidade e Gestão Social do Território	290
22	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	296
PARTE III	PLANEJAMENTO	299
23	Visão de Futuro	301
24	Diretrizes Principais	302
25	Valores e Princípios	303
26	Objetivos Estratégicos	303
27	Eixos, Programas e Projetos	305
28	Projetos Estratégicos Priorizados do Território Sertões do Canindé	326
PARTE IV	SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO	331
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	337

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará- IAC. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de gerenciamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as

políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona as condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e consertação dos interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instâncias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território Sertões do Canindé não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO

Em 2003, os municípios Boa Viagem, Canindé, Caridade, Catunda, Hidrolândia, Itatira, Madalena, Paramoti e Santa Quitéria, participaram dos eventos de sensibilização e criação do Território do Sertão Central. Em dezembro deste mesmo ano, esses mesmos municípios convencidos da estratégia de territorialização encaminharam proposta para então ser constituído o Território Sertões do Canindé.

Em julho de 2004, com a aprovação do Conselho Estadual foi efetivada em uma Oficina de sensibilização e planejamento a criação do Território dos Sertões do Canindé, contudo os municípios de Catunda, Hidrolândia e Santa Quitéria decidiram fazer parte do Território de Inhamuns/Crateús. No mês seguinte em uma segunda Oficina foram indicadas as entidades e instituições para composição das instâncias do território, sendo eleita uma comissão provisória por sete pessoas, e a discussão da elaboração do Plano Territorial, firmando o início de oficinas municipais para a construção do diagnóstico.

Em janeiro de 2005, aconteceu a primeira Oficina de Planejamento Territorial, neste evento foi definido a visão de futuro do território e um planejamento de ações para a elaboração do diagnóstico participativo e a construção do PTDRS.

No ano de 2006, aconteceram vários eventos: oficinas municipais e territoriais, plenárias gerais para a construção do PTDRS culminando com a sistematização do primeiro plano do Território.

No ano de 2007, entre outras atividades do plano territorial, o Território de Sertões do Canindé colaborou com a construção participativa no Encontro Estadual do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Em seqüência, no ano de 2008, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, congregou representantes de todos os territórios brasileiros para reafirmar uma nova visão de desenvolvimento rural sustentável sintetizado na expressão de um Brasil rural com gente, com sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade.

O processo de planejamento teve continuidade no Território de Sertões do Canindé a partir das experiências vividas, ampliando a discussão em conjunto com os demais territórios do estado do Ceará, dando prosseguimento as suas atividades e avançando para a qualificação de seu plano territorial de acordo com as orientações estabelecidas pelo MDA.

A primeira etapa consistiu na preparação da ambiência de planejamento com a sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009, neste mesmo ano o Território Sertões do Canindé passou a fazer parte do Programa Territórios da Cidadania do governo Federal.

A segunda etapa resultou na mobilização dos atores territoriais em Oficinas e Plenárias Territoriais para qualificação do Plano Territorial.

Na terceira etapa ocorreu a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da qualificação do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos, o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A quarta etapa teve como objetivo a qualificação do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documento orientador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o

diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico. A 4ª e última fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A quinta etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado, validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

Na sexta etapa, ocorre a reformulação da equipe técnica para a qualificação do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde, saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e reafirmação da priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos temáticos a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I
O TERRITÓRIO

Aspectos Sociodemográficos

Características Estratégicas

Formação Histórica

O TERRITÓRIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação macro dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelas instâncias do colegiado territorial com a animação e coordenação pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateus, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Sertões do Canindé correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território Sertões do Canindé por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO 2007-2010			
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO			
Municípios/ ano	2007	2010	Taxa Crescimento (%)
Caridade	17977	20020	11,4
Paramoti	11573	11308	-2,3
TOTAL	29550	31328	6,0
MICRO NAÇÃO INDÍGENA CANINDÉS			
Municípios/ ano	2007	2010	Taxa Crescimento (%)
Canindé	73878	74486	0,8
Itatira	17689	18894	6,8
TOTAL	91567	93380	2,0
MICRO SANTAS MISSÕES			
Municípios/ ano	2007	2010	Taxa Crescimento (%)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO 2007-2010			
Boa Viagem	53538	52521	-1,9
Madalena	17051	18085	6,1
TOTAL	70589	70606	0,0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Sertões do Canindé destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Sertões do Canindé.

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO									
Caridade U	923	451	472	1062	531	531	1333	666	667
Caridade R	663	324	339	742	380	362	984	485	499
Paramoti U	473	243	230	485	244	241	631	344	287
Paramoti R	423	225	198	582	291	291	773	414	359
TOTAL U	1396	694	702	1547	775	772	1964	1010	954
TOTAL R	1086	549	537	1324	671	653	1757	899	858
MICRO NAÇÃO INDÍGENAS CANINDÉS									
Canindé U	3669	1891	1778	4044	2088	1956	4912	2458	2454
Canindé R	2404	1215	1189	2731	1369	1362	3461	1794	1667
Itatira U	861	422	439	967	477	490	1180	592	588
Itatira R	848	434	414	1018	529	489	1197	637	560

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	4530	2313	2217	5011	2565	2446	6092	3050	3042
TOTAL R	3252	1649	1603	3749	1898	1851	4658	2431	2227
MICRO SANTAS MISSÕES									
Boa Viagem U	2050	1061	989	2371	1204	1167	2813	1407	1406
Boa Viagem R	2005	1013	992	2479	1285	1194	3136	1658	1478
Madalena U	682	352	330	827	394	433	983	512	471
Madalena R	730	363	367	955	487	468	1193	597	596
TOTAL U	2732	1413	1319	3198	1598	1600	3796	1919	1877
TOTAL R	2735	1376	1359	3434	1772	1662	4329	2255	2074
TOTAL U TERRITÓRIO	8658	4420	4238	9756	4938	4818	11852	5979	5873
TOTAL R TERRITÓRIO	7073	3574	3499	8507	4341	4166	10744	5585	5159

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Sertões do Canindé.

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO									
Caridade U	1198	595	603	1126	564	562	963	488	475
Caridade R	887	465	422	816	433	383	649	346	303
Paramoti U	583	314	269	468	227	241	464	223	241
Paramoti R	687	392	295	422	227	195	387	186	201
TOTAL U	1781	909	872	1594	791	803	1427	711	716
TOTAL R	1574	857	717	1238	660	578	1036	532	504
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS									
Canindé U	4961	2431	2530	4597	2181	2416	3815	1840	1975
Canindé R	3175	1687	1488	2439	1309	1130	1844	953	891
Itatira U	1062	531	531	858	409	449	740	362	378
Itatira R	1082	543	539	827	466	361	650	336	314
TOTAL U	6023	2962	3061	5455	2590	2865	4555	2202	2353
TOTAL R	4257	2230	2027	3266	1775	1491	2494	1289	1205
MICRO SANTAS MISSÕES									
Boa Viagem U	2679	1355	1324	2343	1116	1227	1918	945	973
Boa Viagem R	2864	1543	1321	2098	1140	958	1694	884	810

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Madalena U	951	475	476	800	400	400	655	331	324
Madalena R	1078	575	503	788	415	373	623	316	307
TOTAL U	3630	1830	1800	3143	1516	1627	2573	1276	1297
TOTAL R	3942	2118	1824	2886	1555	1331	2317	1200	1117
TOTAL U TERRITÓRIO	11434	5701	5733	10192	4897	5295	8555	4189	4366
TOTAL R TERRITÓRIO	9773	5205	4568	7390	3990	3400	5847	3021	2826

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Sertões do Canindé

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO									
Caridade U	845	440	405	723	351	372	686	316	370
Caridade R	652	341	311	520	264	256	521	281	240
Paramoti U	413	213	200	315	150	165	319	153	166
Paramoti R	382	204	178	365	188	177	326	181	145
TOTAL U	1258	653	605	1038	501	537	1005	469	536
TOTAL R	1034	545	489	885	452	433	847	462	385
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS									
Canindé U	3318	1610	1708	2933	1378	1555	2788	1288	1500
Canindé R	1629	831	798	1457	775	682	1532	799	733
Itatira U	643	329	314	484	231	253	516	258	258
Itatira R	553	291	262	494	269	225	452	231	221
TOTAL U	3961	1939	2022	3417	1609	1808	3304	1546	1758
TOTAL R	2182	1122	1060	1951	1044	907	1984	1030	954
MICRO SANTAS MISSÕES									
Boa Viagem U	1801	863	938	1657	796	861	1579	737	842
Boa Viagem R	1493	769	724	1532	783	749	1466	775	691
Madalena U	619	284	335	593	298	295	537	254	283
Madalena R	583	279	304	586	310	276	500	265	235
TOTAL U	2420	1147	1273	2250	1094	1156	2116	991	1125
TOTAL R	2076	1048	1028	2118	1093	1025	1966	1040	926
TOTAL U TERRITÓRIO	7639	3739	3900	6705	3204	3501	6425	3006	3419
TOTAL R TERRITÓRIO	5292	2715	2577	4954	2589	2365	4797	2532	2265

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Sertões do Canindé.

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO]									
Caridade U	562	271	291	443	205	238	397	186	211
Caridade R	425	216	209	353	173	180	351	201	150
Paramoti U	271	136	135	218	92	126	161	69	92
Paramoti R	321	182	139	234	120	114	202	106	96
TOTAL U	833	407	426	661	297	364	558	255	303
TOTAL R	746	398	348	587	293	294	553	307	246
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS									
Canindé U	2476	1090	1386	1930	843	1087	1681	752	929
Canindé R	1514	825	689	1142	599	543	1104	601	503
Itatira U	436	220	216	377	175	202	327	151	176
Itatira R	447	238	209	351	162	189	365	189	176
TOTAL U	2912	1310	1602	2307	1018	1289	2008	903	1105
TOTAL R	1961	1063	898	1493	761	732	1469	790	679
MICRO SANTAS MISSÕES									
Boa Viagem U	1416	643	773	1065	468	597	1057	446	611
Boa Viagem R	1402	725	677	1194	619	575	1197	605	592
Madalena U	480	229	251	342	169	173	318	135	183
Madalena R	440	244	196	370	188	182	338	174	164
TOTAL U	1896	872	1024	1407	637	770	1375	581	794
TOTAL R	1842	969	873	1564	807	757	1535	779	756
TOTAL U TERRITORIO	5641	2589	3052	4375	1952	2423	3941	1739	2202
TOTAL R TERRITORIO	4549	2430	2119	3644	1861	1783	3557	1876	1681

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Sertões do Canindé.

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO									
Caridade U	372	201	171	267	126	141	251	131	120
Caridade R	299	180	119	207	107	100	167	97	70
Paramoti U	219	92	127	150	73	77	136	69	67
Paramoti R	195	113	82	146	77	69	133	77	56
TOTAL U	591	293	298	417	199	218	387	200	187
TOTAL R	494	293	201	353	184	169	300	174	126
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS									
Canindé U	1510	682	828	1234	534	700	1139	515	624
Canindé R	934	521	413	670	382	288	659	364	295
Itatira U	286	142	144	206	107	99	217	101	116
Itatira R	290	163	127	231	133	98	220	113	107
TOTAL U	1796	824	972	1440	641	799	1356	616	740
TOTAL R	1224	684	540	901	515	386	879	477	402
MICRO SANTAS MISSÕES									
Boa Viagem U	1054	472	582	818	344	474	763	368	395
Boa Viagem R	920	483	437	730	397	333	688	359	329
Madalena U	308	147	161	240	112	128	237	116	121
Madalena R	300	152	148	216	116	100	188	100	88
TOTAL U	1362	619	743	1058	456	602	1000	484	516
TOTAL R	1220	635	585	946	513	433	876	459	417
TOTAL U TERRITÓRIO	3749	1736	2013	2915	1296	1619	2743	1300	1443
TOTAL R TERRITÓRIO	2938	1612	1326	2200	1212	988	2055	1110	945

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Sertões do Canindé e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertões do Canindé - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO						
Caridade U	168	82	86	204	96	108
Caridade R	99	50	49	162	81	81
Paramoti U	98	37	61	136	58	78
Paramoti R	82	37	45	108	57	51
TOTAL U	266	119	147	340	154	186
TOTAL R	181	87	94	270	138	132
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS						
Canindé U	751	348	403	1117	479	638
Canindé R	372	192	180	531	288	243
Itatira U	134	60	74	228	113	115
Itatira R	136	73	63	211	102	109
TOTAL U	885	408	477	1345	592	753
TOTAL R	508	265	243	742	390	352
MICRO SANTAS MISSÕES						
Boa Viagem U	464	205	259	756	349	407
Boa Viagem R	378	215	163	618	308	310
Madalena U	145	72	73	198	83	115
Madalena R	108	53	55	177	86	91
TOTAL U	609	277	332	954	432	522
TOTAL R	486	268	218	795	394	401
TOTAL U TERRITÓRIO	1760	804	956	2639	1178	1461
TOTAL R TERRITÓRIO	1175	620	555	1807	922	885

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Sertões do Canindé, 2010.

Municípios	Pop Total	Urbana	Rural	Densidade dem.	% urbano	% rural
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO						
Caridade	20020	11523	8497	23,7	57,6	42,4
Paramoti	11308	5540	5768	23,4	49,0	51,0
TOTAL	31328	17063	14265		54,5	45,5
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS						
Canindé	74486	46878	27608	23,1	62,9	37,1
Itatira	18894	9522	9372	24,1	50,4	49,6
TOTAL	93380	56400	36980		60,4	39,6
MICRO SANTAS MISSÕES						
Boa Viagem	52521	26622	25899	18,5	50,7	49,3
Madalena	18085	8915	9170	17,5	49,3	50,7
TOTAL	70606	35537	35069		50,3	49,7
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	195314	109000	86314		55,8	44,2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Sertões do Canindé, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO			
Caridade	2,5	3,2	1,6
Paramoti	0,3	2,9	-1,6
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDÉS			
Canindé	0,7	1,7	-0,8
Itatira	2,0	4,7	-0,1
MICRO SANTAS MISSÕES			
Boa Viagem	0,4	2,5	-1,3
Madalena	2,0	5,0	-0,3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território da Cidadania Sertões do Canindé, desde 26 de maio de 2004 abrange uma área de 9.099,20 km², estando localizado no Centro Norte do Estado do Ceará, tendo como limites ao Norte os municípios de: Irauçuba, General Sampaio, Tejuçuoca, Pentecoste; ao Sul os municípios de Pedra Branca e Quixeramobim; ao Leste os municípios de Guaramiranga, Mulungu, Apuiarés, Aratuba, Pacoti, Maranguape, Palmácia, Itapiuna, Choró; ao Oeste os municípios de Santa Quitéria, Monsenhor Tabosa e Independência.

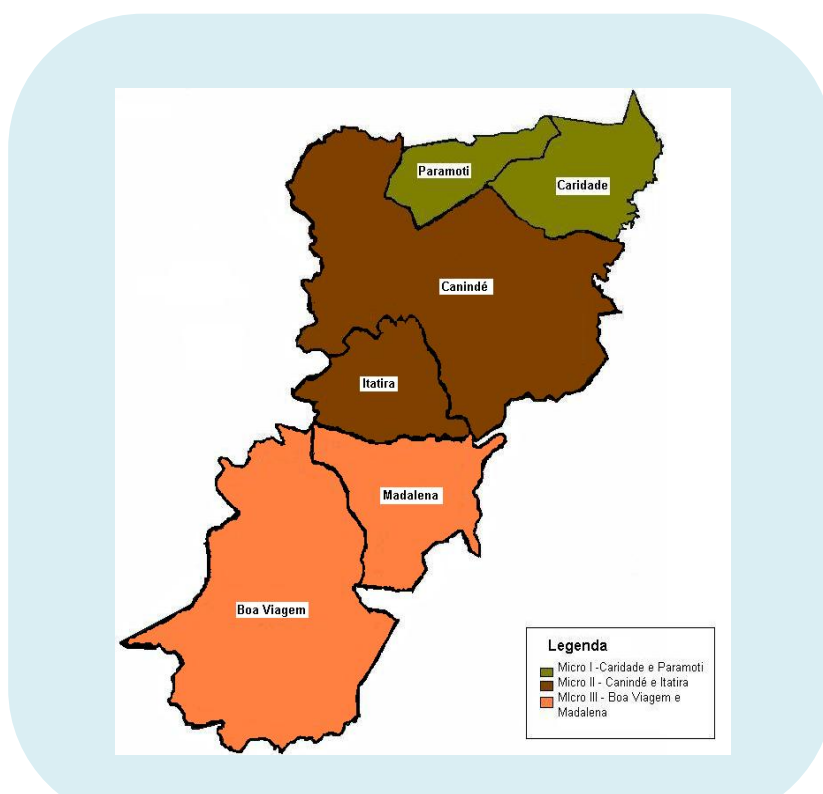


Figura 1: Representação do Mapa do Território Sertões do Canindé e sua Divisão Micro-territorial

Fonte: Adaptação MDA/SDT, 2010.

A Figura 1 mostra os municípios que compõem o Território Sertões do Canindé e sua Divisão Micro-territorial em três micro territórios, denominados: Micro Território Vaqueiros do Sertão composto pelos municípios de Caridade e Paramoti; pelo Micro Território Nação Indígenas Canindés composto pelos municípios de Canindé e Itatira; e, Micro Território Santa Missões composto pelos municípios de Boa Viagem e Madalena.

A localização dos Sertões do Canindé se distancia da capital do estado em média 136,1Km e o acesso entre os municípios além da BR-020 é feito também pelas CE-266, CE-169, CE-265, CE-341, CE-257, CE-065, CE-456, CE-162, CE-253, CE-366, CE-166, e CE-060.

O Quadro 1 mostra os municípios do Território Sertões do Canindé, as distâncias entre eles e a capital do Ceará, Fortaleza, e as rodovias que são as principais vias de acessos onde trafegam a população e por onde as mercadorias do comercio transitam.

Municípios	Vias de Acesso	Distância a Fortaleza (Km)
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO		
Caridade	BR- 020/ CE-162/CE-253	100,4
Paramoti	BR- 020/CE-253/CE-341/CE-162	104,1
MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDES		
Canindé	BR-020/CE-257/CE-065/CE-456/CE-341	120,2
Itatira	BR-020/CE-341/CE-366	216,8
MICRO SANTAS MISSÕES		
Madalena	BR-020/CE-265/CE-166/CE-266/CE-060	186,5
Boa Viagem	BR-020/CE-266/CE-169/CE-265/CE-341	221,6

Quadro 1: Via de Acesso do Território Sertões do Canindé a Fortaleza

Fonte: DER, 2009.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A região dos Sertões do Canindé foi homologada em outubro de 2008, como Território da Cidadania, pelo Governo Federal, através da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Nas terras dos Sertões de Canindé foram identificadas várias nações indígenas com predominância dos Tapuias Jenipapo-Canindés, e antes dos colonizadores chegarem, este espaço foi ocupado ao longo de décadas pelos vaqueiros e as boiadas de gado vindas dos lados do Pernambuco e Rio Grande do Norte e que foram fazendo surgir povoados até a beira da praia de Aquiraz e Fortaleza.

A partir de vários nomes, como: Sertões de Quixeramobim, Sertão Central e Sertões do Canindé, e tendo três fatores ao longo da história que evitaram o surgimento de movimentos e organizações sociais na região: a) O massacre de dezenas de comunidades indígenas até 1720; b) O coronelismo agrário que predominou nesta região, com uma forte presença das oligarquias agrárias, com patentes de coronéis e sistemas de trabalho semi-escravo, em vários momentos com a presença de jagunços armados, que oprimiam os trabalhadores com perseguições e assassinatos em massacres, desta forma esses grupos de privilegiados da antiga coroa real consolidaram as grandes propriedades, verdadeiros latifúndios, e controlavam a população, monopolizando o poder político conservador em aliança com alguns setores da igreja e do estado brasileiro; c) O êxodo rural que por décadas era a alternativa para quem quisesse mudar de vida, tendo que retirar-se para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Então, a Ribeira do Canindé só foi habitada com a concessão de sesmarias a partir de 1723, pois a entrada para os Sertões do Canindé foi feita a partir de Baturité, pelos colonos que moravam na serra no verão, e no sertão durante o tempo chuvoso; por último vieram os estabelecimentos do comércio, com alguns vindos das bandas do Jaguaribe e Rio Grande do Norte, que alcançaram o Campo Maior, hoje Quixeramobim, e daí chegaram até o Canindé.

Esta Sesmaria cearense foi doada para os seguintes donatários: Zacarias Coelho de Andrade; o Sargento-Mor Manoel de Inojasa Velasco (hoje Nojosa); capitão Antonio Gomes Passos; tenente-coronel Filipe Coelho de Moraes e de Dona Francisca de Moraes; Antonio José Moreira Gomes (Ipueira dos Gomes) que se tornaram os primeiros colonizadores e desbravadores da região ou Ribeiras do Canindé, com terras às margens dos rios Canindé, Curú e Caxitoré.

No período conhecido como Ciclo do Couro, logo após a concessão das Sesmarias, alguns caminhos, por onde passavam as boiadas foram se transformando em estradas, e nelas foram se formando os pontos de encontro das boiadas e dos carregamentos do charque para o comércio e a exportação, surgindo assim, os primeiros núcleos populacionais como o de Cavalo Morto, hoje Boa Viagem, no Território, sendo elevada à categoria de Vila, em 1862.

Com o assentamento da população veio a necessidade de se ter um lugar sagrado para o exercício das obrigações religiosas, motivando a construção de capelas públicas, com patrimônio de terra. O patrimônio das capelas era o único lugar para o pobre morar, sem ter obrigação para com o patrão, como era o caso dos moradores agregados em terra alheia. Isto originou muitos povoados e posteriormente cidades. As capelas rurais surgiram devido à ordem do Padre Visitador, plenipotenciário do bispo, que retirava o privilégio de altar portátil, ou seja, o alpendre das Casas Grande onde eram celebrados os atos religiosos, então o povo construía o santuário para abrigar o missionário, o Santo Padroeiro do lugar, as celebrações da igreja e para servir de lugar sagrado, onde os fiéis pudessem ser sepultados.

O surgimento de vários municípios nos sertões cearenses a partir da metade do século XX deve-se ao então arcebispo de Fortaleza, Dom Antonio de Almeida Lustosa, que nas suas visitas pastorais previa a prosperidade de fazendas e lugares nos cruzamentos de estradas, providenciando a construção da paróquia, e com a chegada do Pároco residente, começavam a erguerem-se casas residenciais e comerciais, prédios de escola, associações religiosas e sociais. Como as pessoas iam assistir a missa aos domingos, na rua havia movimento e no comércio. Como exemplo no Território Sertões do Canindé desses municípios temos Madalena e Itatira.

Outros municípios no Território surgiram através do aviso, em 1763, expedido pela Secretaria dos Domínios Ultramarinos autorizando a criação de novas vilas na Capitania do Siará Grande. Então, em 1846 era criada a Vila de São Francisco das Chagas do Canindé; em 1884, Caridade era elevada à Vila, enquanto Itatira elevou-se à categoria de Distrito em 1931, Paramoti eleva-se à Vila em 1938, e Madalena tornou-se Vila em 1951.

Mesmo com a divisão em Micro Territórios e respeitando as particularidades dos municípios do Território Sertões do Canindé, o subdesenvolvimento e as situações de extrema miséria de grande parcela da população local, principalmente as residentes na zona rural. Os apelos e reivindicações dessa população chegam aos poderes constituídos, mas as respostas são lentas e desarticuladas, tendo ainda as promessas eleitoreiras e a malversação do dinheiro público, devido aos altos gastos com as eleições.

Com estes antecedentes históricos e no contexto das relações estado – sociedade - mercado, trabalhamos o planejamento e o monitoramento das ações organizadas que demandam a execução de políticas públicas.

Então, no início da década de setenta, começaram as primeiras iniciativas de organização social no campo, quando as comunidades rurais iniciaram as reuniões das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) com apoio da ala progressista da Igreja Católica, denominada Teologia da Libertação.

Nos períodos de prolongadas secas, nos conflitos isolados por terras e nas oposições sindicais, as comunidades criaram mecanismos para garantir a sua identidade social, na conquista de pequenas realizações, na busca da liberdade, na reorganização das famílias. Isso criou as bases para um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

Todavia os anos setenta e oitenta foram marcados pelo aumento do êxodo rural para o sudeste e o norte do Brasil e também tiveram início os primeiros conflitos entre moradores e patrões, pelo não pagamento da renda e para não serem expulsos da terra onde viviam.

Nos municípios do Território se fez necessária a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com as desapropriações de fazendas para fins da reforma agrária, sendo hoje mais de 160 Assentamentos. Também merece destaque o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em 1989, que organizou centenas de

ocupações e manifestações, reunindo hoje mais de duas mil famílias em suas fileiras, com a organização comunitária e os mutirões, roçados comunitários e construção de obras hídricas, com o incentivo de recursos governamentais através das associações comunitárias, projetos de custeio e investimentos dos diversos programas governamentais. Dentre esses projetos, ressaltamos o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário - FADER o MUPs e a LBA.

Nos anos noventa, um vultoso movimento associativista se espalhou por todas as comunidades rurais. Então, foram criadas as associações comunitárias e também os sindicatos em diversas categorias do campo e da cidade. Nesta década muitos fatos vieram a público através dos meios de comunicação sociais ou por denúncias organizadas, gerando uma consciência social sobre os diversos problemas, despertando atitudes e revolta da população, forçando a criação de leis e exigindo novas práticas envolvendo os cidadãos nos processos de decisão. Com a volta do regime democrático e o momento de valorizar o voto nas eleições.

Atualmente a população do Território dos Sertões do Canindé está organizada nas comunidades de base, nos movimentos populares, nos sindicatos, nas associações, redes sociais e muitas cooperativas, além das diversas novas práticas, planos participativos, plurianuais, projetos intersetoriais, universalização de políticas públicas com integração das três esferas do poder executivo.

Podemos afirmar que neste novo período, com a ascensão econômica do Brasil, já observamos uma maior consciência política da população e cresce o desejo de solucionar os históricos problemas sociais. Buscam-se hoje ações integradas e articuladas em rede, gerando empoderamento das organizações populares e criando condições para uma maior eficácia, melhorando os resultados da aplicação dos recursos públicos em favor dos cidadãos e cidadãs.

5.1 Ocupação do Território Sertões do Canindé

O desbravamento do interior do Nordeste do Brasil deu-se do litoral para dentro das terras, seguindo as bacias dos rios. O Ceará ofereceu duas portas: a foz do Jaguaribe, onde está a cidade de Aracati, e a foz do rio Ceará.

Mas a penetração do homem branco no Ceará foi retardada, em comparação com as capitanias vizinhas.

O sistema das Capitanias Hereditárias em 1534 não vingou para o Ceará. O donatário do Ceará no ano de 1535, Antonio Cardoso de Barros não cuidou de colonizá-lo. Pero Coelho de Sousa em 1603, cunhado de Frutuoso Barbosa, ofereceu-se ao Governador Geral Diogo Botelho para fazer por terra o desbravamento do Jaguaribe. Pero Coelho lutou contra os Tabajaras na Serra da Ibiapaba, porque se aventurou a explorar terras até o Maranhão. Perdeu muitos homens e fracassou, voltando à foz do Jaguaribe onde construiu o forte de São Lourenço. Mesmo assim demorou pouco neste forte e regressou com os maiores sofrimentos ao Rio Grande do Norte.

As tentativas de Martim Soares Moreno em 1612 e em 1621 dissolveram-se em fracasso, pois o Ceará sofreu duas invasões holandesas em 1637 e em 1654, e os holandeses mal chegaram ao leito do riacho Sitia e por muito pouco tempo.

Ao fim da invasão flamenga, houve interesse em ocupar definitivamente o Ceará, de maneira a desestimular novos invasores; a população, porém, continuou escassa até o início do século XVIII.

Criada a primeira Vila, precisamente em 1700, a discórdia entre os colonizadores e a resistência dos indígenas, na famosa Confederação dos Cariris, ameaçaram o êxito do projeto colonizador e surgiram as Datas e Sesmarias, isto é, a concessão de terras para o criatório. A divisão e concessão de terras pelo sistema de Sesmarias foi um sucesso, os homens vindos da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba traziam gado e vaqueiros, ocupavam as terras e só mais tarde puderam trazer as famílias e fazer o povoamento habitacional. O aldeamento dos índios também originou alguns núcleos populacionais.

a) Micro-Território Vaqueiros do Sertão

Anteriormente Paramoti chamou-se Santana e depois Saldanha, em homenagem ao notável abolicionista cearense, de projeção política e comerciante em Fortaleza, Antônio da Cruz Saldanha.

Em termos de apoio eclesiástico tem-se como precedente a edificação da respectiva capela, cujo orago se dedica à Senhora Santana. Dessa capela gerou-se a Igreja-Matriz e paróquia, tendo como seu primeiro vigário o padre Geraldo Gremers. Distrito criado com a denominação de Santana, pelo Ato Estadual, de 16/08/1918, subordinado ao município de Canindé. Pelo decreto estadual nº. 448, de 20/12/1938, o distrito de Santana, passou a denominar-se Saldanha e continua como município de Canindé. Pelo Decreto-Lei Estadual nº. 1114, de 30/12/1943, o distrito já denominado Saldanha passou a denominar-se Paramoti. Elevado à categoria de município com a denominação de Paramoti, pela Lei nº. 3962, de 10/12/1957, desmembrado de Canindé, foi Instalado em 25/01/1958.

Em 1860, o Coronel Antônio Gaspar da Silveira situou Caridade à margem esquerda das nascentes do Rio Macaco, elevando-se na sua vizinhança, ao leste, um pequeno Serrote chamado Kágado, nome que tomou a nascente fazenda.

A sua localização privilegiada pois era bastante transitada a estrada dos sertões do interior para Maranguape e Fortaleza aumentou depressa o seu desenvolvimento e em pouco tempo, de fazenda tornou-se um povoado importante pelo seu comércio e pela feira de gados transportados dos sertões criadores de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns.

Numa missão de penitência pregada pelo Padre. José Tomais, no ano de 1880, edificou-se uma capela sob o patrocínio de Santo Antônio de Lisboa, em cuja ocasião, o missionário mudou o nome da povoação de Kágado para o de Caridade.

O patrimônio de nova capela foi doado pelo Coronel Antônio Gaspar da Silveira, constando uma área de terreno de 500 metros de frente e 200 de fundo, até a base do referido Serrote.

A povoação sempre crescente fez os seus habitantes decidirem construir uma capela mais ampla e conveniente com os esforços abnegados do virtuoso padre José Antônio Cavalcante e a cooperação do capitão Raimundo Lopes Ferreira e os generosos habitantes da nascente Vila.

Distrito criado com a denominação de Caridade, por ato provincial de 04/01/1911, e por Ato Estadual nº. 1039, de 04/08/1911, subordinado ao município de Canindé. Assim permanecendo em divisão territorial datada de

1/07/1955. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Caridade, pela Lei Estadual nº. 4157, de 06/08/1958, desmembrado de Canindé com 2 distritos: Caridade e Inhuporanga. Pela Lei Estadual nº. 6957, de 19/12/1963, desmembram do município de Caridade o distrito de Inhuporanga, elevando à categoria de município. Pela Lei Estadual nº. 7155, de 13/01/1964, é criado o distrito de São Domingos e anexado ao município de Caridade. Pela Lei Estadual nº. 8339, de 14/12/1965, Caridade adquiriu o extinto município de Inhuporanga.

b) Micro-Território Nação Indígena Canindés

A Ribeira do Canindé, no período 1723-1736 tinha alguns sesmeiros, mas que podem ter povoado de gado esta região, mas não de gente.

No período de 1753 a 1775 quando iniciou a construção da capela de São Francisco, a Fazenda São Pedro era do Tenente-General Simão Barbosa Cordeiro, herdada do sogro Francisco Teixeira de Magalhães e Almeida; as Fazendas Lisboa e Campos eram de Antonio dos Santos Lessa e a Fazenda Longá era de Julião Coelho da Silva, além das Fazendas Renguengue e Salgado sem indicação de proprietários, onde ficou situada a capela.

O Capitão Francisco Xavier de Medeiros “foi o maior incentivador da devoção a São Francisco” e foi encarregado da obra por ser homem de equilíbrio moral e religioso, além de ser grande amigo de Simão Barbosa.

A capela só foi concluída em 1796, após várias interrupções devido às secas. A partir daí foi escrita a “Súplica dos Habitantes da Povoação de Canindé”, pedindo a criação de uma freguesia a Sua Majestade a Rainha de Portugal. Novas Petições foram feitas entre 1801 e 1816, sendo que em 1º/08/1817 o Bispo de Olinda Dom Frei Antonio de São José Bastos confirmou a criação da paróquia, tendo D. João VI assinado o respectivo alvará régio em 30/10/1817, e o primeiro vigário Padre Francisco de Paula Barros tomou posse em 11/10/1818.

Distrito criado com a denominação de São Francisco das Chagas do Canindé, pela Resolução Régia, de 19/08/1817, Provisão de 03/09/1818 e Ato Provincial de 18/03/1842. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Francisco das Chagas do Canindé, pela lei provincial nº. 221, de

29/07/1846, desmembrado de Fortaleza e Quixeramobim. Instalado em 05/07/1847 com Sede no núcleo de São Francisco das Chagas do Canindé. Elevado à condição de cidade com a denominação de Canindé, pela Lei Estadual nº. 1221, nº. 25/08/1914.

Itatira teve como primeiros exploradores das férteis serranias conhecidas dos índios por serra da Samambaia, os portugueses Antônio Ferreira Braga e Jerônimo Machado. O nome desse último foi transferido ao lugar – serra de Machado – em memória do notável desbravador.

Na última década do século XVIII, um morador da fazenda Tatajuba, situada no sertão de Quixeramobim, de nome Antônio José de Souza, estabeleceu-se ao nascente da serra com uma pequena posse, denominando-a Sítio São Gonçalo, sendo aí edificada uma capelinha sob a invocação desse santo. Com a morte do proprietário e a retirada dos habitantes por ocasião da terrível seca que devastou os sertões do Ceará em 1825, a povoação e a capelinha foram abandonadas. Posteriormente, outros moradores sucederam aqueles, fundando novas situações na serra do Machado, como o povoado de Belém, onde Antônio Alves Guerra mandou edificar uma capelinha dedicada ao Menino Deus, a qual, concluída em 1870, foi inaugurada e benta a 23 de dezembro do mesmo ano pelo padre Manuel Carlos da Silva Peixoto, professor do Seminário de Fortaleza. O patrimônio da capela de Belém se constituía de 400 braças de terras, doadas por Antônio Alves Guerra e José Francisco de Brito, nas quais se constitui lentamente a cidade.

Distrito criado com a denominação de Belém, pelo Ato Provincial de 10/10/1873, subordinado ao município de Quixeramobim. Pelo Decreto Estadual nº. 169, de 31/03/1938, retificado pelo Decreto Estadual nº. 378, de 20/10/1938, o distrito de Belém passou a denominar-se Belém do Quinim. Pelo Decreto Estadual nº. 1114, de 30/12/1943, o distrito de Belém passou a denominar-se Itatira. Elevado à categoria de município com a denominação de Itatira, pela Lei Estadual nº 1153, de 22/11/1951, desmembrado de Quixeramobim. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 5 distritos: Itatira, Bandeira, Cachoeira, Lagoa do Mato e Morro Branco.

c) **Micro-Território Santas Missões**

A cidade de Madalena foi originada de uma doação feita pelo Senhor Antônio Costa Vieira, que veio de Mombaça trazido pelo Senhor Major João Bernardo no ano de 1840. Anos depois as terras foram herdadas pelo Senhor Augusto Vieira onde edificou a primeira casa, construiu a primeira escola e fez doação para construção da primeira igreja que tem como padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Salvino de Pinho, um comerciante que muito trabalhou por Madalena construiu várias casas e doou terreno para a construção da casa paroquial e Igreja Matriz.

A cidade está situada à margem esquerda do Riacho Barrigas, um dos formadores do Rio Quixeramobim e que toma o nome de Madalena ao passar pela cidade. Distrito criado com a denominação de Madalena, pela Lei nº. 1153, de 22/11/1951, subordinado ao município de Quixeramobim. Elevado à categoria de município com a denominação de Madalena, pela Lei Estadual nº. 6376, de 01/07/1963, desmembrado de Quixeramobim. Pela Lei Estadual nº. 8339, de 14/12/1965, é extinto o município de Madalena, sendo seu território anexado ao município de Quixeramobim, como simples distrito. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Madalena, pela Lei Estadual nº. 11274, de 23/12/1986, desmembrado de Quixeramobim. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 6 distritos: Madalena, Macaoca, Cacimba Nova, Cajazeira, Paus Branco e União.

Aos 26 de junho de 1743, o capitão-mor João de Teyve Barreto de Menezes, antigo governador do Siará Grande, concede três léguas de terra a Antônio Domingos Alvarez, situada as margens do riacho Cavalto Morto, que deságua no rio Quixeramobim.

A concessão desta sesmaria data de 1862 quando principiou o povoamento dos vastos sertões de Boa Viagem, região que se prestava admiravelmente para o pastoreio e cultivo da terra. Por Lei Provincial nº. 1.025, de 18 de novembro de 1862, foi criada a freguesia com sede na povoação de Boa Viagem. Distrito criado com a denominação de Boa Viagem, antigo povoado de Cavalto Morto, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Boa Viagem, pela Lei Provincial nº. 1128, de 21/11/1864, desmembrado de Quixeramobim.

Pelo Decreto Estadual nº. 193, de 20/05/1931, é extinto o município de Boa Viagem, sendo seu território anexado ao município de Quixeramobim. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Boa Viagem, pela Lei nº. 260, de 28-12-1936, desmembrado de Quixeramobim. Elevado à condição de cidade com a denominação de Boa Viagem, pelo Decreto Estadual nº. 448, de 20/12/1938.

Em divisão territorial datada de 2005 o município é constituído de 12 distritos: Boa Viagem, Água Belas, Boqueirão, Domingos da Costa, Guia, Ibuçu, Ipiranga, Jacampari, Massapê dos Paes, Olho D Água dos Facundos, Poço da Pedra e Várzea da Ipueira.

Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL
EDUCACIONAL**

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 2008, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica/institucional contra cortes orçamentários, não ficando à

mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Direitos Fundamentais e Ações Sociais Públicas

6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citamos como exemplos:

6.1.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

Município	Nº de cisternas	Repasses MDS
Boa Viagem	272	400.677
Canindé	685	1.009.059
Caridade	264	388.893
Itatira	540	795.463
Madalena	388	571.555
Paramoti	451	664.359
Total do Território	2.600	3.830.006
Total do Estado	54.666	80.527.391

Quadro 2: Número de cisternas construídas e repasses do Programa Cisternas de Placas- Ano 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

No território já foram construídas duas mil e seiscentas cisternas via Articulação do Semi árido (ASA), MDS Municípios e MDS Estado, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 3 milhões de reais, conforme Quadro 2.

Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão

4,75% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa, em termos percentuais, 4,75%.

6.1.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território existe uma cozinha comunitária nos municípios de Boa Viagem e Paramoti e três mercados populares em Boa Viagem (1), Itatira (1) e Paramoti (1).

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da agricultura familiar).

6.1.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Programa Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias:

Município	Nº De Famílias	Repassé Mensal	Repassé Até Set/2010
Boa Viagem	9.021	917.448,00	8.125.149,00
Canindé	11.596	1.185.566,00	10.504.376,00
Caridade	2.662	273.479,00	2.434.027,00
Itatira	3.214	339.315,00	2.983.306,00
Madalena	2.881	288.497,00	2.528.316,00
Paramoti	1.843	187.881,00	1.669.683,00
Total	31.217	3.192.186	28.244.857
Total do Estado do Ceará	1.013.241	101.993.530	973.449.044

Quadro 3: Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- Ano 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

O volume de recursos do Programa Bolsa Família repassados ao Território no ano de 2010 considerando até o mês de referência setembro de 2010 ultrapassou a casa dos R\$ 28 milhões de reais. Somente no mês de setembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 3 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa,

esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício aproxima-se de 32 mil beneficiários.

Mas, o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme se vê no quadro abaixo:

Município	Estimativa de famílias pobres Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
Boa Viagem	10.690	84,39	7.889	9.022	114,35
Canindé	13.804	84	10.055	11.617	115,33
Caridade	3.197	83,27	2.314	2.662	115,04
Itatira	3.563	90,2	2.772	3.217	115,95
Madalena	3.294	85,34	2.438	2.811	115,3
Paramoti	2.073	88,9	1.515	1.843	121,65
Total	36.621	86,01	16.938	31.172	116,27
Total do Estado do Ceará	1.376.048	74,21	960.379	1.021.127	106,33

Quadro 4: Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético, 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de 36 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de

85%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, quase 17 mil, ou seja 46,25% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 15%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território 2,66% destas famílias está cadastrado de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família, o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades Essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o quadro a seguir:

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, porque passam a ter capacidade através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda de trilharem, sozinhas, o seu próprio caminho.

PROGRAMA	CATEGORIA	OBJETIVO	AGENTE EXECUTOR
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

Quadro 5: Programas complementares articulados em nível federal

Fonte: MDS *on line*, 2010.

6.1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

6.1.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 6 indica que o Território recebeu 2,29% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 97.0,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 4,23 do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 52.030 agricultores/as familiares, o que representa 5% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunado(2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares ⁽³⁾	Nº de DAPs ⁽⁴⁾	Tipo de acesso ao PAA	Qtde de AF para atender os 30% ⁽⁵⁾
BOA VIAGEM	539.396	12.259	161.819	6.568	3.417	PAA Leite/DS/CDLAF	18
CANINDE	799.788	18.177	239.936	5.364	3.561	PAA Leite	27
CARIDADE	207.944	4.726	62.383	920	1.264	PAA Leite	7
ITATIRA	286.704	6.516	86.011	2.056	1.701	PAA Leite/DS	10
MADALENA	213.092	4.843	63.928	1.644	1.952	PAA Leite	7
PARAMOTI	191.224	4.346	57.367	864	961	PAA Leite/CDLAF	6
Total Território	2.238.148	50.867	671.444	17.416	12.856		75
Total Estado	97.542.324	2.209.826	29.262.697	341.510	167.337		3.251

Quadro 6: Resumo de informações do PNAE no Território Sertões do Canindé.

Fonte: FNDE e SAF/MDA – Organização das informações SAF/MDA 2009

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

6.1.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos(65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

6.1.3 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.
- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.
- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão

mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC);
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente quatro municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 3% dos CRAS e 2% dos CREAS.

Município	Cras	Creas	Repassse Mensal Ações Até Set/2010	Repassse Total Ações Até Set/2010
Boa Viagem	2	1	686.615,00	5.380.750,83
Canindé	3	1	1.138.803,00	8.911.227,30
Caridade	2	0	171.569,33	1.376.044,59
Itatira	2	0	105.777,00	835.464,00
Madalena	1	0	135.938,58	1.044.477,83
Paramoti	1	0	63.483,80	483.809,05
Total	11	2	2.302.186,71	18.031.773,60
Total do Estado do Ceará	354	99	106.700,940	933.701,745

Quadro 7: Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho. Todos os municípios adotam programas como o Projovem, PETI, Idoso e em alguns municípios, há programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e ou grupos de gestantes.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); Pro Jovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e

Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até setembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 18 milhões de reais. Relacionando esses repasses para o Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que até set/2010 significou em termos percentuais, cerca de 2%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural - na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

No Território, para o BPC foram destinados mais de 15 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 3.517 pessoas. O PETI destina pouco mais de 250 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 44 milhões de reais (Quadro 8), o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 4%; atende 1,29% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 1,30%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 2,55% e repasses chegam a 2,56%.

Município	PETI		BPC				Bolsa Família	
	N°	Repasse	Idoso		Pessoa Com Deficiência		N°	Repasse
			N°	Repasse	N°	Repasse		
Boa Viagem	-	41.000,00	181	830.280,00	829	3.683.378,00	9.021	8.125.149,00
Canindé	-	91.000,00	525	2.359.260,00	1.254	5.577.564,00	11.596	10.504.376,00
Caridade	-	61.000,00	83	382.500,00	188	836.859,01	2.662	2.434.027,00
Itatira	-	27.500,00	33	144.051,00	125	549.270,00	3.214	2.983.306,00
Madalena	-	11.500,00	37	173.910,00	178	802.740,00	2.881	2.528.316,00
Paramoti	-	18.500,00	22	103.530,00	62	257.550,00	1.843	1.669.683,00
Total	-	250.500	881	3.993.531	2636	11.707.361,01	31.217	28.244.857
Total do Estado do Ceará	-	6.391.500	67.911	304.006.627	103.249	457.005.057	1.013.241	973.449.044

Quadro 8: Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

6.1.4 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 9 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Dos ano de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios em cerca de 9.277 mil, significando em termos percentuais, 28%.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Em percentuais, houve um aumento significativo de 75% e em recursos atingiu os 985 milhões de reais.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para a elevação importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria

no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI, etc.).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 147 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 113 milhões de reais.

Município	Quantidade de Benefícios Emitidos									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Boa Viagem	9.505	10.098	9.944	8.933	8.715	8.735	9.198	10.121	10.828	11.447
Canindé	10.183	9.522	10.095	10.606	11.235	11.978	12.770	13.278	14.629	15.193
Caridade	849	1.660	1.757	1.591	1.515	1.360	850	1.071	1.617	1.828
Itatira	2.110	2.302	2.268	2.254	2.060	1.423	847	974	1.455	1.521
Madalena	0	18	567	1.235	1.530	1.641	1.748	1.872	2.019	2.172
Paramoti	786	1.303	752	548	313	245	259	355	436	549
Total	23.433	24.903	25.383	25.167	25.368	25.382	25.672	27.671	30.984	32.710
Total Território	266.673									

Quadro 9: Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Município	Valor dos Benefícios Emitidos no Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Boa Viagem	18.078.327	22.755.124	25.965.168	29.054.560	29.557.562	33.008.894	38.773.372	45.679.172	52.915.312	63.465.696
Canindé	20.945.203	23.802.081	26.414.443	32.779.166	37.600.840	43.657.687	52.613.570	59.640.784	69.789.079	83.544.819
Caridade	1.361.754	3.045.357	4.394.427	5.019.623	4.947.494	5.303.977	5.116.701	4.295.383	6.954.653	9.656.958
Itatira	3.692.731	4.952.096	5.805.859	6.732.255	7.037.263	5.835.596	4.572.840	4.150.114	5.919.898	8.041.966
Madalena	0	3.503	648.959	2.727.922	4.642.645	5.913.552	6.977.229	8.199.405	9.505.058	11.705.042
Paramoti	1.237.594	2.550.861	2.982.694	1.948.815	1.379.498	1.077.696	1.002.926	1.389.138	1.906.087	2.745.495
Total	45.315.610	57.109.023	66.211.549	78.262.340	85.165.302	94.797.401	109.056.638	123.353.995	146.990.087	179.159.976
Total Território	985.421.921									

Quadro 10: Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Municípios	Quantidade (1)							
	Total		Urbana		Rural		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Boa Viagem	10.121	10.828	1.807	1.970	8.314	8.858	45.679	52.915
Canindé	13.278	14.629	3.069	3.183	10.209	11.446	59.641	69.789
Caridade	1.071	1.617	236	379	835	1.238	4.295	6.955
Itatira	974	1.455	137	204	837	1.251	4.150	5.920
Madalena	1.872	2.019	292	329	1.580	1.690	8.199	9.505
Paramoti	355	436	69	99	286	337	1.389	1.906
Total	27.671	30.984	5.610	6.164	22.061	24.820	123.354	146.990

Quadro 11: Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS –Urbano e Rural 2007 e2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 2009

6.1.5 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de *policiamento comunitário* ou, ainda, na dos *conselhos de segurança pública*. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

No Território, os municípios de Canindé e Boa Viagem, criaram as suas guardas municipais voltadas para a defesa do patrimônio público e para garantir a segurança e a tranquilidade nos prédios públicos, principalmente nas escolas. Também, são adotadas em alguns municípios restrições administrativas com relação a horários, funcionamentos de bares, clubes.

Os municípios de pequeno porte são atendidos pelo Programa de Policiamento Comunitário – PROCIDADANIA, mas com poucos recursos materiais e humanos. Em Canindé e Boa Viagem foi instalado o Ronda do Quarteirão. Em média, o contingente policial varia entre três a quatro policiais

por município. Com relação ao acompanhamento e controle social da segurança pública, no Território, somente dois municípios disseram ter constituído os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, sendo eles: Canindé e Boa Viagem.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas, no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, mas no âmbito preventivo. Mas, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.

6.1.6 Direito ao Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função

jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos/ conhecimento da lei.

Município	Promotores de Justiça	Delegacias	Defensores Públicos
Boa Viagem	1	1 Delegacia Municipal	1
Canindé	2	1 Delegacia Regional	2
Caridade	1	-	0
Itatira	1	-	0
Madalena	1	-	0
Paramoti	0	-	0
Total	6	2	3

Quadro 12: Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

Fonte: Sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - 2010

No Território são seis promotores de justiça para o atendimento nos seis municípios. Somente o município de Paramoti não tem promotor público. O município de Canindé possui duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em apenas dois municípios, sendo eles: Boa Viagem e Canindé. No caso do município de Canindé, são dois defensores públicos para atender ao território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com suas estruturas físicas comprometidas. Há duas delegacias regionais em Boa Viagem e Canindé onde estão concentradas as investigações dos crimes da região.

O município de Canindé ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n^o de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

6.1.7 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "*área de especial interesse turístico*" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;

- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Canindé e Boa Viagem para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

6.1.8 Direito à Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;
2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor; e,

3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A Acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

6.1.9 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES - /CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983 o PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS (CONFERÊNCIA DE VIENA) (ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte

integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994 a CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ) (OEA) Estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994 a DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CAIRO) (ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER (BEIJING) (ONU) chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999 no PROTOCOLO FACULTATIVO CEDAW (ONU) foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições

acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

6.2.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Programa Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa: MDA/DFDA, INCRA, INSS, SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO E EMPREGO, CEF, BNB, MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS. (articulação/integração de políticas públicas)

Os mutirões do ano de 2009 contemplaram os municípios de Boa Viagem, Madalena, Caridade, Itatira e Paramoti, atendendo 1.722 pessoas com a emissão de 2.340 documentos.

6.2.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do Pronaf, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial, o Pronaf Mulher. No entanto, não se têm os dados oficiais do número de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado, porque não foram fornecidas as informações pelas instituições de crédito.

6.2.3 Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal

No Território, estão em execução alguns projetos de formação política e inclusão produtiva para mulheres trabalhadoras rurais. Estes programas são executados pelas ONGs que atuam no Território e acompanhados pela Regional da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura-FETRAECE, a exemplo do Projeto Mulheres e Autonomia para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, com enfoque territorial, coordenado pelo Centro Feminista 8 de março(CF-8).

Outros projetos/ações são executados com grupos produtivos de mulheres por ONGs que atuam no Território e pelas equipes de ATES nas áreas de assentamento da reforma agrária.

6.2.4 Análise dos Aspectos Sociais

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

Dentro da lógica dos direitos e das políticas universalizantes, cabe ao Estado adotar as políticas públicas, programas/projetos/ações que se façam

necessárias para promover e garantir à população o acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo sido debatido no Território os direitos à segurança alimentar e nutricional (SAN), com o acesso à alimentação e à água; à seguridade social (assistência social, saúde e previdência social); à segurança pública; ao acesso à justiça; à moradia; à acessibilidade e os direitos humanos das mulheres.

Alguns programas e projetos estão sendo desenvolvidos no Território com o intuito de garantir esses direitos, quais sejam:

- Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC. No território já foram construídas duas mil e seiscentas cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), MDS Municípios e MDS Estado, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 3 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 4,75% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa, em termos percentuais, 4,75%.

- Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição onde foi instalada uma cozinha comunitária nos municípios de Boa Viagem e Paramoti e três mercados populares em Boa Viagem (1), Itatira (1) e Paramoti (1).

- Programa Bolsa Família (PBF) Somente no mês de setembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 3 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício aproxima-se de 32 mil beneficiários.

No território há uma estimativa de mais de 36 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 85%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, quase 17 mil, ou seja 46,25% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de

famílias atendidas é bem maior, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 15%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território 2,66% destas famílias estão cadastradas de todo o Estado.

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que deste último, o Território recebeu 2,29% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 97.0,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 4,23 do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 52.030 agricultores/as familiares, o que representa 5% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

- Políticas da assistência social através dos Centros de Referência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) com a adoção de programas como o ProJovem, Idoso, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente os municípios de Boa Viagem e Canindé implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 3% dos CRAS e 2% dos CREAS.

No Território, para o BPC foram destinados mais de 15 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 3.517 pessoas. O PETI destina pouco mais de 250 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 44 milhões de reais, o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o

caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 4%; atende 1,29% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 1,30%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 2,55% e repasses chegam a 2,56%.

- Políticas de Previdência Social onde as pesquisas têm mostrado que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo.

A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI...).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 147 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 113 milhões de reais.

- Direito à Segurança Pública onde em alguns municípios foram criadas as suas guardas municipais e estão sendo atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com

viaturas equipadas com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão. Em Canindé e Boa Viagem foi instalado o Ronda do Quarteirão. Em média, o contingente policial varia entre três a quatro policiais por município. Com relação ao acompanhamento e controle social da segurança pública, no Território, somente dois municípios disseram ter constituído os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, sendo eles: Canindé e Boa Viagem.

- Direito ao Acesso à Justiça sendo que no Território são seis promotores de justiça para o atendimento nos seis municípios. Somente o município de Paramoti não tem promotor público. O município de Canindé possui duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em apenas dois municípios, sendo eles: Boa Viagem e Canindé. No caso do município de Canindé, são dois defensores públicos para atender ao território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com suas estruturas físicas comprometidas. Há duas delegacias regionais em Boa Viagem e Canindé onde estão concentradas as investigações dos crimes da região.

O município de Canindé ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de

violência contra a mulher não são denunciadas, e, portanto, não computadas, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (nº de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros)

- Direito à moradia, onde a maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei (municípios acima de 20 mil habitantes) chama os municípios de Canindé e Boa Viagem para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

- Direito à acessibilidade. Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

- Direitos Humanos das Mulheres. No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

Os mutirões do ano de 2009 contemplaram os municípios de Boa Viagem, Madalena, Caridade, Itatira e Paramoti, atendendo 1.722 pessoas com a emissão de 2.340 documentos.

- Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher
- Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal.

Nos debates territoriais ficou evidente a fragilidade do Colegiado de ocupar os espaços onde as discussões sobre esses direitos são realizados.

Constata-se que há um avanço no acompanhamento e monitoramento dessas políticas públicas, mas os municípios e a sociedade civil ainda carecem de instrumentos de controle social.

Ainda há uma dificuldade das famílias saírem das políticas compensatórias (porque dadas as condições de vulnerabilidade e de insegurança alimentar em que se encontram) para políticas de inclusão produtiva.

Isso requer um trabalho intersetorial pelas diversas secretarias municipais (assistência social, saúde e educação) no sentido de acompanhar as famílias beneficiárias de programas sociais, principalmente as atendidas pelo programa bolsa família (tendo em vista, as condicionalidades do programa), que atualmente se configura como o programa de transferência de renda que tem maior cobertura no atendimento às famílias pobres dos municípios.

Percebe-se no Território, que ainda há um longo caminho a se percorrer para que cidadãos e cidadãs possam enxergar que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência, o acesso à alimentação e à água, à justiça, à moradia são direitos inerentes a qualquer ser humano e que apesar de estarem positivados, precisam ser postos em prática, se materializar para que tenhamos realmente, uma sociedade mais justa, mais humana e solidária.

7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacamos as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citamos que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Outro ponto de destaque é a sustentabilidade aliada ao desenvolvimento, que vai de encontro à proposta da Agenda 21, que faz recomendações detalhadas para a mudança dos padrões de comportamento e desenvolvimento causadores de condições precárias de saúde, afetando o meio ambiente. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessária uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da

população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos seis municípios que perfazem o Território Sertões de Canindé: Caridade, Canindé, Paramoti, Itatira, Boa Viagem e Madalena.

A construção da matriz de indicadores baseou-se nos critérios de: relevância para a compreensão da situação de saúde, bem como de suas causas e conseqüências; validade para orientar decisões de política e apoiar o controle social do SUS; identidade com processos de trabalho próprios à gestão do sistema de saúde; e disponibilidade de bases de dados, sistemas de informação ou estudos nacionais. Esses critérios vêm sendo mantidos no processo de revisão e atualização periódicas da matriz, ainda que sujeito a acréscimo e exclusão de indicadores, bem como a alteração de conceitos, fontes e métodos de cálculo.

A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte melhor identificada com o tema, a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo Datasus.

7.1 Análise da Situação de Saúde

7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações,

aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

Avaliamos as informações referentes à morbidade onde priorizamos algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas. Outro fato preocupante é que as pessoas que tem uma doença crônica geralmente tem outras morbidades associadas.

Outras morbidades analisadas foram as relacionadas a doenças infectocontagiosas como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito, a hanseníase foi incluída devido a uma solicitação dos Comitês de Saúde do território, e por fim, avaliamos a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde e sua resolutividade, também por ter implicações severas após o nascimento.

Tabela 5: Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território Sertões do Canindé.

Nº de Pessoas Acometidas por Morbidades Crônicas e Transmissíveis						
Municípios	Doenças Crônicas		Doenças Transmissíveis			Hanseníase 2009**
	Hipertensão Arterial	Diabetes*	Dengue** 2009	Tuberculose -** 2009	Sífilis *** Congênita 2009	
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO						
Caridade	451	168	14	5	1	9
Paramoti	292	84	0	2	1	5
TOTAL	743	252	14	7	2	14
MICRO SANTAS MISSÕES						
Itatira	424	119	29	2	2	0
Canindé	958	266	324	29	14	40
TOTAL	1382	385	353	31	16	40
MICRO SANTAS MISSÕES						

Nº de Pessoas Acometidas por Morbidades Crônicas e Transmissíveis						
Municípios	Doenças Crônicas		Doenças Transmissíveis			Hanseníase 2009**
	Hipertensão Arterial	Diabetes*	Dengue** 2009	Tuberculose - ** 2009	Sífilis *** Congênita 2009	
Boa Viagem	692	229	10	4	1	3
Madalena	430	110	0	0	1	4
TOTAL	1122	339	10	4	2	7
TOTAL DO TERRITÓRIO	3247	976	377	42	20	61

Fontes: CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE- MS/2008; * Coeficiente de mortalidade infantil proporcional; **considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC; SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009. * Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no HiperDia

** Número de casos 2009

***incidência de sífilis em gestantes

Observa-se que os municípios que tem maior número de pessoas com hipertensão e diabetes são Canindé e Boa Viagem. apesar dos numeros elevados atualmene no Brasil estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasiol pois, estima-se que 35% da população é hipertensa.

Com relação aos indicadores de prevalência destas duas morbididades no território obtivemos que para a hipertensão tem-se a prevalência de 3,0 casos para 100 habitantes, já para com relação à diabetes temos como resultado 0,4 casos para 100 habitantes, portanto índices ainda sob uma perspectiva controlada para estas doenças,caso os números corresponda a realidade dos municípios. Vale ressaltar que verificamos as informações dos cadastros pelo Sitema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos.

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, na dengue observamos que apesar de no município de Canindé terem ocorrido praticamente todos so casos de dengue no periodo(324), quando avaliamos a incidência do território observamos que temos um resultado de 171 casos para cada 100.000 habitantes, este indice caracteriza uma endemia neste território. É importante destacar que Canindé centraliza muitos casos da doença, é referência no terriório para o comércio, emprego,renda, estudo e eventos

culturais na região, portanto é importante a intensificação de medidas que visem o controle e a diminuição deste número que se mostrou elevado no ano de 2009 e vai de encontro a matriz de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças que cita como uma ameaça externa a epidemia de dengue.

Para a tuberculose, temos que o município de Canindé também concentra o maior número de casos. Quando calculamos a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de (19,9) casos para 100.000 habitantes, o que nos traz uma certa preocupação com relação ao controle e cura destes paciente. Taxas elevadas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico, com relação a esta característica o IDH do município foi, apontado como um ponto fraco no ambiente interno e a insatisfatórias condições assistenciais de diagnóstico e tratamento de sintomáticos respiratórios. Como sugestão dos participantes da oficina inserimos os dados sobre a hanseníase no território, encontramos o total de 61 casos, o município de Canindé concentra a maioria dos casos perfazendo um total de 40. É importante avaliar a capacidade das equipes de saúde da família para o acompanhamento dos casos, pois por se tratar de uma doença com manifestações diversas e se não tratados adequadamente e em tempo hábil leva a seqüelas graves. Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG. A infecção concomitante pelo HIV pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose. Com relação ao questionamento sobre a cobertura vacinal da BCG, os participantes responderam que não há problemas, pois a própria maternidade da região vacina as crianças ao nascer.

7.2 Mortalidade Proporcional

7.2.1 Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são

geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 por mil. No território Sertões do Canindé a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 12,1 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos, que avaliando a partir do parâmetro referido anteriormente, constatamos que o território encontra-se em uma situação sob controle, custando aos municípios que fazem parte deste território melhorar ainda mais este indicador. Dois municípios se destoam deste resultado como Boa Viagem(22,8) e Itatira(15,7) sendo necessária a intensificação de estratégias de monitoramento e busca das causas para este resultado. Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil. De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos. No território Sertões de Canindé, este indicador corresponde a 15,7 óbitos por 1000 nascidos vivos estando abaixo do resultado do Estado do Ceará em 2008. Enfatizamos que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estar intimamente relacionado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, além de estarem relacionados aos níveis de saneamento os

quais iremos falar mais adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil. Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Por isto, é importante o acompanhamento pré-natal, e o acompanhamento após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida. Segundo (SUCUPIRA, 2003), na Estratégia saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

Quando questionamos sobre a atenção ao recém-nascido encontramos que o acompanhamento à criança nos primeiros anos de vida fica comprometido, pois as visitas de puerpério não são realizadas como rotina de trabalho dos profissionais que atuam na atenção básica. O que é uma situação preocupante, pois encontramos na literatura que o percentual mais elevado de mortalidade infantil encontra-se no período neonatal que corresponde justamente aos primeiros 28 dias após o nascimento.

7.3 Mortalidade proporcional por grupos de causas

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências e por fim os demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por

mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população. O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da sub notificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

Tabela 6: Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território dos Sertões de Canindé em 2008.

Municípios	Mortalidade Proporcional em 2008									
	Total 2008	Nº De Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos	% Doenças Infeciosas	% Neoplasia	% Aparelho Circulatorio	% Aparelho Respiratório	% Período Perinatal	% Causas Externas	% Demais Causas
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO										
Caridade	99	5,2	3,7	4,2	16,8	35,8	12,6	1,1	12,6	16,8
Paramoti	62	5,2	5,5	1,8	15,8	45,6	12,3	0	0	24,6
TOTAL	161	5,2	4,6	3	16,3	40,7	12,45	0,55	6,3	20,7
MICRO SANTAS MISSÕES										
Itatira	100	5,4	15,7	4,2	15,8	30,5	10,5	3,2	16,8	18,9
Canindé	381	5	12	4,3	14,7	36,5	14,78	1,6	11,5	16,4
TOTAL	481	5,2	13,85	4,25	15,25	33,5	12,64	2,4	14,15	17,65
MICRO SANTAS MISSÕES										
Boa Viagem	325	5,8	22,8	1,9	12,8	34,6	7,7	3,8	17,6	21,5
Madalena	76	4,3	12,9	2,6	15,7	25	13,2	1,3	13,2	28,9
TOTAL	401	5,05	17,85	2,25	14,25	29,8	10,45	2,55	15,4	25,2
TOTAL DO TERRITÓRIO	1043	5,2	12,1	3,2	15,3	34,7	11,8	1,8	12,0	21,2

Fontes: CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE- MS/2008; * Coeficiente de mortalidade infantil proporcional; **considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC; SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009. * Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

No Território Sertões do Canindé avaliando a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 a seguinte distribuição:

As mortes relacionadas ao período perinatal tem menos impacto diante das demais causas seguidas das doenças infecciosas. As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 35% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica o envelhecimento da população.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

Quanto às estratégias para evitar a mortalidade por doenças do aparelho circulatório os colaboradores da oficina citam algumas iniciativas como a inserção de profissionais que trabalham a promoção da saúde como o profissional de educação física no Núcleo de Apoio à saúde da família, percebemos que a inserção de outras categorias favorece o trabalho interdisciplinar e consolidam a principal causa da atenção básica que é a promoção da saúde da comunidade. Relatos como a diminuição do uso de medicamentos, maior adesão a hábitos saudáveis entre outros benefícios.

Podemos observar que a média das mortes relacionadas ao período Perinatal(1,8%), tem menos impacto diante das demais causas seguidas das doenças infecciosas(3,2%). As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 34,7% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência de envelhecimento da população.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

Uma alteração nas causas de mortalidade tanto no território como no país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

Com relação às causas externas é praticamente o terceiro lugar no percentual de mortalidade, o que se caracteriza um índice elevado, superando até mesmo a média de mortes por neoplasias. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

7.4 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

Tabela 7: Condições de nascimento no Território Sertões de Canindé em 2008

Municípios	Informações sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% de Partos Cesáreos	% de Partos Vaginais	% com Baixo Peso	% de Prematuros	% de Mães de 10 - 19 Anos
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO						
Caridade	272	27,2	72,8	6,6	5,9	20,2
Paramoti	183	30,1	69,9	7,7	4,9	30,1
TOTAL	455	28,65	71,35	7,15	5,4	25,15
MICRO SANTAS MISSÕES						
Itatira	383	22,2	77,8	6,5	5,2	26,4
Canindé	1255	28,6	71,4	7,4	4,8	23,7
TOTAL	1638	25,4	74,6	6,95	5	25,05
MICRO SANTAS MISSÕES						
Boa Viagem	798	27,7	72,3	7,7	3,5	28,9
Madalena	232	27,6	72,4	8,6	6,0	16,4
TOTAL	1030	27,65	72,35	8,15	4,75	22,65
TOTALDO TERRITORIO	3123	27,2	72,8	7,4	5,1	24,3

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os índices da Tabela 7, percebemos que o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território está de acordo com as metas do Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30%, porém o percentual alcançado pelo Estado do Ceará em 2008 foi que 42,7 % do total dos partos, foram cesáreos. Apenas em Paramoti, o percentual ficou um pouco acima da meta pactuada com Estado (30,1%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes(10 a 19 anos), encontramos que 25% das mulheres que pariram em 2008 eram adolescentes, relacionamos este indicador um índice social que é a escolaridade destas mães. O objetivo de conhecer esta variável é que este se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada.

Um dos municípios que requer um olhar mais cuidadoso é o de Paramotí, onde encontramos que 30% das mulheres que pariram em 2008 são adolescentes, outro município que direcionaria o foco para pactuar estratégias de chegar ao percentual recomendado pelo Ministério da Saúde, é Boa Viagem que teve um percentual um pouco acima da média do território(28,9%).

Existem outros pontos levantados pelos participantes da oficina que foram a qualidade da atenção ao pré-natal, PIS ainda falta a garantia do acesso a gestante aos exames de rotina como a ultrassonografia, o único município que concentra o exame pelo SUS é Canindé, limitando o acesso, porque as gestantes só são atendidas uma vez por semana, às quartas-feiras.

O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Sertões de Canindé foi de 7,4% dos nascidos vivos foram prematuros.

Sobre o baixo peso ao nascer temos uma média de 5,1% dos partos são de crianças nascem nesta situação. Destacamos o municípios como Madalena que tem 8,6 % nascem com baixo peso um pouco acima da média do território.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil. A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

7.5 Tipos de Estabelecimentos

Constatamos que no Território Sertões do Canindé existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade básica de saúde(33), seguida de posto de saúde(27).

A matriz deste Território traz como um ponto forte do ambiente interno a criação da farmácia popular, apesar de que este tipo de estabelecimento foi citado também como um ponto fraco do ambiente interno por ainda não ter sido implantada em todos os municípios do Território Sertões de Canindé. De fato contatamos que apenas o município de Canindé implantou a farmácia popular até agora.

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas.

O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica.

Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

Outro ponto a destacar é o Serviço de Atendimento Médico de Urgência- SAMU. Este encontra-se apenas em um dos 18 municípios é importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção á saúde da população.

Com relação ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS existe apenas um estabelecimento de saúde deste tipo em funcionamento de acordo com a pesquisa nos sites referidos, ou seja, alguns municípios estão com a atenção à saúde mental comprometida. Na matriz de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, foi levantada uma ameaça externa que é uma presença endêmica de drogas. Destacamos que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam nos Núcleos de apoio à Saúde da Família e pelos Centros de Referência da Assistência Social. Estas estruturas devem tanto identificar agravos e morbidades impactantes na situação de saúde e social do Território bem como a prevenir estas diversas situações. No caso de tratamento e reabilitação de pessoas drogadictas/ usuárias de drogas, o CAPS-AD(álcool e drogas) é a referência para acompanhar as pessoas usuárias de drogas que desejam uma nova perspectiva de vida. Vale ressaltar que existem algumas limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

Estes serviços devem ser substitutivos e não complementares ao hospital psiquiátrico. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.

7.6 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

No território Sertões do Canindé existe apenas um Centro de Especialidades Odontológicas – CEO em Canindé. É interessante um levantamento epidemiológico e das necessidades de saúde bucal dos municípios que tem este centro de especialidade como referência. Os CEO são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- >|Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca.
- >|Periodontia especializada
- >|Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros
- >|Endodontia
- >|Atendimento a portadores de necessidades especiais

Cada Centro de Especialidade Odontológica credenciado passa a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Além da implantação de CEOs, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de 2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

- >|Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais
- >|Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais
- >|Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

7.7 Núcleo de apoio à Saúde da Família - NASF

Percebemos carências no que se refere aos núcleos de apoio/atendimento à Saúde da Família - NASF que totalizam apenas 2 dentre os 6 municípios que fazem parte deste território sendo estes localizados no município de Canindé. Existe ainda uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às equipes de Saúde da Família completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima(Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Descrevemos a seguir as modalidades e os tipos de núcleos possíveis para atuação.

7.7.1 Modalidades

Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades. O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os Nasf autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm até dezembro deste ano para implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

7.7.2 Núcleo

Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.8 Número de Leitos Hospitalares por Habitante

Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

Este Indicador serve para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

Encontramos que no Território Sertões de Canindé tem uma média de 1,3 leitos para 1000 habitantes. Ao compararmos este dado com o resultado do Estado do Ceará temos que existem 1,7 leitos-SUS para cada 1000 habitantes

e 2,2 leitos em geral. O que é uma situação equilibrada, conforme observado na Tabela

7.9 Atenção Básica – Número de Equipes de Saúde da Família e Cobertura

Sobre o total de Equipes de saúde da Família e a cobertura do percentual da população temos que o território tem 43 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 79,2. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica bem abaixo da média do território como Boa Viagem onde a população coberta não passa de 37,4%/6 equipes para toda a população e Paramoti (57,2%)/ 2 equipes. Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

Um comentário sobre o repasse de recursos insuficiente para atenção básica foi levantado pelos participantes do comitê, com relação a essa situação temos a Portaria 3067 de 2008 fixa o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica – PAB Fixo em R\$ 17,00 (dezesete reais) por habitante ao ano, para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Será mantido o valor per capita dos Municípios que recebem, atualmente, PAB superior a R\$ 17,00 (dezesete reais) por habitante ao ano.

Art. 2º Atualizar a base populacional para o cálculo do PAB Fixo, a partir da estimativa da população dos Municípios e o Distrito Federal para o ano de 2008, constante da Resolução nº 8, de 27 de agosto de 2008, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para os Municípios onde não houve contagem da população no ano de 2007 a estimativa da população para o ano de 2008 será acrescida do quantitativo de população assentada entre os anos 2000 e 2005, conforme informação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os Municípios que tiveram redução da estimativa populacional para o ano de 2008 em relação à utilizada anteriormente, os valores mensais e anuais do PAB serão mantidos por meio da correção do valor per capita.

Durante as oficinas foram colocados pontos como a descontinuidade dos serviços, devido aos projetos e investimentos do governo federal onde há contrapartida do governo municipal, quando há essa modalidade de investimento o governo municipal dentro de suas fragilidades não consegue dar continuidade aos processos iniciados.

Tabela 8: Infraestrutura de Saúde do Território Sertões do Canindé por Tipo de Estabelecimento

Municípios	Tipo de Estabelecimento												
	Atenção Básica						Atenção Especializada						
	Centro De Saúde/ Unidade Básica De Saúde	Posto De Saúde	nº EqSF	% Cobertura EqSF	NASF	CEO	CAPS	Farmácia Popular	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada	Hospital	Nº de Leitos
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO													
Caridade	6	0	6	101,7	0	0	0	0	0	0	0	0	1,1
Paramoti	5	1	2	57,4	0	0	0	0	0	0	0	0	2,6
TOTAL	11	1	8	79,55	0	0	0	0	0	0	0	0	1,9
MICRO SANTAS MISSÕES													
Itatira	7	0	6	101,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Canindé	1	17	17	76,3	2	1	1	1	1	0	1	1	1,4
TOTAL	8	17	23	88,95	2	1	1	1	1	0	1	1	0,7
MICRO SANTAS MISSÕES													
Boa Viagem	8	5	6	37,4	0	0	0	0	0	0	1	1	1,2
Madalena	6	4	6	100,8	0	0	0	0	0	0	0	1	1,4
TOTAL	14	9	12	69,1	0	0	0	0	0	0	1	2	1,3
TOTALDO TERRITORIO	33	27	43	79,2	2	1	1	1	1	0	2	3	1,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

7.10 Recursos Humanos

7.10.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 habitantes

No território Sertões do Canindé encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os números que mais chamam a atenção são os de psiquiatra(0,0) seguido de pediatra(0,03) e anestesista(0,03). Entretanto quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que o Território está praticamente de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes e o total de 0,9 profissionais por 1000 habitantes. Percebemos que estes profissionais estão concentrados praticamente no município de Canindé. Com o novo modelo e proposta do Ministério da Saúde que recomenda a atuação em redes e linhas de cuidado, colocamos a importância de estruturar as redes de apoio à saúde no Território.

Um ponto citado como um ponto fraco interno foi o reduzido número de médicos atuando na Estratégia Saúde da Família, o que vai de encontro a média do território que é de 0,3 médicos de família para cada 1000 habitantes. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nos mais diversos municípios. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre estas causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter esta situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

7.10.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos situações carência principalmente entre as categorias de fonoaudiólogo, assistente social, nutricionista, psicólogo e farmacêutico. Nas categorias enfermeiro e dentista ainda encontramos uma déficit, entretanto a matriz nos cita como um ponto fraco apenas o pouco número de profissionais médicos que atuam no PSF/ESF. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho

7.11 Saneamento Básico

7.11.1 Situação de Abastecimento de Água e Esgoto no Território Sertões do Canindé em 2006

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água¹:

- (i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição;
- (ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água à população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento ligado a rede geral totalizam o percentual de 30,5% no Território Sertões da Canindé, que é um do percentual inferior ao encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%. As situações de abastecimento provenientes de poços ou nascentes no território chegam a 30,5% um pouco superior ao percentual alcançado pelo Estado que foi de 21,6%. Já o percentual correspondente a outras formas de abastecimento chega a 34,3% no território e 19,6% no Estado do Ceará, uma diferença bastante significativa, seria importante identificar quais as outras formas de abastecimento existentes, já que é um percentual significativo.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

Seria interessante destacar que o indicador refere-se somente à disponibilidade de rede geral de abastecimento, não considerando o uso efetivo pela população. Também não permite avaliar a quantidade *per capita*, a qualidade da água de abastecimento e a intermitência de fluxo. Outro ponto relevante a ser indagado é a fluoretação da água como fator de proteção à saúde bucal das pessoas que utilizam a água.

Tabela 9: Situação de Abastecimento de Água e Esgoto no Território Sertões de Canindé em 2006.

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO		
Caridade	49,7	0
Paramoti	99,3	0
TOTAL	74,5	0,0
MICRO NAÇÃO INDÍGENAS CANINDÉS		
Itatira	47,5	0
Canindé	99,1	36,5
TOTAL	73,3	18,3
MICRO SANTA MISSÕES		
Boa Viagem	98,4	0
Madalena	nd-	nd
TOTAL	98,4	0,0
MEDIA DO TERRITORIO	82,1	6,1

Fonte: SEINFRA % de domicílios com abastecimento de água e % de domicílios com esgotamento sanitário, 2006.

Nota: no documento não há dados do município de Madalena. (nd)

7.11.2 Cobertura de Esgotamento Sanitário

Observamos que é bastante significativo o percentual de domicílios que não tem esgotamento sanitário, apenas 6,1% possuem esgoto sanitário uma cobertura que possivelmente compromete a situação de saúde deste território por estar muito distante da cobertura ideal. Alertamos que baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando relacionamos este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias temos um percentual de 3,2% do total de óbitos no território. Recomendamos investigação das causas de internamentos para fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Os municípios do Território da Cidadania Sertões do Canindé na divisão estadual da educação da Secretaria Estadual de Educação, os do Micro Território Vaqueiros do Sertão e Nação Indígena Canindés são atendidos pela Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE 7 com sede em Canindé, e os que fazem parte do Micro Território Santas Missões são atendidos pela CREDE 12 com sede em Quixadá.

8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual a cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler e escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto.

Tabela 10: População Total e Alfabetizada no Ceará por Faixa Etária e Zona de Moradia

Grupo de Idade	2008					
	Total	Total		Total	Alfabetizada	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 a 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 a 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
60 anos ou mais	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576

Fonte: IPECE, 2009.

A Tabela 10 mostra que considerando a população alfabetizada no Estado por faixa etária, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

8.2 Nível de Escolaridade

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de 04 meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. (LDB, 1996).

Este nível de escolaridade será visto por três variáveis que são o número de matrícula, número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, se tem quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

Como mostra a Tabela 11, as matrículas do Ensino Infantil no micro Território Vaqueiros dos Sertões estão equilibradas tanto nas creches como no pré-escolar nas duas zonas de moradias. No Micro Território Nação Indígena Canindés, há uma concentração de matrícula nas escolas da zona urbana.

Apesar de o Micro Território Santas Missões também apresentar uma concentração de matrículas na zona rural em escolas da rede municipal, a procura maior são dos alunos da segunda fase que freqüentam a pré-escola.

Com relação ao Ensino Infantil, em Canindé algumas escolas funcionam ainda em casas cedidas, sem as mínimas condições de um ambiente educativo, mas com a organização dos pólos algumas escolas foram fechadas e os alunos remanejados.

Tabela 11: Ensino Infantil - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
CARIDADE	Municipal	Rural	197	110	307
		Urbana	150	169	319
	SubTotal:		347	279	626
	Particular	Urbana	78	126	204
Total:			425	405	830
PARAMOTI	Municipal	Rural	235	260	495
		Urbana	107	135	242
	SubTotal:		342	395	737
	Particular	Urbana	22	28	50
Total:			364	423	787
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO			789	828	1.617
CANINDE	Estadual	Rural	3	3	6
	Municipal	Rural	421	1.033	1.454
		Urbana	762	1.057	1.819
	SubTotal:		1.183	2.090	3.273
	Particular	Urbana	110	335	445
Total:			1.296	2.428	3.724
	Municipal	Rural	47	478	525
		Urbana	57	499	556
	SubTotal:		104	977	1.081
Total:			104	977	1.081
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENA CANINDES			1.400	3.405	4.805
BOA VIAGEM	Municipal	Rural	0	1.096	1.096
		Urbana	0	592	592
	SubTotal:		0	1.688	1.688
	Particular	Urbana	0	134	134
Total:			0	1.822	1.822
MADALENA	Municipal	Rural	259	363	622
		Urbana	68	129	197
	SubTotal:		327	492	819
	Particular	Urbana	0	7	7
Total:			327	499	826
TOTAL MICRO SANTAS MISSÕES			327	2.321	2.648

Fonte: SEDUC, 2010.

Em Boa Viagem e em Caridade, ainda existem escolas Infantis funcionando em residências adaptadas. Já em Madalena e Itatira, os Centros Comunitários é que foram adaptados em escolas nos três níveis de educação. E em Madalena houve a nucleação de acordo com as orientações do Plano de

Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola, que auxilia a escola pública a investir em sua qualificação, oferecendo mais qualidade de ensino ao estudante, e conseqüentemente aumentando a aprendizagem escolar e que deve ser elaborado de acordo com o Plano de Ações Articuladas - PAR.

O município de Caridade tem 29 escolas, estando 24 localizadas na zona rural, sendo que destas 24, 06 localizam-se em assentamentos rurais. Há uma demanda de ampliações da rede, através de construções de escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no município, em especial na zona rural.

Nos municípios que formam o Território, se faz necessário a formação continuada dos docentes da educação infantil, pois estes profissionais devem estar atualizados com os conteúdos oferecidos aos alunos, e suas habilidades didáticas devem condizer com as disciplinas por eles ministradas, o que às vezes na prática isso não vem ocorrendo, prejudicando o ensino para essas crianças; e a competência política da escola onde este profissional leciona, deve estar voltada para a qualidade da gestão educacional, então os dirigentes também devem estar abertos para as ações e programas oferecidos pelo Estado e União.

Com relação ao transporte escolar alguns veículos são inadequados, causando constrangimento e até acidentes. Apesar do programa do Governo Federal “Caminhos da Escola” já sinalizar uma ação para superar as condições de transporte no município de Caridade e nos demais municípios do Território, pois os alunos que moram nas diversas comunidades rurais dos municípios dependem deste veículo para se locomover até as escolas.

A Tabela 12 mostra o número de escolas, a quantidade de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, a quantidade de quadras de esportes e quantidade de que recebe merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia no Ensino Infantil.

Tabela 12: Ensino Infantil - Número de escolas, quantidade de biblioteca, de laboratório de informática, laboratório de ciências e de quadras de esportes, quantidade de escola que recebe a merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos			
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes
					Informática	Ciências	
CARIDADE	Municipal	Rural	20	0	0	0	0
		Urbana	3	0	0	0	0
	SubTotal:		23	0	0	0	0
	Privada	Urbana	4	1	0	0	0
Total:			27	1	0	0	0
PARAMOTI	Municipal	Rural	45	5	0	0	0
		Urbana	3	1	1	0	0
	SubTotal:		48	6	1	0	0
	Privada	Urbana	2	0	0	0	0
Total:			50	6	1	0	0
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO			77	7	1	0	0
CANINDE	Estadual	Rural	1	0	0	0	0
	Municipal	Rural	101	16	1	0	2
		Urbana	15	1	0	0	0
	SubTotal:		116	17	1	0	2
	Privada	Urbana	9	9	0	2	2
Total:			126	26	1	2	4
ITATIRA	Municipal	Rural	38	6	3	0	0
		Urbana	5	1	1	0	3
Total:			43	7	4	0	3
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENA CANINDES			169	33	5	2	7
BOA VIAGEM	Municipal	Rural	68	12	17	0	6
		Urbana	7	2	1	0	0
	SubTotal:		75	14	18	0	6
	Privada	Urbana	3	3	3	1	1
Total:			78	17	21	1	7
MADALENA	Municipal	Rural	28	0	6	0	0
		Urbana	1	1	0	0	0
	SubTotal:		29	1	6	0	0
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1
Total:			30	2	7	0	1
TOTAL MICRO SANTAS MISSÕES			108	19	28	1	8

Fonte: SEDUC, 2009.

Com relação à infraestrutura vemos que já existe uma preocupação tanto das escolas da rede pública como da privada em dotar as mesmas com biblioteca, que é um espaço de acesso à cultura e de exercício de cidadania para os alunos e a comunidade escolar, mas infelizmente não podemos dizer o mesmo com relação aos laboratórios de informática e de ciências, principalmente deste último, pois através das experiências de ciências, o aluno desperta para profissões nesta área.

Uma das alternativas para a presença deste equipamento seria a aquisição de Laboratórios Móveis de Ciências que seriam usados por um número bem maior de alunos em toda a rede municipal.

Outro equipamento que precisa ser criado nas escolas são as quadras poliesportivas, pois sabemos que o esporte é a porta de entrada para muitos jovens que precisam de um futuro garantido, e o lazer faz parte da qualidade de vida e bem estar para os alunos que freqüentam as escolas, e juntos mostram que a saúde do corpo faz bem para a saúde da alma.

Em Caridade o acolhimento da Educação Infantil não é maior nas creches, pela falta de estruturas adequadas para receber crianças de 04 meses a 03 anos de idade.

Com relação a merenda escolar oferecida nas escolas da rede pública tanto municipal como estadual o cardápio da merenda das escolas é diferenciado nos três níveis sendo elaborado por nutricionistas dos municípios do Território. Em Canindé o cardápio é único para todos os três níveis. As escolas não têm espaço específico para seus alunos merendarem, a maioria não dispõe de geladeira ou refrigerador, e não são abastecidas por água encanada.

Em alguns municípios já acontece o consumo da produção da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e seus produtos são: carne bovina e caprina, batata doce, cheiro verde, leite, mel de abelha, ovos, bolos dentre outros.

Em Paramoti, Caridade, Itatira, Madalena e Boa Viagem as compras são feitas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que tem

seu repasse feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, inicia-se aos seis anos de idade, ou aos cinco anos, para as crianças que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de dois anos a Pré-Escola. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1ª a 5ª), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6 a 9ª) Ensino Fundamental II.

Em 2003 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação as 'diretrizes operacionais da educação do campo' e que a maioria dos sistemas municipais de educação desconsideraram.

Este nível de escolaridade terá as variáveis: número de matrículas, número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos; e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

A Tabela 13 mostra o número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia do Ensino Fundamental.

No Ensino Fundamental a quantidade de matrícula nas séries iniciais é bem maior que nas séries finais, isso ocorre porque a evasão escolar cresce com o aumento da faixa etária, pois o controle dos pais e professores diminui, então tem que haver políticas públicas voltadas para estes anos letivos, um bom atrativo seria a construção de bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências e as quadras esportivas, pois juntos eles preencheriam em todas as etapas da pesquisa, do conhecimento, da experiência, do esporte e do lazer as lacunas que existem na vida e na motivação desses pré-adolescentes do Território dos Sertões de Canindé.

Ou então, a nucleação do ensino fundamental, como é o caso de Paramoti, que das 60 escolas existentes, 26 foram nucleadas, seguindo orientação do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE- Escola elaborado de acordo com o Plano de Ações Articuladas - PAR, que se tornou um grande passo na educação do município.

No município de Caridade existe o Programa Pedagógico Escola Ativa em 23 escolas.

A Tabela 14 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática, e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Fundamental no Território.

Tabela 13: Ensino Fundamental - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
CARIDADE	Estadual	Urbana	0	139	139
	Municipal	Rural	699	336	1.035
		Urbana	1.401	716	2.117
	Total:		2.100	1.052	3.152
	Particular	Urbana	185	5	190
Total:			2.285	1.196	3.481
PARAMOTI	Municipal	Rural	935	624	1.559
		Urbana	635	532	1.167
	Total:		1.570	1.156	2.726
	Particular	Urbana	81	7	88
Total:			1.651	1.163	2.814
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTAO			3.936	2.359	6.295
CANINDE	Estadual	Rural	8	6	14
		Urbana	0	106	106
	Total:		8	112	120
	Municipal	Rural	4.046	3.123	7.169
		Urbana	3.698	2.773	6.471
	Total:		7.744	5.896	13.640
Particular	Urbana	1.013	479	1.492	
Total:			8.765	6.487	15.252
ITATIRA	Municipal	Rural	1.438	521	1.959
		Urbana	1.473	1.655	3.128
Total:			2.911	2.176	5.087
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENAS CANINDES			11.676	8.663	20.339
BOA VIAGEM	Estadual	Urbana	0	596	596
	Municipal	Rural	3.827	2.525	6.352
		Urbana	2.137	1.222	3.359
	Total:		5.964	3.747	9.711
	Particular	Urbana	212	238	450
Total:			6.176	4.581	10.757
MADALENA	Municipal	Rural	1.325	906	2.231
		Urbana	776	811	1.587
	Total:		2.101	1.717	3.818
	Particular	Urbana	74	8	82
Total:			2.175	1.725	3.900
TOTAL MICRO SANTAS MISSOES			8.351	6.306	14.657

Fonte: SEDUC, 2010.

Tabela 14: Ensino Fundamental, número de escolas, escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia quantidade de escolas que recebem merenda escolar

Municípios	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	
					Informática	Ciências		
CARIDADE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	
	Municipal	Rural	18	2	2	0	0	
		Urbana	5	2	2	0	0	
	SubTotal:			29	4	4	0	0
	Privada	Urbana	3	1	0	0	0	
Total:			33	6	5	1	1	
PARAMOTI	Municipal	Rural	46	5	0	0	0	
		Urbana	3	2	3	0	2	
	SubTotal:			49	7	3	0	2
	Privada	Urbana	2	0	0	0	0	
Total:			51	7	3	0	2	
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTAO			84	13	8	1	3	
CANINDE	Estadual	Rural	1	0	0	0	0	
		Urbana	1	1	1	1	0	
	SubTotal:			2	1	1	1	0
	Municipal	Rural	110	25	1	0	6	
		Urbana	15	11	3	2	4	
	SubTotal:			125	36	4	2	10
Privada	Urbana	10	9	1	2	3		
Total:			137	46	6	5	13	
ITATIRA	Municipal	Rural	39	6	4	0	0	
		Urbana	8	6	5	0	4	
Total:			47	12	9	0	4	
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENA CANINDES			184	58	15	5	17	
BOA VIAGEM	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	
	Municipal	Rural	128	13	19	0	7	
		Urbana	9	5	3	0	3	
	SubTotal:			137	18	22	0	10
	Privada	Urbana	3	3	3	1	1	
Total:			141	22	26	1	11	
MADALENA	Municipal	Rural	26	0	6	0	0	
		Urbana	3	2	2	0	2	
	SubTotal:			29	2	8	0	2
Privada	Urbana	2	2	2	0	2		
Total:			31	4	10	0	4	
TOTAL MICRO SANTAS MISSOES			172	26	36	1	15	

Fonte: SEDUC, 2010.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB mede a qualidade do ensino público no país, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2007. Este

índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e na Prova Brasil, que revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa.

Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos, e o resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; e 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado. (MEC, 2010).

A Tabela 15 traz o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental I nas escolas da rede pública das séries iniciais e finais, dos municípios dos Micros Territórios.

Nos municípios do Território de Canindé o índice desejado de 6,0 nenhum município atingirá a média mínima desejada, segundo as estimativas do INEP, em 2021.

Outras variáveis com certeza influenciam na saída destas crianças, todavia o IDEB evidencia o panorama desta realidade baseado nos critérios que pedagogicamente são chamados: no caso da aprovação (auto-estima/competência) e no caso da evasão (frustração/fracasso escolar). No momento em que estas causas forem detectadas e resolvidas poder-se-ão atingir melhores resultados neste ensino.

Para a formação de Professores da Educação Básica, é exigido que o mesmo tenha nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB). Os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino.

Tabela 15: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental

MICRO TERRITORIO	MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	PROJEÇÕES							
						2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
VAQUEIROS DOS SERTÕES	PARAMOTI	Anos Iniciais	2,8	3,2	4,0	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
		Anos Finais	2,8	3,3	3,4	2,8	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
	CARIDADE	Anos Iniciais	3,0	3,0	3,6	3,0	3,3	3,8	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
		Anos Finais	2,6	3,2	4,0	2,6	2,8	3,0	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6
NAÇÃO INDIGENA CANINDES	CANINDÉ	Anos Iniciais	3,1	3,5	3,9	3,1	3,4	3,9	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
		Anos Finais	3,0	3,5	4,2	3,0	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
	ITATIRA	Anos Iniciais	3,1	3,1	3,3	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
		Anos Finais	3,2	3,5	3,2	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
SANTAS MISSOES	MADALENA	Anos Iniciais	2,8	2,9	4,3	2,8	3,2	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
		Anos Finais	2,6	3,3	3,7	2,7	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,6
	BOA VIAGEM	Anos Iniciais	2,4	3,8	4,1	2,5	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
		Anos Finais	2,9	3,3	3,6	2,9	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	4,9

Fonte: MEC; INEP, 2010.

Tabela 16: Grau de Formação dos Docentes do Ensino Fundamental

Municípios	Docentes do Ensino Fundamental													
	Total		Grau de Formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério Completo		Outra formação Completa		Licenciatura Completa		Completo sem Licenciatura	
2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
Micro Território Vaqueiros dos Sertões														
Caridade	152	157	1	-	-	1	36	51	24	37	83	68	8	-
Paramoti	129	154	1	-	1	1	29	37	31	37	64	79	3	-
Micro Nação Indígena Canindé														
Canindé	499	574	-	-	6	4	82	82	82	173	277	315	52	-
Itaitinga	209	219	-	-	1	-	26	29	15	19	155	171	12	-
Micro Território Santas Missões														
Boa Viagem	436	416	-	-	-	-	154	191	12	7	233	218	37	-
Madalena	143	194	-	-	-	-	46	65	6	31	79	98	12	-

Fonte: ANUARIO ESTATISTICO DO CEARA; IPECE, 2009.

A Tabela 16 apresenta o grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental, onde a realidade aponta que ainda existem fragilidades em relação a qualificação dos professores, e que programas de apoio devem ser ministrados pela gerência do PAIC, acompanhamento e reciclagem das técnicas pedagógicas pela Secretaria Municipal da Educação, em benefício do fortalecimento de suas práticas pedagógicas.

Em relação à formação dos docentes no Território, vemos que houve um avanço na qualificação dos professores, principalmente nos municípios de Canindé no Micro Território Nação Indígena Canindés, e no município de Boa Viagem do Micro Território Santas Missões, mas os dados nos permite aferir que esta formação ainda esta muito abaixo do desejado, pois oito anos após a regulamentação da legislação que mostra a importância da competência do professor, na construção dos saberes e habilidades, capacitando as gerações futuras, transmitindo conhecimentos, e desta forma dando uma educação de qualidade em sala de aula.

O Ensino Médio no Território será descrito pelas variáveis do número de matrículas e número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

A Tabela 17 traz a quantidade de matrículas por municípios por dependência administrativa e zona de moradia.

O Ensino Médio nos municípios do Território é ofertado pelo Governo do Estado do Ceará, ocorrendo uma concentração de matrículas nos municípios do Micro Território Vaqueiros dos Sertões, e dos municípios do Micro Território Santas Missões, esta realidade aponta para uma evasão dos alunos nesta modalidade de ensino, e para que haja uma mudança neste cenário é preciso investir em políticas públicas que motivem os jovens do ensino médio por intermédio de atividades de pesquisa, lazer, cultura e esporte.

Tabela 17: Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
CARIDADE	Estadual	Urbana	581	0	0	581
Total:			581	0	0	581
PARAMOTI	Estadual	Urbana	621	0	0	621
Total:			621	0	0	621
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTAO			1.202	0	0	1.202
CANINDE	Estadual	Urbana	2.628	178	0	2.806
	Particular	Urbana	67	0	0	67
Total:			2.695	178	0	2.873
ITATIRA	Estadual	Urbana	954	0	0	954
Total:			954	0	0	954
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENA CANINDES			3.649	178	0	3.827
BOA VIAGEM	Estadual	Urbana	2.176	135	0	2.311
	Particular	Urbana	58	0	0	58
Total:			2.234	135	0	2.369
MADALENA	Estadual	Urbana	742	0	0	742
	Particular	Urbana	48	0	0	48
Total:			790	0	0	790
TOTAL MICRO SANTAS MISSOES			3.024	135	0	3.159

Fonte: SEDUC, 2010.

Em alguns municípios os prédios são próprios, mas estão precisando de reforma. No Território há também a política das salas anexas no município

de Canindé, mas apresentam distorções da realidade do meio rural referente à infraestrutura de apoio e a metodologia utilizada pelos docentes em sala de aula.

A Tabela 18 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Médio no Território. O Micro Território Nação Indígena Canindés se sobressai por ter um maior número de escolas de Ensino Médio equipadas com biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, por dependência administrativa e zona de moradia. Na modalidade do Ensino Médio a realidade dos municípios que formam o Território Sertões de Canindé também tem merenda escolar fornecida pelo estado e o cardápio segue orientação pela nutricionista.

Tabela 18: Ensino Médio - Número de escolas, escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos			
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes
					Informática	Ciências	
CARIDADE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
PARAMOTI	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTAO			2	2	2	1	2
CANINDE	Estadual	Urbana	3	2	3	2	1
	Privada	Urbana	1	0	1	0	1
Total:			4	2	4	2	2
ITATIRA	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENA CANINDES			6	4	6	3	3
BOA VIAGEM	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2
	Privada	Urbana	3	3	3	1	1
Total:			5	5	5	2	3
MADALENA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1
Total:			2	2	2	1	2
TOTAL MICRO SANTAS MISSOES			7	7	7	3	5

Fonte: SEDUC, 2010.

Com relação ao transporte dos alunos do Ensino Médio a realidade é a mesma dos outros níveis de escolaridade, o acesso se torna um desafio no

período invernos, por causa das chuvas, as estradas vicinais ficam intransitáveis necessitando de manutenção adequada durante esse período, sob o risco da paralisação das escolas principalmente na zona rural.

No município de Paramoti houve o curso sobre inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação Acessível, no nível de aperfeiçoamento dentro do Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial – modalidade à distância – Edição 2009, com atendimento educacional especializado – AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que faz parte da Resolução CNE/CEB nº. 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, e enfatiza a obrigatoriedade de formação docente para atuar no atendimento educacional especializado. E o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

O campus do Instituto Federal do Ceará - IFCE em Canindé está habilitado a oferecer Cursos Técnicos, integrados ao Ensino Médio, Subseqüentes (pós-médios) e PROEJA, Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos de Formação Inicial e Continuada (qualificação profissional) além de Cursos de Licenciatura e de Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, a partir de 2010. Mas, de acordo com as informações colhidas nas oficinas, o que se observa neste início do IFET, é que os cursos oferecidos até então, não são coerentes com as necessidades das cadeias produtivas que estão em processo de construção nos municípios do Território, que são: ovinocaprinocultura, bovinocultura leiteira, apicultura e agricultura de sequeiro, para a formação de jovens em técnicas agropecuárias, visto que atualmente são mais de 60 técnicos de nível médio trabalhando na ATER/ATES no território, destes 95% são de outras regiões do estado; as organizações e instituições que atuam com agricultores familiares e participam do colegiado territorial não entenderam a forma da atual direção do IFET na escolha e oferta dos cursos no Território.

A Tabela 19 apresenta o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas modalidades presencial e semipresencial por dependência administrativa e zona de moradia. Evidencia que somente no município de

Canindé oferece a modalidade semipresencial em escolas estaduais localizadas na zona urbana.

Tabela 19: Educação de Jovens e Adultos - presencial e semi-presencial Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			E.J.A.			Total
			Presencial	Semi	Integrado a EP	
CARIDADE	Municipal	Rural	487	0	0	487
		Urbana	353	0	0	353
Total:			840	0	0	840
PARAMOTI	Municipal	Rural	461	0	0	461
		Urbana	157	0	0	157
Total:			618	0	0	618
TOTAL MICRO VAQUEIROS DO SERTAO			1.458	0	0	1.458
CANINDE	Estadual	Rural	9	0	0	9
		Urbana	309	727	0	1.036
	Total:		318	727	0	1.045
	Municipal	Rural	406	0	0	406
		Urbana	139	0	0	139
	Total:		545	0	0	545
Total:			863	727	0	1.590
ITATIRA	Estadual	Urbana	17	0	0	17
	Municipal	Urbana	99	0	0	99
Total:			116	0	0	116
TOTAL MICRO NAÇÃO INDIGENA CANINDES			979	727	0	1.706
BOA VIAGEM	Estadual	Urbana	22	0	0	22
	Municipal	Rural	819	0	0	819
		Urbana	199	0	0	199
Total:			1.040	0	0	1.040
MADALENA	Municipal	Rural	149	0	0	149
		Urbana	121	0	0	121
Total:			270	0	0	270
TOTAL MICRO SANTAS MISSOES			1.310	0	0	1.310

Fonte: SEDUC, 2010.

No Território existe o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, que em parceria com os movimentos sociais, MST e FETRAECE com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, atua como instrumento de democratização do conhecimento no

campo, ao ensinar os jovens e adultos dos assentamentos os cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização.

Segundo levantamento feito na Secretaria de Educação não houve matrículas na modalidade de ensino profissionalizante.

Com relação ao Ensino Superior existe uma concentração de Instituições de Ensino Superior no município de Canindé que faz parte do Micro Território Nações Indígenas Canindés.

Nos municípios de Itatira e Madalena estão funcionando os cursos de extensão universitária da UECE, e em Canindé, na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA os cursos são na modalidade de Ensino a Distância – EAD.

MICROS	MUNICIPIOS	INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR cadastradas no E-MEC
Micro Vaqueiros do Sertão	Caridade	Não Existe Instituição Cadastrada
	Paramoti	Campus UVA, FAK
Micro Nação Indígena Canindés	Canindé	FAMETRO, Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
		Campos UVA, Universidade Ananguera – UNIDERP
	Itatira	UECE, Campus UVA e FAK
Micro Santas Missões	Boa Viagem	Universidade Ananguera – UNIDERP, Campus UVA , FAK, IADECOM.
	Madalena	Campos da Uva, FAK, FALC, IESB

Quadro 13: Ensino Superior Território Sertões de Canindé
Fonte: E-MEC, 2010.

8.3 Programas Educativos Rurais (cobertura, funcionamento, fóruns, comitês)

Em Itatira, a Secretaria da Educação do Município em parceria com a Prefeitura Municipal, tendo a frente o Departamento de Cultura realiza as Olimpíadas Científicas e Culturais das Escolas Públicas e Particular de Ensino

Infantil - OCCEEI que mostra o resultado das aprendizagens realizadas em seus ambientes educativos, nas diversas áreas do conhecimento, com apresentações artístico-culturais e científicas dos alunos das diversas séries com o tema: o negro no contexto histórico de Itatira. Para os alunos do ensino médio o resultado da aprendizagem destas séries foi mostrado também com apresentações artístico-culturais e científicas dos alunos das diversas séries com o mesmo tema pelos alunos da Escola CERU e do ProJovem Urbano.

8.4 Programas do MEC: Brasil Alfabetizado, educação do campo, etc.

O Quadro 13 mostra o nome das ações e dos programas distribuídos por municípios e o montante dos valores destinados para cada atividade.

Desde 2005, têm sido implantado nas áreas de Assentamentos e Comunidades Rurais, as bibliotecas ARCAS DAS LETRAS. Existem mais de 60 nos municípios do território que funcionam nas casas dos agricultores, algumas nas escolas, a idéia seria que os sistemas municipais monitorassem, coordenassem junto a escola local, mas, infelizmente isto não vem acontecendo, conforme relato nas oficinas.

8.5 Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população, como é o caso de Itatira no Território Sertões do Canindé que possui taxa de 44,4% de analfabetos. Já as outras cidades, pontuam quase a metade dos moradores que não sabem ler nem escrever. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

8.5.1 Taxa de Analfabetismo

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

Nome da Ação e Programa	Canindé	Boa Viagem	Itatira	Madalena	Caridade	Paramoti
Ações Socioeducativas - PETI	138.000,00	60.000,00	34.000,00	12.000,00	92.000,00	32.000,00
Bolsa para Crianças e Adolescentes - PETI	9.250,00	1.050,00	450,00	1.300,00	2.575,00	
Agente Jovem	44.748,00		1.625,00	56.531,25	37.687,50	69.093,75
ProJovem Adolescente	322.856,25	234.918,75	22.612,50			
Alimentação Escolar na Educação Básica	749.174,80	496.355,20	265.192,40	199.812,80	198.145,20	183.167,60
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	34.800,00	33.000,00	21.600,00	16.500,00	30.000,00	41.640,00
Dinheiro Direto na Escola - Educação Básica	897.985,80	557.922,40	192.035,10	210.246,60	219.099,00	143.253,40
Transporte Escolar na Educação Básica	300.280,36	309.930,37	282.380,20	167.381,67	61.316,59	74.001,18
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica				200.970,00		
Reestruturação Rede Física da Educação Básica		634.177,98	321.106,50	634.078,27		
Apoio Transporte Escolar – Caminho da Escola					121.770,00	
Apoio Política Nacional Desenvolvimento Urbano				137.060,00		160.000,00
Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer		145.000,00				
Eventos de Divulgação do Turismo Interno	500.000,00					100.000,00
Fundo de Manutenção da Educação Básica – FUNDEB	14.424.873,19	10.025.678,81	5.300.077,20	3.914.376,68	3.655.453,59	3.381.187,61
TOTAL	60.933.017,99	41.302.044,23	19.792.778,28	18.902.560,62	16.885.746,78	14.365.070,65

Quadro 14: Ações e Programas Governamentais

Fonte: MDA, 2010.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, ocorre uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semi-analfabetos e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e rendas garantidos, já que eles não possuem as condições básicas de aprendizado, não podem se qualificar para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 20 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceara por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 20: Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008, 2010.

8.6 Análise dos Aspectos Educacionais

No Território Sertões do Canindé com relação a Educação Infantil, embora haja um grande esforço junto as questões educacionais, visto que a distribuição da merenda já contemple todas as escolas da rede estadual e municipal, é perceptível a ausência dos recursos pedagógicos nas escolas, e isto é um fator prejudicial ao bom aprendizado desta etapa educacional, tendo em vista que na verdade grande parte destas escolas, tem sua infraestrutura arquitetada para o ensino fundamental, poucas são aquelas, que realmente foram construídas de acordo com as exigências para o desenvolvimento infantil como requer a lei.

Estas instituições deveriam apresentar também espaços de laboratórios multidisciplinares, além dos de informática e de ciências para o desenvolvimento dos alunos que aprendem, através de jogos lúdicos e corporais com maior intensidade, e a maioria dos conhecimentos aplicados ao

seu desenvolvimento, dependem de brinquedotecas, parquinhos, hortas, e áreas.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois se constituem na base para a formação de leitores e, conseqüentemente, escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Os professores desta área de ensino, de acordo com os relatos colhidos nas micro oficinas territoriais, em sua maioria não são concursados e são mal remunerados em termos salariais.

As verbas existentes em sua maioria são sempre arranjos dos níveis de ensino subseqüente, já que até bem pouco tempo nem a União nem o Estado tinham qualquer responsabilidade sobre o ensino infantil e também não era obrigação do município. Isto não isenta, pelo contrário, requer intervenção e investimentos pedagógicos nesta área, no sentido de possibilitar estruturas e equipamentos bem como a formação docente para esta modalidade de ensino.

Apesar de todas estas fragilidades apontadas, devam existir outros problemas pontuais que não foram aqui citados, nos faz refletir porque o ensino fundamental e médio recebe alunos que não estão sequer alfabetizados, quiça em condições de raciocínio e interpretação que esta etapa do ensino exigem.

É urgente a tomada de decisão que melhore as condições da situação educacional no Território quanto a educação infantil, sob pena de se ter uma população que estudou, mas não se preparou corretamente seja para a vida ou para o mercado de trabalho.

Avaliando todos os parâmetros do Ensino fundamental no que se refere aos dados de matrículas do Fundamental I e II, o IDEB e a formação/qualificação de docentes. Quanto ao IDEB, percebemos que no triênio avaliado, 2005, 2007 e 2009 aconteceu um esforço por parte dos municípios de melhorar o seu índice, saindo alguns, do nível muito crítico em que estavam para ficarem em um nível superior. Porém todos os municípios ainda aportam no nível abaixo da média, o que remete a necessidade de definição de estratégias no sentido de buscar melhor qualidade.

Em relação à qualificação dos docentes, embora parecendo incipiente, a avaliação dos dados apenas dos anos de 2007 e 2008, é preocupante, pois

percebemos que o quantitativo de professores diminuiu e que ainda existem docentes com ensino fundamental em sala de aula.

Vejam os termos percentuais a situação do território: Professores com ensino fundamental incompleto em 2007 representam 0,10% e, completo, 1,47%, com nível médio completo (magistério e outras áreas) 35,50%, com licenciatura completa 59,37% e completo sem licenciatura 3,53%.

Analisando a infraestrutura do ensino fundamental, vemos que alguns municípios aparentam ter fragilidades com relação aos recursos pedagógicos como laboratórios de informática e de ciências e quadras esportivas, a ausência desses equipamentos pode afetar de forma direta a formação destes alunos. E considerando que a maioria das escolas está localizada nas áreas rurais, pode-se prever que as condições são mais precárias ainda, pois em geral os equipamentos apontados chegam primeiro a sede dos municípios, deixando desprovidas as escolas que ficam no interior.

Feito esta reflexão se faz necessário incrementar o ensino fundamental, levando em consideração o potencial e a vulnerabilidade do campo e da cidade e buscar formas para equipar adequadamente esta modalidade de ensino.

Com relação ao ensino médio as fragilidades apontadas também nos levam a refletir que mudanças na metodologia de ensino precisam ser feitas, para atrair e motivar os alunos a virem e permanecerem na sala de aula. Com relação à infraestrutura, a ausência dos equipamentos como bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências prejudicam o aprendizado e a pesquisa destes alunos; e a falta de espaços de lazer e recreação como as quadras poliesportivas afastam a juventude da prática saudável de esportes como o voleibol, o basquete, o futebol, ginásticas rítmicas dentre outros.

A presença de cursos superiores em alguns municípios do Território, como Canindé desponta para uma nova realidade de capacitação e qualificação para a população jovem que não pretende sair da região em busca de novas oportunidades de emprego e renda.

9 ASPECTOS CULTURAIS

9.1 Composição Étnica e Religiosa da População

9.1.1 Comunidades Indígenas

A história dos índios no Ceará é marcada por um intenso processo de lutas e resistências. Lutas contra as invasões que tentam expulsá-los de seus territórios. Resistências contra as diversas tentativas de negação de suas existências e culturas. E no território dos Sertões do Canindé não foram diferentes, historicamente algumas comunidades eram identificadas como indígenas, são elas: Agreste, Reguengue, Assentamento Pedras e Gamelera no município de Canindé da tribo Kanindé. No entanto, as comunidades do Agreste, Reguengue e Assentamento Pedras não se reconhecem como tais, apesar dos indicativos históricos. Ao contrário da Gameleira, que possui uma escola indígena - Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio que atende atualmente 50 alunos nos turnos manhã, tarde. (SEDUC, 2009)

9.1.2 Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Afro-descendentes

Os processos de identificação e reconhecimento de comunidades quilombolas ou afro-descendentes nos Sertões de Canindé indicam historicamente nas comunidades do Benfica e Monte Orebe em Canindé. Todavia, apenas os moradores mais antigos se identificam como tais, os demais moradores da comunidade não se reconhecem desta forma. O que explica não haver a identificação como comunidade quilombola ou afro-descendente, uma vez que, esse diagnóstico territorial pressupõe a auto-identificação do grupo.

9.1.3 Outras Populações Tradicionais

As comunidades tradicionais de pescadores do Território Sertões do Canindé se localizam próximas a mananciais hídricos de açudes públicos, como: São Mateus, Salão, Sousa, São Domingos e outros açudes privados

localizados nas propriedades rurais e em áreas de assentamentos da reforma agrária, também comum aos outros municípios do território. Segundo, o Sistema Nacional de Emprego - SINE há cerca de 380 pescadores na região. Sendo 149 de Canindé, 03 de Madalena, 70 de Caridade e 06 de Itatira, 45 de Paramoti, e 108 em Boa Viagem. (SINE/IDT, 2009).

O Assentamento Tiracanga está localizado em Canindé a 142 km de Fortaleza/Ce e a 32km da sede do município. Foi desapropriado pelo INCRA no ano de 1989. Atualmente moram e trabalham 59 famílias em uma área de 2.146 ha. Sua principal fonte de renda é advinda do cultivo dos produtos agrícolas: milho e feijão e da criação de bovino e caprino.

9.2 Identificação do Patrimônio Histórico do Território (Material E Imaterial)

O Território Sertões do Canindé é conhecido mundialmente por ser um circuito religioso de peregrinação a São Francisco das Chagas, tendo como maior referência de identidade a Basílica de São Francisco das Chagas, que teve sua construção iniciada em 1775.

Outro aspecto cultural relevante são as manifestações dos grupos de identidade local, sendo que o principal são os vaqueiros, bem como os Mestres da Cultura que representam os tesouros vivos do território. São eles: Dina Maria Martins (vaqueiro), Maria Odete Martins Uchoa (medicina popular) e Getúlio Colares (sineiro). Em seguida, são apresentados eventos culturais de importância da memória cultural popular do Território Sertões do Canindé, quais sejam:

- Reisado Popular no município de Paramoti que consiste de visitas de porta em porta visando à arrecadação de donativos, sendo realizado sempre no período natalino pelo grupo de moradores do bairro Bela Vista.
- Missa dos Vaqueiros: Promovido pela associação dos vaqueiros, realizado oficialmente na festa de Nossa Senhora Santana desde 2000. A missa atrai vaqueiros de toda a região que enfeitam as ruas no seu cortejo tradicional a Senhora Sant'ana.

➤ Rezadeiras: O socorro mais rápido que as famílias acreditam são as rezadeiras; pessoas como a Dona Nova; uma das rezadeiras mais antigas de Paramoti que dedicou grande parte da sua vida a rezar em crianças, jovens, adultos e idosos. Ela diz que as rezas mais pedidas são as de ventre caído, arcas caídas, mau olhado, e quebrante.

Profetas da Chuva: Os profetas da chuva são em sua maioria homens que tem a capacidade de prever se o inverno será bom ou ruim antes mesmo do período, São pessoas sem estudo algum, somente com experiência de vida e ensinamentos dos seus pais. Um exemplo é o do relato de Raimundo Bastos que mora no bairro Arrudas em Paramoti. Ele acredita que, se nos mês de dezembro, for encontrado um tatu fêmeo prenha é porque vai ter uma favorável estação chuvosa. O profeta que mais acerta é João Queiroz, 86 anos, residente na comunidade de Entre Rios.

➤ O Patrimônio Imaterial do município de Itatira: Raimundo Gomes Feijão, “Raimundinho Paulo”, é poeta. Sempre que há uma reunião escolar, novena, comícios e outras festas, o seu Raimundinho é chamado para recitar suas poesias.

➤ Rezadeiras: Maria do Carmo Freitas Lopes é benzedeira e exerce sua atividade na sede do município. Reza em crianças e adultos, primeiramente invocando a proteção do Divino Espírito Santo e depois arrancando três folhas verdes e realizando as orações. Reza para mau-olhado, diarreia, vento caído, feridas, infecções e espinhela caída. Rezadeira Cícera Torres de Lima, reza para vento caído, quebrante, vermelha, dor de garganta, faz tomar sangue de palavra, costurar pé desmentido etc., tanto em crianças quanto em adultos. Rezador Geraldo Ferreira do Nascimento, reside na sede do município e reza para quebranto, ventre caído, dores de cabeça e de dente, vermelha (feridas em várias partes do corpo) etc. Rezadeira Maria do Céu Ferreira, reside na sede do município, reza para quebranto, ventre caído, pessoas engasgadas, mau-olhado, dor de dente, espinhela e arca caída. É procurada também para rezar em animais doentes, como cachorros, jumentos e vacas. Curandeiro Gerardo Ferreira do Nascimento, “Seu Gerardo”, reside na sede do município e reza para vários tipos de males. Maria Ferreira Lemos, “Maria do Déia”, é rezadeira em Bandeira Novo. Atende crianças. Joaquim Ferreira Mendes, “Seu

Joaquim”, é rezador e reza em crianças e adultos. Maria Pinho de Sousa, “Dona Mãezinha”, é rezadeira em Morro Branco. Reza em crianças e cura quebrantes, vento caído, dores de garganta etc.

➤ Musica Popular Cearense: Manoel Messias Pereira de Oliveira reside na comunidade de São Gonçalo e toca gaita, em celebrações, comemorações, aniversários, festas de escolas etc. Francisco Diego Alves Viana reside em Lagoa do Mato e toca trombone de vara, na Banda Municipal. Antônia Gabriela Melo Macedo, “Gaby”, reside em Lagoa do Mato e toca clarineta na Banda Municipal.

➤ Tipos populares: Francisca Soares de Paiva Alves, “Dona Bimbá”. É a única mulher coveira de todo o Sertão Central. Vaqueiro: Salomão Ferreira; artes cênicas: Renê Mariano Santos, Marta Maria de Paula dos Santos, Mônica Carlos Sales, Maria Adrynalina Martins da Silva, José Roniere Oliveira De Castro, José Rafael Coelho De Abreu, Lara Lorena Gonzaga Pinho, José Lincoln Alencar Costa; Músico: Ramon Kalleu Vieira Rosa, Ivan Rodrigues Sales, Janairia Aparecida P. Oliveira, João Soares Farias, José Diarly Cruz Ferreira, José Cristino Marcolino, Magno Rodrigues Sales; desenhista e locutor: Ramile Oliveira de Castro; coralista: Maria Aline Félix Macedo e Maria Rayanne de Paula Barros; escritora de cordel: Maria Beatriz Sales Oliveira Castro; brincante de quadrilha: Marcelo da Costa Moura; Locutor de rádio: João Paulo Mendes; Artes Gráficas: José Adson Viana Nunes; Artes Visuais: JOÃO Batista De Oliveira Sales; Capoeirista: Jackson Soares De Sousa Pescador: Antônio Armando Soares reside na sede do município e sua atividade é fazer linha de pesca. Estes são alguns dos talentos nascidos em Itatira, dentre os muitos artistas que trabalham e exercem seus dotes artísticos no município.

➤ Artesanatos: Antônia Rosineide. Faz crochê, em Queimada da Onça. Márcia Celestino, “Dé”, também faz crochê, em Lagoa do Mato, produzindo toalhas, bolsas etc. Também fazem crochê: Maria Luciana de Mesquita Braga, no Distrito de Lagoa do Mato. Faz varandas, toalhas, colchas, roupas etc., e trabalha com bordados, costuras e pinturas; Francisca Antônia Pereira, em Jatobá, faz varandas, toalhas de mesa, roupas para crianças, dentre produtos; Antônia de Sousa Sales, na localidade de Saco dos Sales, faz bonecas, bolsas, toalhas, bichinhos, chapéus, saias ; Maria Mirtes de Sousa,

em Bandeira Velho, faz também bordado, costura, pintura em telhas, tecidos e vidros, acabamentos em palha e madeira etc.; Maria Marline Rodrigues, Maria Adriana do Nascimento Pereira e Antônia Ivanilda Rodrigues Pereira, em Bandeira Novo, fazem todo o tipo de crochê; Francisca Marisa Pereira do Nascimento e sua avó Maria do Socorro Pereira, na Comunidade de Tapiezeiro, fazem bicos em panos de prato, blusas, shorts, toalhinhas para centros de sala, caminho de mesas e outras coisas; Antônia Ivanilda Rodrigues Pereira, “Nilda”, no Distrito de Bandeira, faz saias, blusas, cobertores, toalhas, colchas de cama, panos de prato; e Maria Lucilene Maciel Holanda, que reside na sede do município do município e faz saias, meias, blusas, vestidos, calças, chapéis, toalhas, caminhos de mesa etc. Terezinha Viana Moraes, reside em Letreiro e faz blusas e tipos de bordados. Também é bordadeira, Francisca do Carmo Ribeiro Gonçalves, que reside em Lagoa do Mato e faz toalhas de mesa e de banho, colchas etc. Também Margarida Maciel de Araújo, a “Margarida Cascata”, que reside em Cachoeira, faz vários tipos de bordado. Lauro César Gonçalves, reside em Lagoa do Mato e faz pinturas em roupas. Maria Alves Pereira dos Santos é tecelã, reside na sede do município e faz redes em casa. Maria Pinho de Sousa, residente na Fazenda Pau Barriga, no interior de Morro Branco, faz panela, pote e cuscuzeira de louça de barro. Francisca Ferreira Domingos, residente em Morro Branco, faz louças de barro. Maria Rosa Rodrigues do Nascimento reside em Bandeira Novo e faz panelas e potes de barro. Raimunda Martins Mendes, residente em Bandeira Novo, faz potes, panelas, alguidares etc.

9.2.1 Memória Territorial Conjunto de Indicadores de Identidade: Conjunto de Tradições (Lendas)

Em Paramoti reza a lenda que no ano de 1910 aconteceram muitos crimes no município. O frade responsável pela evangelização no município (na época, ainda se denominava de Saldanha, distrito de Canindé), preocupado e consternado com o sofrimento do povo e do medo das pessoas, resolveu confeccionar um cruzeiro de aproximadamente 1,50 cm e fincou na frente da Capela de Nossa Senhora Santana hoje atual igreja da Sagrada Família,

dizendo a todos os fiéis que tivessem fé no cruzeiro, por que enquanto ele estivesse fincado naquele local, não haveria mais crime, sendo então que o município passou 90 anos sem nenhum crime, ficando conhecido mundialmente por Cidade da Paz, até que em 2000 retiraram a cruz e os crimes retornaram. (GILSOMAR, 2010).

9.2.2 Expressões da Identidade Cultural

A cultura no território tem encontrado apoio do Governo Federal através do Ministério da Cultura em parceria com o Governo do Estado do Ceará e as prefeituras municipais com suas secretarias. Um exemplo concreto é o Pontão de Cultura da Reforma Agrária com parceria do Ministério da Cultura, INCRA e os Assentamentos Todos os Santos e Tiracanga. Também o Governo do Estado através da SECULT tem incluído os municípios do território no reconhecido Ceará Junino com apoio para vários grupos de dança e quadrilhas juninas.

9.2.2.1 *Calendário de Eventos*

No Micro Território Vaqueiros do Sertão os principais eventos culturais do município de Caridade são: Fevereiro/Março – Carnaval; a Festa de Aniversário do Município no dia 25 de março; Abril: Mini-bienal do dia do Livro Semana Santa – Paixão de Cristo; Maio – Mês Mariano: 31 Celebrações acompanhadas de partes sociais; em Junho, a Festa do padroeiro Santo Antônio de Pádua dia 13 junho, com 13 trezenas religiosas acompanhadas de partes sociais, 1º Sábado: Coroação de Nossa Senhora, 2º Sábado: Missa do Vaqueiro, Procissão de Corpus Christi, Cicloromaria, Motoromaria, Carreata, com o tradicional Leilão de Santo Antônio, as 12:00 do dia 13/06, Desfile das Filhinas de Santo Antônio, Show de Calouros, 12/06 – Arraia do Povo; Julho – Festival de Quadrilhas; Agosto – Festa do Município: 06 de agosto; Setembro – Independência da República; Outubro – Movimentos Infantis; Novembro – Festival do Coco; Dezembro – Cortejo de Natal da Fundação Francisco

Fonseca Lopes Lapinha de Natal, Dramas de Caridade. Outros eventos: Mostra Cultural do Assentamento Santo Antônio, com Vaquejadas e Torneios

Em Paramoti acontece entre os dias 16 a 26 de julho o Novenário de Senhora Sant'Ana que movimentava a pequena e pacata cidade, que já foi conhecida como a mais hordeira do País. E no dia 25 de julho a Prefeitura Municipal realiza após a última novena e o tradicional Leilão, a festa de Encerramento, com atrações nacionais.

A Feira Semanal de Paramoti que acontece todas as sextas-feiras desde 1957, no mercado municipal, já virou cultura das famílias se programarem para visitar, consumir, prestigiar ou encontrar amigos.

Os Grupos e Expressões Culturais de Paramoti são: Grupo de Dança Hip Hop – Expressão de Rua; Grupo de Capoeira Fãs de Bimba; Grupo de Teatro e Percussão Luis Catirina; Grupo de Artes Kairós; Banda de Música Frei Diogo Bandas – (PP do Forró, Forró Metal, Oscar e Osano); Quadrilha Luarte; Quadrilha Nação Cangaçeira; Grupo de Reisado da Comunidade Melado; Grupo de Reisado Popular do Bairro Bela Vista; Grupo de Teatro do Bento Grupo Paulo Sarasate de Artes Teatrais; Associação dos Vaqueiros de Paramoti; Clube do Leitor; Grupo de Artesãos de Bolsa de Palha, na Comunidade Cangati; Grupo de Artesãos do Melado com os tipos de artesanato em gesso, telhas decorativas, tapetes, redes, bolsas de palha e cestas de jornal, na Comunidade Bela Vista.

O principal evento cultural do Micro Território Nação Indígena Canindé é a Festa do Padroeiro São Francisco das Chagas, popularmente conhecida como a *Romaria de Canindé*. Uma das festas religiosas mais antigas do estado de Ceará.

Evento religioso no qual Canindé recebe todos os anos cerca de 2,5 milhões de romeiros franciscanos de todo o país, sendo a cidade com a maior romaria franciscana da América Latina. Ainda hoje é conduzida solenemente a imagem grande de São Francisco, mais conhecida como *São Francisquinho*, na tradicional procissão do dia 4 de outubro, durante a Festa de São Francisco das Chagas. A cidade possui também a maior estátua de São Francisco de Assis do mundo, que mede 30,25 m de altura.

Outro importante evento acontece em janeiro, quando Canindé recebe vários turistas de todo o Ceará para o tradicional baile do Hawaí (Hawaí Folia). Uma espécie de carnaval fora de época, que sacode toda a cidade e região.

O teatro também faz parte da cultura local. Todos os anos acontece o espetáculo "Francisco: O homem que se tornou santo" - maior espetáculo teatral ao ar livre do Ceará. Conta com cerca de 300 pessoas, entre atores, figurantes e técnicos, que se dividem no palco para contar a história de seu padroeiro. O jovem Francisco Bernardone é representado pelo ator canindeense Jucélio Nell. O espetáculo fica em cartaz todos os anos nos finais de semana de setembro e outubro.

O Grupo Raízes da Terra de Tiracanga II, criado a sete anos; Associação Comunitária, um grupo de jovens, o Grupo de Crianças Sementinha da Terra, Grupo de Mulheres em Canindé, que apresentam antigos dramas, quadrilhas, danças, folguedos e música nordestina que são revitalizadas, são momentos em que a comunidade expressa sua cultura e fazer artístico. As tradições religiosas também são cultivadas e são momentos de fortalecimento dos vínculos comunitários. São as festas de reis no dia 06 de janeiro, as novenas do mês de maio, a páscoa, os rituais da via sacra na semana santa, as festas aos três santos católicos: Santo Antonio, São João e São Pedro, os festejos de São Francisco padroeiro de Canindé.

Em Itatira a atividade da arte cênica, desenvolve-se um papel na cultura e educação no município. Esta é realizado pelo grupo Teatro Dependere, a primeira companhia de teatro do município, antes chamada de "Teatro Cultura Mágica". O grupo teve apoio depois de criar um projeto para diminuir os índices de evasão escolar.

Semana Santa - Consta de missa, via-sacra e divulgação do tema da Campanha da Fraternidade. Acontece na sede do município do município, em data móvel Festa de São José. Consta de novenário, missa, procissão e hasteamento de bandeiras. Coroação de Nossa Senhora de Fátima, consta de missa, coroação, novenário com peregrinação da imagem às residências. Acontece na sede do município do município, no período de 01 a 31 de maio. Coroação de Nossa Senhora de Fátima, em Lagoa do Mato, reza-se as novenas durante todo mês de maio e no último sábado do mês acontece a

coroação com a participação de crianças e adolescentes, entoando cânticos durante o ritual. Festa de Nossa Senhora do Carmo no Distrito de Lagoa do Mato de 06 a 16 de julho, com hasteamento das bandeiras, novenário, leilão, missa do vaqueiro. Festa do Sagrado Coração de Jesus. Consta de novenário, missa, procissão com cânticos, indo até a estátua na entrada do povoado, quermesse, leilão, alvorada festiva, hasteamento de bandeiras, adoração do Santíssimo, Crisma e Primeira Comunhão. Acontece no Distrito de Cachoeira, no período de 06 a 15 de junho. Independência do Brasil. Consta de Desfile das Escolas, na sede do município do município, no dia 07 de setembro. Dia do Município. Consta de ato solene, desfile, atividades culturais e esportivas. Acontece na sede do município, em 22 de novembro. Festa do Padroeiro Menino Jesus. Consta de novenário, missa, leilão, encenações bíblicas e pastoril. Acontece na sede do município, em 25 de dezembro. Coroação de Nossa Senhora. Acontece na comunidade de Bandeira Novo, no mês de maio. Durante todo o mês, a Igreja realiza um novenário, encerrando com a coroação. A coroação é realizada com cânticos suaves, acompanhados de violão e cantados por anjos (crianças de 4 a 12 anos). O evento conta com aproximadamente 30 pessoas e é prestigiado por toda a comunidade local e pelas comunidades vizinhas. Festa de Santo Antônio, realiza-se em Poço da Pedra, em 13 de junho. Todo o novenário acontece no adro da Igreja. É feita uma procissão com a imagem e devotos por toda a comunidade. Na última trezena acontece um ciclo de romaria que vem de Canindé.

Grupo Pastoril da Paróquia Menino Deus de Itatira, consta de rodas de dança, utilizando sempre as cores azul e vermelha, acontece anualmente, em 24 de dezembro.

Os grupos culturais de Itatira são: a quadrilha junina Arraiá Raio de Luz; Banda Marcial Municipal de Itatira Vereadora Lúcia; Coral Sou da Paz; Grupo Folclórico de Reisado; quadrilha junina Grupo Juventude Caipira; Grupo Pastoril; quadrilha junina Grupo Pega Fogo. O Grupo José Paulo de Sousa é um grupo para-folclórico e se localiza no Distrito de Lagoa do Mato. A responsável é Antônia de Fátima Martins Calixto. Quadrilha Pega Fogo, se apresenta em Lagoa do Mato, no mês de junho. Grupo de Dança ORJ, faz seus espetáculos em praças, escolas e festivais de dança, dentro e fora do

município, atuando também nas festas do município, abertura de eventos culturais, dentre .

Em Itatira tem o artista visual Carlos Alexandre de Sousa Lima, “Maninho”, reside na sede do município e pinta quadros, cartazes, faixas, decorações etc.; Manoel Juraci Vieira é artesão na Fazenda Monte Alegre, distrito de Cachoeira. Trabalha em madeira, fazendo estátuas de santos, utensílios domésticos, decorações etc.

Os principais eventos culturais de Itatira são: a Festa de São José no dia 19 de março no distrito de Bandeira Nova; a Festa do Sagrado Coração de Jesus em 15 de junho; o Festival de Quadrilhas de Itatira no dia 27 de junho; a Festa de Nossa Senhora do Carmo em 16 de julho no distrito de Lagoa do mato; a Festa de Nossa Senhora da Conceição no dia 8 de dezembro na localidade de São Gonçalo; e a Festa do Menino Jesus no dia 25 de dezembro na sede do Município/itatira.

No Micro Território Santas Missões, em Madalena o evento cultural de destaque é a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição no dia 08 de dezembro. Já em Boa Viagem os principais eventos culturais são: a Festa da padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem no dia 01 de janeiro; as Vaquejadas; as Cavalgadas; o Carnaval; os Reisados; o Pastoril e os Prados.

Grupo Teatral Balada formado por dez adolescentes, na faixa etária de 13 a 17 anos e trabalha com peças cômicas, dublando ou imitando os personagens. Antônio Régis da Silva Castro, reside em Lagoa do Mato e faz teatro, encena e escreve peças. Já participou de várias peças, dentre elas, Paixão de Cristo, Iracema etc.

9.2.3 Programas, Projetos e Ações Governamentais e Não-Governamentais de Incentivo a Cultura no Território

Desde 2007, no Assentamento Tiraganga II, o Grupo de Jovens tem a assessoria do Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária INCRA/CE na elaboração de projetos de formação e difusão cultural tendo participado de oficinas e intercâmbios na área de dança. Em 2008, integra as atividades do “Projeto Arte, Cultura e Educação na Reforma Agrária: Fortalecendo os

Territórios da Cidadania”, apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, além de estar elaborando o Projeto Raízes da Terra para concorrer ao edital dos Pontos de cultura da SECULT/MINC.

Noite cultural, “Todas as Vidas, Todas as Artes” realizada pela associação do assentamento Todos os Santos e o Grupo de Teatro carrapicho no dia 12 de maio de 2007. O evento contou com a presença do Secretário Nacional de Cultura do MINC, o secretário de cultura do município, vereadores, comunidades vizinhas e assentamentos com um público estimado de 500 pessoas. Na programação cultural, contamos com a participação do Grupo de Teatro Carrapicho/ Assentamento Todos os Santos com o espetáculo “O Médico à Força”, Grupo de Dança Raízes da Terra/ Assentamento Tiracanga, Reisado do Mestre Zé Augusto/ Assentamento Cachoeira do Fogo, Reisado de Ipueira da Vaca/ Assentamento Ipueira da Vaca e os músicos Ailton e João Paulo; Filme Siri Ará de Rosenberg Cariri.

Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, jovens do assentamento Tiracanga tiveram a oportunidade de realizar intercâmbio cultural acompanhando a programação da VI Bienal Internacional de Dança do Ceará. Esse intercâmbio veio como mais uma das ações que estão sendo desenvolvidas para o processo de formação dos grupos. Entre os dias 04 e 06 de julho de 2008 foi realizada, no Parque de Exposições César Cals, a I Feira Estadual da Agricultura Familiar - FECEAF, evento pensado para fortalecer o setor rural, por meio da divulgação e comercialização dos seus produtos. O evento foi promovido pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA e Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará- FETRAECE. O Grupo de Dança Raízes da Terra Assentamento Tiracanga / Canindé-apresentou-se no evento no dia 05 de julho.

9.2.3.1 Programas Governamentais (Banco do Nordeste, INCRA...)

Atualmente outro projeto que está tendo destaque no Território Sertões do Canindé é Caminhos de Assis, que está em fase de implantação, é um roteiro turístico-religioso destinado aos romeiros que se dirigem a pé para Canindé, iniciativa da Secretaria do Turismo do Estado - SETUR. A obra irá

estruturar 136,43 km de estrada ligando os municípios de Maranguape, Caridade e Canindé. Com o objetivo de transformar a rota de peregrinação a Canindé em um produto turístico completo, ao longo do percurso serão preparados cenários de apelo religioso em que os peregrinos tenham uma boa acolhida e a segurança necessária para o prosseguimento tranquilo de sua viagem. De Maranguape até Canindé, o trajeto passa, respectivamente, pelas localidades de Tabatinga, Penedo, Papara, Amanari, Lagoa do Juvenal, Inhuporanga e Caridade e chegará a Canindé. (SECULT, 2009).

O caminho de Assis dá suporte para as diversas romarias principalmente de caminheiros que saem da região metropolitana, no entanto durante o ano todo são centenas de diferentes romarias vindas por outras estradas que chegam a Canindé, destacamos: motos romarias, cavalgadas, romaria das carretas e outras vindas dos estados do: Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, e ainda de muitas cidades do Ceará, uma fragilidade encontrada é a falta de infraestrutura adequada para receber os romeiros que fazem parada nos municípios e distritos do Território por onde passa a BR-020 e a CE-257.

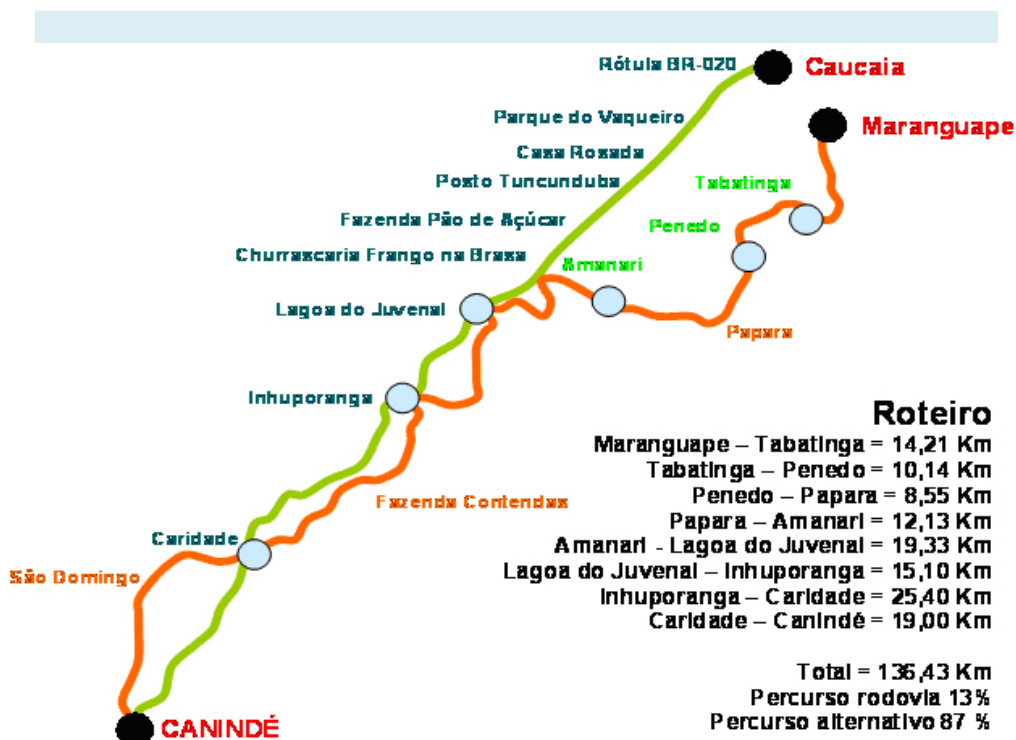


Figura 2: Representação do Mapa do Projeto Caminhos de Assis
Fonte: SECULT, 2009.

9.2.3.2 *Programas de Instituições Não-Governamentais*

Em Caridade existe o potencial cultural das crianças, jovens, adolescentes e adultos, onde a cultura vem sendo resgatada por ONGs e pelo o poder Público Municipal com Calendário Cultural; Paixão de Cristo, Coroação de Nossa Senhora (1º sábado de junho), Show de Calouros, Festejos Religiosos nas Comunidades e Distritos com culminância no mês de junho (Sede), agosto (São Domingos) e setembro (Campos belos).

9.2.4 Infraestrutura Cultural

9.2.4.1 *Pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, cinemas, museus, centro cultural, centros e feiras de artesanato etc.*

No Micro Território Vaqueiros do Sertão os pontos turísticos de Paramoti são:

Portal de Boas Vindas – O portal de Boas vindas a Paramoti é o novo ponto turístico do município. É um arco de aproximadamente 10m na entrada na cidade. Onde os visitantes e devotos param para prestigiar o monumento que tem uma imagem de 2 metros de altura de nossa Senhora Santana e levam para casa; fotos e lembranças dos bons momentos na pracinha do portal.

Igreja Matriz – Construção que teve início em 1960, sofrendo algumas paralisações, por falta de recursos, até ser concluída cinco anos depois. O empenho de frei Diogo Hauptmann e de alguns paramotienses foi determinante para que a obra se concretizasse. Os restos mortais do missionário alemão encontram-se no interior da igreja. Em 2007, foram inaugurados o coro e a segunda torre, obras executadas sob o comando do atual pároco de Paramoti, padre Dimas Gonçalves Lima. A igreja, elevada à categoria de paróquia em 1986, está situada entre as praças Osório Feijó e Frei Diogo, centro da cidade; tem como padroeira Senhora Sant'Ana, a avó de Jesus.

Igreja de Nossa Senhora da Piedade - De valor simbólico, de feição simples e popular, localizada no Município de Paramoti, foi construída no início do século XX. A capela em devoção à Nossa Senhora da Conceição, foi construída no

início do século XX, por iniciativa de José Justino Gomes. Iniciada em 1910, foi somente concluída em 1919. No ano seguinte, foi celebrada a primeira missa, pelo Frei Lourenço de Alcântara. Em 1924, a capela foi submetida a primeira reforma. Dois fatos explicam a mudança de nome da Igreja: a denominação localidade e a tradição popular a imagem de madeira de Nossa Senhora da Conceição, levada pelos padres para a Basílica de Canindé, em meados da década de 1960 sem retorno.

Igreja De Sagrada Família - De valor simbólico, localizada no Município de Paramoti, foi construída em 1920. O templo de aparência simples e modesta, reflete as condições técnicas e financeiras locais, constituindo marco de referência na paisagem urbana. A referida Igreja foi a segunda construída em Paramoti enquanto a primeira igreja foi demolida e substituída pela Praça Coronel Epifânio. Construída em 1920, pertencendo à paróquia de Canindé, sob a responsabilidade do Frei Lourenço de Alcântara, primeiro pároco. Quando da construção e inauguração da nova matriz, seu nome foi alterado para Sagrada Família, na década de 1990. A primeira imagem da Sagrada Família foi doação do Doutor Marcos Mariz Santos. A segunda imagem foi doação de Marinha Lessa Melo e a imagem atual foi doada pelo Senhor Afonso Lessa Santos. O cruzeiro à frente da igreja foi colocado em comemoração ao 1º centenário da paróquia de Canindé. (SECULT; SINP, 2010).

Fazenda Lisboa - Casa rural, a Fazenda Lisboa do português Antônio dos Santos Lessa, foi construída em 1810. O português Antonio dos Santos Lessa instalou-se nessas terras no começo do século XIX, e construiu sua morada a fazenda Lisboa, que deu origem a cidade. A sede da fazenda do Capitão Antonio dos Santos é na Barra do Batoque caminho para Canindé. Antonio Lessa teve 11 filhos, e seus herdeiros Vicente Santos Lessa Filho, Hermínio dos Santos Lessa e Francisco Airton Gomes Lessa foram respectivamente os seus proprietários. Atualmente é de propriedade do Senhor Francisco Airton Gomes Lessa, morador em Fortaleza, sendo administrada pelo seu primo o Senhor Oscar dos Santos Lessa.

Praças - A preservação das praças é uma tradição no município, sendo a principal delas a Frei Cirilo, localizada no centro de Paramoti. Reúne, todas as noites, pessoas das mais diferentes faixas etárias que mantêm viva a tradição

das cidades interioranas. O nome do espaço público homenageia o missionário capuchinho frei Cirilo de Bérghamo, que entre 1914 a 1918, esteve à frente do santuário franciscano de Canindé. No centro, também existem as praças cel. Epifânio, Frei Diogo e Osório Feijó, e as praças localizadas no bairro Bela Vista e na comunidade de Água Boa.

Mercado Público - Embora construído em 1948, obedece a organização espacial, das construções desta tipologia no Ceará. A edificação de aparência simples e modesta, inspirado na estética Art Déco, reflete as condições técnicas e financeiras. Apresenta planta quadrangular, no perímetro externo comércio de frutas e cereais e um pátio central com boxes destinado ao comércio de carnes.

Espaço Luís Catirina - A área abrigou a primeira capela do município, demolida posteriormente. Localizado na praça Cel. Epifânio, centro da cidade, o espaço homenageia Luís Bernardo dos Santos, conhecido popularmente como Luís Catirina por causa do sobrenome de sua mãe. A trajetória dele é marcada por diversos acontecimentos, realizava forros no antigo povoado e muitos deles outros surpreendentes. Falecido em 1996, aos 81 anos, Luís Catirina é um dos principais ícones da cultura local. Por isso, dá nome à praça de eventos da cidade.

Ponte sobre o Rio Canindé - Durante suas cheias, na primeira metade do ano, transforma-se em ponto de encontro para muitas pessoas que procuram por diversão. Além disso, nesse período, pular de cima da ponte deputado Gomes da Silva, que integra o bairro Arrudas à região central da cidade, é um desafio apreciado pelos mais corajosos.

Açude Porcinato - O nome faz referência ao casal Porcina e Honorato Feijó. O reservatório localiza-se entre o bairro Bela Vista e o centro da cidade. A urbanização das faixas oeste e norte do açude, em 2008, deu nova vida ao local. Além de ser ideal para a prática de exercícios físicos, a área é bastante propícia para se contemplar o pôr-do-sol.

E em Caridade seus Principais Pontos Turísticos são: a Estátua da entrada principal da cidade; Estátua do Serrote; Casarão do Serrote; Museu de Caridade; Museu da Fundação Francisco Fonseca Lopes; Matriz de Santo Antônio; Açude Novo – Sede; Açude do Humarí; Balneário – Campos Belos.

Os pontos turísticos do Micro Território Nação Indígena Canindés, no município de Canindé são:

Estátua de São Francisco - Considerado o maior monumento religioso do mundo, a Estátua de São Francisco das Chagas, inaugurada solenemente em 04 de outubro de 2005, mede 30,25 metros, situada no bairro Alto do Moinho, pode ser vista por todos que se aproximam da Meca Nordestina.

Basílica de São Francisco das Chagas - Cartão postal da cidade, a Basílica é o principal ponto do turismo religioso em Canindé. A construção da capela primitiva foi iniciada em 1775. No século de XIX, já elevado à condição de Igreja Matriz, o templo passou por grandes reformas. Em 1910, o frade capuchinho Frei Mathias de Ponterânica resolveu empreender a construção do templo atual, encarregando essa tarefa ao arquiteto italiano Antonio Mazzini. Destacam-se também, os magníficos afrescos do pintor italiano George Kau. Em 1923, o papa Pio XI eleva o santuário de Canindé à condição de Basílica.

Praça do Romeiro - Juntamente com a Basílica e a Estátua de São Francisco, a Praça do Romeiro forma o trio de atrativos mais importantes de Canindé. Gigantesco anfiteatro, com capacidade para 110 mil pessoas, costuma ficar lotada no período de 25 de setembro a 03 de outubro, quando é celebrado o novenário de São Francisco. Neste mesmo complexo, o visitante irá encontrar o Museu e o Zoológico de Canindé.

Convento de Santo Antônio - Situado na Praça Frei Aurélio, é uma notável construção que data do século XIX. Existe também em Canindé, o Mosteiro das Clarissas, para abrigar as Irmãs de São Francisco.

Via Sacra do Monte - Com início na Igreja de Nossa Senhora das Dores e término na ermida do Monte (Igreja de Cristo Rei) a Via Sacra é um dos pontos mais visitados pelos romeiros, que conduzem pedras na cabeça de uma estação à outra, para cumprimento de promessa.

Casa dos Ex-votos - Ao lado da Basílica está a Casa dos Milagres, onde os romeiros depositam ex-votos (arte-sacra rústica), fotografias, pinturas, roupas, mechas de cabelo e outros objetos, a fim de registrar graças alcançadas.

Açude São Matheus - Além dos monumentos religiosos, a cidade dispõe de logradouros agradáveis, inclusive balneários, em torno do Açude São Matheus, com restaurantes e outros locais adequados para o lazer.

A Casa Comunitária de Cultura e Atelier - espaço físico com auditório, sala de informática, administração, copa e sala de atelier, onde é sede do Ponto de Cultura e de todas as formações artísticas e culturais, e de todos os trabalhos desenvolvidos no assentamento e também a região. Em Itatira existe a Praça Cultural – Praça de eventos, esporte e *cupper*.

Capela Santa Teresinha - capela de modestas proporções, de valor simbólico, localizada no ponto mais alto da antiga fazenda Amargosa, no Município de Itatira, foi construída entre 1924 e 1925. Implantada sobre plataforma, possibilita desfrutar ampla visão da paisagem circundante.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo - de valor simbólico, de aparência simples e popular, situado no Município de Itatira. Sua fachada principal apresenta simetria exibindo três envasaduras, sendo estas todas portas, e um friso horizontal que circunda a edificação como um roda meio. Ao centro temos um grande desenho em forma de flor feito em alto relevo, bem como uma grande figura cruciforme que a circunda feita com lâmpadas. A fachada principal não possui muitos rebuscamentos, sendo encimada por frontão que abriga a sineira arrematada por cruzeiro, tendo, nos extremos, pináculos arrematados por cruzeiro.

Igreja Menino Deus - de valor simbólico, encontra-se em um dos pontos mais elevados da cidade de Itatira, implantada sobre alto baldrame que propicia uma grande vista de toda a região da serra, marco de referência. A edificação atual, foi fruto de uma reforma e ampliação, em 1978, impedindo análise da linguagem arquitetônica.

Biblioteca Municipal - prédio antigo.

Chocalhão Clube - Está localizado em Lagoa do Mato. Ali são realizados danças, teatros, encontros, desfiles, festas de término de cursos, colação de grau etc. A tradição maior, no entanto, é a Festa da Padroeira, quando o clube recebe entre 6 e 7 mil pessoas.

Quanto aos patrimônios históricos não existem políticas públicas que garantam a preservação de tais patrimônios, apesar do valor histórico e tradicional.

O turismo em Itatira também é uma das fontes de renda, devido as belezas naturais da região montanhosa, que perpassa quase todos os distritos e outros municípios da região, na qual desenvolve-se o ecoturismo.

Já em Madalena, município do Micro Território Santas Missões destacam-se os Clubes de Forró principalmente o Clube do Vaqueiro, sendo os mesmos responsáveis por festas que atraem público de várias cidades próximas devido a primorosa organização e segurança nas casas de show existentes. Na sede do município foi construída uma das maiores Igrejas católicas do Brasil. O município ainda conta com uma moderna casa de arte (a Casartma, Casa de Arte de Madalena) na qual estão expostos vários trabalhos interessantes de artistas do município e regionais.

E em Boa Viagem fica o Museu Prof. Cicero Pinto do Nascimento uma das atrações turísticas. Embora inexplorado, o turismo no município de Boa Viagem apresenta grande potencial, especialmente para os de turismo de negócios, turismo de eventos, agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, turismo religioso e turismo arqueológico. A região é dotada de belezas naturais e de uma variedade de paisagens como: a Cachoeira dos Ferreiras; a Cachoeira do Sibiró; a Cachoeira das Almas e as Inscrições rupestres. Com um clima propício para a prática de esportes radicais como vôo livre, parapente, *rally*, asa-delta, *trekking*, orientação e rapel.

9.3 Esportes

No município de Paramoti existe a Secretaria de Esporte e Juventude responsável pelos eventos esportivos. A liga desportiva de futebol de Paramoti possui ao todo 36 times. Os mais conhecidos são o LEÃO DA RUA NOVA do bairro Arrudas. E o JUVENTUS da localidade de Ipueiras das Pedras. Existem três grandes eventos de futebol: o primeiro se realiza durante o aniversário do município. O segundo se realiza no dia da independência aceitando times de fora e o terceiro é o campeonato municipal que começou em outubro e terminará em dezembro

O programa Karatê Esporte Paz é desenvolvido pela a Secretaria de Educação e Cultura de Paramoti e atende alunos das escolas da sede e zona

rural que participam de campeonatos escolares regularmente. Durante o aniversário do município a Prefeitura e Secretaria de Esporte realizam a entrega de recursos materiais aos times (bolas, chuteiras, uniformes e meias) como um simples programa de melhoria.

Existem 03 quadras poliesportivas cobertas no município (Escola Paulo Sarasate: bairro Santa Cecília)(Escola Bela Vista, bairro Bela Vista), (Escola Tomé Gomes, bairro Centro) e duas quadras não cobertas (Escola Manuel de Arrudas, bairro Arrudas e Quadra da Prefeitura Municipal de Paramoti, bairro Conjunto) Possui também 22 campos de futebol distribuído por todo o município. O açude Porcinato é regularmente palco de competições de natação. O Estádio Municipal está em fase de conclusão.

O município de Caridade é a casa do Arsenal de Caridade, clube que atualmente disputa a Segunda Divisão Cearense, e manda seus jogos no Estádio Birão (apelidado pelos torcedores/imprensa, cujo o verdadeiro nome é Estádio Rei Pelé), também localizado em Caridade. O melhor time da região é o da fazenda Santo Antônio. Tendo como melhor jogador Romeu Catunda. Ainda residente na fazenda de Santo Antônio.

Em Itatira existe uma liga esportiva, porém não está em funcionamento; Existe o Programa Segundo Tempo; 01 Estádio; 06 Quadras Poliesportivas Cobertas; 04 Quadras Poliesportivas Não Cobertas; Eventos Esportivos apresentados no Quadro 14 com seus Plano de Ação para 2010.

O município de Boa Viagem é a casa do Boa Viagem Esporte Clube, que manda seus jogos no Estádio Segismundo Rodrigues Neto, apelidado pelos torcedores/imprensa como "Serjão" localizado em Boa Viagem.

Além do Copão Municipal que movimenta o esporte em todo município, em especial na zona rural. Tem o Estádio Dr. Ubiratan Diniz Aguiar na Sede.

METAS	AÇÃO	PERÍODO
* Promover outros esportes, que não sejam os mais convencionais (Futebol, FUTSAL e Voleibol).	Campeonato de Tênis de Mesa (1ª, 2ª e 3ª divisão)	Março e abril
* Desenvolver a prática do Voleibol de areia nas comunidades.	Circuito de Vôlei de areia	Março e abril
* Proporcionar a confraternização entre as comunidades pelo intercâmbio do FUTSAL. * Resgatar o prestígio do FUTSAL feminino no município e na região.	Copa de FUTSAL	Março e abril
* Proporcionar condições para o aumento de praticantes de voleibol.	Campeonato de Voleibol	Abril e maio
* Possibilitar o desenvolvimento integral da criança e do adolescente; * Promover o conhecimento sobre o esporte nas suas mais diversas formas de expressão; * Colaborar para a permanência da criança e do adolescente na escola; * Congregar estudantes da rede de ensino público; * Selecionar escolas para as Olimpíadas escolares (fase regional);	Olimpíadas Escolares	Maio
* Desenvolver o intercâmbio esportivo em nosso município, promovendo a integração entre as comunidades, através da modalidade de futebol, dando ênfase ao esporte como lazer.	Copa de Futebol	Maio, junho e julho
* Promover competições para mulheres, fazendo com que as mesmas tenham uma qualidade de vida melhor. * Reduzir o tempo de exposição da jovem aos mais diversos riscos (drogas e prostituição).	Campeonato de Futebol Feminino	Junho e julho
* Promover competições para atletas de idade avançada, fazendo com que os mesmos tenham uma qualidade de vida melhor.	Campeonato de FUTSAL Master	Julho
* Incentivar o jovem a praticar esporte; * Reduzir o tempo de exposição do jovem aos mais diversos riscos (drogas e prostituição).	Campeonato de Futebol Sub 18	Junho e julho
* Buscar o aprimoramento tático e técnico da modalidade de Voleibol.	Copa Intermunicipal de Vôlei	Julho
* Desenvolver o intercâmbio esportivo em nosso município, promovendo a integração entre as comunidades, através da modalidade de futebol, dando ênfase ao esporte como lazer.	Campeonato de Futebol (Seletiva – 2ª divisão)	Agosto
* Promover outros esportes, que não sejam os mais convencionais (Futebol, FUTSAL e Voleibol).	Copa de Tênis de Mesa	Agosto
* Desenvolver o intercâmbio esportivo em nosso município, promovendo a integração entre as comunidades, através da modalidade de futebol, dando ênfase ao esporte como lazer.	Campeonato de Futebol (1ª e 2ª divisão)	Setembro e outubro
* Proporcionar condições para o aumento de praticantes de voleibol.	Copa de Vôlei	Outubro e novembro
* Incentivar a criança a praticar esporte; * Possibilitar o desenvolvimento integral da criança; * Colaborar para a permanência da criança na escola; * Transmitir valores à criança que serão usados durante	Campeonato de FUTSAL Escolar Sub 12	Outubro e novembro

METAS	AÇÃO	PERÍODO
toda a sua vida.		
* Promover o conhecimento sobre o esporte nas suas mais diversas formas de expressão; * Colaborar para a permanência do adolescente na escola; * Congregar estudantes da rede de ensino público;	FESTTI – Festival de Talentos de Itatira	Novembro
* Proporcionar a confraternização entre as secretarias pelo intercâmbio do FUTSAL .	Torneio de FUTSAL das Secretarias	Novembro
* Proporcionar a confraternização entre as comunidades pelo intercâmbio do FUTSAL . * Resgatar o prestígio do FUTSAL feminino no município e na região.	Campeonato de FUTSAL	Novembro e dezembro
* Promover competições para atletas de idade avançada , fazendo com que os mesmos tenham uma qualidade de vida melhor.	Campeonato de Futebol Máster	Dezembro
* Incentivar o adolescente a praticar esporte ; * Reduzir o tempo de exposição do adolescente aos mais diversos riscos(drogas e prostituição).	Campeonato de Futebol Sub 15	Dezembro

Quadro 15: Plano de Ação dos Eventos Esportivos para 2010.

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, 2010.

9.4 Ações que Articulam Educação e Cultura no Território

9.4.1 Ações Culturais que Contribuem para o Incremento Econômico e Geração de Emprego e Renda no Território

O município de Paramoti possui muitas festas religiosas realizadas durante o ano em toda a cidade. Os novenários são oportunidades de renda para trabalhadores autônomos de barraquinhas com comidas típicas, carrinhos de pipoca, guloseimas e etc.

Nas festas de Nossa Senhora Santana (sede, de 16 a 26 de julho) e de Nossa Senhora de Fátima (distrito de Água Boa, de 04 a 14 de novembro) a presença de camelôs que enchem as ruas com suas barracas de mercadorias é renda para os mesmos e para os municípios.

Outro ponto de geração de rendas e turismo no município são as festas dançantes. Festa na praça cultural em janeiro, junho e julho são sinônimo de dinheiro extra para algumas famílias. Até mesmo as festas que acontecem nos clubes fechados movimentam alguns camelôs, barraquinhas de comida e de doces mesmo não existindo calendário fixo, garantem um grande número de visitantes a cidade. Ao todo existem 13 casas de show em Paramoti; os

maiores são o Armenia Club (SEDE. Bairro Santa Cecília) e Casarão do Forró(distrito de Água Boa).

Nos meses de abril a junho, agosto e dezembro as costureiras também tem renda garantida. Os eventos como Paixão de Cristo, Quadrilhas, festival do folclore, e autos de natal movimentam financeiramente suas vidas.

Resumindo a geração de renda e turismo no município se dá ao turismo religioso e de eventos.

10. ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 16, conforme áreas trabalhadas, quais seja: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL-EDUCACIONAL – ASPECTOS SOCIAIS E DA SAÚDE	
Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Farmácia popular ainda não foi implantada em todos os municípios; 2. A poucos de médicos no PSF. 3. Rede assistencial de cuidado com a saúde da mulher frágil 4. Infraestrutura da atenção especializada e seu suporte como aparelho de raios-X sem qualidade, 5. Aporte de Recursos ainda insuficientes; 6. Falta de infraestrutura do Território; 7. Pouco envolvimento dos Prefeitos e secretários municipais; 8. Nível dos técnicos do território ainda frágil; 9. O pouco nível de conhecimentos formais das lideranças comunitárias e políticas; 10. A falta de projetos estratégicos das comunidades e dos municípios; 11. Índice de Desenvolvimento Humano baixo; 12. Número limitado de atendimentos. 13. Carência na formação dos professores, na estrutura física e materiais pedagógicos; 14. Expansão dos programas não chegou a todos os municípios; 15. A cultura vem sendo trabalhada de maneira tímida nos municípios; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Hospital Regional São Francisco 2. Criação da Farmácia Popular-SUS; 3. Presença dos PSF; 4. Ampliação de Programas de Saúde e das Policlínicas. 5. Cobertura vacinal 6. Representatividade e rotatividade das reuniões do colegiado em todos os municípios do território; 7. Participação da sociedade civil; 8. Fortalecimento das parcerias, internas e externas das instituições presente no território; 9. Exercício da democracia representativa e participativa nas organizações de base, movimento associativo, igrejas/pastorais e nas câmaras municipais; 10. As diversas experiências e programas de educação como alfabetização e EJA; 11. As parcerias, o financiamento e distribuição de responsabilidades entre os entes públicos; 12. Qualificação superior dos professores; 13. Programas como Bolsa família, PETI, Pro jovem, CNH Popular, Juventude cidadã, Pontão de Cultura

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL-EDUCACIONAL –	
<p>16. Analfabetismo escolar devido “tempo de avançar” e salas multi-seriadas</p>	<p>da Reforma Agrária na parceria Ministério da Cultura/INCRA; 14. Atuação de vários grupos de teatro e dança (Todos os Santos e Tiraçanga); 15. Governo do Estado/ SECULT tem incluído os municípios no Ceará Junino;</p>
ASPECTOS SOCIAIS E DA SAÚDE	
Ameaças	Oportunidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Surtos de dengue, a gripe H1N1; 2. A presença endêmica das drogas, principalmente o CRAK e AIDS 3. Zona rural com dificuldade de acesso a água 4. Saneamento básico e rede de esgoto que contamina o rio São Francisco 5. Falta de marco legal da relação estado e organizações da sociedade civil; 6. Investimentos insuficientes em infraestrutura e programas sociais; 7. A excessiva burocracia dos órgãos de controle externo; 8. Pouca fiscalização das câmaras municipais para com os órgãos públicos municipais; 9. Orçamentos governamentais insuficientes fora da realidade das comunidades/ Municípios; 10. Interrupção e descontinuidade de projeto político que prioriza investimentos no país; 11. A inadequação de projetos e programas educacionais; 12. Poucas bibliotecas e lentidão para implantar os programas de inclusão digital; 13. Pouca articulação política pela educação; 14. Descontinuidade dos programas e políticas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percentual de cobertura da estratégia saúde da família com potencial de crescimento 2. Ampliação do Núcleo de Apoio ao saúde da Família 3. Criação de redes assistenciais entre os municípios do território 4. Ampliação da rede de saúde mental 5. Consórcios de aterros sanitários entre os municípios. 6. Ampliação do NASF 7. Central de regulação de leitos 8. O pacto pela Territorialização do Ceará com governo federal e estadual; 9. Matriz de investimentos com recursos dos ministérios deliberados pelo território; 10. O incentivo dos órgãos Estaduais e Federais para os consórcios intermunicipais; 11. As políticas públicas ofertadas pelos governos estadual e federal, na forma de editais e chamadas públicas de projetos; 12. Espaços de planejamento e monitoramento dos programas e projetos de políticas públicas; 13. A participação das diversas organizações da sociedade civil e poder público nas conferências, análises e preposições sociais; 14. Crescimento econômico com distribuição de renda no país; 15. Expansão da Rede de Educação superior, tecnológica, profissionalizante e Educação do

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL-EDUCACIONAL –	
	<p>Campo.</p> <p>16. Os programas especiais do governo do estado e federal de educação de jovens e adultos nas áreas rurais;</p> <p>17. Aumento do investimento público em programas sociais e transferência de renda;</p> <p>18. A expansão dos programas com o beneficiamento de novas famílias.</p> <p>Organização do Sistema único de Cultura;</p>
ASPECTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aporte de Recursos ainda insuficientes; 2. Falta de infraestrutura do Território; 3. Pouco envolvimento dos Prefeitos e secretários municipais; 4. Nível dos técnicos do território ainda frágil; 5. O pouco nível de conhecimentos formais das lideranças comunitárias e políticas; 6. A falta de projetos estratégicos das comunidades e dos municípios; <ul style="list-style-type: none"> • Índice de Desenvolvimento Humano baixo; 7. Número limitado de atendimentos. 8. Farmácia popular ainda não foi implantada em todos os municípios; 9. Há poucos médicos no PSF. 10. Carência na formação dos professores, na estrutura física e materiais pedagógicos; 11. Expansão dos programas não chegou a todos os municípios; 12. A cultura vem sendo trabalhada de maneira tímida nos municípios; <p>Analfabetismo escolar devido “tempo de avançar” e salas multi-seriadas;</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Representatividade e rotatividade das reuniões do colegiado em todos os municípios do território; 2. Participação da sociedade civil; 3. Fortalecimento das parcerias, internas e externas das instituições presente no território; 4. Exercício da democracia representativa e participativa nas organizações de base, movimento associativo, igrejas/pastorais e nas câmaras municipais; 5. Hospital Regional São Francisco 6. Criação da Farmácia Popular-SUS; 7. Presença dos PSFs; 8. As diversas experiências e programas de educação como alfabetização e EJA; 9. As parcerias, o financiamento e distribuição de responsabilidades entre os entes públicos; 10. Qualificação superior dos professores; 11. Programas como Bolsa família, PETI, Pro jovem, CNH Popular, Juventude cidadã, Pontão de Cultura da Reforma Agrária na parceria Ministério da Cultura/INCRA; 12. Atuação de vários grupos de teatro e dança (Todos os Santos e Tiracanga);

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL-EDUCACIONAL –	
	<p>13. Governo do Estado/ SECULT tem incluído os municípios no Ceará Junino;</p> <p>14. Ampliação de Programas de Saúde e das Policlínicas.</p>
ASPECTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
Ameaças	Oportunidades
<p>1. Falta de marco legal da relação estado e organizações da sociedade civil;</p> <p>2. Investimentos insuficientes em infraestrutura e programas sociais;</p> <p>3. A excessiva burocracia dos órgãos de controle externo;</p> <p>4. Pouca fiscalização das câmaras municipais para com os órgãos públicos municipais;</p> <p>5. Orçamentos governamentais insuficientes fora da realidade das comunidades/ Municípios;</p> <p>6. Interrupção e descontinuidade de projeto político que prioriza investimentos no país;</p> <p>7. Surtos de dengue, a gripe H1N1;</p> <p>8. A presença endêmica das drogas, principalmente o CRAK e AIDS;</p> <p>9. A inadequação de projetos e programas educacionais;</p> <p>10. Poucas bibliotecas e lentidão para implantar os programas de inclusão digital;</p> <p>11. Pouca articulação política pela educação;</p> <p>12. Descontinuidade dos programas e políticas.</p>	<p>1. O pacto pela Territorialização do Ceará com governo federal e estadual;</p> <p>2. Matriz de investimentos com recursos dos ministérios deliberados pelo território;</p> <p>3. O incentivo dos órgãos Estaduais e Federais para os consórcios intermunicipais;</p> <p>4. As políticas públicas ofertadas pelos governos estadual e federal, na forma de editais e chamadas públicas de projetos;</p> <p>5. Espaços de planejamento e monitoramento dos programas e projetos de políticas públicas;</p> <p>6. A participação das diversas organizações da sociedade civil e poder público nas conferências, análises e preposições sociais;</p> <p>7. Crescimento econômico com distribuição de renda no país;</p> <p>8. Expansão da Rede de Educação superior, tecnológica, profissionalizante e Educação do Campo.</p> <p>9. Os programas especiais do governo do estado e federal de educação de jovens e adultos nas áreas rurais;</p> <p>10. Aumento do investimento público em programas sociais e transferência de renda;</p> <p>11. A expansão dos programas com o beneficiamento de novas famílias.</p> <p>12. Organização do Sistema único de Cultura;</p>

Quadro 16 – Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional

Fonte: Relatório da Oficina Territorial dos Comitês de Ações Sociais, Saúde, Educação e Cultura, 2010.

Parte II b
DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

A presente dimensão trata das características ambientais, considerando os aspectos inerentes ao território e relaciona o meio ambiente com a cultura da população e a forma como a mesma vêm manuseando tais recursos. Por isso traz também as diversas formas de agressões infringidas à natureza e através de uma avaliação de tais aspectos apresenta algumas proposições de combate à exploração descontrolada.

O território Sertões do Canindé é composto pelos municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. Todos os municípios estão inseridos no Bioma Caatinga e apresentam características típicas do Semiárido nordestino. Nesta vasta área se delineiam muitas feições que se postam como patrimônio natural, passíveis de preservação e conservação.

Por patrimônio ambiental entende-se, os bens naturais que, dado o seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico ou paisagístico, merecem ser protegidos pela sociedade. No caso dos Sertões do Canindé citamos alguns patrimônios que foram identificados pelos próprios municípios e que estão diretamente ligados aos recursos hídricos, visto que tal bem é considerado escasso devido às características naturais do território. Os recursos hídricos, portanto foram indicados como patrimônios ambientais por serem reguladores do desenvolvimento dos municípios. O quadro 17 apresenta alguns patrimônios ambientais.

Municípios	DESCRIÇÃO
Boa Viagem	O Rio Santo Antônio, Barrica, Capitão Mor, São Cosmo, Ipu, Boa vista, Boa Viagem, Conceição, Jacaúna, Juazeiro, Fernandes e Salgado e as matas ciliares de tais rios.
Canindé	Rios Batoque, Castro, Souza e Conceição e os rios Canindé e Curu, Salgado e Sujo, com suas margens e afluentes e as matas ciliares.
Caridade	Os rios Bom Jardim, Seriema, Ipueiras, Pato, Canindé e Camarão e as matas ciliares.
Itatira	O rio Umari e matas ciliares.
Madalena	Os rios Teotônio, Piraribu, rios Pueiras, Cipó e Barrigas e matas ciliares..
Paramoti	Os rios Curu e os rios Perdigão e Maracujá e matas ciliares.

Quadro 17: Patrimônio Ambiental de Sertões do Canindé

Fonte: Dados obtidos do Território da cidadania de Canindé, 2010.

11.1 Unidades de Conservação

Unidades de Conservação (UC's) são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público. Elas têm como objetivos a conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (definição dada pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (SEMACE, 2009). As Unidades de Conservação (UC's) podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos seus recursos naturais:

As unidades de proteção integral, nas quais é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Inclui as seguintes categorias: Estação ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento natural e Refúgio de vida silvestre.

As unidades de Uso Sustentável, nas quais é permitido o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação da natureza. Inclui as seguintes categorias: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante interessante Ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista, Reserva de fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

No território Sertões do Canindé não há unidades de conservação, embora haja necessidade de criação de tais ambientes para conservação da biodiversidade da caatinga.

Em Paramoti, por exemplo, existe uma área com interesse na criação de uma UC, o local é uma serra conhecida como Arirão, onde existe uma mata nativa intocada representativa do Bioma Caatinga e onde habitam animais já em extinção, como a onça vermelha.

11.2 Áreas Prioritárias para Conservação

As Áreas de Preservação Permanente são áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas, dentre as áreas consideradas APP's estão às encostas com mais de 45 graus de declividade e as matas ciliares. (*Conservation International do Brazil*, 2000).

A Mata Ciliar é protegida pela Lei 4.771, o Código Florestal. Segundo esta lei, a área de proteção das margens dos rios, varia de acordo com a largura do rio. Para rios com 10 metros de largura, a lei estabelece uma área de proteção de 30 metros para cada margem. Para rios que possuem entre 10 e 50 metros de largura, a lei determina 50 metros de área protegida para cada margem. Para rios que possuem de 50 a 200 metros de largura a área protegida deve ser de 100 metros. Para rios com largura entre 200 a 600 metros a área da margem a ser protegida é de 200 metros e para rios com largura superior a 600 metros a faixa de proteção é de 500 metros para cada margem.

A Mata Ciliar exerce um papel fundamental na proteção dos rios, funcionando como uma esponja. A mesma não só protege os rios como evita o ressecamento do solo e a erosão, mas também preserva a flora e a fauna que habitam estas áreas, contribuindo para evitar o desaparecimento de espécies.

Contudo, devemos dizer que apesar das determinações legais, muitas dessas áreas não estão sendo respeitadas, podemos identificar isso nas falas dos técnicos extensionistas que atuam na região.

No entanto, dentre as áreas de preservação permanente, a degradação mais preocupante é a das áreas de nascentes e matas ciliares, pois na região, a escassez de água já é um dado alarmante, e com a degradação do leito dos rios, com o processo de assoreamento dos mesmos, com o processo de extinção de muitas nascentes pela não manutenção da mata ao seu entorno, fazem-se necessários programas de educação ambiental e de revitalização das mesmas.

11.3 Terras Indígenas

As terras indígenas, bem como as comunidades quilombolas e as outras comunidades tradicionais do território, são consideradas áreas prioritárias de preservação, pois são populações que podem se enquadrar nas unidades de conservação de Uso sustentável, as quais tem por objetivo a conservação da biodiversidade compatibilizada com o uso racional dos recursos naturais.

A história dos índios no Ceará é marcada por um intenso processo de lutas e resistências. Lutas contra as invasões que tentaram expulsá-los de seus territórios. Resistências contra as diversas tentativas de negação de suas existências e culturas. E no território dos Sertões de Canindé não foi diferente, historicamente algumas comunidades eram identificadas como indígenas, são elas: Agreste, Renguengue, Assentamento Pedras e Gameleira no município de Canindé da tribo Kanindé. No entanto, as comunidades do Agreste, Renguengue e parte da comunidade presente no assentamento Pedras não se reconhecem como tais, apesar dos indicativos históricos, vale ressaltar, no entanto, que o assentamento da fazenda pedra se dividiu e existe uma parte que se identifica como descendentes de indígenas.

Ao contrário da Gameleira, que possui uma escola indígena, uma escola diferenciada de Ensino Fundamental e Médio que atende atualmente 50 alunos nos turnos da manhã e da tarde (SEDUC, 2009).

Segundo a população local tais comunidades conservam um pouco as áreas onde vivem, no entanto, não são atendidos por nenhum programa governamental que incentivem a preservação.

11.4 Comunidades Remanescentes de Quilombolas

Os processos de identificação e reconhecimento de comunidades quilombolas ou afro-descendentes nos Sertões de Canindé indicam historicamente as comunidades do Benfica e Monte Orebe em Canindé. Todavia, apenas os moradores mais antigos se identificam como tais, os demais moradores da comunidade não se reconhecem desta forma. O que explica não haver a

identificação como comunidade quilombola ou afro-descendente, uma vez que, esse diagnóstico territorial pressupõem a auto-identificação do grupo.

No entanto, nos dias atuais existe uma rediscussão de tal identidade, pois tal comunidade hoje após algumas reuniões tem despertado o interesse para essa requalificação.

11.5 Outras Populações Tradicionais

As comunidades tradicionais de pescadores do território Sertões do Canindé se localizam próximas aos mananciais hídricos de açudes públicos, como: São Mateus, Salão, Sousa, São Domingos e outros açudes privados localizados nas propriedades rurais e em áreas de assentamentos da reforma Agrária, também comum aos outros municípios do território. Segundo, o Sistema Nacional de Emprego - SINE, há cerca de 380 pescadores na região. Sendo 149 de Canindé, 03 de Madalena, 70 de Caridade e 06 de Itatira, 45 de Paramoti, e 108 em Boa Viagem (SINE/IDT, 2009).

Em Caridade existe uma colônia de pescadores artesanais, a Z-57e segundo dados oriundos dos próprios representantes do território, tais pescadores possuem um projeto de cultivo de peixes em tanque escavado, de onde é retirado o pescado que é comercializado para PNAE para as escolas do território. Também existe no território, especificamente em Canindé a colônia de pescadores Z-10. Tais pescadores são atendidos pelo PRONAF e pelo seguro defeso.

O seguro defeso já é uma forma bastante eficaz na luta pela preservação de espécies de peixe no período de desova e reprodução, porém como não há uma educação ambiental efetiva junto a tais comunidades, ocorre que muitas vezes pela cultura local acaba acontecendo à pesca ilegal, o que acaba prejudicando os estoques.

É necessária uma educação ambiental efetiva educando as comunidades e explicando o motivo do defeso e não apenas a explicação de que no período de defeso a pesca é ilegal. As populações precisam entender o motivo.

11.6 Biomas

O bioma Caatinga é o principal ecossistema existente na Região Nordeste, e também no território dos Sertões de Canindé. O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa mata branca. É um bioma único, pois, apesar de estar localizado em área de clima semi-árido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios, o que deixa a vegetação sem folhas. A folhagem, no entanto, volta a brotar e fica verde nos curtos períodos de chuvas (FERNANDES, 2000)

A Caatinga é dominada por tipos de vegetação com características xerofíticas – formações vegetais secas, que compõem uma paisagem cálida e espinhosa – com extratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura), caducifólias (folhas que caem), com grande quantidade de plantas espinhosas (exemplo: leguminosas), entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas (MARTINS, 1993).

A Caatinga tem sido ocupada desde os tempos do Brasil Colônia com o regime de sesmarias e sistema de capitanias hereditárias, por meio de doações de terras, criando-se condições para a concentração fundiária. De acordo com o IBGE (2006), 27 milhões de pessoas vivem atualmente no polígono das secas. A extração de madeira, a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária nas grandes propriedades (latifúndios) deram origem à exploração econômica. Na região da Caatinga, ainda é praticada a agricultura de sequeiro (plantações onde há poucas chuvas). Em relação à Fauna, ela é composta por mamíferos, aves de pequeno e médio porte, roedores, lagartos, todos típicos das áreas semiáridas. A fauna aquática, também é peculiar a situação hídrica do ambiente natural com anfíbios e peixes que mesmo quando os reservatórios estão com sua capacidade de uso da água limitada em anos de grandes estiagens estes reaparecem, povoando novamente os mesmos, garantindo a complementação protéica e a segurança alimentar das populações existentes. As espécies mais comuns de peixes são: Curimatã, Cará, Traíra, Piau.

Os ecossistemas do bioma Caatinga encontram-se bastante alterados, com a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens. O desmatamento e as queimadas são ainda práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária que, além de destruir a cobertura vegetal, prejudica a manutenção de populações da fauna silvestre, a qualidade da água, e o equilíbrio do clima e do solo. Aproximadamente 80% dos ecossistemas originais já foram antropizados (MARTINS, 1993).

O bioma caatinga possui ainda o potencial forrageiro, pois através da produção de fitomassa da folhagem e ramos herbáceos da parte aérea da vegetação da caatinga perfaz cerca de 4,0 toneladas por hectare/ano, porém, com variações significativas em função da estação do ano, da localização e do tipo de caatinga. Ademais, a composição florística da forragem produzida, mormente pelos componentes herbáceos anuais dominantes varia fortemente em virtude dos fatores acima mencionados. Durante a estação das chuvas, a maior parte da forragem é proporcionada pelo extrato herbáceo, com baixa participação da folhagem de árvores e arbustos. No entanto, à medida que a estação seca se pronuncia, a folhagem das espécies lenhosas decíduas, passa a constituir praticamente a única fonte de forragem para os animais. A manipulação da vegetação lenhosa em muitos sítios da caatinga resulta no incremento da disponibilidade de forragem, sem necessariamente aumentar a produção de fitomassa da parte aérea. Esta prática pode constar do rebaixamento das espécies lenhosas forrageiras, aumentando a disponibilidade de forragem para pastagem, do raleamento ou controle das espécies lenhosas indesejáveis, incrementando a produção de forragem pelo estrato herbáceo e do enriquecimento com o ressemeio de espécies forrageiras nativas e/ou exóticas, com aumento real da produção de forragem da pastagem (ARAUJO FILHO, 2002).

11.7 Características Geoclimáticas

O clima influencia a vida em nosso planeta e por ela é influenciado. O conjunto de fenômenos meteorológicos predominantes em determinada região, interferem na vida do homem, seres vivos, vegetação e tipo de solo. Daí a

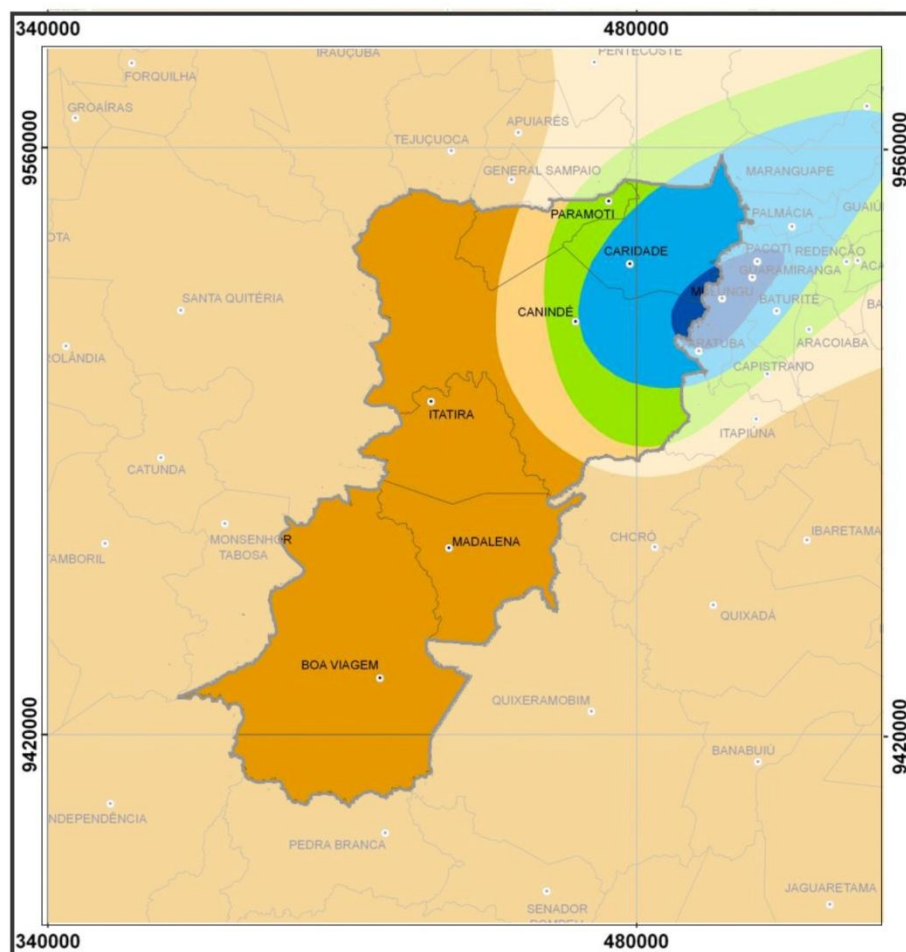
importância de se estudar sobre o clima e seus fenômenos, para só então poder considerá-los nas políticas de desenvolvimento de uma determinada região.

De acordo com a Figura 3, o Território Sertões do Canindé possui quatro tipos de clima. A maior parte do território possui um Clima Tropical Quente Semi-árido. Este clima é caracterizado por escassez de chuvas e grande irregularidade em sua distribuição, baixa nebulosidade, forte insolação, índices elevados de evaporação, e temperaturas médias elevadas (por volta de 28,5°C). A umidade relativa do ar é normalmente baixa, e as poucas chuva (de 250 mm a 750 mm por ano) concentram-se num espaço curto de tempo, provocando enchentes torrenciais. Mesmo durante a época das chuvas (novembro a abril), sua distribuição é irregular, deixando de ocorrer durante alguns anos e provocando secas. Em seguida encontramos o Clima Tropical Quente Semi-árido Brando, que possui as mesmas características, variando apenas com relação à umidade do ar.

Por fim, uma pequena faixa dos Climas Tropical Subúmido e Tropical quente úmido, uma transição entre o tipo climático Tropical Úmido e o Clima Tropical. Caracteriza-se por apresentar temperatura média do mês mais fria sempre superior a 18°C apresentando uma estação seca de pequena duração que é compensada pelos totais elevados de precipitação. Podemos dizer que em termos climáticos não há uma variação tão grande entre as microrregiões o que significa dizer que a uniformidade climática é preponderante em cinco dos seis municípios do Território Sertões do Canindé.

É nítida a predominância do clima tropical quente semi-árido, que se estende de Paramoti a Boa Viagem. Verificamos ainda, presentes nos municípios de Caridade, Paramoti e Canindé uma pequena faixa do clima tropical quente semi-árido brando, e Tropical Quente Subúmido. Em Caridade e em parte de Canindé teremos há a presença do clima Tropical Quente Úmido.

Ceará Território Sertões de Canindé Tipos Climáticos



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Tropical Quente Semi-Árido
- Tropical Quente Semi-Árido Brando
- Tropical Quente Subúmido
- Tropical Quente Úmido
- Tropical Subquente Úmido

Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 3: Representação do Mapa destacando o tipo climático encontrado no território
Fonte: Adaptação IPECE, 2010.

Os dados de temperatura foram obtidos através das coordenadas de latitude, longitude e altitude dos postos pluviométricos das sedes de cada um

dos seis municípios que fazem parte dos Sertões de Canindé. A tabela 21 mostra a média mensal dos municípios pesquisados.

Tabela 21: Média de Temperatura Mensal

MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média
Boa Viagem	26,0	25,4	24,8	24,7	24,2	23,5	26,8	26,9	29,1	30,4	32	31,7	27,1
Canindé	28,6	27,3	26,1	26,9	29,7	30,8	31	32,6	33,3	33,6	35,6	34,2	30,8
Caridade	26,8	27,4	24,8	26,2	28,2	28,5	29,8	30,9	32,1	32,4	34	33,7	29,6
Itatira	23,7	22,1	21,5	21,7	22,1	22,5	20,4	23,4	25,3	26,6	28,6	25,4	23,6
Madalena	29,4	28,4	27,8	25,7	26,2	29,7	31,8	31,9	30,1	31,8	32	33,7	29,9
Paramoti	28,2	26,4	26,8	24,8	25,2	27,5	27,4	28,9	30,7	30,4	30	30,7	28,1
Média	27,8	26,2	25,3	25,0	25,9	27,1	27,9	29,1	30,1	30,9	32	31,6	28,2

Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, 2009.

Ao observarmos a tabela, notamos a sensível diferença entre os seis primeiros meses do ano e os seis últimos. De janeiro a junho temos as menores temperaturas, sendo que a menor foi registrada no mês de abril com 21°C. É importante frisar que no inverno do ano de 2009, as chuvas foram fortes e constantes na região. Isso se deu por conta do fenômeno “La Nina” que manteve baixa as temperaturas dos oceanos Atlântico e Pacífico. (FUNCEME, 2009).

Já nos seis últimos meses do mesmo ano, registramos uma média de 30°C, sendo que, em novembro foram registrados até 35,6°C em Canindé. A variação entre o mês mais quente e o menos quente foi de 9°C, o que é bastante considerável dentro de um mesmo município. A Figura 4 apresenta melhor essa elevação da temperatura, a queda das temperaturas ficam bem mais visíveis nos meses de fevereiro a abril, mostrando uma pequena elevação já no mês de maio. Embora o ano de 2009 tenha sido atípico devido ao fenômeno da La Niña, essa diferença de temperatura entre os seis primeiros meses do ano e os seis últimos são uma constante, nos anos sem influencia de tal fenômeno.

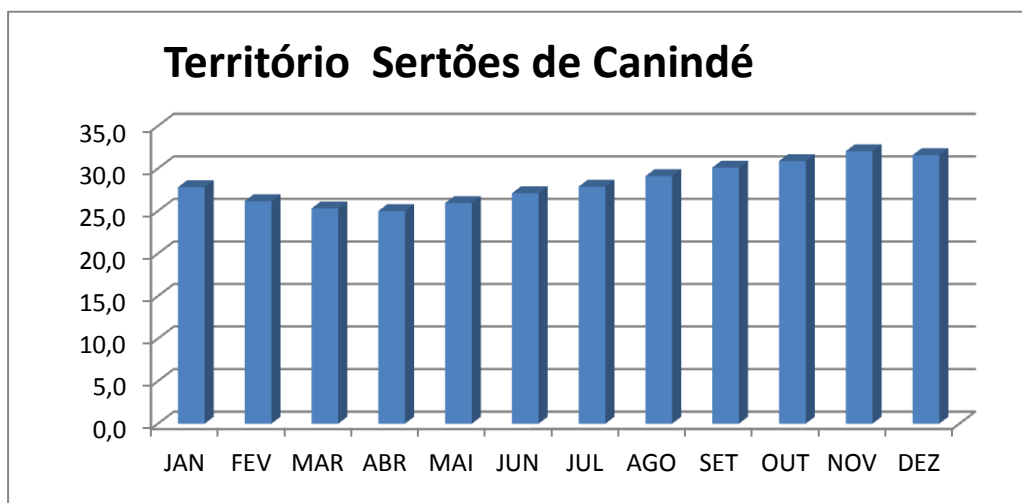


Figura 4: Média mensal de temperaturas

Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, 2009.

Se analisarmos microrregionalmente perceberemos grandes diferenças nas temperaturas. Um exemplo disso é a Micro II (Canindé e Itatira) que varia entre temperaturas de 20,4°C e 26,1°C quando baixas e entre 28,6°C e 34,2°C quando altas. Na micro I (Caridade e Paramoti) temos uma maior uniformidade de temperaturas, as menores ficando entorno de 24,8°C e as maiores entre 30,0°C e 34°C. Por fim, a Micro III (Boa Viagem e Madalena) tem uma média de variação, quando baixas, entre 23,5°C e 25,7°C e quando altas entre 32°C e 33,7°C. As variações de temperatura dos Sertões de Canindé ocorrem devido aos vários tipos climáticos, como também pelas características geomorfológicas que se apresentam, como ocorre em Itatira que se encontra em uma serra seca.

As precipitações registradas no território possuem grande variação demonstrando os principais anos de estiagem e os melhores anos de inverno. Ressaltamos ainda, que os meses com maior incidência pluviométrica aconteceram entre os meses de janeiro e junho, mais precisamente nos meses de março, abril e maio. A tabela 22 nos traz as séries históricas de pluviosidade do território, nelas iremos destacar os anos com maior e menor incidência de chuvas.

Os dados de média pluviométrica do território nos revelam quais foram os anos no qual houveram as maiores precipitações na região. Ao observarmos as médias destacamos os anos de 1985 com um volume médio de 1446.30mm, sendo que o município em que mais choveu foi o município de

Canindé com 1677.72 mm. Em seguida tivemos os anos de 2002 e 2009 com 910.80mm e 1145.75mm. Vale destacar que os anos em que o volume das precipitações foram maiores, são anos que registraram uma maior força do fenômeno “La Niña”. Os espaços vazios da tabela são períodos em que os postos de coleta da FUNCEME ficaram desativados, deixando assim uma lacuna histórica do território.

Tabela 22: Média de Chuvas

Item	Ano	Boa Viagem	Canindé	Caridade	Itatira	Madalena	Paramoti	Media Anual
01	1980	349,2	496,2	517,68	569,16	-	502,44	486,94
02	1981	693	504,72	560,4	539,4	-	579	575,30
03	1982	592,56	500,4	-	439,92	-	-	510,96
04	1983	261,96	290,4	-	163,44	-	-	238,60
05	1984	909,6	684,24	-	1010,04	-	1041,36	911,31
06	1985	1371,24	1677,72	-	1231,92	-	1504,32	1446,30
07	1986	972,96	787,32	-	888,84	-	1188	954,72
08	1987	454,08	560,76	-	333,6	-	568,2	479,16
09	1988	868,56	975,72	342	965,52	786,96	1250,16	864,82
10	1989	1121,76	987,96	962,4	670,32	1153,08	1052,4	991,32
11	1990	550,2	221,76	333,36	500,52	410,52	500,4	419,46
12	1991	499,08	509,16	724,8	390,96	534	450,36	518,06
13	1992	679,32	385,8	457,2	450	453	604,44	504,96
14	1993	183,72	190,44	171	221,64	192	141	183,30
15	1994	760,92	826,32	976,56	767,16	822,84	873,48	852,02
16	1995	750,96	650,52	790,2	487,8	913,2	1008	766,78
17	1996	667,8	989,88	913,2	795,6	835,32	927,12	854,82
18	1997	536,52	334,8	312,96	453,96	441,6	402,12	460,08
19	1998	394,8	236,04	188,76	195	239,52	228,36	247,08
20	1999	546,6	369,96	485,04	435	435,72	534	467,72
21	2000	825,96	730,44	933,6	690,48	739,08	591,6	751,86
22	2001	490,56	364,41	642,96	313,68	265,2	438,36	419,20
23	2002	785,4	588,36	1178,4	1518,84	656,28	737,52	910,80
24	2003	598,92	651	831,6	667,2	538,92	911,64	699,88
25	2004	1284,36	758,88	816,72	1006,92	884,4	851,4	863,66
26	2005	677,64	399,6	466,8	736,8	362,04	502,08	481,63
27	2006	537,96	837	782,16	501,24	656,88	663,6	663,14
28	2007	440,88	411,6	525,12	651,96	475,2	351,6	476,06
29	2008	655,2	601,92	837,84	890,88	537,6	954,12	746,26
30	2009	1202,52	1288	1300,8	1027,08	908,04	1148,04	1145,75

Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, 1980 a 2009.

Os anos com os piores índices pluviométricos foram os anos de 1983, 1993 e 1998 com índices de 238.60, 183.30mm e 247.08mm onde ocorreram os períodos de estiagem mais marcantes dos últimos 30 anos. Na Figura 5 vemos a irregularidades das chuvas na região o que tem causado vários transtornos para a população que muitas vezes, por conta dessas irregularidades não se encontram preparadas para enfrentar as quadras chuvosas, causando danos tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Vale salientar também que nos períodos de grande estiagem, anos de 1983, 1993 e 1998, ocasionaram grandes êxodos da população rural para as grandes cidades pólo dos estados, ocasionando um grande adensamento irregular de tais cidades, gerando um processo de favelização. Há, portanto, uma necessidade de implantação de projetos que priorizem o acúmulo de água, bem como políticas públicas voltadas para o meio rural, para que tais períodos de estiagem não prejudiquem novamente tais populações evitando assim a possibilidade de novos êxodos.

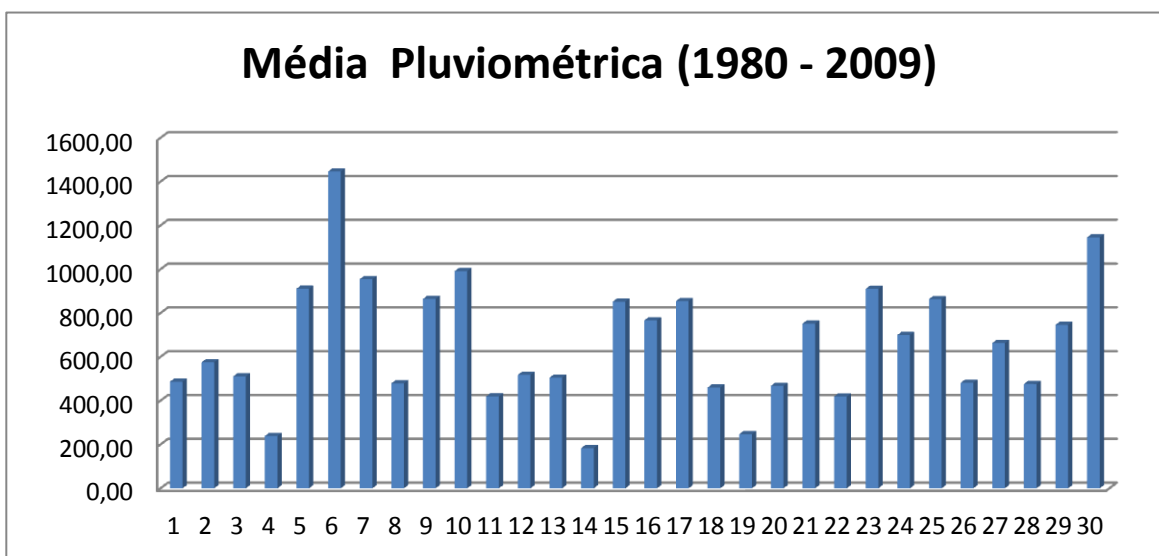


Figura 5: Série Histórica Pluviométrica (1979 – 2009)

Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos- FUNCEME, 2009.

11.8 Características Geomorfológicas

O Território Sertões do Canindé é caracterizado por ser uma região que congrega aspectos bem específicos, localiza-se, de acordo com a divisão do estado, na região do Sertão Central, cujas características podem ser visualizadas na Figura 6, a maior parte deste território é constituída por Tabuleiros Inferiores que são constituídos de platôs sedimentares, ou seja detritos rochosos causados pela erosão, cuja altitude varia de 30 a 150 metros. O relevo varia entre vales estreitos e encostas abruptas ou vales abertos com encostas suaves ou ainda fundos com amplas várzeas. Em geral, os solos são pobres e possuem pouca capacidade de armazenamento de água.

Em seguida temos as Serras Secas, que são maciços montanhosos talhados em rochas cristalinas, também chamados planaltos, localizam-se pontualmente no território, nos municípios de Canindé, Itatira e Boa Viagem. Morfológicamente serra é uma elevação do relevo, formada por duas vertentes. As Serras Secas do território apresentam altimetrias que variam de 650 a 700m, e sua constituição é de migmatitos e granito, na sua porção central e sul-oriental o relevo é menos acidentado e os interflúvios (terrenos ou áreas situadas entre dois vales) tem topos convexos ou tabulares.

Outro aspecto ainda mais pontual é o Sertão Centro Ocidental que se localiza no município de Boa Viagem, que são maciços residuais de pequeno e médio porte, possuem rochas desnudas (*inselbergues*). Ele compreende as áreas dominadas pelo clima tropical semiárido, que apresentam temperaturas elevadas e duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa.

Quanto ao relevo, o ceará como um todo é formado essencialmente por planícies e depressões, além de algumas regiões de serras. Comparativamente, as planícies ocupam uma porção pouco menor da superfície cearense, perdendo apenas para as depressões. Os Sertões do Canindé seguem basicamente as mesmas proporções, porém os mesmos estão relacionados com a altitude.

O território apresenta um relevo de 201m a 500m de altitudes, também conhecidos como depressões ou depressões sertanejas. Essa é a unidade geomorfológica de maior expressividade do Estado do Ceará, ocupando uma

área de aproximadamente 60% do seu território. É formada por áreas planas e suavemente onduladas, encontradas entre os maciços e os planaltos sedimentares, com altitudes que não chegam a alcançar os 500 m.

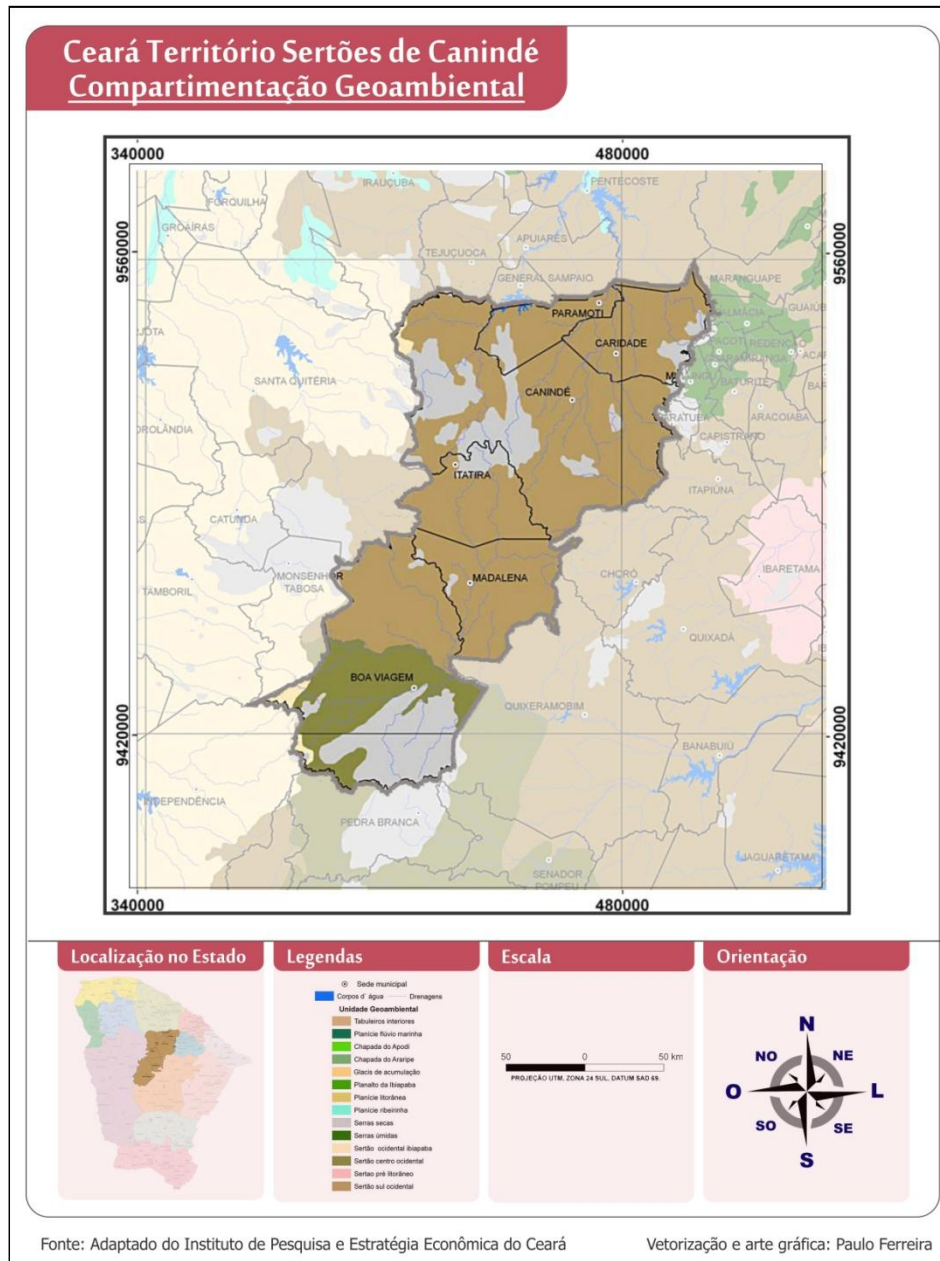


Figura 6: Características Geomorfológicas
Fonte: Adaptação do IPECE, 2009.

As depressões sertanejas correspondem a grandes superfícies de aplainamentos que foram trabalhadas sob condições climáticas semi-áridas. Nelas o trabalho erosivo é intenso, rebaixando o relevo, principalmente nas áreas de rochas de menor resistência. A grande parte dessa unidade

geomorfológica localiza-se sobre terrenos cristalinos, com algumas pequenas exceções de pequenas bacias sedimentares. Nas áreas aplainadas da depressão aparecem, de forma isolada ou em pequenos grupos, alguns relevos residuais como serras, quebrando assim a uniformidade da paisagem sertaneja. A depressão sertaneja se caracteriza ainda por apresentar períodos de secas prolongadas, altas taxas de evaporação, alternados períodos de chuvas irregulares no espaço e no tempo. Nessas áreas o intemperismo físico é predominante. (ATLAS DO CEARÁ, 2004)

Outra faixa considerável é a que percorre os municípios de Caridade, Paramoti e parte do Canindé, com elevações que podem chegar a 200m, comuns nas costas litorâneas e planícies. Encontramos também nesse território alguns pontos com elevações de 500m a 700m, as conhecidas serras, particularmente no município de Itatira e em alguns distritos de Boa Viagem. Depois de apresentarmos esse breve panorama podemos explicar e relacionar com mais clareza alguns fatos decorrentes do clima e do conhecimento dos solos, como diminuição da temperatura em determinadas regiões.

11.9 Características Edafológicas

O solo é um componente fundamental do ecossistema terrestre, pois, além de ser o principal substrato utilizado pelas plantas para o seu crescimento e disseminação, fornecendo água, ar e nutrientes, exerce também, multiplicidade de funções como regulação da distribuição, escoamento e infiltração da água da chuva e de irrigação, armazenamento e ciclagem de nutrientes para as plantas e outros elementos, ação filtrante e protetora da qualidade da água e do ar.

Como recurso natural dinâmico, o solo é passível de ser degradado em função do uso inadequado pelo homem, condição em que o desempenho de suas funções básicas fica severamente prejudicado, o que acarreta interferências negativas no equilíbrio ambiental, diminuindo drasticamente a qualidade de vida nos ecossistemas, principalmente naqueles que sofrem mais diretamente a interferência humana como os sistemas agrícolas e urbanos.

Dentre os vários tipos de solos que o estado do Ceará possui, encontramos no território Sertões de Canindé principalmente, os Luvisolos (solos minerais, com argila em alta atividade. Podendo variar de bem a imperfeitamente drenados, sendo pouco profundos), seguidos dos Neossolos (solos constituídos por material mineral ou orgânico pouco espesso, não modificam seu material originário por apresentarem resistência ao intemperismo, às composições químicas e também devido ao relevo que pode impedir ou limitar sua evolução), Argissolos (Caracterizam-se pela baixa atividade da argila, são considerados de forte a moderadamente ácidos) e Chernossolos (que podem ser bem ou imperfeitamente drenados. São solos de moderadamente ácidos a fortemente alcalinos, predominando o cálcio e o magnésio em sua composição). No quadro 18, veremos os principais tipos de solos por município de acordo com um mapeamento feito pela EMBRAPA.

Municípios	Classe de Solos
Boa Viagem	Solos Litólicos
	Solos Podzólico Vermelho Amarelo e Equivalente Eutrofico
	Solos Bruno Não Calcico
	Vertissolo
	Solos Brunizem Avermelhado
Canindé	Solos Podzolic Vermelho Amarelo e Equivalente Eutrofico
	Podzolic Vermelho
	Solos Litólicos
	Solos Bruno Não Calcico
	Solos Planossolos
Caridade	Solos Bruno Não Calcico
	Solos Podzolic Vermelho Amarelo e Equivalente Eutrofico
	Podzolic Vermelho
Itatira	Solos Litólicos
	Solos Bruno Não Calcico
	Solos Podzolic Vermelho Amarelo e Equivalente Eutrofico
Madalena	Solos Podzolic Vermelho Amarelo e Equivalente Eutrofico
	Solos Litólicos
	Solos Bruno Não Calcico
	Vertissolo
Paramoti	Solos Litólicos
	Solos Podzólico Vermelho Amarelo e Equivalente Eutrofico
	Solos Bruno Não Calcico

Quadro 18: Classificação dos Solos

Fonte: Levantamento Exploratório- Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará, 1973.

11.10 Características Vegetativas

O semi-árido nordestino tem a maior parte de seu território ocupado por uma vegetação xerófila, de fisionomia e florística variada, denominada caatinga, abrangendo uma área total de cerca de 950.000 km². A vegetação de caatinga é constituída, especialmente, de espécies arbustivas e arbóreas de pequeno porte, geralmente dotadas de espinhos, sendo, caducifólias, em sua maioria, perdendo suas folhas no início da estação seca. O substrato pode ser composto de cactáceas, bromeliáceas, havendo, ainda um componente herbáceo de pouca significância, formado por gramíneas dicotiledôneas herbáceas, predominantemente anuais. As espécies mais comuns são: marmeleiro, jurema preta, catingueira, pereiro, jucá, sabiá, juazeiro, mandacaru, faveleira, Pau-ferro, Capim mimoso, Malva branca, Malva, Bamburral, Capim panasco, Aroeira, Camuça, Ata-brava, Pereiro branco, Camará, Pau-d'arco-roxo, Pau-d'arco amarelo, Embiratanha, Maria preta, Barriguda, Cedro, Jatobá, Timbaúba (SUDEC/DNOCS, 1978)

Fitossociologicamente, a densidade, freqüência e dominância das espécies são determinadas pelas variações topográficas, tipo de solo e pluviosidade, ou seja, a vegetação é conseqüência primária do tipo de solos, da temperatura e das precipitações que ocorrem (FERNANDES, 2000).

Embora, fisionomicamente possam ser identificados 12 tipos de caatingas, além de grande variação na composição florística resultante das atividades antrópicas, dois modelos gerais são representados: a caatinga arbustivo-arbórea, dominante nos sertões semi-áridos e a arbórea, característica das vertentes e pés-de-serra. As atividades pastoris tendem a ocupar o tipo arbustivo-arbóreo, enquanto a agricultura, o tipo arbóreo (MARTINS, 1993).

De acordo com a Figura 8, o território Sertões do Canindé possui predominantemente a Caatinga Arbustiva Densa, sendo esta constituída de um extrato arbustivo muito denso, de 3 a 4 metros de altura e o diâmetro dos troncos que variam de 2 a 5 centímetros. Em seguida temos a Floresta Caducifólia Espinhosa (Caatinga arbórea) também conhecida por se apresentar como uma floresta densa e seca. Podemos encontrar ainda Florestas

Subcaducifolia Tropical, que é uma floresta um pouco diferente da caatinga, mas que também se transforma nos períodos de estiagem e por fim, Caatinga Arbustiva Aberta à única diferença das demais é que esta demora mais para perder as folhas.

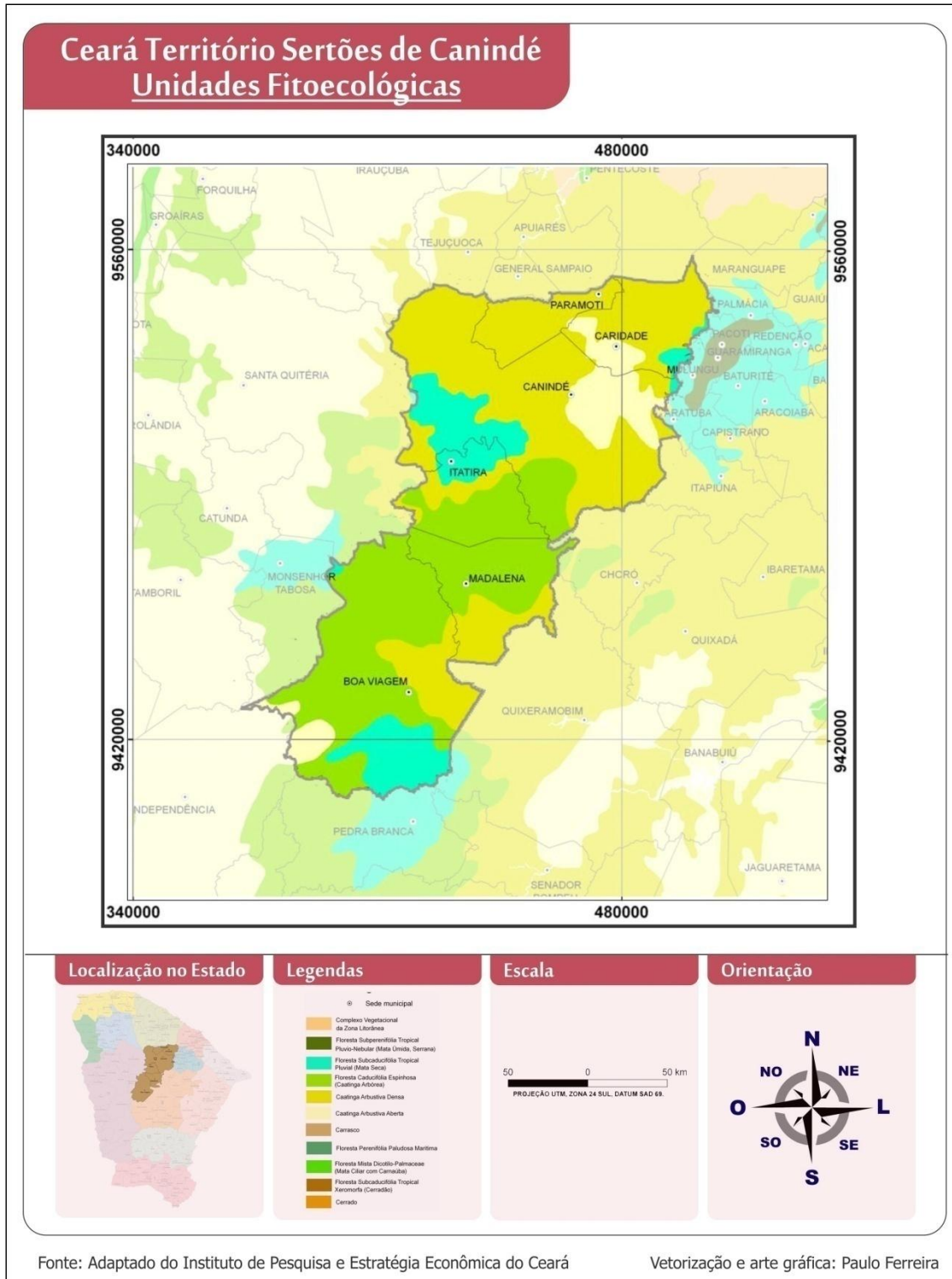


Figura 8: Tipos de Vegetação
Fonte: IPECE, 2009.

Vale ressaltar que a caatinga é uma floresta, e nela se aplica a Legislação Florestal. No Ceará, no dia 15 de setembro de 1995, foi instituída a Lei Nº12. 488 que dispõem sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.

11.11 Características Hidrológicas

O Estado do Ceará está dividido por elevações que se constituem divisores de água e tem seus rios e riachos originados no próprio território que, só excepcionalmente, escoam para fora do Estado. Os cursos d'água estaduais são alimentados diretamente pelas águas pluviais e não dispõem de qualquer ação de fontes perenes. As concentrações de chuvas num curto período impõem a característica de intermitência a todos os rios que correm no território estadual. Na época invernososa, o regime das correntes d'água é de acentuada torrencialidade. Logo depois de terminadas as chuvas, o escoamento superficial cessa e, apenas nos rios de leito arenoso e poroso, forma-se lençol freático situado próximo à superfície (COGERH, 2006).

Além das características de intermitência imposta pelas chuvas, o regime fluvial recebe influência da temperatura, pela ação da evaporação, constituição geológica e pedológica das áreas, relevo e vegetação. Nas serras e pés-de-serras, os cursos d'água têm vazão assegurada durante a maior parte do ano pela favorabilidade desses fatores. Verifica-se, então, que os rios da serra de Baturité, Ibiapaba e Araripe são mais duradouros. Além das mais baixas temperaturas, a maior porosidade e permeabilidade dos terrenos das áreas das chapadas da Ibiapaba e Araripe, diminuem o escoamento superficial e o regime torna-se mais regular, da mesma forma como a presença da vegetação densa contribui para tal fato. No sertão, além das chuvas escassas e concentradas, o regime fluvial é de máxima torrencialidade pela litologia das áreas e descontinuidade da vegetação. Ademais, a maior evaporação, dada à elevada temperatura reinante no sertão, associa-se aos citados fatores para tornar mais rápido e pouco duradouro o escoamento fluvial. Os aluviões, que mantêm umidade superficial nos leitos secos durante o verão são aproveitados com culturas de vazante e se constituem importantes elementos para o

abastecimento à população nas regiões secas e semi-áridas, com a abertura de cacimbas. (COGERH, 2006)

Além da rede de rios e riachos, destacam-se como de grande importância no quadro hidrográfico estadual, os açudes públicos. O fenômeno da intermitência dos rios exigiu uma política de acúmulo de água na época de excesso, a fim de suprir as necessidades hídricas no período das estiagens e nos anos de extrema irregularidade pluviométrica. A Tabela 23 e 24 tratam respectivamente, dos principais reservatórios do território e adutoras.

Tabela 23: Principais reservatórios encontrados no território

MUNICÍPIOS	NOME DO AÇUDE	CAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO
BOA VIAGEM	São José I	7.670.000
	Vieirão	20.960.000
	Caracas	9.630.000
CANINDÉ	Salão	6.040.000
	São Mateus	10.330.000
	Souza	30.840.000
CARIDADE	Desterro	5.010.000
	São Domingos	3.035.000
	Trapiá I	2.010.000

Fonte: COGERH, 2009.

Tabela 24: Características das adutoras

ADUTORAS	MUNICÍPIOS	FONTE HÍDRICA	EXTENSÃO (km)	VAZÃO (L/s)	POPULAÇÃO BENEFICIADA
CANINDÉ	CANINDÉ	AÇUDE SOUZA	7,22	100	30115
CARIDADE	CARIDADE	AÇUDE SÃO DOMINGOS	11,1	14	3018
		AÇUDE DESTERRO	6,0		-
PARAMOTI	PARAMOTI	AÇUDE GENERAL SAMPAIO	31,1	22	9852

Fonte: SRH, 2009.

O Estado do Ceará foi dividido em 11 bacias hidrográficas - Coreau, Litoral, Curu, Metropolitana, Baixo Jaguaribe, Parnaíba, Acaraú, Banabuiú, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe e Salgado.

O território Sertões do Canindé é banhado por duas bacias, a do Curu e a do Banabuiú como mostra a Figura 9.

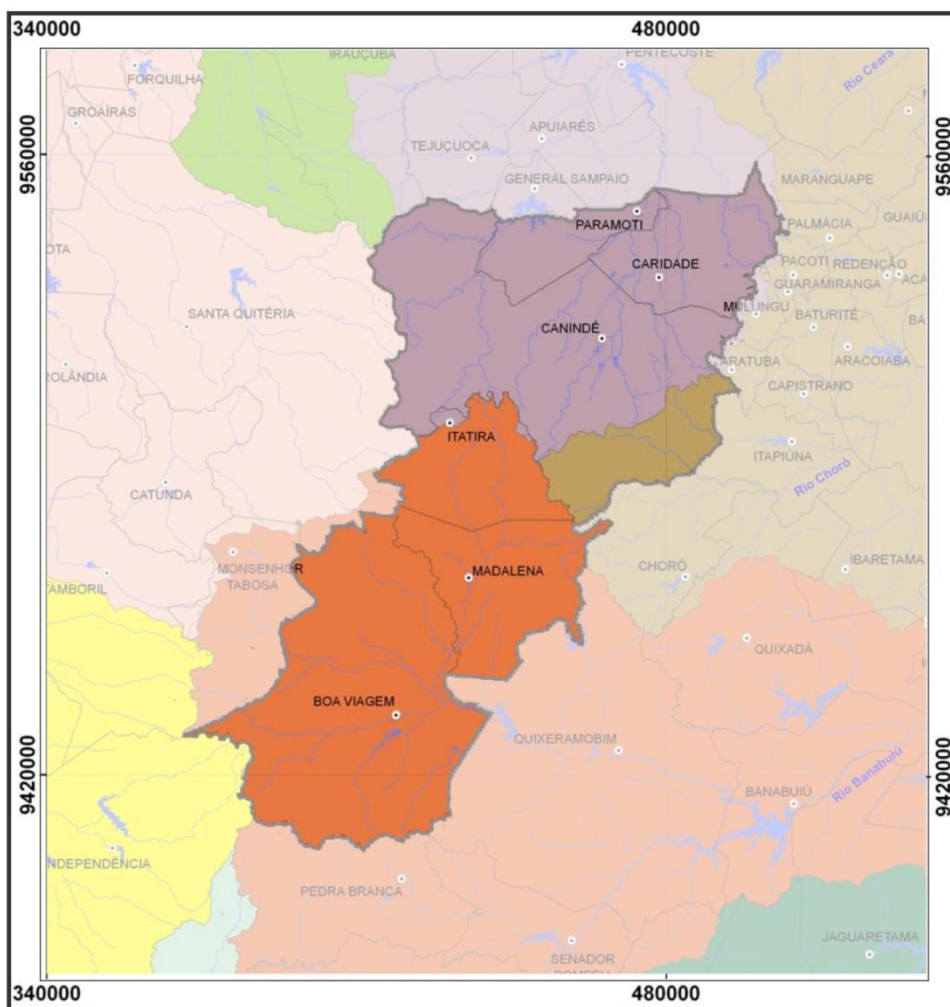
O município de Boa Viagem, por exemplo, está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú e tem como drenagem principal o rio Quixeramobim. Podem ser citados ainda como expressivos o rio Santo Antônio e os Rios Barrica, Capitão Mor, São Cosmo, Ipu e Boa vista.

O município de Canindé contribui para as bacias hidrográficas do rio Curu e a grande bacia Metropolitana. Como principais drenagens superficiais podem-se mencionar os rios Curu, Canindé e Choró, merecendo destaque ainda os riachos Batoque, do Castro, do Souza e Conceição.

O município de Caridade está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Curu e como drenagens que se destacam podem ser citados os rios Bom Jardim, Seriema e Ipueiras. Já Itatira está no divisor d'água das redes hidrográficas dos rios Curú e Banabuiú, e seu principal curso d'água é o rio Umari. Madalena está totalmente inserida na bacia hidrográfica do rio Banabuiú. Como principais drenagens superficiais podem-se mencionar os rios Teotônio e Piraribu, merecendo destaque ainda os rios Pueiras, Cipó e Barrigas. E por fim, o município de Paramoti que está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Curu e apresenta como drenagens de expressão os rios Curu e Batoque e os rios Perdigão, Maracajá e Canindé (Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará, 2009).

Ceará Território Sertões de Canindé

Bacias Hidrográficas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
 - Drenagens
 - Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas
- Acarau
 - Alto Jaguaribe
 - Baixo Jaguaribe
 - Banabuiú
 - Coreaú
 - Curu
 - Litoral
 - Metropolitana
 - Médio Jaguaribe
 - Parnaíba
 - Salgado

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 9: Bacias Hidrográficas

Fonte: Adaptação do IPECE, 2009.

O projeto São José é um Programa de Combate á pobreza Rural. No caso da implantação de sistemas de abastecimento de água, as mesmas são fiscalizadas e executadas pela SOHIDRA. Existem mais de 1400 projetos que já foram realizados pela SOHIDRA dentro do projeto São José. (SOHIDRA, 2010).

O projeto já teve a versão I e II e está prevista a execução do Projeto São José III, com disponibilidade de recurso a partir do ano de 2012. A tabela 25 apresenta algumas obras realizadas através dos recursos de tal projeto no território.

Tabela 25: Obras de abastecimento do Projeto São José nos municípios do território.

Município	Nº de Obras	Nº de Famílias atendidas
Canindé	31	1420
Caridade	22	1772
Itatira	16	863
Paramoti	17	723
Madalena	12	798
Boa Viagem	73	3900

Fonte: SDA, julho de 2009.

Tais obras levam as pequenas comunidades uma melhoria de vida e um resgate a dignidade de tais famílias rurais, pois fazem com que tais famílias passem a dispor de meios para produzir vegetais, frutas e criar animais.

A tabela 26 apresenta a participação ativa dos municípios no Programa Pacto das águas do governo do estado.

Tabela 26: Participação municipal na etapa regional do Pacto das águas

Municípios	Oficina Regional		Diálogo Municipal		Seminário Regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Canindé	07	17	nd	86	04	04
Caridade	05	05	16	70	04	04
Itatira	03	03	26	58	04	04
Paramoti	03	03	35	102	-	-
Madalena	01	02	nd	61	03	03
Boa Viagem	01	01	-	-	01	01

Fonte: Pacto das águas (2009).

Nota: nd – não disponível

11.12 Características Geoambientais dos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar

O território apresenta dois sistemas ecológicos distintos: O Sistema Ecológico de Sertão e o Sistema Ecológico de Serra. O sistema ecológico de Sertão está presente em todo território se destacando nos municípios de Canindé, Caridade e Madalena, o mesmo ainda pode ser subdividido em quatro subsistemas: Subsistema de caatinga, o Subsistema de baixio de sequeiro, o subsistema de baixio perenizado e o subsistema de vazante.

No subsistema caatinga, os tipos de solo encontrados servem para pastagem nativa (mata), pastagem nativa melhorada e cultivada, com a tradicional agricultura de subsistência com a exploração do milho, mandioca e feijão.

No subsistema de baixio de sequeiro são utilizadas como culturas, o plantio de milho, fava e feijão, também existem uma pequena produção de forragem cultivada de sequeiro e de capim elefante. A fertilidade do solo e a maior facilidade de acesso à água em alguns municípios modificam o tipo de cultura, a forma de produção e ainda agrega os agricultores à possibilidade da criação de animais como bovinos, caprinos e aves.

No Subsistema de Baixio Perenizado existe um grande potencial para ser utilizado fortemente com a produção irrigada de milho verde e feijão consumo e venda, como também na produção de forragem cultivada de corte, para consumo animal. Já existe atualmente, a exploração produtiva dessas culturas, porém, ainda ocorre de forma inadequada e degradante, além da subutilização do potencial existente.

No subsistema de baixio, existe uma grande degradação das matas ciliares, devido às características do solo, que apresentam uma maior fertilidade e que o homem para a sua subsistência acaba degradando, influenciando inclusive na extinção de alguns corpos hídricos. No Subsistema de vazante o tipo de solos encontrados servem às culturas temporárias de milho, feijão, batata doce, jerimum, etc. e forrageiras como o capim aquático de corte, em função da variação do fluxo de água nos períodos invernosos e de verão, o seu potencial é diferenciado e varia de acordo com o porte do açude e

com a qualidade das terras do seu entorno. Comumente esse sistema é desenvolvido nas montantes dos grandes açudes públicos e nos médios e pequenos açudes particulares e de áreas de assentamentos.

O sistema Ecológico de Serra apresenta-se caracterizado em diversos municípios do território, porém nos municípios de Boa Viagem, Paramoti e Itatira apresenta-se de forma mais representativa. Neste sistema é muito presente a apicultura. Os subsistemas ambientais identificados nesse ecossistema são: Alto da Serra, Encosta da Serra e Pé de Serra.

No território é comum a retirada de árvores nativas para utilização como lenha e carvão vegetal, tanto para consumo das famílias agrícolas como energia alternativa, como para a venda e comercialização. Existe, portanto, uma preocupação por parte da população no que se refere à utilização ilegal de tais árvores nativas como lenha para fornecimento de calor para as cerâmicas da região.

No território é comum a prática de utilização da terra para cultivo, sem um tempo adequado de descanso. Em muitas ocasiões tais culturas são alternadas com o pastoreio, tal ação impacta o solo, o que ocasiona modificações físicas do mesmo.

Os projetos mandalas existentes no território se diferenciam dentro do tipo de cultivo utilizadas na região, devido à implantação de técnicas modernas e adequadas de uso e manejo do solo, em tais projetos, existe a utilização de compostagens, porém são ações pontuais.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

Os aspectos antrópicos do território dizem respeito à relação do homem com o meio ambiente, que devido ao crescimento desordenado da população, a falta de planejamento urbano dentre outros, acabam gerando impactos negativos.

Um dos exemplos preocupantes no território é o lixo. No território Sertões do Canindé observamos que 37,4 % dos resíduos gerados são coletados adequadamente, no entanto tal percentual encontra-se bem abaixo do encontrado para o Estado do Ceará que foi de 59,4%. Já quando observamos o percentual de lixo jogado neste território encontramos que 82,2% do lixo não têm tratamento adequado o que certamente interfere na situação de saúde da população, favorece a contaminação ambiental, proliferação de doenças e agravos à saúde. Faz-se necessária a elaboração de uma proposta de intervenção e de reversão desta situação, uma das propostas recomendadas é a implementação da agenda 21 no território. A Figura 10 apresenta a proporção de Moradores por tipo de destino de lixo no território Sertões do Canindé e do Ceará.

Uma observação relevante é que existe um indicador que se refere somente à disponibilidade de serviços regulares de coleta de lixo domiciliar, não incluindo as condições de funcionamento (frequência na assiduidade, volume transportado e destino final).

Este percentual corresponde ao percentual da população residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considera-se o atendimento: (i) direto, quando a coleta do lixo é realizada no domicílio, por empresa de limpeza urbana (pública ou particular); e (ii) indireto, quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou outro depósito, sendo posteriormente coletado por serviço ou empresa de limpeza urbana (pública ou privada).

Este indicador mede a cobertura populacional de serviços regulares de coleta domiciliar de lixo. Sabemos que baixas coberturas favorecem a

proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

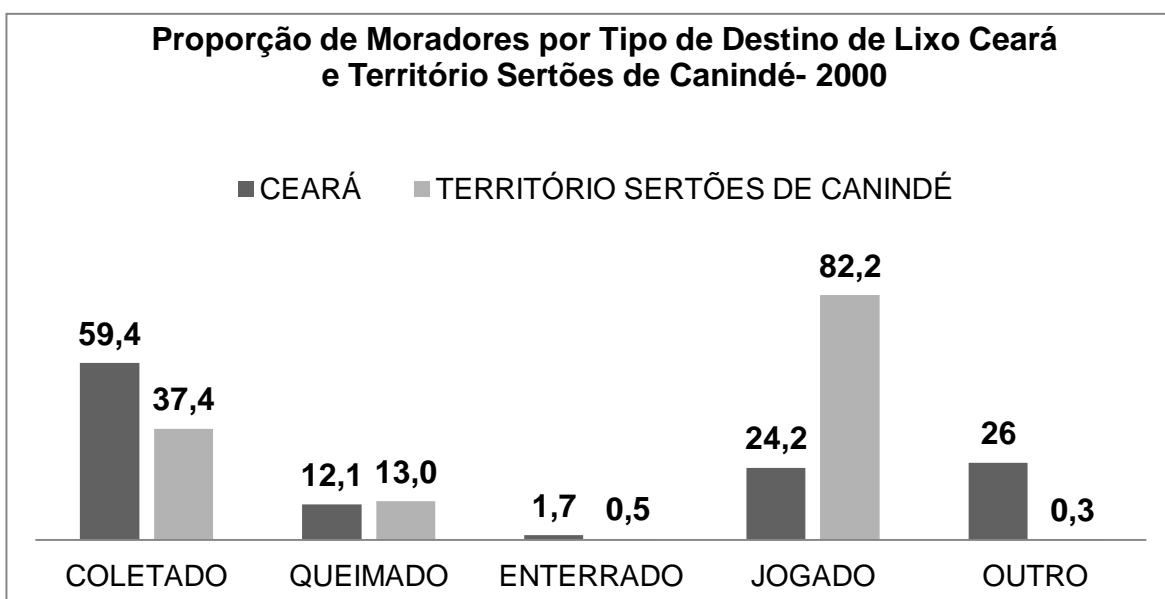


Figura 10: Situação do destino do lixo no Território Sertões do Canindé e do Ceará em 2000.

Fonte: IBGE CENSO, 2000.

No território já existe um projeto de um aterro Sanitário consorciado entre os municípios do mesmo, em vias de implantação, no entanto, tal aterro localizar-se-á no município de Canindé que é o município central do Território, porém existe uma preocupação por parte da população de como se dará a logística de coleta e destino dos lixos oriundos das outras cidades até o município de Canindé.

Dos municípios do território, Paramoti é o único município que está concluindo a obra de seu aterro e de uma lagoa de estabilização. Contudo, a questão do gerenciamento tem gerado várias questões na prefeitura, o que por enquanto ainda não está definido.

No município de Canindé, existem duas empresas que atuam na coleta de lixo. Mas na maioria dos outros municípios existe apenas uma coleta sistemática ineficaz.

Um ponto deficitário da coleta de lixo no território se refere à coleta do lixo hospitalar, que é tratado como lixo comum e acaba chegando ao lixão da

cidade, sem qualquer cuidado, podendo contaminar funcionários da empresa de coleta sistemática de lixo e catadores.

Com relação qualidade das águas dos açudes do território, os mesmos apresentam-se bastante assoreados, poluídos por agrotóxicos e esgotos urbanos e industriais, também existe uma problemática ocasionada pela prática de criação de animais soltos, que tem acesso a tais açudes contaminando os mesmos, através das fezes e urinas.

12.1 Desmatamento e Queimadas

Na maioria das relações entre homem e natureza percebemos que a cultura do individualista aliada à lógica do capital muitas vezes impede a conciliação entre as necessidades da natureza e as dos homens. Nos Sertões do Canindé, infelizmente essa relação não é diferente apesar de varias ações de mudança de comportamento, a cultura do agricultor de nossa região é desmatar e queimar para só então iniciar seu roçado. Essa ação está presente em todos os municípios deste território, e os casos de não utilização desses métodos são raros e pontuais.

Outro ponto que tem evidenciado o desmatamento no território é o crescimento do numero de cerâmicas e serrarias, essas são provas contundentes do desmatamento. Só no município de Canindé sabemos de sete cerâmicas, sendo varias delas ilegais. A atual produção de cerâmicos vem dilapidando o meio ambiente, não somente pela devastação da cobertura vegetal nativa e degradação dos solos (em virtude dos constantes processos de exploração que têm levado a graves erosões), mas principalmente, pelas perversas relações de trabalho que têm sido implementadas nesse processo produtivo, que considera o ambiente um mero recurso. Algo que também tem aumentado em nosso território são as extrações de carvão, que acontecem principalmente em Paramoti e Canindé, é obvio que são ações clandestinas, mas que tem acontecido com bastante regularidade, sendo inclusive noticiadas na imprensa local. O mesmo acontece-nos demais municípios, só que com menos regularidade, as carvoarias estão espalhadas pelas propriedades rurais. Mas em alguns imóveis, a produção funciona no próprio quintal e sem

autorização. Muitos produtores não percebem, entretanto, que, quanto mais se desmata para produzir carvão vegetal, mais o terreno perde qualidade para o período de plantio.

Tais práticas de queimadas e limpeza inadequada do solo, além de prejudicar a qualidade do mesmo, podem desencadear incêndios florestais, e como no território não existem brigadas de incêndio, tal ação torna-se perigosa.

Outra prática que tem preocupado bastante a população é a prática de limpeza dos órgãos de trânsito DER e DERT que utilizam de práticas de queimadas, tais ações acabam desencadeando focos de incêndio, principalmente nesse período mais seco, onde a vegetação está seca.

Um dos municípios que apresentaram maior quantidade de focos de calor encontra-se no território Sertões do Canindé, o município de Boa Viagem, que entrou no ranking dos que mais apresentaram tais focos em 2009, com um total de 69.

12.2 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão

Além dos outros pontos que já foram expostos como desmatamento e queimadas, destacamos as atividades pecuárias como grande fator de degradação. Práticas inadequadas no manejo de ovinos e caprinos estão levando o território como um todo ao sobre pastoreio e conseqüentemente à diminuição da quantidade e qualidade da cobertura vegetal o que contribui para intensificar o processo de degradação do solo. Considerou-se uma relação direta entre estes indicadores e a degradação. Outra prática que tem degradado o meio ambiente é o uso dos tratores, feito de forma indiscriminada, sem qualquer preocupação de uso de técnicas de conservação de solos, os tratoristas em geral não têm qualquer formação para a lida com a terra, fazendo de forma convencional e agressiva.

E por fim, o problema relacionado à produção agrícola em terrenos inapropriados.

Como temos escassez de solos bons, as áreas mais procuradas são as encostas de serras secas e serrotes com declive às vezes maior que 45° e são plantados morro acima facilitando a erosão laminar (causada pela água das

chuvas), que erodem os solos e os transportam para os fundos de vales no sopé das encostas, deixando as áreas mais elevadas praticamente na rocha mãe. Além, das margens dos rios que são áreas prioritárias de conservação. As culturas mais aplicadas são a do milho, feijão, Jerimum e mamona, esta última para produção de biodiesel.

12.3 Tipos de Poluição e Contaminação

As áreas com lavouras em relação à área total do município é bastante considerável, por isso é relevante toda a preocupação com o manejo da terra. Essas áreas cultivadas estão freqüentemente expostas ao uso de inseticidas e fungicidas químicos, ao uso de máquinas agrícolas, à aração em profundidade que promove a contaminação dos corpos d' água e compactação do solo. Porém, apesar de sabermos que é uma pratica comum infelizmente não temos dados oficiais sobre essas ações no território. Sabemos apenas que é necessária uma mudança de comportamento por parte dos produtores, para que a produção seja consciente e pautada em princípios agroecologicos.

Com relação ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas, não há uma ação de ampla escala de conscientização, no entanto, existem algumas ações pontuais por parte do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais em Boa Viagem e Canindé voltadas para a utilização de defensivos naturais.

Existem também no território algumas entidades da sociedade que fazem campanhas para a utilização de defensivos naturais, tais como CACTUS, ACACE, INSTITUTO VIDA MELHOR, INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ, ASSOCIAÇÃO CAATINGA e INSTITUTO MANDACARU.

E durante debates com a população local, observamos que muitos gostariam de desenvolver práticas agroecológicas, porém não sabem como fazer, por isso fazem necessária a implantação de uma assistência técnica continuada que priorize meios de cultivo agroecológicos.

12.4 Fatores de Desequilíbrio e Destruição Ambiental

A degradação ambiental é resultado da dinâmica entre elementos sócioeconômicos, institucionais e atividades tecnológicas. Fatores como o crescimento econômico, crescimento da população, pobreza, urbanização, intensificação da agricultura, aumento no uso de transportes e necessidades de novas fontes de energia, resultam em problemas ambientais, ou seja, as causas ou fatores de degradação ambiental é resultado de aspectos sociais, econômicos e ambientais de uma região.

A fragilidade ambiental aliada a fatores antrópicos, pressionados por situações de pobreza e baixos níveis tecnológicos, geram a degradação do ambiente. Sob este enfoque, o estado do Ceará apresenta grande susceptibilidade ao fenômeno da degradação ambiental. Reforçando essa afirmação, segundo a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME (2009), o Ceará tem 10% do solo degradado. Em todo o estado do Ceará já podemos identificar vários pontos de degradação ambiental.

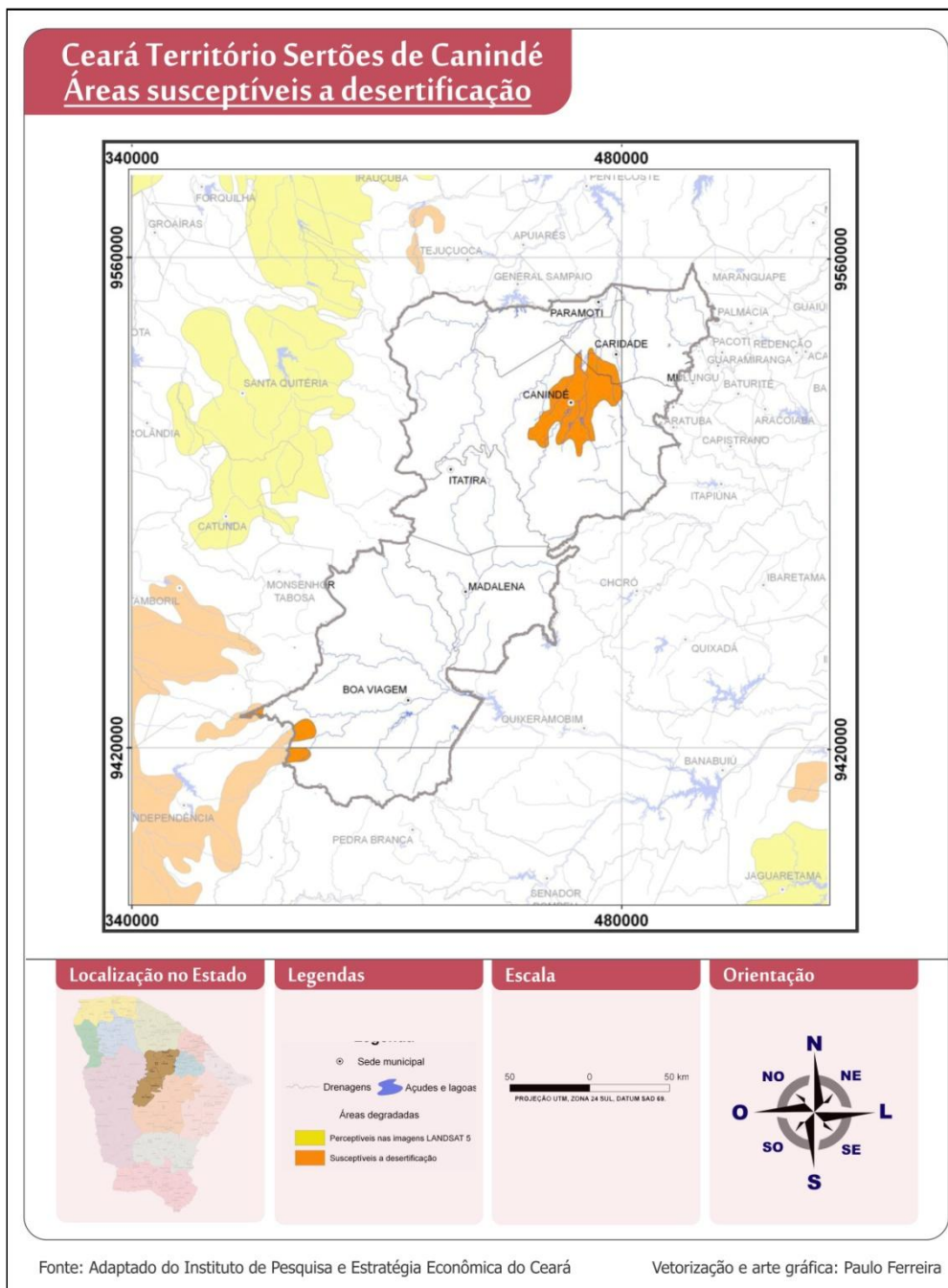


Figura 11: Áreas de Degradação Ambiental
Fonte: Adaptação do IPECE, 2009.

Nos Sertões do Canindé também já podemos identificar alguns pontos em processos bem avançados de degradação.

É importante dizer que as áreas desertificadas mostradas na figura 11 provavelmente já estejam bem maiores, pois a velocidade com que a degradação vem aumentando é assustadora e já pode ser sentida de várias formas, um exemplo é a diminuição da produção.

Estudos diversos enumeram causas distintas da degradação ambiental. Estas causas são localizadas e só serão corretas se forem realizados diagnósticos de qualidade da degradação local. Contudo, podemos identificar alguns fatores relevantes para a degradação em nosso Território, são eles:

- ✚ Produção de carvão vegetal: representa a quantidade de carvão vegetal obtido pela carbonização da madeira ou lenha;
- ✚ Produção de lenha: ramos, troncos, tachas ou quaisquer pedaços de madeira utilizados como combustível;
- ✚ Produção de madeira;
- ✚ Densidade demográfica: Geralmente leva ao mau uso dos recursos naturais, produção de lixo, além de estar associada ao estresse ambiental, perda de biodiversidade, poluição do ar e água. Logo, quanto maior o valor deste indicador, maior a degradação;
- ✚ Taxa de urbanização: Altas taxas de urbanização levam a um excedente de demanda por serviços de infra-estrutura básica. O resultado é uma tendência ao aumento da degradação devido à perda de qualidade do ar, da água, uso inadequado de áreas para construção de imóveis e riscos sanitários;
- ✚ Salinidade média da água: representa o teor de sais dissolvidos na água sob a forma de íons. É um dos principais critérios físico-químicos que definem a portabilidade da água. Pode ser entendida do ponto de vista ambiental como degradação de terras férteis causada pelo sal. Está diretamente ligada à degradação e geralmente ocorre em áreas irrigadas podendo comprometer a produtividade agrícola, qualidade do solo além de levar a riscos de solidificação do solo dentre outros.

12.5 Conflitos Agroambientais

Nos Sertões do Canindé não existem grandes conflitos ambientais. Contudo, não podemos deixar de mencionar uma luta pela desapropriação de uma propriedade antiga no município de Canindé que se iniciou por causa do desmatamento indiscriminado. Trata-se do acampamento do Movimento dos

Sem Terra – MST que enfrente a fazenda Xinuaquê que já tem mais de quatro anos. Vale ressaltar que tal território apresenta diversos assentamentos rurais. Em Caridade também existem conflitos na fazenda Bom sucesso, em Itatira na fazenda Trapiá e Paquetá.

Existe ainda um conflito na cidade de Campos Belos entre os donos de caçambas e os moradores da Rua Baliza, devido ao derrame de material que vem prejudicando a população local.

12.6 Programas Ambientais no Território

No território existem alguns programas, projetos e subprojetos implantados para atender as demandas dos territórios e facilitar a aplicação de políticas públicas, e suas finalidades podem ser visualizados no Quadro a seguir:

PROGRAMAS, PROJETOS, SUBPROJETOS E AÇÕES.	DESCRIÇÃO
PRODHAM	Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental, financiando pelo Banco Mundial junto à secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará. O mesmo está atuando em Paramoti e Canindé.
P1MC P1+2	Programa executado apenas por ONG's, no caso de Canindé quem atua é o ESPLAR. Programa um milhão de cisternas que evoluiu para uma terra duas águas.
MANDALAS	São estruturas de formato circular que contempla o cultivo diversificado e estratificado de hortaliças e plantas frutíferas, cujo centro das estruturas apresenta um tanque circular utilizado para criação de peixes.
QUINTAIS PRODUTIVOS	Política pública trabalhadas pelas comunidades rurais e ONG's.
CAPACITAÇÃO MULTIPLICADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	DE Ação desenvolvida pela SEMACE, para formar multiplicadores em educação ambiental.
MUNICÍPIO SELO VERDE	Municípios que possuem e atendem o projeto ambiental estratégico com foco na sustentabilidade ambiental.
AGENDA 21	Programa de ação que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
PROJETO ÁGUA DOCE	SOHIDRA

Quadro 19: Programas, Projetos, Subprojetos e Ações com respectiva descrição dos mesmos.

Fonte: Arquivo Territorial, 2010.

Dos municípios do território apenas dois dos seis possuem iniciativas de Agendas 21, são eles Canindé e Caridade, Canindé através da Secretaria de Agricultura e dos Recursos Hídricos e Caridade através da Secretaria Municipal da infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente.

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 20, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
1. Deficiência na infra-estrutura hídrica; 2. Degradação do solo, fauna e flora; 3. Desconhecimento e possibilidades de Bioma; 4. Poucos açudes; 5. Material Humano deficiente nas áreas de Meio Ambiente; 6. Licenças Ambientais questionáveis 7. Degradação ; 8. Pratica Agrícolas; 9. Desertificação; 10. Êxodo rural; 11. Queimadas e Desmatamento 12. Poucas ações para evitar o desequilíbrio ambiental; 13. Falta de coleta seletiva; 14. Falta de Programa de reciclagem; 15. Necessidade de maior sensibilização; 16. Água salinizada 17. Mau uso da água para consumo humano e irrigação 18. Falta de estrutura para uso da água. 19. Contaminação das águas; 20. Salinização do solo; 21. Poucas ações práticas; 22. Pouco de controle e descumprimento da legislação ambiental.	1. Fertilidade do solo; 2. Biodiversidade rica; 3. Consciência da Sociedade Civil; 4. Resiliência Ambiental; 5. Trabalhos de consciência ambiental; Recursos humanos; 6. Preocupação por parte dos produtores com os aspectos ambientais; 7. Reservas legais; 8. Consciência da Necessidade Aterro Sanitário; 9. Iniciativas de trabalhar as comunidades circunvizinhas aos lixões; 10. Construção de cisternas de placas; 11. Iniciativas de ações de convivência com o semi-árido; 12. Discussões sobre a importância do uso consciente dos recursos naturais. 13. Projetos escolares para o desenvolvimento da consciência ambiental nas escolas; 14. Comitê de Bacias;
AMBIENTE EXTERNO	

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso irregular de máquinas e agrotóxicos; 2. Salinização do solo; 3. Irregularidade de chuvas; 4. Desequilíbrio ambiental e erosões; 5. Pouca fiscalização da SEMACE; 6. Fiscalização deficiente; 7. Políticas de Assistência Técnica muito fragilizada; (rotatividade dos Técnicos) ; 8. Pouca Articulação Política; 9. Contaminação dos lençóis subterrâneos por municípios vizinhos (Fosfato de Santa Quitéria); 10. Pouca integração entre as ações das Instituições que atuam de diferentes formas; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas das Secretarias de Estado para Educação Ambiental; 2. Programa de Educadores Ambientais – CONPAM; 3. Desenvolver parcerias entre Administradores públicos (Todas as esferas de poderes) e ONG's; 4. Projeto Mata Branca – CONPAM; 5. Selo Município Verde – CONPAM; 6. Elaborar Projetos Estratégicos de Preservação Ambiental; 7. Fundo Caatinga – BNB; 8. Promover oficinas através das políticas sobre gerenciamento e uso do lixo; 9. Consorcio dos Aterros Sanitários; 10. Programa de Gestão Integrada de Recursos Sólidos; 11. Programas de Cursos de Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos; 12. Programas da Secretaria de Recurso Hídricos; 13. Políticas Participativas de Uso Consciente da água; 14. Fundo Nacional de Meio Ambiente

Quadro 20: Analise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental

Fonte: Relatório da Oficina Estadual dos Comitês Temáticos, Novembro, 2010

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos
Aspectos do Setor Produtivo
Situação Fundiária
Financiamento e Comercialização
Assessoria Técnica

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

14.1 Indicadores Socioeconômicos

O desenvolvimento socioeconômico tornou-se um fenômeno necessário para toda a sociedade, visto que a humanidade deseja qualidade de vida, que só é possível quando as necessidades básicas passam a ser atendidas adequadamente. Contudo é importante atentar para um detalhe, nem todo crescimento é desenvolvimento, mas em todo desenvolvimento há crescimento é importante relacionar os indicadores de forma qualitativa e não apenas quantitativa. Principalmente, na abordagem territorial onde o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais mobilize-se em torno de uma visão de futuro coletiva.

Tabela 27: Renda *per capita*, Proporção de Pobres e Índice de GINI para os Municípios do Território – 1991 e 2000.

Município	Renda per capita			Proporção de Pobres			Índice de Gini		
	1991	2000	TCRpC	1991	2000	TRP	1991	2000	TAC R
	R\$	R\$	%	%	%	%	%	%	%
Boa Viagem	47,00	82,68	75,9	86,10	74,48	11,62	0,54	0,67	0,13
Canindé	66,13	77,17	16,69	80,09	73,26	6,83	0,51	0,62	0,11
Caridade	51,56	67,73	31,36	84,05	75,93	8,12	0,51	0,56	0,05
Itatira	41,16	53,60	30,22	90,86	82,28	8,58	0,43	0,67	0,24
Madalena	43,38	73,61	69,68	89,48	71,34	18,14	0,54	0,60	0,06
Paramoti	44,45	57,62	29,62	88,60	81,21	7,39	0,45	0,65	0,20
Média do Território	48,94	68,73	42,24	86,53	76,41	10,11	0,49	0,62	0,13

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

TCRpC - Taxa de Crescimento da Renda per Capita

TRP - Taxa de Redução da Pobreza

TACR - Taxa de Aumento da Concentração de Renda

No geral os municípios têm uma renda *per capita* muito baixa. A média geral, em 2000, alcançou pouco mais de R\$ 68,73, com uma variação de R\$ 53,60 a R\$ 82,68. No período de 1991-2000 observa-se uma taxa de crescimento da renda *per capita* de 42,24% na média territorial. Os baixos valores de “renda *per capita*” evidenciam os significativos níveis de pobreza, variando entre 71,34% e 82,28%, sendo a média do território calculada em torno 76,41%. Vale ressaltar que em 1991 este valor médio era 86,53%, registrando-se, portanto, uma pequena queda. A taxa média de redução da pobreza do território foi de apenas 10,11%.

Os dois indicadores anteriores mostram que, no período 1991-2000 houve um crescimento da concentração de renda. Isto fica demonstrado com o índice de GINI, cujo percentual teve crescimento no período 1991-2000, passando de 0,49 para 0,62. Esta tendência, entretanto, foi menor que a do Ceará, cujo índice de GINI passou de 0,65 em 1991, para 0,68 em 2000, refletindo, dessa forma, o aumento da desigualdade social no Estado. Essa situação de concentração de renda torna-se mais explícito no mapa a seguir:

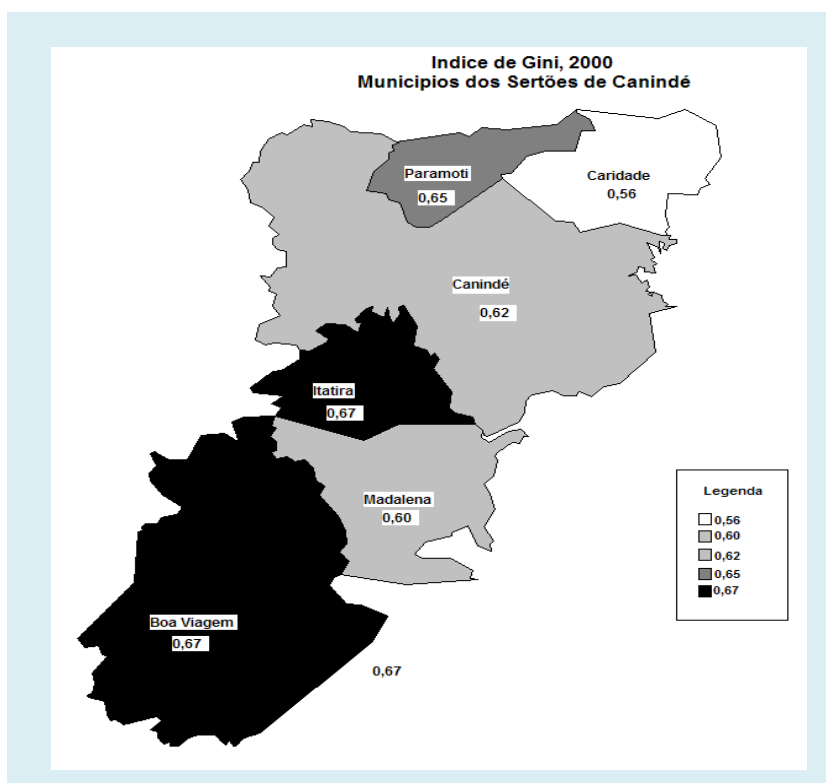


Figura 12: Distribuição do Índice de GINI no Território Canindé
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Esse índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (PNUD, 2003).

De acordo com o mapa os municípios mais críticos são Itatira e Boa Viagem com 0,67 do índice de GINI, seguidos por Paramoti com 0,65, Canindé 0,62, Madalena 0,60 e Caridade 0,56. É importante lembrarmos que quanto mais próximo de 1,0, maior é a concentração de renda do município.

Esta concentração de renda está detalhada em estratos populacionais. Verifica-se assim como está distribuída a renda na população. A tabela abaixo expressa esses valores:

Tabela 28: Percentual de Apropriação de Renda por Extratos da População – 1991 e 2000.

Municípios	20% mais pobres		40% mais pobres		60% mais pobres		80% mais pobres		20% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	3,65	0,53	10,76	4,73	22,18	13,81	41,39	30,85	58,61	69,15
Canindé	4,54	0,53	12,45	5,97	24,55	16,96	43,38	36,99	56,63	63,01
Caridade	3,66	1,68	11,62	9,06	24,38	21,45	44,18	41,29	55,83	58,71
Itatira	5,58	0,00	15,47	2,19	29,25	12,31	51,14	32,94	48,86	67,06
Madalena	3,50	0,93	11,05	6,65	22,88	17,60	41,48	38,49	58,52	61,51
Paramoti	5,57	0,00	15,09	3,63	28,90	14,30	49,25	33,98	50,75	66,02
Média do Território	4,41	0,61	12,74	5,37	25,35	16,07	45,13	35,75	54,86	64,24

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

A Tabela 28 mostra que os 20% mais pobres, dos municípios do Território Sertões do Canindé, estão cada vez mais pobres com uma queda média de 3,8%. Os 40% mais pobres com uma queda de 7,37%. Esse perca na apropriação da renda foi comum a todos os extratos da população pobre, os 60% mais pobres deixaram de se apropriar menos da renda gerada, caindo de 25,35% para 16,07%, o mesmo aconteceu com os 80% mais pobres que caíram de 45,13% para 35,75%.

Por outro lado os 20% mais ricos que se apropriavam de 54,86% de toda renda gerada no território em 1991, passaram a se apropriar em 2000 de 64,24%. Indicando que a renda *per capita* do território permanece concentrada nas mãos da população mais rica, provocando dessa forma mais desigualdade social.

Outro índice importante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, ele é um indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação (PNUD, 2003).

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDHM. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências: Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Tabela 29: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Ranking do estado para os Municípios do Território – 1991 e 2000.

Município	IDH-M			POSIÇÃO		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	TENDÊNCIA
Boa Viagem	0,494	0,611	0,117	114	129	Avanço Fraco
Canindé	0,520	0,634	0,114	75	83	Avanço Fraco
Caridade	0,487	0,618	0,131	127	119	Avanço Médio
Itatira	0,447	0,569	0,122	174	178	Avanço Médio
Madalena	0,494	0,634	0,140	111	81	Avanço Médio
Paramoti	0,469	0,597	0,128	150	149	Avanço Fraco
Média do Território	0,485	0,610	0,125	125	123	Avanço Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território alcançaram em 2000 o padrão de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,7). Comparando-se os anos 1991 e 2000, constata-se um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em

todos os municípios, sendo que 5 (cinco) municípios que tinham IDHM menor de 0,500, passaram da faixa de “baixo” para “médio” desenvolvimento humano. A taxa de crescimento do IDHM variou de 0,114 em Canindé e 0,140 em Madalena no período. Ainda nesse período, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil era 0,766. Dentre os municípios da região Sertões de Canindé, 2 municípios estavam empatados com o melhor valor (0,634) Canindé, Madalena e o município com o pior valor era Itatira (CE), com um valor de 0,569.

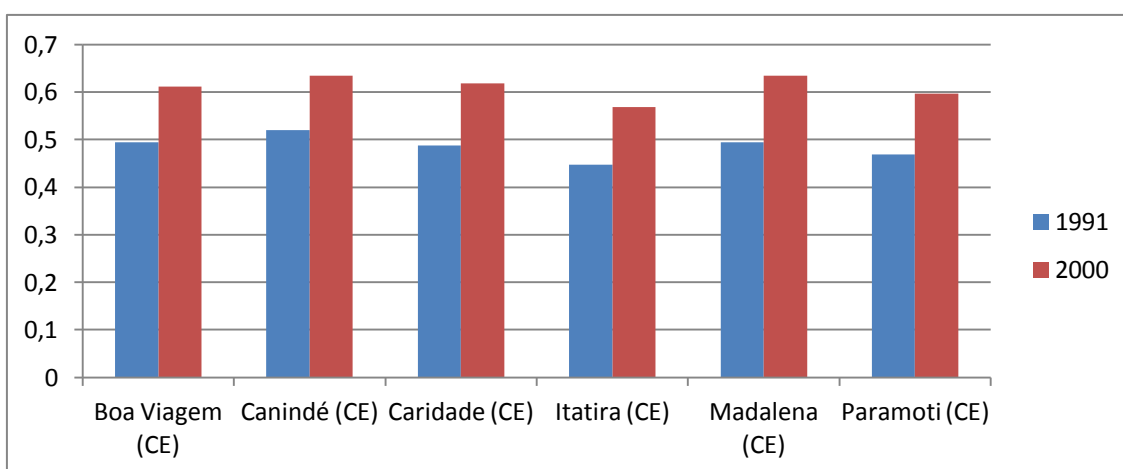


Figura 13: Evolução do IDHM para os Municípios do Território – 1991 e 2000
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Analisando em termos de Microterritório, observa-se que os índices são bastante próximos. Basta observar na figura 13, os municípios de Caridade e Paramoti – Micro I os índices que estão muito próximos são 0,618 e 0,597 respectivamente. Já no Micro II, há uma diferença mais acentuada os números mostram 0,634 em Canindé e 0,569 em Itatira. E por fim, no Micro III, uma diferença mediana de 0,611 em Boa Viagem e 0,634 em Madalena.

Analisando o IDHM do ponto de vista da contribuição dos três fatores veremos como estão relacionadas à educação, longevidade e renda.

Tabela 30: Dimensões do IDHM para os Municípios do Território, 1991 e 2000.

Municípios	Educação			Longevidade			Renda		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	T.C.	1991	2000	T.C.
Boa Viagem	0,492	0,664	0,172	0,573	0,659	0,086	0,416	0,51	0,094
Canindé	0,501	0,699	0,199	0,587	0,705	0,118	0,472	0,498	0,026
Caridade	0,459	0,675	0,216	0,572	0,703	0,131	0,431	0,476	0,045
Itatira	0,436	0,623	0,187	0,512	0,647	0,135	0,393	0,437	0,044
Madalena	0,493	0,712	0,219	0,587	0,7	0,113	0,402	0,49	0,088
Paramoti	0,446	0,675	0,229	0,555	0,666	0,111	0,406	0,449	0,043
Média do Território	0,471	0,674	0,203	0,564	0,68	0,115	0,420	0,476	0,056

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.
TC: taxa de Crescimento

Com estes indicadores tem-se quantificada a situação de miséria e pobreza de grande parte da população do território, resultado do baixo nível e da alta concentração de renda observada no território, sendo que a tendência foi de agravamento do quadro de desigualdade no período 1991-2000. Os gráficos abaixo podem demonstrar isso melhor.

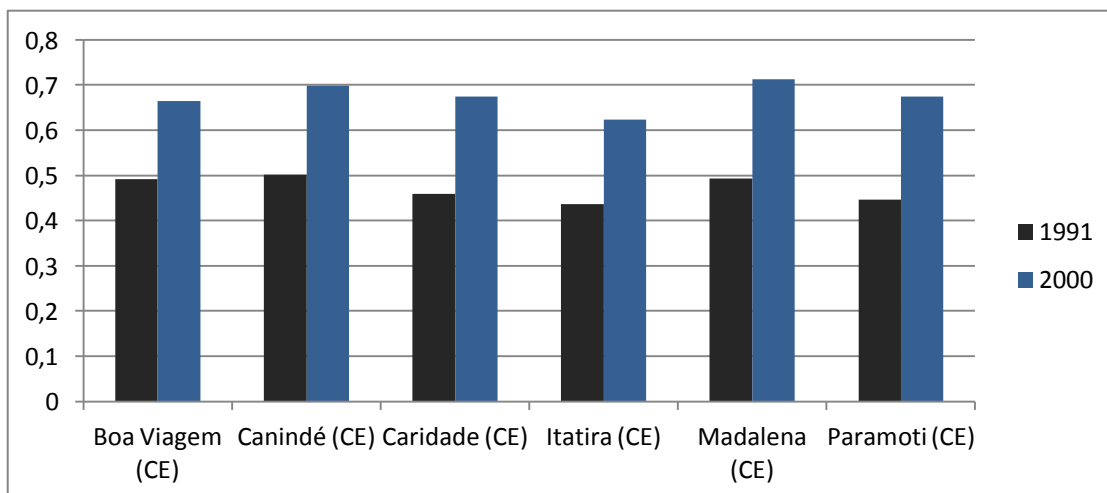


Figura 14: Dimensão do IDHM Educação – 1991 e 2000.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Ao observar a figura percebe-se que os avanços no campo da educação foram incontestáveis saindo de uma média de 0,471 para 0,674 o que representou uma melhoria significativa no IDH da Região.

Em 2000, percebe-se mais claramente, por exemplo no Micro I – Caridade e Paramoti mantiveram seus índices em 0,675, o que demonstra que além da proximidade geográfica a mesma mantém uma similaridade no desenvolvimento de sua educação. Contudo vale destacar que dos dois municípios o que teve maior taxa de crescimento foi Paramoti de 0,229. No Micro II – Canindé e Itatira, notamos uma diferença considerável de 0,699 e 0,623 respectivamente. Os melhores índices se encontram no Micro III – Boa Viagem e Madalena, sendo que Madalena apresentou os melhores resultados do território 0,712, além da segunda maior taxa de crescimento 0,219.

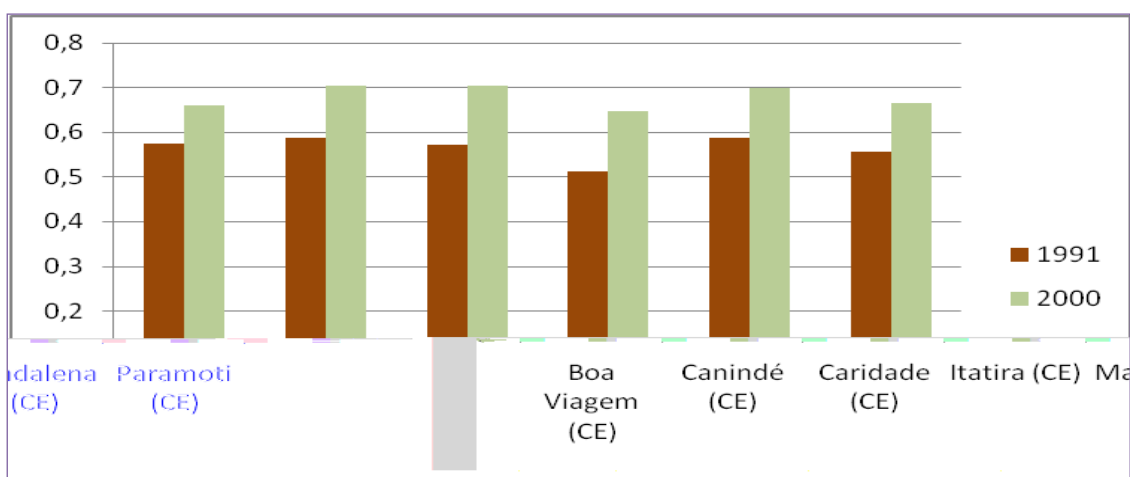


Figura 15: Dimensão do IDHM Longevidade – 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade do Brasil era 0,727. Dentre os municípios da região Sertões do Canindé, o município com o melhor valor era Canindé (CE), com um valor de 0,705, e o município com o pior valor era Itatira (CE), com um valor de 0,623. Vale ressaltar que os dois municípios fazem parte do micro II e que Itatira apesar de apresentar o pior valor foi o que teve a maior taxa de crescimento 0,135, saindo de 0,512 em 1991 para 0,647 em 2000. Os demais micros

demonstraram uma maior aproximação dos valores. No Micro I – Caridade e Paramoti com valores de 0,703 e 0,666 respectivamente. Já no Micro III – Boa Viagem obteve 0,659 e Madalena 0,700. Entretanto, Boa Viagem apresentou ainda a pior taxa de crescimento 0,086.

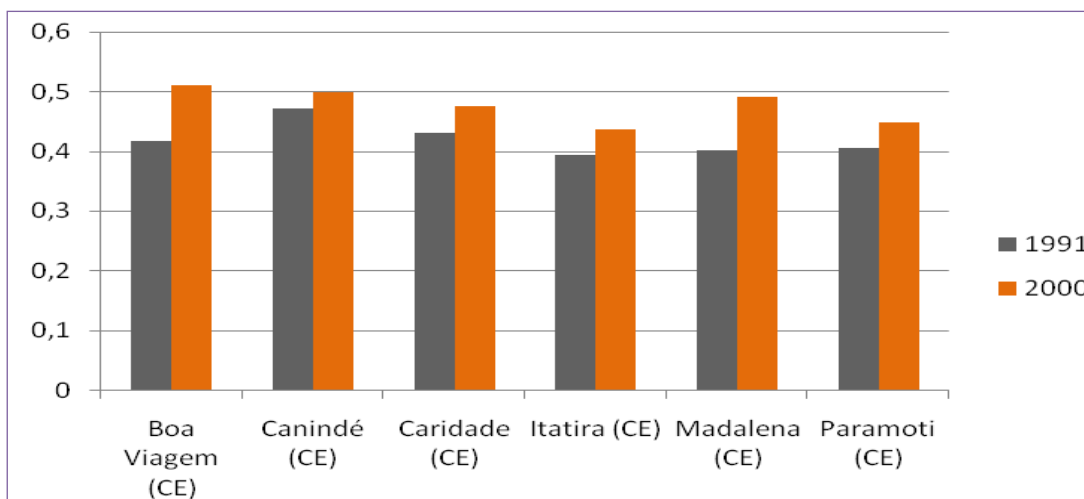


Figura 16: Dimensão do IDHM Renda – 1991 e 2000
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda do Brasil em 2000 era 0,723. Dentre os municípios da região Sertões de Canindé, o município com o melhor valor era Boa Viagem (CE), com um valor de 0,510, e o município com o pior valor era Itatira (CE), com um valor de 0,437. Em nossa análise por micro I – Caridade estava com o melhor valor e Paramoti um pouco menor, analisando as taxas de crescimento, percebe-se que essa disparidade se mantém, Caridade apresenta um taxa de 0,045 e Paramoti com 0,043. No micro II – a diferença é bem maior. Canindé apresenta um valor de 0,498 e Itatira como já foi dito apresenta o pior resultado. O micro III – é o que apresenta os melhores resultados entre os três micros. Seguindo a tendência de Boa Viagem 0,510, Madalena tem apresentado um valor de 0,490.

Em seguida a figura mostra os resultados dos índices do Território. Destaca-se ainda o crescimento de Paramoti que saiu de 14,26 em 2004 para 24,18 em 2006. E o pior índice ficou para Caridade que saiu de 17,68 e foi para

17,83. É importante destacar que esses dois municípios são do mesmo microterritório o que permite ver as diferenças administrativas.

Tabela 31: Índice de Desenvolvimento Municipal Global para os Municípios do Território – 2004 e 2006.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	2004		2006	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Boa Viagem	21,82	105	26,57	91
Canindé	26,50	63	30,72	62
Caridade	17,68	150	17,83	159
Itatira	13,97	173	14,35	175
Madalena	18,29	142	24,46	107
Paramoti	14,26	169	24,18	112
Média do Território	18,75	133,66	23,01	117,66

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

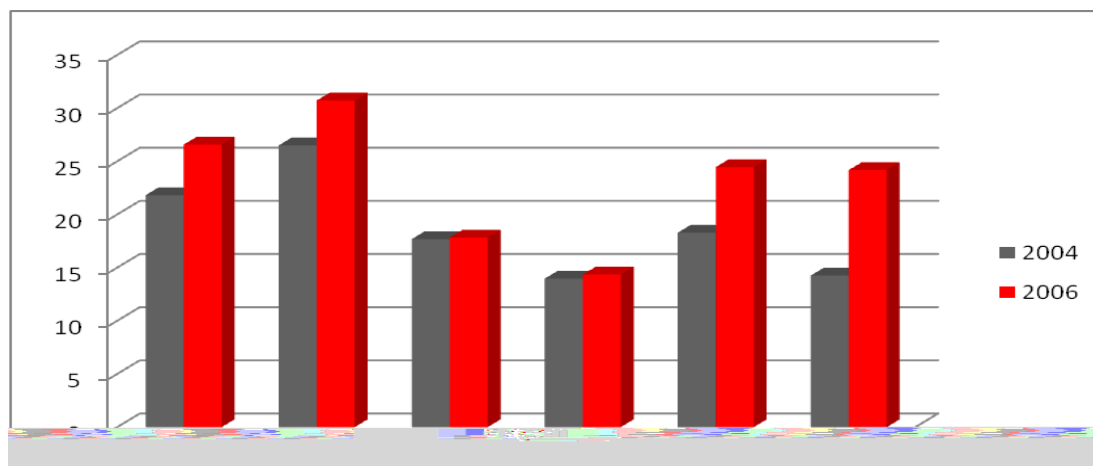


Figura 17: Índice de Desenvolvimento Municipal para os Municípios do Território – 2004 e 2006.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Atualmente os Índices de Desenvolvimento Municipal estão classificados em quatro classes são elas: classe 1, com índice maior ou igual a 79,09. A classe 2, os índices variaram de 30,40 a 62,78, com média de 50,39. Na classe 3, o índice médio para a classe foi igual a 30,33 com uma amplitude variando de 17,23 a 39,40. Na classe 4, nesta classe o índice médio foi 18,84. Todavia, esta classe sofre um aumento no número de municípios, pois em 2002 ela era composta por 83 municípios.

No caso do território Sertões do Canindé, apenas Canindé pertence à classe 2, Boa Viagem, Madalena, Caridade e Paramoti pertencem a classe 3 e Itatira pertence à classe 4 (IPECE, 2006).

Tabela 32: Produto Interno Bruto a preços correntes e Rendimento *Per Capta*.

Municípios	2005		2006		2007	
	Preço	<i>Per Capta</i>	Preço	<i>Per Capta</i>	Preço	<i>Per Capta</i>
Boa Viagem	123.122	2.377	144.283	2.771	153.216	2.862
Canindé	196.138	2.634	214.174	2.843	237.114	3.210
Caridade	34.298	1.950	40.160	2.238	44.968	2.501
Itatira	40.030	2.412	49.260	2.934	52.097	2.945
Madalena	39.106	2.407	46.145	2.798	49.185	2.885
Paramoti	23.738	2.101	29.810	2.625	32.596	2.817
Total (Média)	76.072	2.313,5	87.305,3	2.701,5	94.862,7	2.870

Fontes: Para 2003-2007: Sistema de Contas Regionais Referência 2007 – IBGE.

(1) Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional.

A renda *per capita* ou rendimento *per capita* é um indicador que ajuda saber o grau de desenvolvimento de uma região, ela é a soma dos salários de toda a população dividida pelo número de habitantes e consiste na divisão da renda do produto interno bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos, pela sua população (MANKIW, 2001).

Observa-se que a renda *per capita* do território não é uma renda tão baixa, pois as mesmas variam entre de R\$ 1.950,00 a R\$ 3.500,00.

A figura a seguir mostrará que em todos os municípios houve um crescimento da renda *per capita*. Destacamos ainda em 2007, o município de Canindé com o maior valor R\$ 3.210,00 e Caridade com R\$ 2.501,00. Contudo, é importante ressaltarmos que isso é uma media para a população, o que não impede que exista pobreza extrema convivendo paralelamente com riqueza.

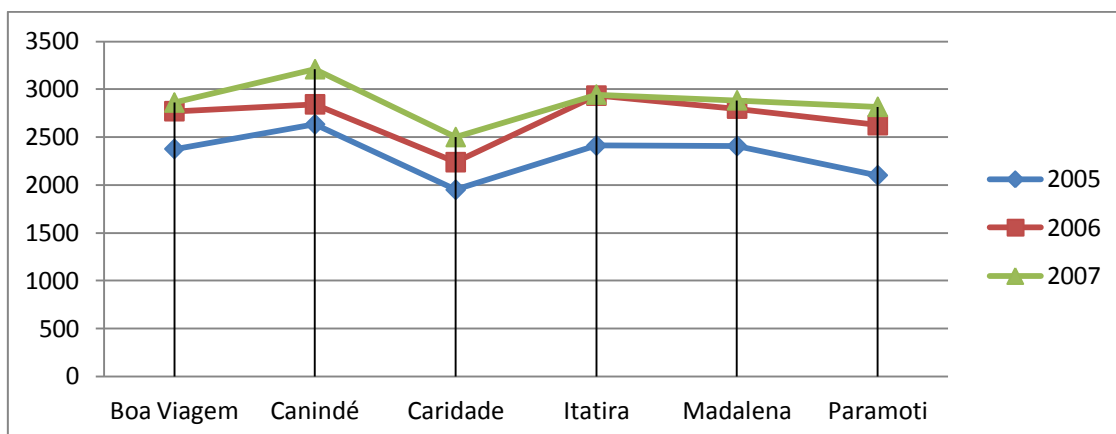


Figura 18: Evolução do PIB para os municípios do território no Período de 2005 - 2007
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

Tabela 33: Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto dos Municípios 2009.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Boa Viagem	27.817	13.991	104.812
Canindé	34.000	25.408	166.452
Caridade	5.773	5.667	32.058
Itatira	17.541	3.810	29.632
Madalena	12.779	4.644	30.542
Paramoti	7.077	2.987	21.664
Média do Território	17.497	9.417	64.193

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)2009.

Nessa tabela podem ser visualizados os setores que mais influenciam a economia do Território. A figura abaixo vai mostra como está essa divisão. Além de explicitar algumas perspectivas desses setores.

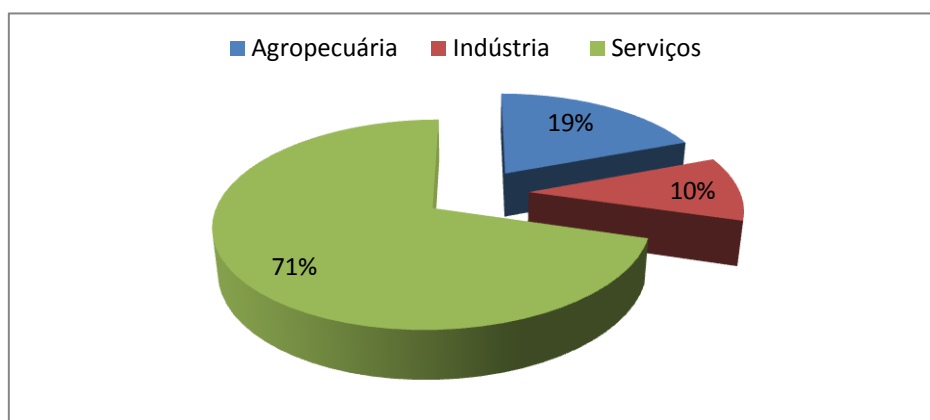


Figura 19: Composição Setorial do PIB do Território para o ano de 2009
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

O Setor de Serviços é o sustentáculo da economia do território, com destaque para o comércio que vem registrando expansão, desde 2004, no volume de vendas a varejo, influenciada pela conjuntura favorável, com ampliação de crédito, salários com ganhos reais, uma política monetária flexível, com redução da taxa selic. Também as medidas anticrise do Governo Federal, com a redução de impostos, que direta ou indiretamente contribuíram para alavancar as vendas. Ações do Governo Estadual direcionadas ao comércio, como isenções e reduções de impostos, sobretudo em produtos como medicamentos, gêneros alimentícios, bebidas quentes, material escolar, higiene pessoal e material de limpeza, (SEFAZ, 2009).

Outros serviços que se destacaram foram os de alojamento e alimentação, estes apresentam o desempenho das atividades turísticas, que foi responsável pela ampliação de postos de trabalho formal, tendo em vista que registrou um dos maiores saldos dentre as principais atividades econômicas.

O Setor Agropecuário dos Sertões de Canindé, em 2009, fechou o ano, em queda. Este resultado foi consequência da quebra da safra de grãos, que no início de 2009 anunciou-se previa de uma boa safra, o que acabou não se confirmando, tendo em vista a ocorrência de chuvas irregulares, caídas nas zonas produtoras. E no Estado a produção grãos registrou uma queda de 30,97%, significando um total de 779.997 toneladas. Este resultado foi decisivo,

aliado a declínio na produção bovina, com queda de 15,7%, para provocar uma redução no Valor Adicionado do Setor Agropecuário do Ceará, em 2009 relativamente a 2008. Como resultados positivos na produção animal foram destaques: a produção de leite (Madalena, Boa Viagem), esta foi beneficiada pelo melhoramento das técnicas de produção, genética, além de instalação e implantação de tanques de resfriamento para os produtores, e um aumento também na produção de ovos (Caridade), em função, sobretudo, do aumento do rebanho de poedeiras. A apicultura (Paramoti e Itatira) também teve um pequeno aumento, porém menor do que o esperado, isso por conta das chuvas (IBGE, 2009).

A indústria apresentou um leve crescimento em 2009 sobre 2008. Dos quatro segmentos industriais somente a transformação registrou taxa negativa. Os maiores aumentos foram para Eletricidade, Gás, Água, Esgoto (7,7%), influenciada pelo aumento do consumo de energia elétrica, em todas as categorias (industrial, comercial, residencial e rural), seguindo o ritmo da economia cearense. Outro destaque foi a Construção Civil, responsável por grande parte da geração de emprego formal do Estado. Este segmento, que desde 2004, vem crescendo, se beneficiou com as medidas anti crise, que foram direcionadas ao setor de habitação. As obras públicas, decorrentes de programas do Governo Estadual, também impulsionaram esta indústria. A ampliação de crédito, salários com ganhos reais, foram outros fatores que favoreceram a Construção Civil. (IBGE, 2009)

O potencial de mão-de-obra que se pode contar é o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, em um determinado período de referência, trabalharam. População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). Essa informação é importante para apresentar, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra para possíveis investidores que queiram implantar unidades produtivas no território.

Tabela 34: População Economicamente Ativa por Sexo e Situação de Domicílio.

Municípios	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
Boa Viagem	50.306	20.820	29.486	25.339	24.967
Canindé	69.601	39.573	30.028	34.881	34.720
Caridade	15.604	8.381	7.223	8.060	7.544
Itatira	15.541	6.030	9.511	7984	7557
Madalena	14.864	5.459	9.405	7.565	7.299
Paramoti	10.970	4.175	6.795	5.617	5353
TOTAL	176.886	84.438	92.448	89.446	87.440

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. (Censo)

Compreende-se que a população economicamente ativa de um território é de fundamental importância para os gestores públicos, pois os possibilitam desenvolver estratégia para melhorar as condições de trabalho dessa população, assim como o desenvolvimento da região. O Território Sertões do Canindé apresenta a maior parte da população economicamente ativa na zona rural são 52,26% enquanto na zona urbana 47,74%, com uma diferença apenas de 4,52%.

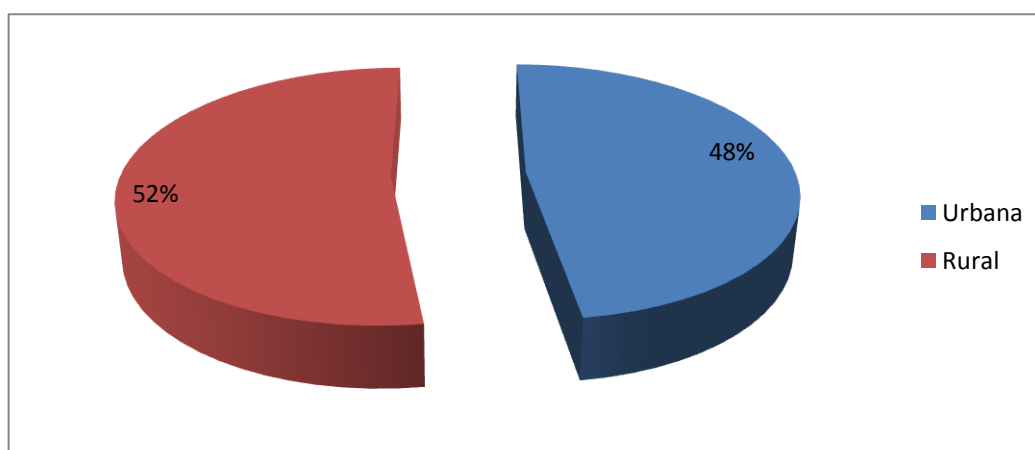


Figura 20: População Economicamente Ativa por Situação em Domicílio

Fonte: Censo Populacional 2000 – IBGE.

Sobre a localização dessa população economicamente ativa, se encontram no especialmente na zona rural. Os municípios que se destacam

são: Canindé com 30.028 e Boa Viagem com 29.486, os menores índices ficam com Paramoti com 6.795. Todavia, Canindé e Caridade apresentaram outro aspecto importante, pois nos demais municípios a população rural é maior que a urbana.

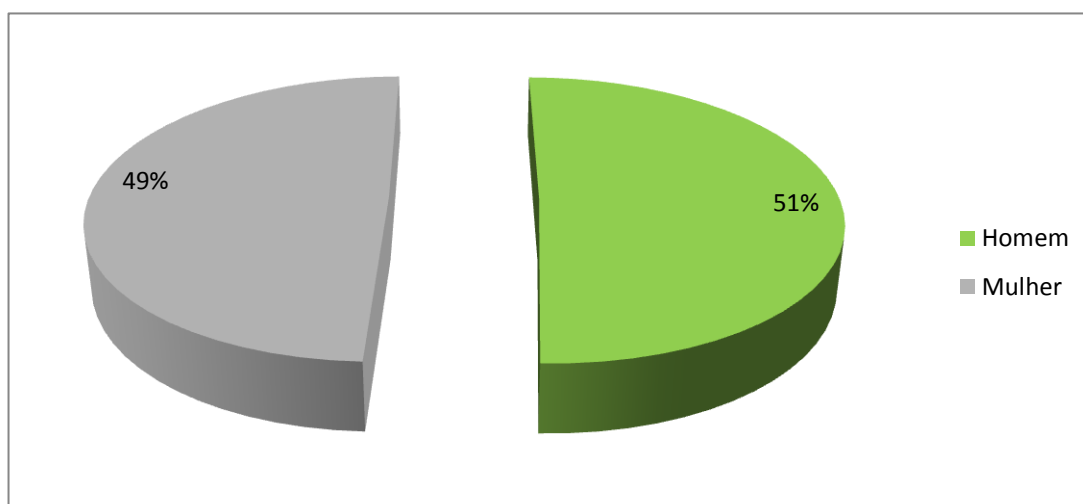


Figura 21: População Economicamente Ativa Por Sexo
Fonte: Censo Populacional 2000 – IBGE

Sobre a divisão por sexo da população economicamente ativa podemos destacar o número de homens que é um pouco maior do que o de mulheres, que acontece em todos os municípios. Destacam-se Canindé e Boa Viagem com 34.881 e 25.339 homens respectivamente.

Outro aspecto importante é empregos registrados. Agora se deve observar a questão dos setores da economia local e formalização desse pessoal.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

15.1 Setor Agropecuário

15.1.1 Sistema de Produção Agrícola

A agricultura do Território Sertões do Canindé gira em torno da modernização dos processos, qualificação de seu capital humano e especialização do processo de comercialização.

O Território tem grande potencial agrícola, tendo como suas principais atividades produtivas a fruticultura, a ovinocaprino cultura, a bovinocultura leiteira, a pesca, a apicultura, meliponicultura, a avicultura caipira, o extrativismo da carnaúba, a horticultura, o milho e o feijão.

15.1.1.1 Agricultura de Sequeiro

Apesar da difusão de práticas agroecológicas desenvolvidas pela assistência técnica, ainda é muito forte o cultivo no toco ou itinerante conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivamento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente. Infelizmente o uso de agrotóxicos como meio de combate as pragas vem progressivamente avançando. As principais culturas exploradas nesse sistema no território são o cultivo do milho, feijão e a fava.

Também existe o cultivo em vazante e revença de açude que se caracteriza pelo cultivo de culturas permanentes e temporárias de forma consorciada tanto para alimentação das pessoas como a venda e para o suporte forrageiro dos animais. Esse sistema ainda é pouco explorado no território apesar do grande potencial existente. As culturas mais exploradas são o feijão, jerimum, batata doce, milho, pepino, cana-de-açúcar, capim de corte, fruteiras, hortaliças, etc.

Para auxiliar os trabalhos são desenvolvidas outras tecnologias como o uso de tração animal com cultivador, em algumas comunidades a tração mecanizada (que apesar da agilidade nos trabalhos, o uso desregrado e contínuo pode ocasionar a compactação dos solos), captação in situ para melhor aproveitamento das águas da chuva, quintais produtivos e/ou agroecológicos garantindo a segurança alimentar das famílias e comercialização do excedente, rosados agroecológicos que permite a recuperação dos solos, casas de sementes preservando a diversidade de sementes das vegetações nativas e crioulas, e a cultura protegida que consiste no plantio com a proteção de estufas (essa última é desenvolvida como experiência no município de Itatira, sendo utilizada na horticultura). Os municípios que mais desenvolvem essas atividades são Itatira e Madalena.

15.1.2 Lavouras Permanentes e Temporárias

São denominadas Lavouras Permanentes porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica, etc. E Lavouras Temporárias, são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem de replantio após cada colheita. Dentre as culturas permanentes destacam-se no território as culturas da banana que apresenta um total territorial de 7493 t em 2006 e cresce para 9.203t em 2009, isso representa um aumento de 8,1%, crescimento significativo, porém enfrentando problemas com a falta de logística própria dos agricultores, sendo os municípios de Boa Viagem e Itatira seus maiores produtores. Para a produção de coco com uma produtividade de 1.749 mil frutos em 2006 avança para 1.996 mil frutos 2009, por conta de um crescente mercado para o consumo da água, essa cultura apresenta um crescimento de 12,4%, na produtividade e uma forte tendência para continuar esse crescimento.

Dentre as culturas temporárias destacamos o milho com uma produção territorial 66.166t, feijão com 31.119t, para o ano de 2009, mesmo com essa

quantidade produzida produção ainda é insuficiente para o consumo do território e que por conta de ser agricultura de sequeiro sofre uma forte dependência por uma estação chuvosa regular, pois quando a estação chuvosa é irregular torna-se inevitável a perda produtiva, caso ocorrido no ano de 2007 onde a produtividade foi de apenas 25.437t e a anterior de 2006 de 56.437t. A cana de açúcar também apresenta crescimento, pois em períodos de estiagem é muito solicitada para alimentação dos rebanhos por ser, em sua maioria, cultivadas com plantios irrigados. Contudo, destacam-se também os investimentos em oleaginosa como mamona e girassol que estão mudando a realidade do território, porém ainda não são evidenciados em dados oficiais. Sendo que para essa atividade, surge a necessidade, a partir das falas dos Agricultores e técnicos do território, em diversificar o plantio com duas novas culturas: como o amendoim e gergelim citado pelos mesmos.

Tabela 35: Quantitativos de área, produção e valor das lavouras permanentes e temporárias

Produto	Produtos das lavouras permanentes e temporárias											
	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Banana (cacho) (1)	1.275	1.395	1.395	1.484	7.493	8.179	8.543	9.203	4.494	4.981	5.286	5.765
Batata-doce (2)	102	115	125	200	417	481	521	684	223	257	289	395
Café (em grão) (1)	21	39	39	39	13	24	22	24	35	67	62	67
Cana-se-açúcar (2)	267	408	423	497	11.710	18.067	18.693	21.906	1.123	1.830	1.969	2.842
Castanha de caju (1)	569	569	579	615	205	73	268	295	185	62	224	259
Coco-de-baía (1)	292	292	292	302	1.749	1.764	1.930	1.996	872	907	1.045	1.208
Fava (em grão) (2)	72	79	84	160	36	46	49	82	62	73	86	121
Feijão (em grão) (2)	42.768	51.183	53.686	57.940	23.698	9.433	31.119	7.419	24.169	9.433	45.589	9.201
Goiaba (1)	13	13	13	21	71	78	86	143	34	30	34	56
Laranja (1)	35	1	35	37	321	333	341	369	259	148	154	169
Mamão (1)	115	159	161	190	2.992	4.128	4.197	4.982	1.385	2.024	1.942	2.438
Mamona (2)	1.846	2.706	7.975	5.383	1.586	288	2.802	1.629	765	189	2.291	1.667
Mandioca (2)	450	185	260	215	4.110	1.692	2.403	1.083	538	233	331	235
Milho (em grão) (2)	52.039	69.028	68.977	73.671	56.627	25.437	66.166	32.094	18.967	10.691	33.767	12.451
Tangerina (1)	1	1	1	4	6	6	7	28	3	3	3	13
Tomate (2)	81	103	108	156	3.536	4.443	4.631	6.739	2.738	7.181	3.726	5.391
Total	99.946	126.276	134.153	140.914	114.570	74.472	141.778	88.676	55.852	38.109	96.798	42.278

Fonte: Ipece, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal 2006-2007 e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2008 e 2009.

(1) Lavoura permanente.

(2) Lavoura temporária.

A Agricultura Familiar com suas culturas temporárias e permanentes apresenta-se desarticulada, não há uma produção programada, e a compra de insumos é feita individual assim como a comercialização dos produtos que em sua maioria é feita para atravessadores, há pouca compreensão dos Agricultores/as sobre a importância do cooperativismo, tornando o tema ainda pouco valorizado. As poucas experiências de organizações que iniciam uma produção programada e comercialização coletiva são as que participam dos Programas de Aquisição de Alimentos, e são poucas as unidades de beneficiamento da produção para agregação de valor (minifabricas), com isso toda a produção é comercializada *in natura* em feiras municipais, “de porta em porta” e aos atravessadores.

15.1.3. Pecuária

A pecuária corresponde a qualquer atividade ligada a criação de rebanhos com objetivo de produção de carne e/ou leite e derivados para o consumo humano. Abaixo seguem alguns dados seguidos de uma avaliação do tamanho dos estabelecimentos.

A bovinocultura é um sistema de criação tradicional e tem como características o uso da pastagem nativa e restos de culturas como base da alimentação e a valorização das raças nativas de dupla aptidão de carne e leite. Os municípios que se destacam são: Boa Viagem, Canindé e Madalena. A ordenha é feita manualmente, uma vez por dia no horário da manhã pela maioria dos criadores, enquanto alguns fazem duas vezes ao dia (manhã e tarde). Com relação as raças, esse sistema valoriza as nativas, melhoradas através do cruzamento com animais de padrão leiteiro através da monta natural. Esse tipo de criação tem como característica o uso do sistema semi-intensivo. O leite produzido destina-se para o consumo da família e o excedente é comercializado, enquanto o animal em pé é contabilizado como parte do patrimônio familiar, constituindo uma espécie de reserva e poupança para os produtores. É uma das atividades econômicas mais importantes para o território, principalmente para os agricultores familiares. .

A Ovinocaprinocultura tem como característica o nível de abrangência na adesão dos agricultores/as familiares ao sistema, a valorização das raças nativas, pelo uso de seleção dos reprodutores no seu próprio plantel. Os municípios de destaque com maior produção são: Boa Viagem, Canindé e Itatira, conforme a tabela 37. A introdução de reprodutores de raças sem um controle genético do rebanho, um manejo sanitário irregular e uma alimentação inadequada, apesar de também fazer parte da característica do sistema, traz como conseqüência, uma baixa qualidade do padrão genética, uma baixa taxa de desfrute, uma taxa elevada de mortalidade do rebanho, uma forte degradação dos recursos naturais, porém, um baixo custo financeiro.

Ovinocaprinocultura moderna de corte – Esse sistema ainda é pouco utilizado no território. O rebanho é criado de forma semi-intensiva, utilizando uma base tecnológica fundamentada no uso de raças puras, na valorização de insumos externos (ração balanceada, vacinas, vermífugos, medicamentos, etc.), no uso de reprodutores P.O. (Puro de Origem) - um sistema rigoroso de registro genético dos animais, na utilização de um manejo sanitário e alimentar regular e no armazenamento de forragem como reserva estratégica para o rebanho. O criador que desenvolve esse tipo de sistema tem um perfil empreendedor com capacidade de mobilização de recursos financeiros valoriza e garante as condições de capacitação, ATER, crédito e busca mercado para o seu produto.

Apicultura – A apicultura é sem dúvida uma atividade promissora para a economia do território e fundamentalmente para a agricultura familiar em função do grande potencial de floradas nativas e fruteiras cultivadas. Exige pouco espaço de área, instalações e equipamentos com capacidade de remanejamento de local, facilidade de sessão de anuência de espaço para sua exploração, matéria prima (florada) sem controle de uso, pouca exigência de mão de obra e de recursos financeiros para sua exploração. No Território a produção média é de 20 kg por colméia ano. Podemos dizer que o número de colméias é de 5 169. Os municípios que mais se destacam na criação de abelha são: Boa Viagem 7.308 kg, Canindé 79 544 kg, Caridade 2064 kg, Itatira 6282 kg, Madalena 3508 kg, Paramoti 4 679 kg (IBGE, 2008), conforme tabela 15.

A pesca artesanal é outra atividade que se integra à dinâmica produtiva da agricultura familiar do território Sertões do Canindé. Destacam-se no território a pesca artesanal de água doce nos pequenos, médios e grandes açudes. Essa atividade é desenvolvida mais intensamente pela presença significativa dos mananciais hídricos de açudes públicos, além dos açudes privados localizados nas propriedades rurais e em áreas de assentamentos da reforma agrária. Essa atividade tem como característica a sazonalidade da pesca; a exigência no cumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos públicos e o desamparo legal de domínio e legitimação de uso dos mananciais hídricos perante os agentes financeiros o que dificulta o acesso ao crédito.

No Território Sertões do Canindé percebe-se que ainda há muito que fazer para o desenvolvimento das cadeias produtivas estratégicas, para só então fortalecer a produção da Agricultura Familiar, e para isso deve surgir nesse Território mais efetivamente políticas públicas municipais, estaduais e federais articuladas entre si com apoio da sociedade civil organizada.

Avicultura – É uma das atividades mais presente no setor rural e tem como característica a diversidade de espécie no criatório, o uso dos recursos naturais como base alimentar (sementes nativas, insetos, vegetais, etc.) complementada com restos de comida e oferta de milho no período de verão, raças nativas como padrão genético e um manejo sanitário e reprodutivo basicamente sem nenhum controle. Do ponto de vista econômico tem um baixo custo de investimento e custeio, porém, com uma baixa taxa de desfrute, um alto índice de mortalidade, no entanto, com um produto de bom preço e com uma boa aceitação no mercado. Os municípios que mais se destacam na exploração dessa atividade são: Boa viagem com 60.065 cabeças, Canindé 72.186 cabeças e Madalena 28.272 cabeças, conforme tabela 33.

Segui agora uma serie de tabelas apresentando os dados estatísticos do território:

Tabela 36: Dados da Pecuária do Território Sertões do Canindé.

Municípios	Bovinos		Eqüinos		Asininos	
	Estab.	Rebanho	Estab.	Rebanho	Estab.	Rebanho
Boa Viagem	2.834	43.394	1.582	3.037	2.734	7.771
Canindé	2.139	33.646	910	3.388	1.697	6.339
Caridade	400	7.440	188	806	284	879
Itatira	445	9.184	222	718	374	1.194
Madalena	845	15.334	586	1.514	569	2.041
Paramoti	426	6.367	142	336	383	1.492
Total	7.089	115.365	3.630	9.799	6.041	19.716

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

Tabela 37: Dados da Pecuária do Território Sertões de Canindé.

Municípios	Muares		Caprinos		Ovinos	
	Estab.	Rebanho	Estab.	Rebanho	Estab.	Rebanho
Boa Viagem	394	724	1558	16.480	1.798	50.441
Canindé	376	1403	1043	15.235	1.246	23.238
Caridade	167	585	211	3.369	503	10.263
Itatira	62	263	345	6.473	527	9.413
Madalena	87	313	178	5.330	698	13.720
Paramoti	94	238	214	4.592	480	8.616
Total	1.180	3.526	3.549	51.479	4.352	115.691

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

Com a pecuária de ovinos e caprinos, observa-se um maior rebanho para os ovinos, isso se dá, segundo os produtores, por conta das instalações precárias como as cercas limitam as áreas da propriedade, cercas que dividem áreas de plantio e áreas de pastagem, essas deficiências possibilitam especialmente para o caprino a invasão das áreas de plantio do proprietário e/ou dos vizinhos, ocasionando conflitos muitas vezes de ordem jurídica. Ao

contrário do ovino que por ser um animal mais dócil evita esses tipos de problema. Outras dificuldades apresentadas são a baixa produtividade, e por conseqüência baixa rentabilidade, altos índices de mortalidade e verminoses, impedindo o crescimento dos rebanhos.

Os fatores mais limitantes desses sistemas são: a resistência às mudanças por parte dos criadores; um sistema de ATER desarticulado, insuficiente e com uma concepção contraditória, e sem uma estratégia que garanta a conversão processual, participativa e educativa desses criadores. Necessitando de um trabalho coletivo para ordenamento e estruturação da Cadeia Produtiva.

Tabela 38: Dados da Pecuária dos Sertões do Canindé.

Municípios	Suínos		Aves		Vacas leiteiras		Mel de abelha
	Estab.	Rebanho	Estab.	Rebanho	Estab.	Rebanho	Produção (kg)
Boa Viagem	2915	21465	4703	60.065	1856	8453	7.308
Canindé	2129	22392	5139	72.186	1041	8785	79.544
Caridade	337	5509	1060	8.556	208	1529	2.064
Itatira	551	6103	1066	18.239	256	2149	6.282
Madalena	364	7457	1280	28.272	479	5407	3.508
Paramoti	481	4427	1102	12.708	334	1267	4.679
Total	6.777	67.353	14.350	200.026	4.174	27.590	103.391

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008

Na Figura 22 podemos visualizar melhor as cadeias produtivas que se destacam no território Sertões do Canindé.

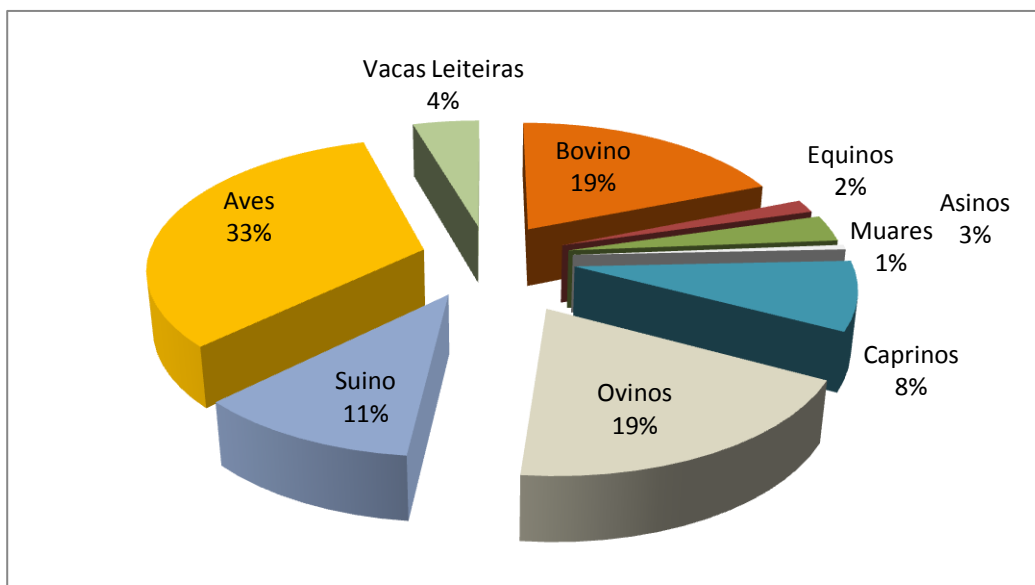


Figura 22: Produção Pecuária do Território
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

A um grande potencial de desenvolvimento da avicultura, uma vez que a população de aves é de 200.026, seguido pelo rebanho de ovinos e caprinos que é 167.170, bovinos 115.365 e suínos 67.353.

Depois de avaliar os rebanhos é importante considerar também o número de estabelecimentos, pois são eles que mostram se determinada atividade está concentrada ou não. No caso do território percebe-se que a avicultura faz parte da maioria dos estabelecimentos, ela está presente em 14.350 estabelecimentos, de bovinos são 7.089, suínos 6.777, asininos 6.041, caprinos 5.549 e ovinos 5.352. Essas são informações das cadeias estratégicas para o território, avicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, apicultura e suinocultura. Vale ressaltar que se necessita de políticas específica para cada uma dessas cadeias, outra questão é como impulsionar a organização e o desenvolvimento dessas cadeias produtivas a ponto de atender inicialmente as demandas das compras governamentais (PAA e PNAE) e na seqüência entrar na disputa por uma fatia do mercado dos produtos industrializados.

15.1.4 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da carnaúba são as atividades extrativistas mais desenvolvidas e tem um papel importante na economia do território. No caso da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente. Não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado na sua exploração. No caso da carnaúba a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente apropriada ao extrativismo não sofre consequência mais grave no seu processo de extração os municípios de maior extração são: Lenha – Canindé e Boa Viagem; Carvão – Canindé e Itatira; Cera de Carnaúba nenhum município faz o beneficiamento do Pó; Pó de Carnaúba só Canindé. O grave é a retirada das espécies para desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um potencial significativo que é a bagana (palha picotada para extração da cera) que é utilizada como cobertura morta para as culturas do milho e feijão.

Tabela 39: Extrativismo vegetal, quantidade produzido em 2009.

Município	Lenha m ³	Carvão vegetal (t)	Cera de carnaúba (t)	Pó de carnaúba (t)
	2009	2009	2009	2009
Boa Viagem	101.004	58	0	0
Canindé	109.839	2986	0	152
Caridade	17.133	231	0	6
Itatira	51.528	1294	0	0
Madalena	18.586	133	0	0
Paramoti	34.977	106	0	0
Total do Território	333.067	4808	0	158

Fonte: Quantidade produzida, IBGE 2009.

15.1.5 Produção Artesanal

O artesanato é produzido a mão por famílias da Agricultura Familiar, em sua maioria mulheres que entre uma atividade e outra se dedicam a produção artesanal. Vale ressaltar que em períodos de estiagem (seca) o artesanato torna-se a principal fonte de renda da família, envolvendo homens e mulheres na produção.

A produção artesanal representa um potencial para a economia do território e tem uma significância importante na composição da renda para os(as) agricultores(as) familiares. A comercialização desses produtos em sua maioria é feita por atravessadores, que pegam as mercadorias revendem nos grandes centros urbanos. Constatou-se que o produto é mais valorizado quando está sob o domínio dos atravessadores. A compra de insumos é feita de forma individual e não há entre os artesãos do território uma organização que congregue os diversos artesãos e que possibilite o crescimento coletivo dos mesmos em qualidade na produção e comercialização dos produtos. Logo abaixo uma tabela que apresenta as principais tipologias por município do território.

Tabela 40: Tipologias de artesanato por municípios 2010.

Município	Tipologia
Boa Viagem	Rendas e Bordados/Metal
Canindé	Madeira/Rendas e Bordados/Tecelagem/Couro
Caridade	Cerâmica/Couro
Itatira	Rendas e Bordados/Tecelagem/Cerâmica/Alimentos
Madalena	Redes e Crochê
Paramoti	Rendas e Bordados

Fonte: Arquivo Território Sertões de Canindé, 2010.

16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

16.1 Número de Estabelecimentos, Áreas e Utilização das Terras dos Familiares Com Terra e Sem Terra

A partir desse gráfico percebe-se que ainda há uma considerável necessidade de políticas para estruturação e legalização fundiária dos agricultores familiares.

Tabela 41: Número de Estabelecimentos Agropecuários e sua Condição Legal

Município	Próprias	Sem titulação definitiva	Arrendatários	Parceiro	Ocupante
Boa Viagem	2.804	88	592	757	2.249
Canindé	2.257	779	359	219	878
Caridade	271	178	111	45	340
Itatira	706	103	334	189	291
Madalena	598	62	260	63	680
Paramoti	354	1	225	79	267
Total	6.990	1.211	1.881	1.352	4.705

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

As informações obtidas apresentam um número considerável de agricultores que ainda não depõem da documentação de sua propriedade, vivendo em uma situação irregular e desconfortável. Os totais territoriais apresentados mostram 6.990 estão na legal de suas terras e sem titulação são 9.149. Essa incidência maior acontece em Canindé com 779 sem titulação definitiva, em Boa Viagem 592 arrendatários, 757 parcerias e 2249 ocupantes, respectivamente, conforme tabela abaixo.

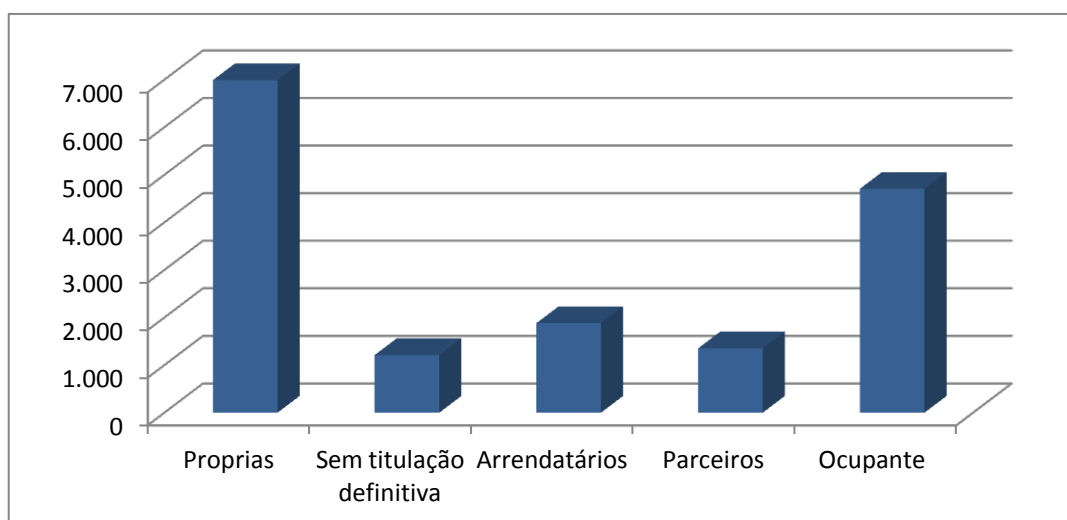


Figura 23: Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários e sua Condição Legal
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Observa-se a partir dessa tabela que a situação é mais desfavorável para os municípios de Boa Viagem com 2.804 com título e 3.686 sem a titulação e Madalena com 598 com título e 1.004 sem a titulação. Para resolver esse problema legal das terras o Governo do Estado lança o Programa de Regulamentação Fundiária, que foi criado com o objetivo de resolver esse problema, o programa avança por município georreferenciando e legalizando a posse das terras para os agricultores familiares sem custos para os mesmos.

Tabela 42: Área dos Estabelecimentos Agropecuários

Municípios	Próprias	Sem titulação definitiva	Arrendatários	Parceiros	Ocupante
Boa Viagem	129.260	2.489	2.667	2.944	15.315
Canindé	82.128	19.988	1.348	1.572	4.649
Caridade	24.851	1782	178	87	2822
Itatira	24.625	903	1056	319	811
Madalena	35.386	2.860	1.025	389	11.491
Paramoti	17547	-	2131	377	10466
Total	313.797	28.022	8.405	5.688	45.554

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

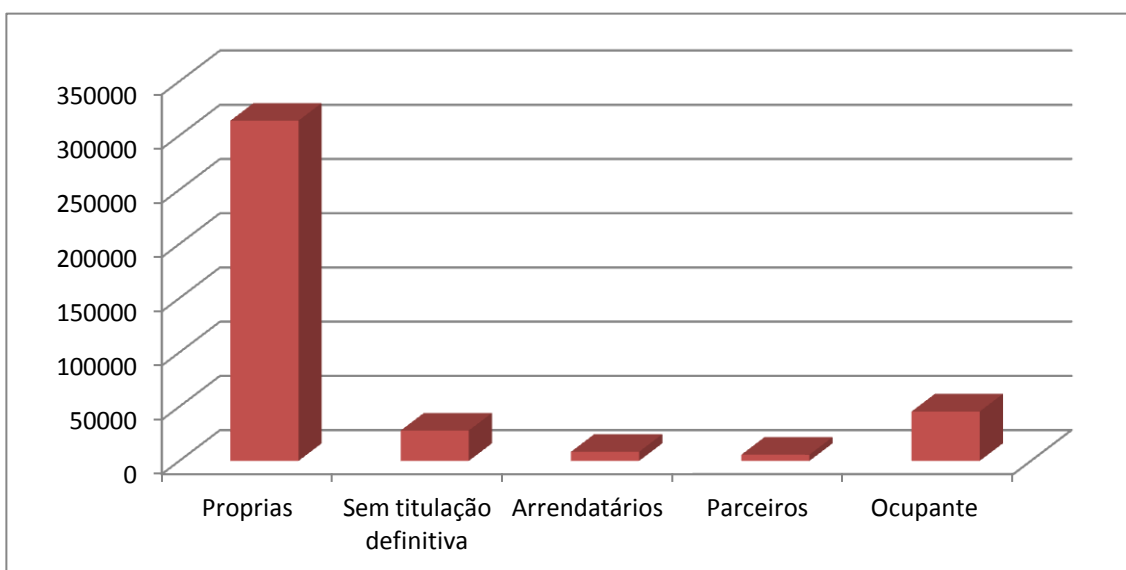


Figura 24: Área dos Estabelecimentos Agropecuários

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Territorialmente a área das terras próprias é maior que nas demais situações, sendo 313.797 hectares divididos entre 6.990 proprietários, a média de 45 hectares por propriedade.

Tabela 43: Número de Beneficiários e Utilização da Terra do Território

Municípios	Matas/ florestas Naturais	Matas/ Florestas Plantadas	Utilização da terra na agricultura familiar	Utilização da terra na agricultura patronal
Boa Viagem	1314	5	5385	262
Canindé	341	3	4152	1103
Caridade	151	-	494	156
Itatira	91	-	1250	62
Madalena	219	-	1688	64
Paramoti	445	2	763	107
Total	2561	10	13732	1754

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Esses números confirmam os dados da produção, pois fica evidente a preocupação do produtor na utilização da terra com lavouras temporárias (milho, feijão e outros), são 40% dos produtores do território. Seguida pelas lavouras permanentes 36%. Ao contrario da preocupação com as matas e florestas plantadas que é praticamente insignificante. Basta olhar o gráfico abaixo.

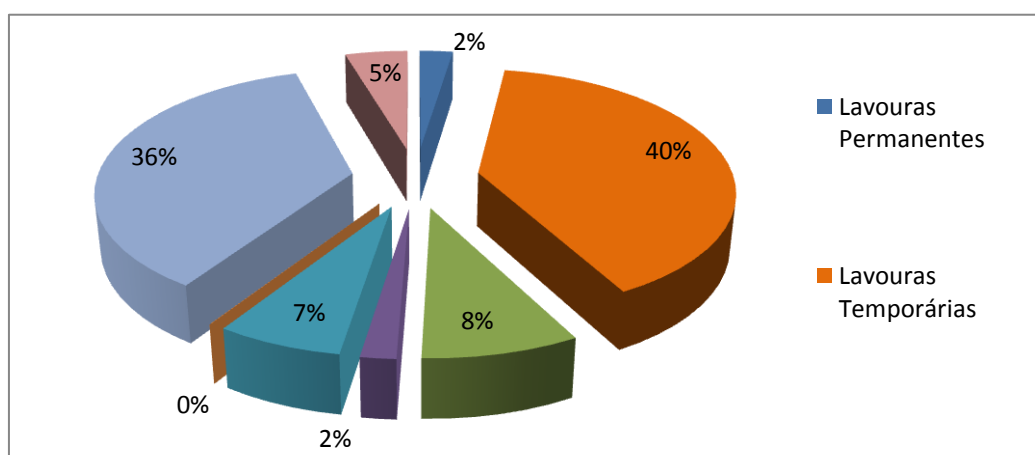


Figura 25: Beneficiários e Utilização da Terra do Território
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Tabela 44: Áreas das Utilizações de Terras, em hectares.

Utilização da terra	Matas/ florestas Naturais	Matas/ Florestas Plantadas	Utilização da terra na agricultura familiar	Utilização da terra na agricultura patronal
Boa Viagem	53978	607	132.128	52.669
Canindé	34980	127	71.861	135409
Caridade	16159	-	10.075	33684
Itatira	8926	-	30.645	27723
Madalena	11737	-	30.114	38277
Paramoti	22063	-	17.134	20454
Total	147843	734	291957	283266

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

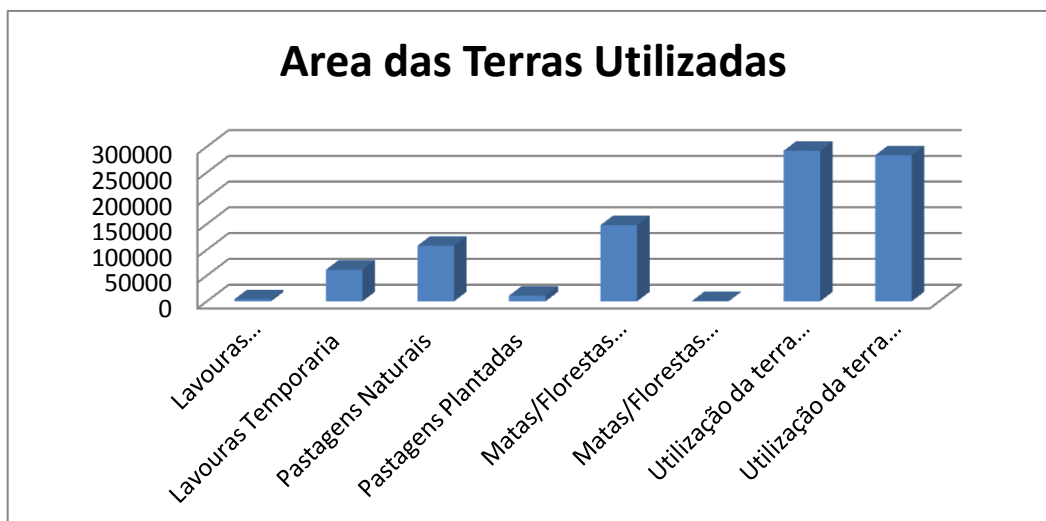


Figura 26: Áreas das Utilizações de Terras
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

16.1.2 Número de Assentamentos e Assentados/as da Reforma Agrária

Historicamente os Sertões do Canindé foi onde surgiu um dos primeiros movimentos pela reforma agrária, mais precisamente na Fazenda Japuará, em Canindé. A Fazenda foi desapropriada em 1971 pelo recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O que explica em parte a grande concentração de assentamentos no Território.

Esse Território da Cidadania concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos da reforma agrária, sendo no total 98 (noventa e oito) assentamentos certificados, mas existem outros em processo de certificação. A distribuição das áreas de assentamentos fica da seguinte forma: assentamento coordenadas pelo INCRA (71 assentamentos federais) e IDACE (27 assentamentos estaduais).

ASSENTAMENTOS				
MICRO VAQUEIROS DO SERTÃO				
Caridade	PA	Carneiro	58	INCRA
	PA	Fazenda Serrote	190	INCRA
	Ass.	Santo Antonio	37	IDACE
	PA	Lages	28	IDACE
	Ass.	Pageuna	85	INCRA
	Ass	Pará	12	IDACE
Paramoti	Ass.	Pinda I	13	IDACE
	Ass.	Sangria	11	IDACE
	PA	Papel	90	INCRA
	PA	Marilândia	30	INCRA
MICRO NAÇÃO INDÍGENAS CANINDÉS				
Canindé	PA	Alegres	23	INCRA
	PA	Armadores	28	INCRA
	PA	São Frº .das Chagas	35	INCRA
	PA	Cacimba de Dentro/3 irmãos	65	INCRA
	PA	Capim Açú	08	IDACE
	PA	Carnaubal	54	INCRA
	PA	Entre Rios	61	INCRA
	PA	Fazenda Suíça	50	INCRA
	PA	Frazão	20	INCRA
	PA	Grossos	20	INCRA
	PA	Bom Lugar	143	INCRA
	PA	Primeiro de maio	28	INCRA
	PA	Ipiranga	21	INCRA
	PA	Ipueira da Vaca	148	INCRA
	PA	Jacurutu	124	INCRA
	PA	Lagoa Verde	19	INCRA
	PA	Logradouro II	27	INCRA
	PA	Monte Orebe	29	INCRA
	PA	Nojosa	11	INCRA
	PA	Poço da Pedra	09	INCRA
	PA	Tiracanga/logradouro	108	INCRA
	PA	SOUSA	59	INCRA
	PA	Rancho Primavera	24	INCRA
	PA	Rocilândia	41	INCRA
	PA	Santa Helena	53	INCRA
	PA	Pedra Furada	13	INCRA
	PA	Transval	77	INCRA
	PA	Oiticica/Vazante do Curu	41	INCRA
	PA	Conceição	14	INCRA
	PA	Feijão dos Rabelo	05	INCRA
	PA	Nova Vitoria	10	INCRA
	PA	Santa Rita	14	INCRA

ASSENTAMENTOS				
	PA	Oiticica/Ipuera dos G.	15	INCRA
	PA	Vazante do Curú	23	INCRA
	PA	São Cristovão	08	INCRA
	PA	Lages	13	INCRA
	PA	Santa Clara	13	INCRA
	PA	Campos do Jordão	05	INCRA
	PA	Juá/ Nova Olinda	18	INCRA
	PA	Caiçara	23	INCRA
	PA	Nova Conquista	24	INCRA
	PA	Cachoeira Cercada	28	INCRA
	PA	Vida Nova	11	INCRA
	PA	Fazenda Sousa	15	INCRA
	PA	Santana da Cal	17	INCRA
	PA	Nova Vida	14	INCRA
	PA	Todos os Santos	84	INCRA
	PA	Terra livre	14	INCRA
	PA	Cacimba Nova	15	INCRA
	PA	Pitombeira I	36	IDACE
	PA	Pedras	12	IDACE
	PA	Fé na Luta	37	INCRA
	PA	Poços/Riacho das Flores	14	INCRA
	PA	São Paulo	89	INCRA
	PA	Sítio Do Meio	15	IDACE
	PA	Logradouro/Ibiraçu	66	INCRA
Itatira	PA	Santa Terezinha	13	INCRA
	PA	Caipira	11	INCRA
	PA	Baixa de Areia	26	INCRA
	PA	Umarizeira	103	INCRA
	PA	Riacho das Flores	14	INCRA
	PA	Serrinha dos Paulinos	15	INCRA
	PA	Nova Olinda	08	INCRA
	PA	Poço da Pedra	07	INCRA
	PA	São Tomás	09	IDACE
	PA	Pica-pau	10	IDACE
	PA	Lagoa de Dentro/Oiticica	10	INCRA
	PA	Trapiazeiro	10	IDACE
MICRO SANTAS MISSÕES				
Boa Viagem	PA	Aleixo	08	INCRA
	PA	Boa Ventura	66	INCRA
	PA	Boa Vista	14	INCRA
	PA	Cais e Saco	12	IDACE
	PA	Passagem Funda	08	IDACE
	PA	Nilo Alegre	07	IDACE

ASSENTAMENTOS				
	PA	Santa Fé II	24	IDACE
	PA	Várzea Redonda	10	IDACE
	PA	Holanda	25	IDACE
	PA	Bueno Aires	44	INCRA
	PA	Volta Redonda	13	IDACE
	PA	Rancho Alegre	10	IDACE
Madalena	PA	São Joaquim	490	INCRA
	PA	Vaca Serrada I	09	IDACE
	PA	Vaca Serrada II	08	IDACE
	PA	Vaca Serrada III	17	IDACE
	PA	Vaca Serrada IV	08	IDACE
	PA	Serrote Feio	08	IDACE
	PA	Paraíso	11	IDACE
	PA	Capitão Mor	09	IDACE

Quadro 21: Assentamentos do Território por municípios e microterritórios.

Fonte: EMATERCE, 2009.

O território Sertões do Canindé concentra um número expressivo de assentamentos da reforma agrária. Boa Viagem com 10, Canindé com 56, Caridade com 06, Itatira com 12, Madalena com 08 e Paramoti com 04, perfazendo um total de 98 assentamentos.

A Assessoria técnica territorial, normalmente, é viabilizada pelas entidades EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS, ACACE, CACTUS, COPASAT e FORT PROJETOS e SECRETARIAS de AGRICULTURA. Porém com o número de técnicos resumidos, o atendimento aos agricultores familiar dos municípios do território, é insuficiente para a demanda existente, do ponto de vista que mesmo com o novo modelo de ATER, organizadas em microbacias com assistência intensiva objetivando uma assistência técnica permanente e de qualidade no caso da EMATERCE, ainda se faz ampliar o quadro de técnicos de campo.

Ressaltamos, porém que o INSTITUTO AGROPOLOS tem missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura, fomentando e qualificando as políticas públicas, através da capacitação e assessora técnica educativa e de execução de apoio a projetos referenciais e estratégicos. Atualmente vem desenvolvendo ações específicas de organização da cadeia produtiva da cajucultura, fruticultura, floricultura e biodiesel.

O número de ONG's que prestam serviço de ATER, ainda é muito reduzido. Atualmente contamos poucas entidades conveniadas com a SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário: CACTUS, ACACE, COPASAT e FORT PROJETOS que tem atuação no território com ações de fortalecimento a assistência técnica, mas não podemos perder de vista outras instituições como CVT capacitações e assessorias em associativismo, cooperativismo, etc. Os escritórios particulares de projetos, além de serem poucos, tem tido dificuldade no acompanhamento técnico, aos beneficiários da agricultura familiar quando da execução dos projetos. No entanto a demanda apresentada pelo comitê de organização sustentável da produção e comercialização é de fortalecer as entidades de ATER com:

- A contratação de técnicos de campo;
- Instituir uma dinâmica de apoio as ONGs;

A tabela a seguir mostra entidades de ATER conveniadas com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – DAS.

Com a estratégia do território da cidadania, foi constituído um Núcleo Técnico Territorial cujo objetivo maior é colaborar para a construção de um novo modelo de ATER, embasados em capacitações técnicas, e desta forma assumir a responsabilidade, para elaboração de projetos técnicos e produtivos, com o apoio da Política Nacional de Ater e focados no desenvolvimento socioeconômico do Território.

Tabela 45: Entidades de Assessoria e Assistência Técnica no Território .

ENTIDADES DE ATER	Municípios	Nº DE TECNICOS	Nº DE FAMILIAS
INSTITUTO AGROPOLOS EMATERCE	6	49	3.895
COPASAT	6	42	5.105
ACACE	6	5	105
FORT PROJETOS	6	21	1300
CACTUS	6	4	122
Total	6	142	11.727

Fonte: SDA- Secretaria de Desenvolvimento Agrário -2010.

17 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BASE FAMILIAR

Apesar do desempenho dos agricultores familiares em realizar a comercialização dos seus produtos, ainda não é suficiente. No Território Sertões do Canindé a cultura do atravessador ainda é muito forte, fragilizando o desenvolvimento agricultura familiar.

A proposta da Base de Serviço é de ser a interlocutora dos Agricultores Familiares e assentados no que se refere à comercialização, produção e consumo, com foco na socioeconômica solidária e na visão da agroecologia, disponibilizando para isso de assessoria, consultoria para o fortalecimento das organizações dos produtores, com o objetivo de aumentar a produtividade e viabilizar o acesso ao mercado, culminando com uma maior agregação de valor na venda direta dos produtos (agropecuários, artesanais, etc.) através de parcerias com as bases de serviços locais, territoriais e estaduais, busca viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social. E desta forma possibilitar agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (beneficiamento e processamento, comunicação e marketing, arranjos institucionais de comercialização, certificação e selos).

Com o apoio da Base de serviço junto às organizações de agricultores familiares é realizado semanalmente, em cada município do território, a feira da agricultura familiar. Estas feiras são constituídas especialmente por agricultores que já fornecem produtos para os mercados institucionais e os produtos em sua maioria são *in natura* como frutas, legumes e grãos, mas também são servidos lanches e cafés. As feiras movimentam em média entre de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 com 10 a 20 feirantes. Os consumidores já criaram o hábito de ir às compras semanais nos dias da feira por conta de um bom atendimento e de levarem para suas casas produtos fresquinhos, direto da horta. Os consumidores reclamam por conta da pouca variedade de produtos, mas entendem que o território vive um período de estiagem, onde em muitas localidades, onde são produzidos os produtos, está faltando muitas vezes água até para beber e a esperança existe porque já se aproxima a estação das chuvas para reabastecer os açudes e voltar a regularidade da produção.

Município	Feira Evento	Período
Boa Viagem	Agricultura Familiar	Toda Sexta feira
	Cavalgada e Vaquejada	anual
	Feira artesanal	anual
Canindé	Agricultura Familiar	Toda quarta
	Dia da Agricultura Familiar (Territorial) e Fórum de comercialização Territorial	anual
	Feira territorial	Semestral
	Feira de ovinos e caprinos	anual
Caridade	Corrida de jumentos	anual
	Festa de vaqueiro	anual
Itatira	Feira da agricultura Familiar	Toda sexta
	Feira Agropecuária	anual
Madalena	Feira de artesanato do alto da Alegria	anual
	Corrida de jegue distrito Macaoca	anual
	Feira municipal (por ocasião da festa do município)	anual
Paramoti	Feira de ovinocaprino	semestral
	Feira da Agricultura Familiar	Toda sexta
	Feira Territorial (por ocasião da festa da padroeira)	anual

Quadro 22: Organização de eventos e feiras da Agricultura Familiar

Fonte: Território Sertões do Canindé.

Os agricultores também aproveitam os eventos comemorativos como espaços de formação e comercialização, como é o caso do dia da Agricultura Familiar, comemorado anualmente com momentos para comercialização e espaços para discussão e pensar estratégias para o desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Alguns municípios já se organizam para tornar as feiras semanais em feiras diárias, isso é resultado de uma ação conjunta da base de serviço de comercialização com as ATER/ATES do Território.

Tabela 46: Produção Comercializada via Programa de Aquisição de alimentos.

Município	PAA / CONAB		PAA / MUNICÍPIOS		PAA / Leite	
	R\$	Nº ben.	R\$	Nº ben.	R\$	Nº ben.
Boa Viagem	75.131,67	21	-		216.424,53	58
Canindé	-	-	-	-	-	-
Caridade	183.000,00	41	-	-	-	-
Itatira	98.000,00	-	-	-	-	-
Madalena	-	-	-	-	-	-
Paramoti	53.676,81	15	450.000,00	100	41.051,43	11
Total do Território	409.808,48	77	450.000,00	100	257.475,96	69

Fonte: Base de Serviço de Comercialização e MDS.

Na identificação das necessidades do desenvolvimento da comercialização no Território de Sertões do Canindé foram encontrados os seguintes pontos:

a) Organização dos (as) Produtores (as)

- Falta capacitação e treinamento para melhorar a qualidade da gestão dos empreendimentos, associações e cooperativas;
- Gestão concentrada por parte de alguns, na administração das associações e/ou cooperativas;
- Associações e cooperativas, com gestão democrática, facilitam a aproximação dos produtores(as) e organização da produção através das Cadeias Produtivas;
- Velhos presidentes não inovam a gestão.
- É necessário para um programa de capacitação para associativismo e cooperativismo.

b) Organização da Produção e comercialização

- Em geral a produção continua sem planejamento para o mercado;
- Não existe um plano de produção com metas a atender a demanda do mercado;
- Na produção falta qualidade, periodicidade e escala, por conta de não haver uma qualificação para o desenvolvimento das cadeias produtivas com os AF;
- Muitos produtores vêm na cultura do feijão, milho, ovino, caprino como um produto para o consumo e não para venda;
- Rebanhos de ovinos e caprinos são criados sem os manejos adequados para se ter um animal com carcaça de qualidade para o mercado;
- Falta a infraestrutura para beneficiamento da produção (unidades de beneficiamento, abatedouros, estradas, água, etc.);
- Falta qualificação específica com os agricultores para cada atividade desenvolvida por eles;
- Há a necessidade de implementar o SUASA e/ou certificações (SIM, SIE e SIF) para garantia de qualidade e credibilidade dos produtos;
- Também surge a necessidade de se constituir uma certificação participativa.

c) Organização das Cadeias Produtivas

- Praticamente em estado inicial;
- Algumas produções como ovino e apicultura já existe um planejamento inicial, mas falta infraestrutura e acompanhamento técnico;
- O território vem desenvolvendo e trazendo o debate sobre a cadeia produtiva de caprino, ovino e apicultura;
- A comercialização direta ao consumidor ainda é pouco expressiva;

- A comercialização da produção, são efetuadas nos próprios empreendimentos, venda “porta a porta”, feiras locais e mercados institucionais;
- Os atravessadores e alguns comerciantes definem o preço para compra dos produtos dos Agricultores Familiares;
- Os mercados públicos não atendem as necessidades dos agricultores familiares;
- A o consumo, nos municípios do Território, de hortifrutigranjeiro vem da SEASA;
- Não há infraestrutura adequada para a realização feira para venda da produção da Agricultura Familiar nos municípios (para possibilitar uma feira diária);
- Os produtores (as) são tímidos na hora de vender a sua produção;
- Os agricultores/as não dispõem de capital de giro ou crédito para comercialização da produção;
- Falta capacitação para custo de produção para se criar o preço das mercadorias.

d) Quantidade de Produção disponível para comercialização

- A quantidade de produção varia de acordo com o acesso ao crédito, situação climática, uso do solo, dificuldades de acesso as políticas públicas, deficiência de apoio sistemático e estrutura para construção de uma matriz tecnológica adequada para a Agricultura Familiar comprometendo o desenvolvimento das diversas cadeias produtivas, e apoio do poder público;
- O potencial para comercialização vem dos seguintes produtos: milho, feijão, peixe, galinha caipira, Hortaliças, ovinocaprino, mel e artesanatos, derivados do leite (queijo, doces, etc.).

17.1 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar

O Programa Garantia Safra que é desenvolvido em parceria com o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Governos dos Estados e Prefeituras têm o objetivo de garantir renda mínima para agricultores de localidades atingidas sistematicamente por situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem. Esse Programa disponibiliza aos agricultores familiares o benefício de R\$ 600,00, por ano, por família, pagos em até 4 parcelas mensais de R\$ 150,00. Esses recursos vêm do Fundo Garantia Safra que é constituído a partir das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União.

Para ter acesso ao benefício, os agricultores devem estar cadastrados inicialmente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, onde se comprova através da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, que no Território dos Sertões do Canindé são 10.724 agricultores com DAP, e logo depois apresentar-se a um balcão da Secretaria de Agricultura ou da EMATERCE de seu município solicitando adesão ao Programa, lembrando que para a adesão deve constar a área total a ser plantada com as culturas (feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão), não podendo superar o tamanho de dez hectares de área plantada. No Território dos Sertões do Canindé são 26.060 Agricultores Familiares que já aderiram ao Programa Garantia Safra.

Tabela 47: Totais de adesões ao Garantia Safra por município, 2010.

Município	Nº de adesões Garantia Safra
	2009/2010
Boa Viagem	6.619
Canindé	6.308
Caridade	6.216
Itatira	2.058
Madalena	3.725
Paramoti	1.134
Total	26.060

Fonte: Sistema de Gerenciamento Garantia Safra, Nov. 2010.

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos oito anos. Entretanto há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Tabela 48: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo os municípios 2008

Municípios	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)
Boa Viagem	269	699.463	1.891	3.666.120	0	0
Canindé	3	32.678	1.850	2.514.341	0	0
Caridade	0	0	306	498.300	0	0
Itatira	0	0	1.274	2.200.300	0	0
Madalena	16	69.652	672	939.406	0	0
Paramoti	0	0	230	370.754	0	0
Total do Território	278	801.793	5.551	10.189.221	0	0

Fonte: IPECE, 2010.

17.2 Caracterização dos Serviços, Turismo, Comércio e Indústria

17.2.1 Serviços

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas como o extrativismo da Carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território se destacou no ano de 2009

com a cadeia produtiva da apicultura o período de colheita do mel é no período de maio a julho, obteve uma safra de 103.391kg de mel, conforme tabela 15, outra cadeia importante é a cajucultura com o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro, essa atividade também participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, no qual o território alcançou uma produção de 295 t conforme tabela 10, ainda há um potencial maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto e acaba por ser desperdiçado.

17.2.2 Turismo

O turismo no Território Sertões do Canindé se caracteriza pelo turismo religioso por conta do padroeiro o Santo Italiano, São Francisco de Assis, especialmente no município de Canindé. Esse trabalho é desenvolvido pela Igreja Católica Apostólica Romana, e a maior intensidade de turistas e peregrinos são nos meses julho a dezembro com visitas as Igrejas diariamente e o município de Canindé dispõe, entre Hotéis e Pousadas de 70 unidades com o potencial respectivo de pouco mais de 1.200 pessoas. Não há no território experiências de turismo rural, mas há a proposta dos assentamentos de transformar as casas grandes que antes residiam os fazendeiros em hotéis e pousadas e os atrativos serão: as trilhas, a pesca por esporte, banhos de açudes, rios com comidas típicas e pratos exóticos e tradicionais.

17.2.3 Comércio e Indústria

O comércio nos municípios do Território Sertões do Canindé concentram-se nos centros das cidades, movimentados pelos atacadistas que em sua maioria comercializam cereais e utensílios domésticos. A base da economia que movimenta esse comércio vem do turismo religioso específico para o município de Canindé e principalmente nos meses de setembro e outubro, festa do padroeiro. Nos demais municípios a economia é movimentada a partir dos salários de funcionários públicos municipais e estaduais e só nos municípios pólos funcionários federais e a maior renda de

fato são dos aposentados seguindo dos programas de transferências de renda. Esses recursos movimentam o comércio por um período de 15 dias mensais. Isso justifica os baixos índices de crescimento desses estabelecimentos comerciais conforme tabelas 23 logo abaixo.

Em 2008, houve um aumento no numero de empregos. Dentre eles podemos destacar os setores da Administração Pública que passou de 5.067 a 7.579, Serviços que saiu de 944 para 1.640 e Comércio que passa de 686 a 1.115. Se comparados com os dados da população economicamente ativa perceberemos que são números pequenos, mas que revelam muito sobre o perfil das atividades registradas no território. Confirma ainda a dependência dos empregos públicos na região.

tabela 49: Estabelecimentos comerciais por setor, segundo os Municípios do Território - 2007 e 2008.

Municípios	Estabelecimentos comerciais							
	Total		Atacadista		Varejista		Outros	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Boa Viagem	527	526	6	6	519	518	2	2
Canindé	1.054	978	13	10	1.032	960	9	8
Caridade	165	166	0	0	165	166	0	0
Itatira	194	181	0	0	194	181	0	0
Madalena	140	135	0	0	140	135	0	0
Paramoti	95	98	0	0	95	98	0	0
Total do Território	2.175	2.088	19	16	2.145	2.058	11	10

Fonte: Anuário do Ceará 2009; IPECE.

Tabela 50: Número de Empregos por setores da Economia para os Municípios do Território para os anos de 2000 e 2008.

Municípios	Comercio		Serviços		Adm. publica		Agro., extr. vegetal, caca e pesca	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008
Boa Viagem	179	310	133	237	897	1717	-	-
Canindé	457	692	789	1358	1869	2767	31	47
Caridade	07	19	08	17	573	785	12	21
Itatira	09	27	-	2	467	626	-	1
Madalena	29	56	11	20	678	903	24	46
Paramoti	05	11	03	06	583	781	-	-
Total	686	1115	944	1640	5067	7579	67	115

Fonte: RAIS-MTE 2000 e 2008.

Tabela 51: Empresas industriais ativas, por tipo, segundo os municípios do Ceará - 2007-2008

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Boa Viagem	49	57	0	0	19	20	0	0	30	37
Canindé	73	82	2	2	23	24	0	2	48	54
Caridade	8	12	1	1	1	2	0	0	6	9
Itatira	3	4	0	0	0	0	0	0	3	4
Madalena	5	6	0	0	1	1	0	0	4	5
Paramoti	11	8	1	1	0	0	1	0	9	7
Total do Território	149	169	4	4	44	47	1	2	100	116

Fonte: Anuário do Ceará 2009 – IPECE

18 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O sistema de produção agrícola no Território Sertões do Canindé é principalmente a agricultura de sequeiro, isso mostra uma forte dependência da estação das chuvas, devendo os agricultores familiares investirem na diversidade produtiva de culturas e atividades pecuária que mais se adéquem a realidade local.

Há uma necessidade eminente de organização das principais cadeias produtivas, para isso se faz necessário Planos de Cadeia, que apontem as estratégias para o desenvolvimento, seja de ordem da estruturação físico financeira, gestão organizativa – cooperativista ou associativista, como as necessidades de consultorias, capacitações, e acompanhamento técnico específico para cada área deficitária, para um desenvolvimento sustentável e crescente.

É importante perceber o potencial turístico para além do turismo religioso, desenvolvendo estratégias de um turismo rural, dialogando com todos os municípios do território, fortalecendo as culturas e saberes locais, inovando com espaços para práticas de esportes de entretenimento e radicais, como trilhas ecológicas, banhos de açudes, passeio de barcos dentre outros.

O território aponta também um potencial para a criação de pequenos animais como: ovino, caprino, avicultura caipira e a expansão da apicultura, essa como a que mais apresenta crescimento no território e no Estado. Para esses a carência de infraestruturas (abatedouros, unidades de beneficiamento para produção de derivados, etc.) e um acompanhamento técnico sistemático e específico, conforme necessidade (Plano de Cadeia, Plano de negócio, Boas Práticas de Fabricação, etc.), aparecem como os principais entraves para o desenvolvimento.

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do Ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 23, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do Setor Econômico, Setor Produtivo, Serviços, Comércio e Indústria, Situação

Fundiária, Financiamento e Comercialização da Produção, Assessoria e Assistência Técnica que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
1. Fragilidade do conhecimento técnico e pouco acesso a tecnologias; 2. Não valorização do trabalho das mulheres; 3. Dificuldade em acessar políticas públicas; 4. Descomprometimento por parte de alguns extensionistas rurais com agricultura familiar; 5. Má implantação e orientação do uso do crédito responsável; 6. Manejo tradicional e rudimentar; 7. Deficiência de metodologias da Assistência Técnica; 8. Infraestrutura viária, hídrica e elétrica dos municípios; 9. Infraestruturas produtivas subutilizadas; 10. Baixa organização dos arranjos produtivos; 11. Deficiência da organização da produção; 12. Inexistência de certificação para produtos orgânicos; 13. Inexistência de um serviço de inspeção municipal (SIM);	1. Disponibilidade de mão-de-obra; 2. Consciência de organização social e desenvolvimento produtivo; 3. Áreas agricultáveis; 4. Desenvolvimento das cadeias produtivas: ovinocaprinocultura, apicultura, avicultura caipira e bovinocultura de corte e de leite; 5. Cultura de anuais de sequeiro; 6. Diversificação da produção; 7. Potencial para o desenvolvimento de atividades não agrícolas/artesanato; 8. Práticas de sustentabilidade através do desenvolvimento do sistema de produção voltada a atividade de transição agroecológica; 9. Utilização da terra para geração de emprego e renda; 10. Potencial das mulheres e jovens nos processos de agroindustrialização; 11. Espaços de comercialização: feiras; 12. Número crescente de produtores; 13. Turismo Religioso; 14. Mercado consumidor local e regional; 15. Inserção novas tecnologias produtivas; 16. Implantação de projetos de irrigação e mandalas.
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
1. Desvalorização do rural em detrimento do urbano; 2. Aumento do êxodo rural/migração da mão-de-obra; 3. Improbidade administrativa; 4. Não difusão das pesquisas	1. Existência de políticas obrigatórias de inclusão dos agricultores e agricultoras no processo de desenvolvimento; 2. Programa Projovem Rural; 3. Existência do território da

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
<p>científicas aplicáveis a agricultura familiar;</p> <p>5. Burocracia para o acesso de recursos públicos;</p> <p>6. Pouco Apoio a associações e cooperativas;</p> <p>7. Concorrências com os grandes fornecedores</p>	<p>Cidadania;</p> <p>4. Políticas Públicas de apoio da Agricultura Familiar;</p> <p>5. Programas de Cisternas de placas;</p> <p>6. Apoio através de políticas públicas com foco na sustentabilidade ambiental e produtiva;</p> <p>7. Projetos estratégicos (Terra Sol), Projeto São José;</p> <p>8. Mercados institucionais: PAA e PNAE;</p> <p>9. Política de desenvolvimento territorial através da implantação de Bases de Serviço de apoio a Comercialização.</p>

Quadro 23: Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Socioeconômica

Fonte: Relatório da Oficina Estadual com os Comitês Temático do Território, Novembro/2010.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Pública
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

19 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como *“um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”*.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a

sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática. De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

19.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de

implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 24, 25 e 26 apresentam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012 a 1993-1996), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

MUNICÍPIO	MANDATO 1993 -1996			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Boa Viagem	12.430	PDT	1	0
Canindé	14.775	PDC	1	0
Caridade	4.030	PDC	1	0
Itatira	5.212	PDS	1	0
Madalena	3.010	PDT	0	1
Paramoti	4.241	PFL	1	0
TOTAL	43.698	-	5	1

Quadro 24: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

MUNICÍPIO	MANDATO 2001 – 2004				MANDATO 1997 - 2000			
	Nº DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL	Nº DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Boa Viagem	5.548	PC DO B	1	0	11.766	PPB	1	0
Canindé	6.707	PPB	1	0	12.496	PMDB	1	0
Caridade	5.548	PSDB	1	0	5.149	PSDB	1	0
Itatira	4.789	PSDB	1	0	4.669	PPB	1	0
Madalena	3.462	PSDB	0	1	3.331	PTB	1	0
Paramoti	3.749	PDT	0	1	4.250	PSDB	0	1
TOTAL	29803	-	4	2	41661	-	5	1

Quadro 25: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997-2000/2001-2004

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

MUNICÍPIO	MANDATO 2009 – 2012				MANDATO 2005 - 2008			
	Nº DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL	Nº DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Boa Viagem	12.886	PSDB	1	0	11.758	PL	1	0
Canindé	19.046	PSDB	1	0	12.157	PP	1	0
Caridade	7.383	PSDB	1	0	5.745	PSDB	1	0
Itatira	7.640	PRB	1	0	6.566	PPS	1	0
Madalena	4.938	PMDB	1	0	3.314	PDT	1	0
Paramoti	3.716	PT	1	0	3.675	PT	1	0
TOTAL	55609	-	6	0	43215	-	6	0

Quadro 26: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005-2008/2009-2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Da análise dos quadros acima apresentados, pode-se fazer a seguinte leitura com relação à evolução histórica da estrutura do poder local, conforme segue abaixo.

No que se refere à predominância dos partidos políticos, no período de 1993 a 2012, observa-se que de 1993 a 1996 o PDT e o PDC predominaram com dois gestores cada e o PDS e o PFL aparecem com um gestor respectivamente. Neste período, uma mulher assumiu como gestora o município de Madalena.

De 1997 a 2000 a predominância foi do PSDB e PPB com dois gestores e o PMDB e o PTB um gestor para cada partido. Também neste período, uma mulher assumiu como gestora o município de Paramoti.

De 2001 a 2004, o PC do B e o PSDB aparecem com dois gestores e o PDT e o PPB um gestor para cada partido. Neste período duas mulheres estiveram à frente da gestão municipal em Madalena e Paramoti.

No mandato de 2005-2008 todos os municípios elegeram gestores de partidos diferentes. A novidade foi o PP, PT e PPS elegerem pela primeira vez gestores municipais.

De 2009 a 2012 a predominância foi do PSDB com três gestores, em seguida aparece o PRB, o PMDB e o PT com um gestor para cada partido.

No geral, a permanência dos partidos entre os anos 1993 a 2012 pode ser observada conforme o Quadro 27:

PARTIDO	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PSDB	08	26,67	07	01
PDT	04	13,33	01	03
PPB	03	10,00	03	-
PDC	02	6,67	02	-
PCdoB	02	6,67	02	-
PMDB	02	6,67	02	-
PT	02	6,67	02	-
PDS	01	3,33	01	-
PFL	01	3,33	01	-
PTB	01	3,33	01	-
PL	01	3,33	01	-
PP	01	3,33	01	-
PPS	01	3,33	01	-
PRB	01	3,33	01	-
TOTAL	30	100	26	04

Quadro 27: Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012.

Fonte: Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos cinco mandatos - 1993 a 2012

Observa-se que o partido com maior número de mandatos foi o PSDB com 26,67%; em seguida vem o PDT com 13,33%; seguido do PPB com 10% e PDC, PCdoB, PMDB e PT com 6,67%; os demais partidos aparecem todos com 3,33%. Chama atenção a eleição de gestoras mulheres pelo PDT com três mandatos seguindo do PSDB com um mandato. Porém, durante os cinco mandatos analisados entre o total dos 30 gestores tivemos apenas 04 gestoras, representando apenas 13% deste total, o que demonstra a subrepresentação feminina nas gestões públicas dos municípios.

Outro aspecto importante a se destacar é que durante os 20 anos de mandatos analisados, apenas três municípios conseguiram permanecer com gestores do mesmo partido, sendo eles: Caridade três vezes com o PSDB; Madalena duas vezes com o PDT e Paramoti duas vezes com o PT. Os demais municípios a cada mandato elegeram prefeitos de partidos diferentes.

No Território, a participação dos prefeitos dos municípios de Madalena e Paramoti, tem se dado de forma mais efetiva, enquanto os outros gestores municipais têm demonstrado desinteresse em participar das atividades desenvolvidas, se tornando, portanto, ausentes dos debates territoriais. Mas, os gestores que se engajam acabam beneficiando os municípios, no caso, vários tem sido os projetos produtivos e de infraestrutura implementados.

O reflexo da pouca participação é percebido também no tocante às câmaras municipais, pois são poucos os vereadores e vereadoras que acompanham as reuniões territoriais.

Com relação à participação dos técnicos designados pelas instituições públicas e do Poder Público locais os que mais participam são os dos municípios de Caridade, Paramoti, Madalena e Itatira, sendo que o município de Canindé praticamente não acompanha as discussões territoriais.

19.2 Estrutura Administrativa e Atuação das Instituições Públicas e da Sociedade Civil no Território com Potencial de Integração

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque

dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o Quadro 28 destaca as diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

19.2.1 Governo Federal e Estadual

O Território Sertões do Canindé conta com atuação de diversas instituições públicas ofertando uma variedade de serviços. Como o Plano tem uma abrangência territorial, este passa a exigir destas instituições um maior nível de integração de suas ações, razões pelas quais, priorizou-se destacar os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entre as instituições, sendo elas:

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
1. Acesso ao Crédito	Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Atividades do DRS priorizadas no território: 1. Apicultura: Canindé 2. Biodiesel: Boa Viagem, Canindé e Madalena; 3. Bovinocultura: Boa Viagem 4. Ovinocaprinocultura: Boa Viagem, Canindé e Madalena.

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
	<p>Banco do Nordeste do Brasil – Nordeste Territorial Atividades priorizadas no território: a) Bovinocultura de Leite; b) Turismo; c) Aqüicultura - Piscicultura; d) Ovinocaprinocultura de Corte e) Apicultura</p>
<p>2. Assessoria/ Assistência Técnica e Capacitação</p>	<p>SEBRAE – Sede Quixeramobim (Boa Viagem, Itatira e Madalena) Atividades priorizadas no território: a) Turismo; b) Artesanato; c) Comércio Varejista; d) Ovinocaprinocultura; d) Piscicultura; e) Apicultura; f) Bovinocultura de leite; g) Agroindústria (laticínio). SEBRAE – Sede Metropolitana (Canindé, Caridade e Paramoti) a) Turismo; b) Artesanato; c) Comércio Varejista; d) Confeções; e) Cajucultura; f) Agroindústria (Castanha); g) Ovinocaprinocultura; h) Floricultura; i) Piscicultura j) Apicultura.</p> <p>EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/INCRA Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social para o fortalecimento da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.</p>
<p>3. Infra-estrutura</p>	<p>DNOCS Apoio na administração, operação e manutenção da gestão de projetos públicos de irrigação</p> <p>Caixa Econômica Federal Acompanhamento e fiscalização dos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal</p> <p>FUNASA Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos de saneamento básico no território.</p>

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
4. Meio Ambiente	IBAMA Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação
	SEMACE Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação.
6. Abastecimento e Comercialização	CONAB Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA.
	SDA/MDS Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA LEITE.
	Bases de Serviços de Comercialização Apoio aos grupos produtivos no acesso aos mercados.
8. Reforma Agrária	INCRA e PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO Fortalecimento e recuperação de áreas de assentamentos de reforma agrária.
	IDACE Acompanhamento ao processo de regularização fundiária no território
9. Certificação de produtos de origem animal	Superintendência do Ministério da Agricultura SFA Serviços de Inspeção Federal – SIF
	ADAGRI Serviços de Inspeção Estadual – SIE
	Prefeituras Municipais Serviços de Inspeção Municipal – SIM
10. Acompanha as políticas de Desenvolvimento Agrário	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA –CEARÁ
Ciência e Tecnologia	Centro de Vocação Tecnológica (CVT) e CENTEC
Outros.	SINE/IDT

Quadro 28: Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração

Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Instituições com atuação no Território.

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, constata-se que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizaram em comum a atividade de ovinocaprinocultura, e das três entidades, duas delas, priorizaram o turismo e a bovinocultura de leite. Além destas três instituições que por natureza das atividades se faz necessária a

integração de ações, outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, as quais se podem citar: a CONAB e Bases de Serviços no apoio ao acesso aos mercados; ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/INCRA na prestação de serviços de assistência técnica.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui num grande desafio, haja vista, que a vivência das instituições é de desenvolver suas ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas, e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vem se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

No que se refere às instituições de assistência técnica, a análise do Território aponta que estas instituições/ entidades vem participando efetivamente da estratégia/ações específicas do colegiado territorial: organização dos fóruns dos assentados, encontro territorial de cultura, feira da A. F. do Território, desenvolvimento de programas e implantação de projetos, sendo ainda proativas em iniciativas e no processo de construção da gestão social do território;

Na análise do Colegiado Territorial, a estrutura funcional da FUNASA precisa melhorar, pois atualmente, serve para atender prefeitos e projetistas das prefeituras e empresas contratadas, e não participa no processo de gestão social nos municípios do território.

Com relação às instituições que cuidam do meio ambiente, o Colegiado entende que a estrutura funcional do IBAMA e SEMACE têm trabalhado no sentido muito mais de exercício de uma fiscalização repressora e do poder de polícia, sem, contudo, participar do processo de gestão social. Muito pouco tem sido feito com relação à educação ambiental.

A CONAB funciona com poucos funcionários e técnicos para divulgar melhor os programas governamentais aos agricultores familiares. Essa deficiência na divulgação dos programas dificulta o acesso e a inclusão dos beneficiários diretos, o que acaba comprometendo, sobretudo a política de segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

Com relação aos programas apoiados pela SDA/MDS faltam esclarecimentos acerca dos critérios de inclusão e gestão social dos programas. O Território ressenete-se de não estar incluído PAA-Comercialização.

Sobre as Bases de Serviços de Comercialização foram mapeados os grupos de produtores, mas não vem sendo atualizado a real situação destes grupos. Grupos de produtores vêm produzindo e vendendo para o PNAE- PAA e Compra Direta, a exemplo dos municípios de Caridade, Paramoti, Madalena, Boa Viagem e Itatira. Foram identificados problemas de infraestrutura de transporte dos produtos. Mas é importante destacar, o ressurgindo da cultura das feiras com a organização das feiras da agricultura familiar (municipais e territoriais).

A reforma agrária é um tema de discussão permanente no Território, tendo em vista, que neste Território está concentrado o maior número de áreas de assentamentos da reforma agrária.

Assentamentos do crédito fundiário enfrentam sérios problemas devido ao processo de seleção e à falta de acompanhamento em seu processo e falhas no trabalho de georeferenciamento nas propriedades; na organização dos escritórios para atender os agricultores - apenas um escritório no bairro periférico da cidade de Canindé, e de gestão social em conjunto com o colegiado para envolver as organizações dos agricultores.

O Território tem reivindicado a instalação de uma regional do INCRA e/ou do IDACE, tendo em vista, os problemas vivenciados pelos/as assentados/as da reforma agrária.

No que se refere à ADAGRI, o Colegiado Territorial reconhece a importância da instituição para o Território ao participar da dinâmica territorial, inclusive com assento no Colegiado. Ressaltam o trabalho da proposta da

sanidade animal, com a construção do projeto do abatedouro territorial, mas falta atuação em outras áreas da produção animal e vegetal do território.

Quanto ao trabalho das prefeituras municipais com a inspeção, ressaltam que resume-se apenas a inspeção dos abatedouros e da venda de carne e que falta uma maior atuação em relação aos locais de preparo e comercialização de alimentos, Com relação aos produtos da Agricultura familiar precisa urgentemente de uma ação para a liberação dos produtos na venda para o PNAE- PAA e outros.

Com relação à Delegacia Federal do MDA, esta tem funcionado de forma deficiente, em espaço e quadro funcional, para dar resposta às solicitações e reclamações relacionadas aos programas e ações: garantia safra, emissão de DAPs, acesso às linhas de crédito especial do PRONAF. Falta uma melhor integração das ações dentro do próprio ministério- SAF/ SDT/ SRA/ NEAD e com as parcerias institucionais nos municípios do território. Tem mostrado eficiência no acompanhamento das ações do desenvolvimento territorial;

Na avaliação do Colegiado Territorial a Caixa Econômica Federal (CEF) tem dificultado a liberação dos projetos, não só com as exigências e regras estabelecidas, mas pela própria estrutura funcional somente com atendimento na agência local (GIDUR) em Fortaleza, e por não participar do processo de gestão social, dificultando o repasse das informações dos projetos de infraestrutura (PROINF) e dos projetos de custeio, executados pelas entidades dos territórios.

19.2.2 Governo Municipal

TIPOS DE SERVIÇOS	SECRETARIAS/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
Infra-estrutura	Secretaria de Obras
Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente
Educação	Secretaria de Educação
Desenvolvimento Produtivo Econômico e	Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Econômico;
Saúde	Secretaria de Saúde
Assistência Social	Secretaria de Ação Social; Desenvolvimento Social e Cidadania Secretaria de Ação Social e Agricultura Familiar

Emprego e renda	Secretaria de Ação Social, Trabalho e Empreendedorismo
Cultura, esporte e lazer	Secretaria Cultura e Desporto
	Secretaria de Educação e Cultura
Turismo	Secretaria de Turismo
Administração e Finanças	Secretaria de Administração
Indústria e Comércio	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Quadro 29: Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território

Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais.

A análise deste quadro não é muito diferente da análise anterior, ou seja, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que tem em comum. Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

19.2.3 Estrutura Sócio-organizativa e Política da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacam-se aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial:

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	SINTRAF - regionalizado
	Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais
	Sindicato dos Pescadores
	APEOC
Reforma Agrária	Movimento dos Sem Terra
	Comissão Pastoral da Terra - CPT
	Fórum dos Assentados/as

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Convivência com o Semi Árido	Fórum Cearense pela Vida no Semi Árido/ASA
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental (CACTUS, ACACE, Instituto Vida Melhor, Vida e Natureza
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH Curu e CBH Banabuiú
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Associações de Apicultores – 1 em Itatira; 2 em Caridade e 1 em Paramoti
Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATER e ATES	Organizações da Sociedade Civil que prestam assessoria técnica ao território – ACACE e CACTUS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social	Conselho Municipal da Assistência Social
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.	Conselho Municipal de Educação
	Conselho Municipal do FUNDEB
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes	Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
Segurança Alimentar e nutricional	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
Alimentação Escolar	Conselho da Alimentação Escolar – CAE
Políticas de proteção do idoso/a	Conselho Municipal do/a Idoso/a
Políticas de proteção do deficiente físico	Conselho Municipal do Deficiente Físico
Políticas de defesa dos direitos dos aposentados/as	Associação dos/as aposentados/as
Articulação política institucional.	Associação dos Municípios dos Sertões de Canindé
	Parlamento dos Sertões de Canindé
Defesa Social	Comissão Municipal de Defesa Social
Pescadores	Colônias de pescadores
Outras	

Quadro 30: Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração

Fonte: Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil

20. INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL

20.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia–conceito de “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

20.2 Construção do Orçamento Público Municipal

20.2.1 Transferências Governamentais

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

Os quadros 31, 32, 33 detalham as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

O orçamento destinado à saúde no Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS está sintetizado no Quadro 34 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB								
FPM								
MUNICÍPIOS	2002	2003	2004	2005	2.006	2007	2008	2009
Paramoti	2.638.349,63	2.680.160,09	2.868.915,23	3.472.819,51	3.736.282,28	4.176.824,22	5.275.424,43	4.922.673,06
Itatira	3.211.856,93	3.275.730,06	3.520.941,29	4.280.224,30	4.625.714,82	5.195.553,27	7.913.136,51	7.384.009,36
Madalena	2.960.861,76	3.089.512,24	3.392.166,23	4.220.194,27	4.676.402,22	5.362.120,37	7.913.136,51	7.384.009,36
Caridade	2.960.861,76	3.089.512,24	3.392.166,23	5.056.631,13	5.609.033,86	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Boa Viagem	6.423.713,05	6.551.459,24	7.433.097,53	9.123.419,79	9.961.755,44	11.307.927,82	14.507.416,64	13.537.350,21
Canindé	7.226.407,65	7.444.719,23	8.819.631,16	10.970.067,76	12.157.549,33	13.941.511,88	17.145.128,66	15.998.686,56
TOTAL	25.422.050,78	26.131.093,10	29.426.917,67	37.123.356,76	40.766.737,95	46.418.481,84	60.667.379,26	56.610.737,91

Quadro 31: Transferências governamentais FPM

Fonte: Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>) * Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010.

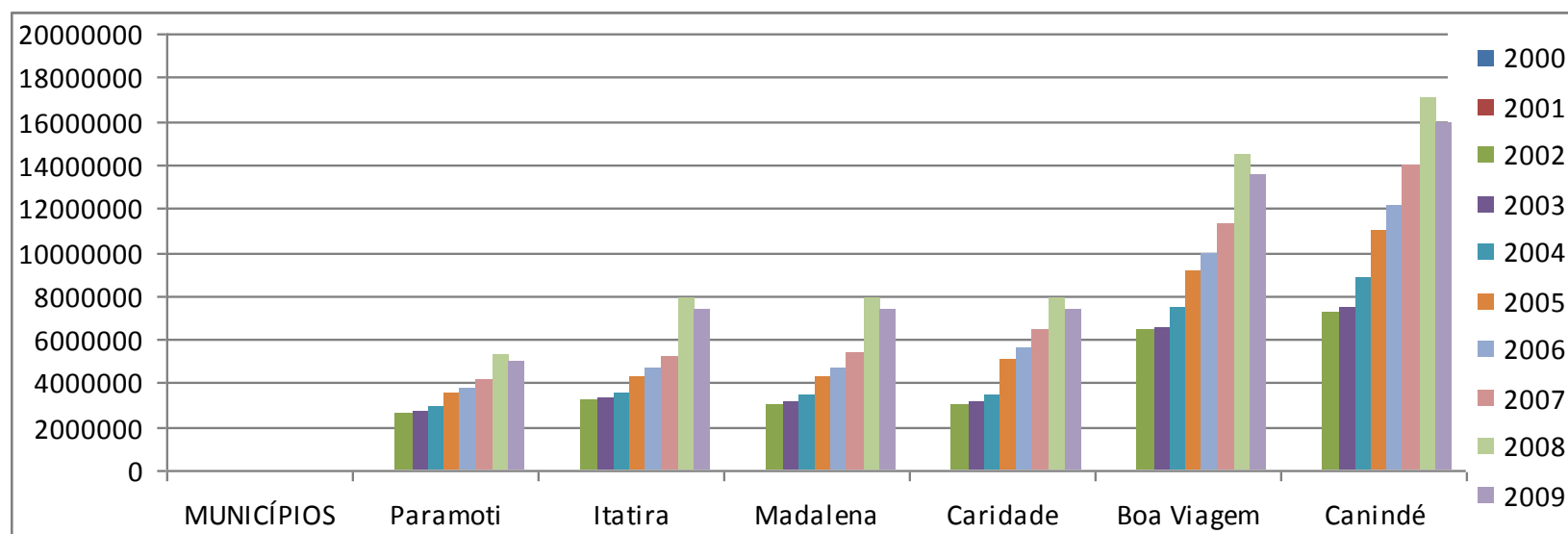


Figura 27: Transferências Governamentais FPM

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010

MUNICÍPIOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Boa Viagem	2.509.924,69	2.937.935,52	3.278.713,00	3.236.060,22	3.861.637,92	3.850.513,95	5.293.276,64	5.260.576,86
Canindé	3.170.107,50	3.780.539,43	4.553.284,23	4.446.522,44	5.306.738,58	5.402.468,85	7.366.579,96	7.570.243,21
Caridade	736.744,49	814.122,48	959.272,63	1.025.146,61	1.204.201,36	1.261.914,01	1.821.732,27	1.918.612,55
Itatira	1.097.329,71	1.386.386,75	1.526.143,15	1.602.933,21	1.960.439,50	2.057.311,10	2.657.412,48	2.781.816,16
Madalena	786.043,71	941.258,49	1.172.165,90	1.170.470,55	1.408.359,47	1.433.395,23	1.994.044,33	2.054.298,73
Paramoti	683.964,77	793.136,15	910.787,34	945.999,37	1.080.215,70	1.064.082,68	1.639.071,00	1.774.880,21
TOTAL	8.984.114,87	10.653.378,82	12.400.366,25	12.427.132,40	14.821.592,53	15.069.685,82	20.772.116,68	21.360.427,72

Quadro 32: Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB

Fonte: Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>), * Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

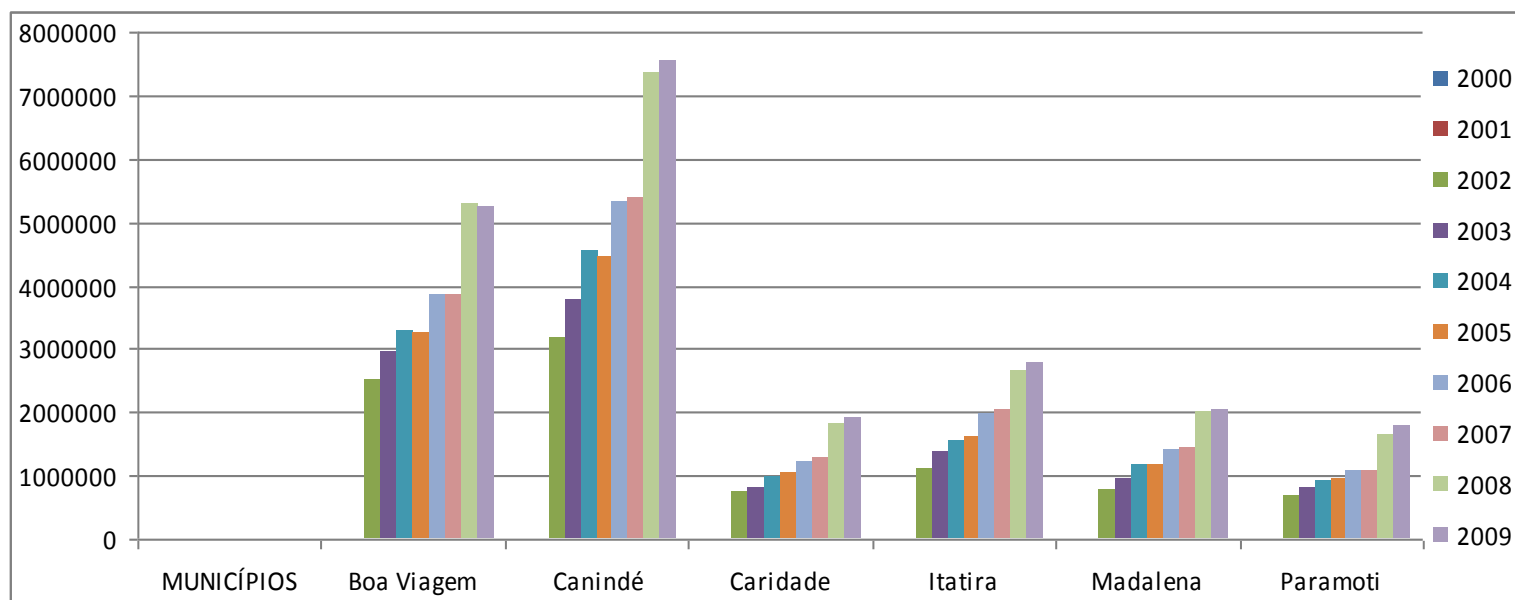


Figura 28: Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010

ICMS COTA-PARTE					
MUNICÍPIOS	2004	2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008
Boa Viagem		9.123	1.309.000,20	1.481.020,11	1.882.486,26
Canindé	4.152	13.167	5.364.355,10	1.727.089,84	2.180.147,37
Caridade					1.616.003,57
Itatira	810,38	4.284	765.027,48	932.230,68	1.639.071,81
Madalena				1.480.182,38	1.210.714,34
Paramoti				854.952,85	1.086.113,42
TOTAL	4.962,16	26.574,00	7.438.382,78	6.475.475,86	9.614.536,77

Quadro 33: Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2006, 2007, 2008 e 2009

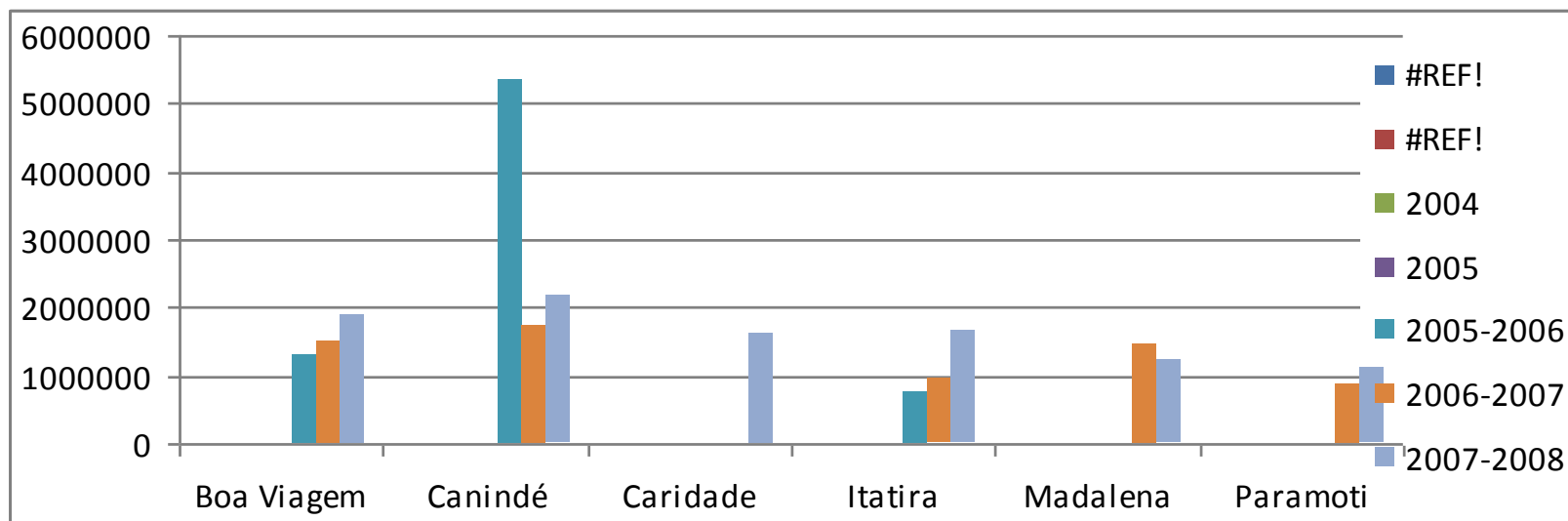


Figura 29: Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2006, 2007, 2008 e 2009

Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Município	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
	Boa Viagem	15.405.630	17.176.512	21.892.774	21.326.905	3.962.355	3.510.725	4.960.491	4.976.127	76,1	65,57	89,01
Canindé	19.038.743	20.531.562	26.100.921	25.168.706	7.824.012	10.171.541	12.807.655	14.618.080	103,84	137,68	166,61	188,49
Caridade	8.263.309	9.343.869	12.118.745	11.260.347	1.471.674	1.417.410	1.596.042	2.348.719	82	78,85	84,4	122,12
Itatira	7.388.724	8.880.611	11.532.081	10.997.605	1.165.444	1.119.482	1.679.435	1.701.700	69,42	63,29	90,39	90,16
Madalena	7.139.797	8.310.026	11.690.276	11.355.944	1.449.964	1.762.409	2.066.132	2.098.581	87,91	103,36	117,15	118,08
Paramoti	5.740.096	6.310.860	8.159.529	8.089.362	998.990	1.446.361	1.426.640	1.903.459	87,96	124,98	118,57	156,92
Total	62.976.299	70.553.440	91.494.326	88.198.869	16.872.439	19.427.928	24.536.395	27.646.666	84,5	95,6	111	127,2

Quadro 34: Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

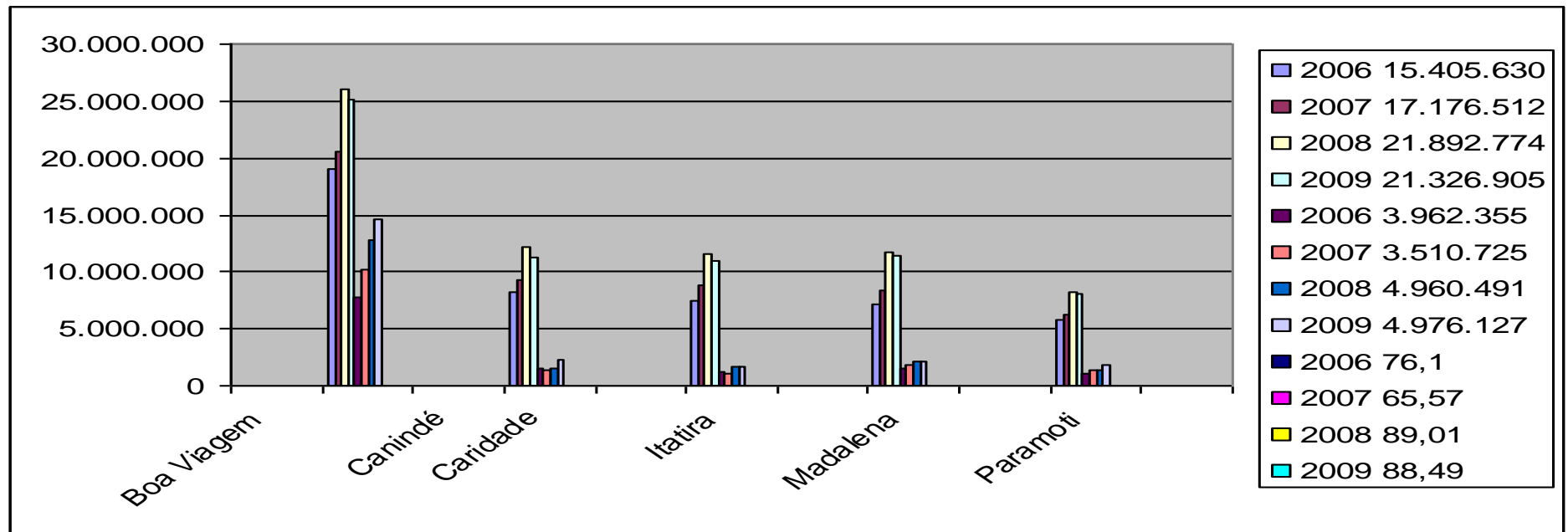


Figura 30: Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

Municípios	2007	2008	2009
Boa Viagem	37.326.698,88	48.536.444,54	36.824.185,72
Canindé	51.774.173,57	65.600.431,99	63.355.715,77
Caridade	18.457.737,29	25.065.659,35	22.911.687,91
Itatira	18.185.188,05	25.421.136,80	22.865.130,52
Madalena	18.348.132,98	24.874.303,18	22.892.833,09
Paramoti	13.853.080,75	17.586.777,85	16.690.374,27
TOTAL	157.945.011,52	207.084.753,71	185.539.927,28

Quadro 35: Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009, FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE + SAÚDE

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010

De acordo com o Quadro 35, constata-se uma evolução dos recursos entre os anos 2007 a 2008 em torno de 31,11%, sendo que de 2008 a 2009 não houve queda nas transferências. No entanto, a análise pode apresentar informações não fidedignas, pois não foram encontradas as informações relativas ao repasse da cota parte de ICMS em 2009. Levando-se em consideração que a média de repasses destes recursos entre os anos de 2007 e 2008 correspondeu a 6,5% da soma dos demais; em 2009 teríamos em média R\$ 220.545.262,70, o que neste caso, corresponderia a um acréscimo de 6,5%.

Com relação às transferências governamentais, os números demonstram que os recursos da área de saúde representam 56,77% do total dos recursos; em seguida vem o FPM com 27,74%; o FUNDEB com 10,47% e o ICMS Cota Parte com 5,02%. Entre o período 2006 a 2009 houve um incremento nas transferências governamentais da ordem de 42,82%.

Não é oportuno, neste momento se fazer uma análise sobre os resultados alcançados da aplicação destes recursos no território, pois esta análise está sendo elaborada nos eixos educação e cultura, saúde saneamento e acesso à água. No entanto, merece uma reflexão acerca do processo de integração destas ações, que no geral, ainda são geridas de forma fragmentada e setorializada.

Arrecadação Orçamentária Municipal

Município	2005-2006	2006-2007	2007-2008
Boa Viagem	27.403.558	32.294.391	38.943.851
Canindé	48.022.561	48.603.936	56.896.167
Caridade		14.123.450	16.948.140
Itatira	14.623.220	15.550.303	16.972.686
Madalena		13.255.508	14.816.849
Paramoti		11.016.362	11.309.527
Total	90.049.338	134.843.950	155.887.220

Quadro 36: Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará- Anos 2005, 2006, 2007 e 2008

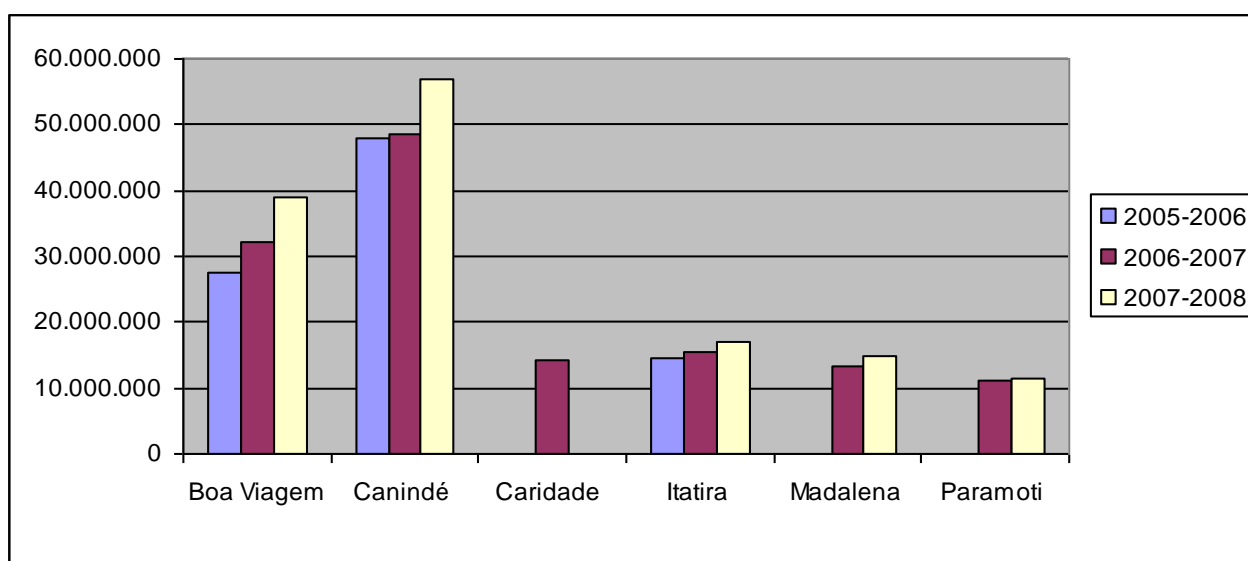


Figura 31: Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará- Anos 2005, 2006, 2007 e 2008

A receita arrecada pelos municípios é composta pelas receitas correntes (receita tributária, receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras) e pelas receitas de capitais. A receita tributária é originária da arrecadação dos impostos (IPTU, IRRF, ITBI e ISS), taxas e contribuição de melhoria.

Fazendo uma comparação entre a arrecadação dos municípios, constata-se que o município de Canindé tem maior capacidade de arrecadação própria, representando um percentual de 36%; seguido pelos municípios de Boa Viagem com 23,94%; Itatira com 11,5%; Caridade com 10,47%; Madalena com 9,8% e Paramoti com 8,16%.

Fazendo um comparativo entre a capacidade de arrecadação e o número de habitantes, constata-se que a relação é diretamente proporcional, pois os municípios de menor porte praticamente apresentam condições e situação de arrecadação semelhantes.

Analisando a relação entre a capacidade de arrecadação dos municípios com as transferências governamentais, constata-se que as transferências ultrapassaram a arrecadação em 32,84%.

20.3 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Cidadania dos Sertões do Canindé.

20.4 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Estadual

SECRETARIAS	VALOR	%
Secretaria de Infra- estrutura - SEINFRA	28.615.796,00	9,89
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	11.709.879,00	4,05
Secretaria da Justiça e Cidadania	1.342.200,00	0,46
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	32.184.453,00	11,12
Secretaria de Educação – SEDUC	36.271.600,00	12,53
Secretaria da Saúde - SESA	26.048.427,00	9,00
Secretaria da Cultura - SECULT	1.503.054,00	0,52
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	97.638.933,00	33,74
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	9.332.320,00	3,22
Secretaria do Esporte	2.215.573,00	0,77
Secretaria das Cidades	22.764.456,00	7,87
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	8.740.500,00	3,02
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE	11.000.000,00	3,80
Conselho Estadual de Educação	40.000,00	0,01
TOTAL	289.407.191,00	100,00

Quadro 37: Plano Plurianual - PAA

FONTE: SEPLAG, 2010.

Para a definição dos recursos do PPA, o Governo do Estado utiliza como referência as oito macrorregiões de planejamento. No caso específico do Território dos Sertões do Canindé, este está inserido na Macrorregião do Sertão Central, composto de vinte e um municípios, sendo seis do território dos Sertões do Canindé e quinze fora do território. Portanto, do volume total dos recursos acima mencionados a maior parte não é do Território dos Sertões do Canindé.

Se for feita uma projeção em termos percentuais a partir do número de municípios, o território integra 28,5% do total dos municípios da macrorregião, e em relação a divisão dos recursos, nesta proporcionalidade, o Território dos

Sertões do Canindé potencializa um volume de recursos da ordem de mais de 82 milhões de reais.

Sabemos que o critério utilizado não é a divisão proporcional levando-se em consideração apenas o número de municípios, mas também, as vocações, potencialidades, entraves e prioridades definidas pelos atores microrregionais. Como não é possível pela fonte de pesquisa, precisar os valores exatos para cada município, o volume destinado para o território, acima citado serve apenas como referência.

20.4.1 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Federal

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORA	VALOR	%
EIXO: ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO			
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	25.000,00	0,11
Cresce Nordeste / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	6.000.000,00	25,27
Nordeste Territorial / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	1.280.000,00	5,39
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	217.500,00	0,92
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais / 2010	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro – AEGRE	100.000,00	0,42
ATER/Agricultores Familiares / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	1.228.373,89	5,17
Biodiesel / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	171.469,40	0,72
Crédito Pronaf / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	9.611.643,72	40,48
Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	77.818,48	0,33
Garantia Safra / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	2.437.035,57	10,26

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORA	VALOR	%
Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	1.150.000,00	4,84
Programa Arca das Letras / 2010	Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA	5.600,00	0,02
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	252.991,37	1,07
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	1.102.008,00	4,64
PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	85.676,13	0,36
SUB TOTAL		23.745.116,56	
EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA			
Expansão das Escolas Técnicas / 2010	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC	1.500.000,00	49,00
Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	866.294,40	28,30
ProInfo Rural e Urbano / 2009 e 2010	Secretaria de Educação à Distância - SEED Com	417.261,27	13,63
Salas de Recursos Multifuncionais / 2010	Secretaria de Educação Especial - SEESP	215.522,39	7,04
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	62.396,18	2,04
SUB TOTAL		3.061.474,24	
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA			
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	3.454.752,00	25,10
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010	Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS	2.516.135,97	18,28

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORA	VALOR	%
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	1.219.900,00	8,86
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE	240.000,00	1,74
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	4.598.000,00	33,40
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS / 201	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	318.344,00	2,31
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde - SAS	105.600,00	0,77
Saneamento nas Escolas / 2009	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	450.000,00	3,27
Programa Cisternas / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	862.455,60	6,27
SUB TOTAL		13.765.187,57	
EIXO: INFRA-ESTRUTURA			
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	2.689.318,32	40,66
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	185.983,10	2,81
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010	Secretaria de Telecomunicações – STE	92.262,00	1,39

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORA	VALOR	%
Programa Luz Para Todos / 2010	Eletrobras, Concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação	3.646.228,06	55,13
SUB TOTAL		6.613.791,48	
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL			
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	160.000,00	66,67
Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	80.000,00	33,33
SUB TOTAL		240.000,00	
EIXO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	15.700.115,00	27,74
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	5.629.663,00	9,95
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	252.816,00	0,45
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC	33.076.229,00	58,45
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC	700.913,52	1,24
Programa de Atenção Integral à Família / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	864.000,00	1,53
Serviço Socioeducativo do PETI / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	365.400,00	0,65
SUB TOTAL		56.589.136,52	
TOTAL		104.014.706,37	100,00

Quadro 38: Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania (1)

Fonte: territóriosdacidadania.on line, 2010.

Distribuição dos recursos por eixos do programa territórios da cidadania:

EIXO	VALOR	%
1. Organização Sustentável da Produção	23.745.116,56	22,83
2. Educação e Cultura	3.061.474,24	2,94
3. Saúde, saneamento e acesso á água	13.765.187,57	13,23
4. Infra-estrutura	6.613.791,48	6,36
5. Gestão territorial	240.000,00	0,23
6. Direito e Desenvolvimento Social	56.589.136,52	54,40
TOTAL	104.014.706,37	100,00

Quadro 39: Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania(2)

Fonte: territóriosdacidadania.on line, 2010.

Todas as ações acima ofertadas estão contidas na matriz de ações do Programa Território da Cidadania - PTC. Referida matriz é uma oferta de ações em que os ministérios e outras instituições do governo federal, priorizam um conjunto de ações a ser debatidas nos colegiados territoriais, portanto, não se trata de todos os recursos do governo federal disponível para o território, mas apenas aquelas que são possíveis de ser debatidas nos colegiados, exercendo este, papéis distintos a depender da característica de cada ação, isto é, ora deliberativo, ora consultivo, ora de articulação institucional e ora de controle social.

Visando preparar o colegiado para melhor acompanhar o programa, para cada eixo temático acima foi constituído um comitê temático e no Comitê de Articulação Estadual CAE do PTC, foram também estruturados sete grupos de trabalho, um para cada eixo do PTC. Ressaltamos que no eixo ação fundiária em 2010 não foi ofertada ações, por esta razão não consta no Quadro 39.

Tal fato se deu em função das ações terem sido ofertadas em 2009 e estão sendo executadas em 2010, citando como exemplo o projeto de regularização fundiária, em processo de implementação no território. Pela magnitude do programa e pela dificuldade histórica das instituições públicas e sociedade civil fazer controle e gestão social das políticas públicas, este processo ainda é bastante fragilizado. Destaca-se ainda a grande dificuldade que os colegiados vêm enfrentando no processo de elaboração e implementação de projetos como instrumento concreto para que os recursos possam chegar aos territórios. Dentre os fatores que mais influenciam para

esta dificuldade destacamos a pouca capacidade técnica na sua elaboração, ou seja, a má qualidade dos projetos, que têm contribuído inclusive, para que os recursos sejam devolvidos para a união.

Conforme o Quadro 39 das ações ofertadas, os números demonstram que as ações do eixo direito e desenvolvimento social foi o que ofertou maior volume de recursos, em torno de 54,40%; em seguida vem o eixo organização sustentável da produção com 22,83% e o eixo saúde, saneamento e acesso à água com 13,23%. Na prática temos observado que o fato destas ações serem as que detêm maior volume de recursos se dá pelo fato de exigirem maior controle e gestão social, haja vista, que dentre os objetivos centrais do Programa Territórios da Cidadania, destaca-se o controle e gestão social como elementos fundantes do referido programa.

20.4.2 Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
7ª CREDE - Canindé		Canindé, Caridade, Itatira, Paramoti.	
	12ª CREDE - Quixadá	Boa Viagem e Madalena.	General Sampaio e Santa Quitéria
5ª CRES - Canindé		Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.	
Banco do Nordeste do Brasil - Boa Viagem		Boa Viagem e Madalena	Monsenhor Tabosa e Pedra Branca
Banco do Nordeste do Brasil – Canindé.		Canindé, Caridade, Itatira e Paramoti.	Apuiarés, General Sampaio.
	SEBRAE - Quixeramobim	Boa Viagem, Itatira, Madalena.	
	SEBRAE – Metropolitano	Canindé, Caridade e Paramoti.	

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
EMATERCE – Canindé		Canindé, Boa Viagem, Caridade.	Santa Quitéria
INSS – Canindé		Canindé, Caridade, Itatira e Paramoti.	
INSS – Boa Viagem		Boa Viagem e Madalena.	
	SEPLAG Plano Plurianual – PPA Macrorregião de Planejamento	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.	General Sampaio, Santa Quitéria, Choro, Ibareta, Ibicuitinga, Quixeramobim, Quixadá, Banabuiu, Pedra Branca, Senador Pompeu, Milha, Solonópole, Mombaça, Piquet Carneiro, Deputado Irapuam e Pinheiro.
	FETRAECE – Regional de Quixadá	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.	Ocara, Quixadá, Quixeramobim, Ibareta, Ibicuitinga, Banabuiu e Choro.
	Comitê de Bacias do Rio Curu – Sede Pentecoste	Canindé, Caridade, Paramoti e Itatira.	
	Comitê de Bacias do Banabuiu – Sede Quixeramobim.	Boa Viagem e Madalena	

Quadro 40: Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: Pesquisa junto às instituições e aos *site* e documentos oficiais

De acordo com o quadro acima detectamos a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

2.1 O CRES, o INSS e a EMATERCE utilizam o mesmo recorte territorial, e todos tem sede no território;

2.2 Existem dois CREDES com atuação no território, sendo que um tem sede no território do Sertão Central. Ambos atendem todos os municípios e mais dois municípios localizados no território dos Vales do Curu e Aracatiaçu;

2.3 O SEBRAE tem situação parecida com os CREDES, são dois escritórios com atuação o território, porém nenhum tem sede no mesmo. Atendem todos os municípios do território e mais um município do território de Inhamuns Crateús;

3 Quanto ao processo de elaboração do Plano Plurianual – PPA, coordenado pela SEPLAG, o recorte macrorregional utilizado é bastante diferente do recorte territorial, dos vinte e um municípios, quinze não são do território, sendo um do território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, um do território de Inhamuns/ Crateús e treze do território do Sertão Central;

4 A atuação da FETRAECE também utiliza recorte diferente, dos treze municípios atendidos pela sua regional, sete são do território do Sertão Central.

No geral, chama atenção que a identidade e a coesão social construída no território são respeitadas por todas as instituições, ou seja, todas levam em consideração os seis municípios que compõem o território. Aparentemente este arranjo institucional não traz grandes implicações para a implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, no entanto, há um clamor dos atores territoriais para que se construa um esforço visando à integração de ações entre todas as instituições que atuam de forma regionalizada ou territorial, frente à impossibilidade de adotarem o mesmo recorte territorial.

No debate territorial constatou-se que é real a preocupação quanto à desarticulação das instituições para prestar serviços ao território. Esta desarticulação se dá por duas razões principais: primeiro pela influência que tem a própria distribuição geográfica, mostrada no quadro 17; e segundo, com respeito à cultura institucional, sendo considerada uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, principalmente através do repasse das informações e das decisões tomadas pelas plenárias gerais dos colegiados territoriais e apoio direto das instituições nos processos de elaboração e implementação dos projetos territoriais.

Constata-se que ainda é muito frágil o processo de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais implantados no

território, tanto pelas instituições do poder públicos, quanto pelas entidades e organizações da sociedade civil.

21. GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território dos Sertões de Canindé um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma

postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao *“processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”*.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



Figura 32: Elementos do Processo da Gestão Social
Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território da Cidadania dos Sertões do Canindé tem um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

21.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

PLENÁRIA GERAL		SINTESE
ABRANGÊNCIA MUNICIPAL	Poder Executivo: Prefeitura municipal	06 REPRESENTANTES (1 por município)
	Poder Legislativo: Câmaras de Vereadores	06 REPRESENTANTES (1 de cada cidade)
	Defesa Civil	03 REPRESENTANTES (1 por micro território)
	Poder judiciário	02 REPRESENTANTES (1 juiz e 1 promotor de comarcas diferentes)
	CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	12 REPRESENTANTES (Dois por município/ um da sociedade civil e um do poder público)
	Movimento Sindical	06 REPRESENTANTES (1 de cada município)
	Associações Comunitárias	12 REPRESENTANTES (2 por município)
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Órgãos Públicos Estaduais	16 representantes: EMATERCE (3), CRES, CREDE, SINE, SEMACE, CVT, ADAGRI, SDA, IDACE, 4º BPM, DER, COGERH, CAGECE, SRH
	Órgãos Públicos Federais	16 representantes: IBAMA, DNOCS, INCRA, INSS, MT, BNB, CEF, BB, Petrobras, UFC, IFET, CONAB, SEAP, MDA, EMBRAPA, SEBRAE
	Regionais do Movimento Sindical	03 representantes: FETRAF, FETRAECE, FEPECSA
	Regionais dos Movimentos Sociais	03 representantes: 01 MST, 01 CPT e 01 Inclusão Especial
	Cooperativas de Produção ou de Crédito	04 representantes: 01 PROCRIAR, 01 ACACE, 01 Coop. Agricultura Familiar, 01 COOPERBIO
	ONG's	06 representantes: CACTUS, IVM, CEMEACE, CAATINGA, Plenitude Cidadão, Mandacaru
	Comitês Setoriais	04 representantes: Mulheres, Jovens
	Comitês Temáticos	16 representantes: (1 Poder Público e 1 Sociedade Civil por Comitê)
	Comunidades Tradicionais	03 representantes: Quilombolas, Indígenas, Pescadores
Fóruns Regionais	01 representante: Fórum dos Assentados	

PLENÁRIA GERAL		SINTESE
	Empresários (Indústria, Comércio ou serviços)	01 representante: CDL

Quadro 41: Composição do Colegiado Territorial

Fonte: Plenárias Territoriais e Oficinas Territoriais, 2010

Núcleo Dirigente

Poder Público EMATERCE de Madalena, Secretaria de Agricultura de Itatira, Ministério do Trabalho e Emprego, CMDS de Paramoti e Prefeito de Madalena

Sociedade Civil Instituto Vida Melhor – IVM, CMDS – Caridade, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canindé – STTR e Colônia de Pescadores

Comitês Temáticos

A constituição dos 8 Comitês Temáticos tem na sua composição 121 membros, sendo 84 do nível micro territorial e 37 de instituições de representação territorial. Cada Comitê Temático escolhe 2 representantes (1 governo e 1 sociedade civil) para integrar a Plenária Geral do Colegiado Territorial dos Sertões de Canindé, conforme

COMITÊS	SINTESE	
	Micro	Territorial
Educação (15)	Sec. Mun. Educação 1, Sindicato Professor 1 (2)	CREDI 1, MST 1, INCRA 1 (3)
Cultura (15)	Sec. Mun. Cultura 1, Grupo de Cultura 1 (2)	Pontos de Cultura 2, Arte e Cultura na Reforma Agrária 1 (3)
Saúde, Saneamento e acesso a Água (19)	Sec. Mun. Saúde 1, Agente de Saúde 1 (2)	CRES 1, CAGECE (ou eq.) 1, Mov. Sindical da Saúde 1, SEMACE 1, Brigada de Cuba 1, ONG Soc. Hospitalar S. Fco 1, CAPS 1 (7)
Infra-Estrutura Civil (16)	Sec. de Obras 1, Cons. Mun. Cidade (civil) 1 (2)	Gov. Estado (DER, SRH) 2, Gov. Fed. (DNIT, DNOCS) 2, (4)
Gestão territorial (12)	Núcleo Dirigente 8, ACACE 1, Instituto Vida Melhor 1, Assoc. Prefeitos 2 (12)	
Organização sustentável da produção (21)	Sec. Mun. Agricultura 1, STTR 1 (2)	FECAPI 1, EMATERCE 2, INCRA 1, BNB 1, EMBRAPA 1, FETRAF 1, MST 1, CACTUS 1 (9)

COMITÊS	SINTESE	
	Micro	Territorial
Ações fundiárias e Reforma Agrária (18)	Sec. Mun. Agricultura 1, STTR 1 (2)	FETRAF 1, FETRAECE 1, MST 1, IDACE 1, INCRA 1, CACTUS 1 (6)
Direito e Desenvolvimento Social (17)	Sec. Ação Social 1, Conselho Assistência Social (civil) 1 (2)	STDS 1, MP 1, FETRAF 1, FETRAECE 1, MST 1 (5)

Quadro 42: Contituição dos Comitês Temáticos

Fonte: Plenárias Territoriais e Oficinas Territoriais, 2010

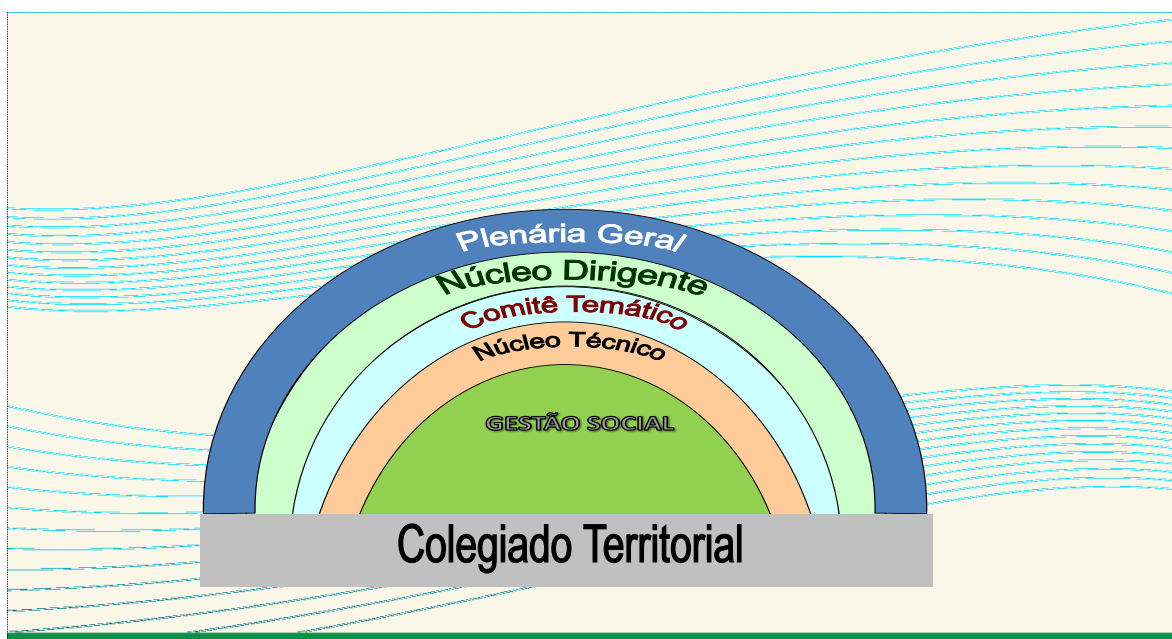


Figura 33: Instâncias e Papéis do Colegiado Territorial

Fonte: Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assesores Territoriais, 2009.

PLENÁRIA GERAL

Instância de decisão e deliberação sobre os rumos estratégicos do desenvolvimento do território. No PTRS tem papel fundamental em acompanhar a implementação do plano, com atenção especial no alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

NÚCLEO DIRIGENTE

Instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da Plenária Geral. No PTDRS exerce função fundamental na negociação de recursos e no acompanhamento do processo de implementação das ações e dos projetos.

NÚCLEO TÉCNICO

Instância de elaboração de projetos territoriais. No PTDRS exerce função estratégica na elaboração dos projetos propostos pelos comitês temáticos e deliberados pela Plenária Geral do Colegiado Territorial.

COMITÊS TEMÁTICOS

Instância de proposições de ações e de projetos a serem deliberadas pela Plenária Geral do Colegiado Territorial. No PTDRS atua no acompanhamento ao processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais. Cada comitê será capacitado na elaboração de um plano de ação que assegure a implementação do seu eixo de desenvolvimento, conforme descrição a seguir:

22 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O Território com vitalidade social e acesso às políticas públicas de melhoria das condições de vida da população. Há, porém, estrangulamentos na governança pública, no sistema eleitoral, desvios de verbas e ineficácia dos investimentos e projetos.

Existe forte perspectiva de controle social, com introdução de inovações de gestão, experimentação de novas tecnologias sociais com educação profissionalizante e maior complexidade na atenção em saúde e seguridade social.

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 43, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
ANÁLISE AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none">1. Rotatividade da participação de membros no Colegiado;2. Ineficiência das agências financiadoras do Banco do Brasil e Caixa Econômica em todo o território;3. Poucas ações das Instituições Federais (DNOCS, EMBRAPA, IBAMA, MDS e SUDENE) e estaduais, a exemplo da SEMACE;4. Pouco envolvimento no Colegiado Territorial dos Prefeitos e vereadores dos municípios;5. Pouca consciência política da população;6. Falta de análise nas escolhas e nas prioridades de gastos públicos e investimentos municipais;7. Deficiência e pouca eficácia no	<ol style="list-style-type: none">1. Participação ativa dos atores da sociedade civil e dos movimentos sociais;2. Atuação de instituições públicas, BNB, EMATERCE, consultores estadual e territorial;3. Participação ativa do Prefeito de Madalena;4. Diagnóstico sistematizado do PTDRS;5. Ampliação das políticas públicas municipalizadas;6. Acesso republicano e universal às políticas públicas;7. Movimentos Sociais atuantes;8. Organizações de base presentes;

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
<p>planejamento;</p> <p>8. Carência de pessoal qualificado e com competência para elaboração de projetos territoriais;</p> <p>9. Capital humano da Gestão Pública fragilizado;</p> <p>10. Rotatividade da Assistência Técnica;</p> <p>11. Poder Judiciário, Ministério Público e Câmaras municipais distantes e não acompanhando as dinâmicas territoriais;</p> <p>12. Baixa capacidade técnica das prefeituras;</p> <p>13. Ações isoladas sem uma integração interinstitucional;</p> <p>14. Pulverização e atuação dos Conselhos municipais;</p> <p>14. ONGs sem sede no Território dificultam o trabalho;</p> <p>A falta de fiscalização efetiva e de criação de novas leis das câmaras municipais.</p>	
ANÁLISE AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>1. Dificuldade e perdas dos recursos financeiros para o Território devido a burocracia da Caixa Econômica Federal;</p> <p>2. Informações estatísticas desatualizadas e divergentes dos órgãos oficiais;</p> <p>3. Recorte territorial do governo do estado não contribui para um atendimento unificado e contínuo no território</p> <p>4. Desvios de verbas ou ineficácia dos investimentos com poucos resultados;</p> <p>4. Financiamento privado para o sistema eleitoral é indutor de corrupção;</p> <p>5. Desequilíbrio financeiro com as obrigações previdenciárias e trabalhistas;</p> <p>6. Uso irracional dos recursos naturais e hídricos contribuindo para desequilíbrios do ecossistema do Território / aquecimento global e</p>	<p>1. Constituição das Instâncias do Território (Plenária Geral, Núcleo Dirigente, Comitês e Núcleo Técnico);</p> <p>2. Experiências de Consórcios em gestão nas áreas da saúde e saneamento- protocolo do consórcio do lixo assinado;</p> <p>3. Políticas públicas com recorte populacional acima de 100 mil habitantes geram necessidade de adesão territorial;</p> <p>4. Perspectivas de ampliação do volume de recursos públicos no Brasil e no Ceará na próxima década;</p> <p>5. Criação da Rede Estadual dos Colegiados territoriais;</p> <p>6. Ensino médio e superior profissionalizante vinculados às cadeias produtivas do território;</p> <p>7. Canindé como sede de um hospital terciário de macrorregião de saúde dos Sertões do Canindé.</p>

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

pouca produção;
7. Introdução de novas atividades laborais degradantes e insalubres com implicações na saúde das pessoas.
8. Urbanização das pequenas cidades;
9. Decisões políticas fragilizadas em relação aos consórcios públicos intermunicipais;
10. As instituições e organizações dos municípios não têm uma cultura de planejamento estratégico.

Quadro 43: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional
Fonte: Plenárias e Oficinas Territoriais, 2010

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

23 VISÃO DE FUTURO

O Território da cidadania dos “Sertões do Canindé” promove melhorias na qualidade de vida em todos os municípios do território, nas bases do campo e da cidade, potencializando os programas e projetos nas dimensões sociocultural educacional, econômica, ambiental, e político institucional para formar cidadãos e cidadãs capacitados e comprometidos com o desenvolvimento do território através da participação articulada e organizada de todos os atores sociais, considerando gênero, raça e etnia, sendo referência de ocupação e renda para estimular a juventude a fixar-se em suas comunidades, preservando o meio ambiente e promovendo atitudes que garantam o desenvolvimento sustentável das atuais e futuras gerações.

24 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, conforme o Quadro 44, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
SÓCIO CULTURAL EDUCACIONAL	<p>Articular a implantação de Políticas Públicas com a estratégia territorial, de forma igualitária, levando em consideração as questões de inclusão, gênero, geração, orientação sexual, etnias e raças, priorizando as camadas vulneráveis do território e visando um pleno desenvolvimento sustentável;</p> <p>Promover Ações Articuladas da Organização Sustentável da Produção com as Políticas de ATER/ATES visando fortalecer as Unidades de Produção e Cooperativas com foco nas cadeias produtivas, respeitando o meio ambiente e assegurando a Soberania Alimentar;</p> <p>Garantir a Priorização do Atendimento de Famílias em Situação de Vulnerabilidade aos programas e projetos públicos de saúde, educação e direitos sociais;</p> <p>Apoiar a ampliação das ofertas de Educação nos Níveis Básico e Superior, Além das modalidades de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Especial e Profissional, garantindo a extinção do analfabetismo e respeitando as especificidades Campo/Cidade com vista a uma formação orientada para a cidadania;</p> <p>Promover a Integração das Manifestações Culturais, priorizando ações de estruturação dos grupos representantes da identidade cultural do território;</p> <p>Trabalhar Articulando, nas Instancia Federal, Estadual e Municipal, ações de Estruturação, Melhoria e Ampliação dos Programas de Saúde, Saneamento e Acesso a água no Território Sertões de Canindé.</p>
AMBIENTAL	<p>Articular e apoiar políticas de preservação, conservação e restauração do patrimônio ambiental, priorizando ações educativas e cumprindo a legislação, na lógica de convivência sustentável com o semi-árido e valorização do bioma caatinga para a mitigação dos efeitos do aquecimento global.</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
SOCIOECONOMICA	<p>Trabalhar permanentemente com metodologias participativas, envolvendo atores/as locais na elaboração de planos e projetos estratégicos, priorizando as cadeias e subsistemas produtivos integrados as dimensões do ser humano, de modo socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto;</p> <p>Trabalhar a ampliação e organização do mercado local e territorial, baseado nos princípios da sócio-economia-solidária, comércio agrícola e não agrícola, inserindo os agricultores familiares, através de feiras populares e estratégias diversas de comercialização inserindo os agricultores familiares, através de feiras populares e estratégias diversas de comercialização;</p> <p>Fortalecer a Infraestrutura Territorial para Melhoria da Acessibilidade da Zona Rural, Escoamento da Produção e Estruturação dos Recursos Hídricos, garantindo às condições necessárias a implementação da Reforma Agrária.</p>
POLÍTICA INSTITUCIONAL	<p>Fortalecer e qualificar a participação dos diversos atores sociais, envolvendo as principais instituições governamentais e da sociedade civil, bem como os grupos informais e as comunidades tradicionais através das instancias do colegiado e seus Comitês Setoriais e Temáticos e na plenária geral, através do Planejamento e monitoramento permanente das políticas públicas implementadas no território.</p>

Quadro 15: Objetivos Estratégicos por Dimensão de Desenvolvimento do Território dos Sertões de Canindé

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

25 DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se dez grandes linhas:

1. Construir Espaços permanentes de discussão e de construção de soluções para os problemas sociais do território;
2. Priorizar e hierarquizar as demandas fazendo um alinhamento com as políticas públicas ofertadas;
3. Integrar as ações ambientais, econômicas e sociais com vistas ao desenvolvimento sustentável;
4. Trabalhar os valores e os direitos humanos na busca de mudanças de comportamento, sensibilizando para uma consciência cidadã e solidária;
5. Desenvolver ações de convivência com o semi-árido priorizando os produtores/as da agricultura familiar;
6. Agir com transparência, respeitando os princípios e as boas práticas das ações públicas;
7. Promover a integração das manifestações culturais com as comunidades tradicionais, além de implantar e acompanhar políticas efetivas para todos os grupos de gênero, considerando todas as orientações sexuais (GLBTT) e etnia com vistas à inclusão social;
8. Ampliar os espaços de difusão tecnológica e de formação de trabalhadores/as priorizando a vocação regional e desenvolvendo políticas públicas sociais de revitalização do turismo e da cultura;
9. Incentivar as Organizações Produtivas de Matriz Agroecológica e de uso consciente e de revitalização dos recursos hídricos para o desenvolvimento de uma economia sustentável;

10. Fortalecer ações e experiências de comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas do território e desenvolver projetos de infraestrutura para o escoamento da produção da agricultura familiar como estradas vicinais, vias de acesso, abastecimento de água, instalações e inspeção sanitária e saneamento.

26.1 Valores e Princípios

O Território dos Sertões de Canindé preocupado com as atitudes e em razão da ética que deve perpassar os processos elencou sete valores e princípios conforme escrito abaixo:

1. RESPEITO à cultura regional, às peculiaridades e potencialidades dos municípios e aos saberes e individualidades de cada pessoa e organização, na busca da igualdade de oportunidades e na garantia do direito às diferenças (de raças, crenças, orientações sexuais e igualdade de gênero);
2. SOLIDARIEDADE baseada na cooperação entre as organizações e municípios, nas relações entre as pessoas e na promoção do crescimento sustentável da economia familiar e territorial;
3. ÉTICA do compromisso social, da responsabilidade com a coletividade, através de boas práticas, probidade, idoneidade e gestão social, com observação dos direitos e deveres como garantia da execução das políticas públicas, propiciando o desenvolvimento social, econômico e ambiental;
4. HONESTIDADE nas relações de reciprocidade entre as pessoas e no uso correto dos recursos humanos, financeiros e naturais;
5. JUSTIÇA baseada na equidade social, nas relações sociais de gênero, no respeito aos direitos fundamentais individuais e coletivos e na atuação dos gestores e aplicadores do direito;
6. PARTICIPAÇÃO como empoderamento popular nas ações e decisões do território, tendo como base o princípio da sintropia (capacidade de adaptar-se a situações inesperadas);
7. AUTONOMIA na tomada de decisões das políticas viáveis, baseadas na realidade local dos municípios e comunidades do território para que se garanta desenvolvimento auto-sustentável.

26 EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante à Dimensão Sociocultural Educacional foram organizados cinco eixos: Direito e Desenvolvimento Social, Gênero e Desenvolvimento Produtivo das Mulheres, Protagonismo Social e Produtivo da Juventude, Saúde, Saneamento e Acesso a Água e Educação e Cultura.

26.1 Eixo Direito e Desenvolvimento Social

Esse eixo, a partir dos dois objetivos estratégicos traçados, elencou dos programas: Programa de Acesso aos Direitos e Políticas da Assistência Social e o segundo Programa de Atenção Integrada à Família e de Serviços Sócio-educativos, ambos com seis projetos, conforme descrito no Quadro 45 a seguir.

DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Articular a implantação de Políticas Públicas com a estratégia Territorial, de forma igualitária, levando em consideração as questões de inclusão, gênero, geração orientação sexual, etnias e raças, priorizando as camadas vulneráveis do	1. Programa de Acesso aos Direitos e Políticas da Assistência Social.	Projeto 01: Realizar Seminários de Temas Estratégicos dos Grupos de Gênero/GLBT organizados nas Zonas Urbana/Rural; Projeto 02: Realizar nos Distritos dos municípios, Seminários de prevenção as drogas, álcool e prostituição infanto-juvenil; Projeto 03: Apoiar Eventos e Campanhas da Diversidade Sexual, especialmente das relações de gênero /GLBTS; Projeto 04: Implantar Centro de Prestação Continuada da Assistência

DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
território e visando um pleno desenvolvimento sustentável;		Social para Pessoas com Deficiência; Projeto 05: Criar Centro de Auxílio ao idoso do Território Sertões de Canindé; Projeto 06: Implantar três CREAS para garantir o atendimento nos micro-territórios e que também atendam os Distritos.
2. Garantir Priorização do Atendimento de Famílias em Situação de Vulnerabilidade nos programas e projetos públicos de saúde, educação e direitos sociais.	2 Programa de Atenção Integrada à Família e de Serviços Sócio-educativos.	Projeto 01: Ampliar número de famílias do Programa Bolsa Família capacitar os egressos para Inserção no Mercado de trabalho; Projeto 02: Construir Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias; Projeto 03: Implantar Formação para os Beneficiários(as) do PETI; Projeto 04: Ampliar o número de Beneficiários do PETI; Projeto 05: Implantar Rede de Serviços Sócio-Assistenciais; Projeto 06: Formar e capacitar manipuladores de gêneros alimentícios.

Quadro 45: Eixo Direito e Desenvolvimento Social

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.2 Eixo Gênero e Desenvolvimento Produtivo das Mulheres

O presente eixo a partir do objetivo estratégico traçado organizou cinco programas: Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, com oito projetos; o segundo Programa de ATER para Mulheres Rurais e Apoio ao Fortalecimento da Gestão social nos Territórios com três Projetos; o terceiro Programa de Educação e Saúde para as Mulheres com quatro projetos; o quarto Programa de Enfrentamento a Violência contra a Mulher com um projeto; e o quinto Programa de Desenvolvimento Sócio-político e Produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais. com dois projetos, conforme Quadro 46 a seguir.

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DAS MULHERES		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Articular a implantação de Políticas Públicas com a estratégia Territorial, de forma igualitária, levando em consideração as questões de inclusão, gênero, geração, orientação sexual, etnias e raças, priorizando as camadas vulneráveis do território e visando um pleno desenvolvimento sustentável.	1. Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais;	<p>Projeto 01: Apoiar a criação da Feira Feminista do território e Apoiar os Grupos Produtivos de Mulheres nas Cadeias de ovinocaprinocultura, Apicultura e Bovinocultura no Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 02: Aquisição de Equipamentos e Infraestrutura para estruturação dos grupos produtivos de mulheres;</p> <p>Projeto 03: Estruturar as unidades de beneficiamento e processamento da produção das mulheres no Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 04: Apoiar o artesanato e trabalhos manuais das mulheres do campo e da cidade (crochê, bordado, confecção, tapeçaria, imagens, dentre outras);</p> <p>Projeto 05: Estruturar grupos produtivos de mulheres da cadeia produtiva da Avicultura;</p> <p>Projeto 06: Implantar o sistema de formação para Artesãs do Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 07: Adquirir kits feiras para as mulheres do campo e da cidade;</p> <p>Projeto 08: Apoiar o acesso dos grupos de mulheres aos programas de comercialização - PAA e PNAE.</p>
	2. Programa de ATER para Mulheres Rurais e Apoio ao Fortalecimento da Gestão social nos Territórios;	<p>Projeto 01: Incluir nos programas de ATER/ATES a formação política para Mulheres Trabalhadoras rurais;</p> <p>Projeto 02: Apoiar e assessorar a Formação de Grupos de Mulheres e das Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho;</p> <p>Projeto 03: Formar Grupos Sociais e Produtivos de Mulheres e Técnicas de ATER / ATES em Gestão Comunitária.</p>
	3. Programa de Educação e Saúde para as Mulheres;	<p>Projeto 01: Implantar equipamentos para a Saúde da Mulher nos municípios do território (mamógrafos, ações de prevenção a gravidez na adolescência, prevenção do câncer de mama e colo uterino, etc.);</p> <p>Projeto 02: Desenvolver Eventos e</p>

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DAS MULHERES		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
		Campanhas Educativas sobre Saúde reprodutiva; Projeto 03: Implantar o Centro de Atenção a Saúde da Mulher - CASM nos distritos do Território Sertões de Canindé; Projeto 04: Implantar e ampliar as farmácias vivas (manipulação de fitoterápicos).
	4. Programa de Enfrentamento a Violência contra a Mulher;	Projeto 01: Instalar a Delegacia das Mulheres nos municípios do território.
	5. Programa de Desenvolvimento Sócio-político e Produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais.	Projeto 01: Implantar de Centros Especializados de Atendimento jurídico, psicológico e serviço de proteção às mulheres vítimas de violência; Projeto 02: Fortalecer a Participação das Mulheres nas Feiras Municipais, Territoriais, Estaduais e Nacionais.

Quadro 46: Eixo Gênero e Desenvolvimento Produtivo das Mulheres

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.3 Eixo Protagonismo Social e Produtivo da Juventude

O eixo atual foi organizado a partir de seu objetivo estratégico que por sua vez gerou três programas: Programa de Fortalecimento das Políticas de Juventude do Território, com quatro projetos; o segundo Programa de Empreendedorismo e Geração de Emprego e Renda para a Juventude do Território com dois projetos; e, o terceiro Programa de acesso a educação e as novas tecnologias para a juventude do território com quatro projetos, conforme Quadro 47 a seguir.

PROTAGONISMO SOCIAL E PRODUTIVO DA JUVENTUDE		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Articular a implantação de Políticas Públicas com a estratégia Territorial, de forma igualitária, levando em consideração as questões de inclusão, gênero, geração, orientação sexual, etnias e raças, priorizando as camadas vulneráveis do território e visando um pleno desenvolvimento sustentável.	1. Programa de Fortalecimento das Políticas de Juventude do Território;	<p>Projeto 01: Possibilitar com incentivo econômico a participação de grupos culturais em eventos do território;</p> <p>Projeto 02: Apoiar a realização de oficinas de formação e capacitação de jovens;</p> <p>Projeto 03: Assegurar acesso e execução de 100% dos projetos especiais destinados aos jovens;</p> <p>Projeto 04: Promover Intercâmbios culturais e formativos entre os grupos do território possibilitando maior integração e difusão nos diferentes municípios.</p>
	2. Programa de Empreendedorismo e Geração de Emprego e Renda para a Juventude do Território;	<p>Projeto 01: Promover cursos de capacitação técnico-profissionais em mecânica, reciclagem do lixo eletrônico e outros que favoreçam a geração de emprego e renda;</p> <p>Projeto 02: Garantir que os jovens já capacitados em informática tenham acesso a emprego nas novas casas digitais do Território.</p>
	3. Programa de acesso a educação e as novas tecnologias para a juventude do território.	<p>Projeto 01: Articular e manter parceria com o Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE para assegurar vagas para a juventude do território;</p> <p>Projeto 02: Disponibilizar no IFCE cursos técnicos e superiores conforme as necessidades de desenvolvimento sustentável do território;</p> <p>Projeto 03: implantar cursos no IFCE de agroecologia, agro floresta, técnico agrícola, veterinária, mineralogia e outros sintonizados com os projetos do Estado;</p> <p>Projeto 04: Implantar Casas digitais e bibliotecas móveis e fortalecer as existentes.</p>

Quadro 47: Eixo Protagonismo Social e Produtivo da Juventude

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.4 Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água

O eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água com um único objetivo estratégico gerou seis programas: Programa de Atenção Básica de Saúde com dois projetos; o segundo Programa de Acesso à Saúde Bucal com três projetos; o terceiro Programa de Assistência Farmacêutica e Farmácias Populares com dois projetos; o quarto Programa de Saúde Mental através de Centros de Atenção Psicossocial –CAPS com um projeto; o quinto Programa de Atendimento de Urgência e Emergência com dois projetos; e o sexto Programa de Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas urbanas e rurais com quatro projetos, conforme o Quadro 48 a seguir.

SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO A ÁGUA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Trabalhar Articulando nas Instâncias Federal, Estadual e Municipal as Ações de Estruturação, Melhoria e Ampliação dos Programas de Saúde, Saneamento e Acesso a água no Território Sertões de Canindé.	1.Programa de Atenção Básica de Saúde;	Projeto 01: Ampliar o numero de Agentes de Saúde no Território e novos PSFs nos Distritos; Projeto 02: Implantar e equipar Unidades de Saude do Território.
	2.Programa de Acesso à Saúde Bucal;	Projeto 01: Implantar o atendimento odontológico em todos os PSF do Território; Projeto 02: Realizar Campanhas de Saúde Bucal nas Escolas; Projeto 03: Implantar 06 CEO's no território Sertões de Canindé.
	3. Programa de Assistência Farmacêutica e Farmácias Populares;	Projeto 01: Implantar Farmácias Populares do Brasil e Revitalizar a Assistência Farmacêutica nos Municípios; Projeto 02: Implantar e Revitalizar Hortos de Farmácia Viva nos Municípios.
	4.Programa de Saúde Mental através de Centros de Atenção Psicossocial – CAPS;	Projeto 01: Implantar um CAPS – AD em cada Micro Região do Território.

SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO A ÁGUA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
	5. Programa de Atendimento de Urgência e Emergência;	<p>Projeto 01: Adquirir mais unidades Móveis (SAMU) para os municípios do Território;</p> <p>Projeto 02: Implantar Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) para os municípios do Território.</p>
	6. Programa de Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas urbanas e rurais.	<p>Projeto 01: Implantar sistemas de Saneamento urbano e rural nos municípios do Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 02: Implantar Sistema de Monitoramento da qualidade da água nos reservatórios de captação do território;</p> <p>Projeto 03: Aquisição de Dessalinizadores para os Distritos do Território;</p> <p>Projeto 04: Implantar o Saneamento Básico nas Escolas do Território Sertões de Canindé.</p>

Quadro 48: Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.5 Eixo Educação e Cultura

Esse eixo foi estruturado a partir dos dois objetivos estratégicos que originaram dois Programas: o primeiro Programas de Educação Básica, Técnica e Superior no Campo e na Cidade com nove projetos; e o segundo Programa Territorial de Manifestações Culturais, Esporte, Lazer e Equipamentos com oito projetos conforme o Quadro 49 a seguir.

EDUCAÇÃO E CULTURA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Apoiar a ampliação das ofertas de Educação nos Níveis Básico e Superior, Além das modalidades de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Especial e Profissional, garantindo a eliminação do analfabetismo e respeitando as especificidades Campo/Cidade com vistas a uma formação orientada para a cidadania;	1. Programas de Educação Básica, Técnica e Superior no Campo e na Cidade.	<p>Projeto 01: Alfabetizar pessoas para tornar o Território Livre do Analfabetismo;</p> <p>Projeto 02: Implantar na Zona Rural de cada Município do Território uma Escola do Campo;</p> <p>Projeto 03: Implantar Sistema de Formação, respeitando a Vocação Regional nos níveis: Básico e Técnico;</p> <p>Projeto 04: Construir uma Escola do Campo em cada Município do Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 05: Ampliar os Cursos do IFCE, priorizando a vocação e a organização das cadeias produtivas do território;</p> <p>Projeto 06: Ampliar os Recursos destinados as Escolas do Território;</p> <p>Projeto 07: Ampliar e melhorar a estrutura das salas Multifuncionais dos Municípios;</p> <p>Projeto 08: Reestruturação das Escolas Agrícolas existentes;</p> <p>Projeto 09: Contribuir na Construção dos Currículos Escolares da Realidade Rural.</p>
2. Promover a Integração das Manifestações Culturais, priorizando ações de estruturação dos grupos representantes da identidade cultural do território.	2. Programa Territorial de Manifestações Culturais, Esporte, Lazer e Equipamentos.	<p>Projeto 01: Resgatar e Fortalecer a Cultura Popular;</p> <p>Projeto 02: Implantar um programa de Apoio a Novos Talentos;</p> <p>Projeto 03: Apoiar Grupos Folclóricos e de Manifestações Artísticas;</p> <p>Projeto 04: Implantar Cinema em cada um dos Micros Territórios;</p> <p>Projeto 05: Implantar 06 Centros de Referência em Arte e Cultura nos municípios;</p> <p>Projeto 06: Implantar Programas de Valorização das Brincadeiras Populares;</p> <p>Projeto 07: Implantar Programas de Interiorização dos Esportes;</p> <p>Projeto 08: Adquirir Instrumentos Musicais e Equipamentos Culturais.</p>

Quadro 49: Eixo Educação e Cultura

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.6 Eixo Desenvolvimento Ambiental e Convivência com o Semiárido

Esse eixo corresponde as demandas oriundas da Dimensão Ambiental que apoia um objetivo estratégico para desenvolver seus programas e projetos. São quatro programas: Programa de Educação Ambiental com seis projetos; o segundo Programa de Convivência com o Semiárido com seis projetos; o terceiro Programa de Saneamento Ambiental Rural e o quarto Programa de Combate a Degradação e Desertificação ambos com cinco projetos, conforme o Quadro 50 a seguir.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Articular e apoiar políticas de preservação, conservação e restauração do patrimônio ambiental, priorizando ações educativas e cumprindo a legislação, na lógica de convivência sustentável com o semi-árido e valorização do bioma caatinga para a mitigação dos efeitos do aquecimento global.	1. Programa de Educação Ambiental;	<p>Projeto 01: Promover educação ambiental nas escolas e Comunidades rurais e urbanas;</p> <p>Projeto 02: Realizar mapeamento para identificação de áreas rurais e urbanas degradadas;</p> <p>Projeto 03: Realizar capacitação e formação de equipes ambientais por distritos de cada município;</p> <p>Projeto 04: Criar Programa de Formação de multiplicadores em Educação Ambiental, no território;</p> <p>Projeto 05: Apoiar a Produção Agroecológica e Consumo Responsáveis;</p> <p>Projeto 06: Capacitar Tratoristas em Manejo racional e Conservação do Solo.</p>
	2. Programa de Convivência com o Semiárido;	<p>Projeto 01: Universalizar o atendimento de Cisternas de placas nas zonas rurais dos municípios;</p> <p>Projeto 02: Promover a construção de Mandalas;</p> <p>Projeto 03: Promover a construção de Barragens Subterrâneas;</p> <p>Projeto 04: Promover a construção de Barragens Sucessivas;</p> <p>Projeto 05: Promover a captação “<i>in situ</i>” e o plantio direto;</p> <p>Projeto 06: Construir chafarizes e reativar dessalinizadores.</p>

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO		
	3. Programa de Saneamento Ambiental Rural;	<p>Projeto 01: Universalizar a distribuição de água encanada/adutoras em todas as comunidades rurais;</p> <p>Projeto 02: Implantar saneamento Ambiental Rural;</p> <p>Projeto 03: Realizar coleta e reciclagem do Lixo Rural;</p> <p>Projeto 04: Promover o esgotamento e reciclagem de Águas Servidas;</p> <p>Projeto 05: Promover cursos para catadores de materiais recicláveis.</p>
	4. Programa de Combate a Degradação e Desertificação.	<p>Projeto 01: Implementar programa de combate à desertificação e eliminação de queimadas Agrícolas;</p> <p>Projeto 02: Realizar controle e redução do Desmatamento;</p> <p>Projeto 03: Recuperar Áreas Degradadas e Áreas Desertificadas;</p> <p>Projeto 04: Recuperar as Matas Ciliares do Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 05: Desenvolver Produção de Mudanças e Plantas Nativas para o Reflorestamento da Caatinga.</p>

Quadro 50: Eixo Desenvolvimento Ambiental e Convivência com o Semiárido

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.7 Eixo Apoio ao Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas

Esse Eixo Apoio ao Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas e os eixos Desenvolvimento Produtivo e Sustentável, Infraestrutura Básica e Reforma Agrária e Ações Fundiárias foram definidos para atender as demandas da Dimensão Socioeconômica.

O atual eixo, conforme descrito no Quadro 51, a partir do objetivo estratégico traçado, originou o Programa de Desenvolvimento do Artesanato e do Turismo com seis projetos.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Trabalhar a ampliação e organização do mercado local e territorial, baseado nos princípios da sócio-economia-solidária, comércio agrícola e não agrícola, inserindo os agricultores familiares, através de feiras populares e estratégias diversas de comercialização inserindo os agricultores familiares, através de feiras populares e estratégias diversas de comercialização;	1. Programa de Desenvolvimento do Artesanato e do Turismo.	<p>Projeto 01: Mapear e fortalecer as Organizações e sistema de qualificação dos Artesãos;</p> <p>Projeto 02: Realizar o financiamento e a comercialização da Produção Artesanal;</p> <p>Projeto 03: Realizar o aprimoramento da Produção Artesanal;</p> <p>Projeto 04: Qualificar a diversidade dos Empreendedores Turísticos;</p> <p>Projeto 05: Capacitar as famílias para participarem da Implantação do projeto 'Caminhos de Assis';</p> <p>Projeto 06: Projeto Turismo Rural e Urbano.</p>

Quadro 51: Eixo Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Não Agrícolas

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.8 Eixo Desenvolvimento Produtivo e Sustentável

O presente eixo organizado a partir de seu objetivo estratégico originou quatro programas: o primeiro Programa de Inclusão dos Produtos da Agricultura Familiar aos Mercados Institucionais e o segundo Programa das Bases de Serviços e de Apoio ao Desenvolvimento Territorial ambos com cinco projetos; o terceiro Programa de Apoio a Produção, Transição Agroecológica e Processamento de Produtos com doze projetos; e o quarto Programa de ATER/ATES para fortalecimento da agricultura familiar com três projetos, conforme Quadro 52 a seguir.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Promover ações articuladas da organização sustentável da produção, organização do mercado local e comercialização com as políticas de ATER/ATES visando fortalecer as Unidades de Produção e Cooperativas com foco nas cadeias produtivas, respeitando o meio ambiente e assegurando a Soberania Alimentar.	1. Programa de Inclusão dos Produtos da Agricultura Familiar aos Mercados Institucionais;	<p>Projeto 01: Implantar Formação Agroecológica de Agentes Multiplicadores dos Sertões de Canindé – GRUTA;</p> <p>Projeto 02: Implantar Processo Tecnológicos no Melhoramento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura através de capacitação técnica, infraestrutura, manejos sanitário, alimentar e reprodutivo;</p> <p>Projeto 03: Articular os Programas de Comercialização direta da produção: PAA e PNAE;</p> <p>Projeto 04: Apoiar a Cadeia Produtiva da Bovinocultura do PAA Leite;</p> <p>Projeto 05: Apoiar Produtores Agroecológicos cadastrados no PAA para a Ampliação da Produção através de Capacitações de Gestão.</p>
	2. Programa das Bases de Serviços e de Apoio ao Desenvolvimento Territorial;	<p>Projeto 01: Fortalecer a Base de Serviço do Território e Experiências de Comercialização;</p> <p>Projeto 02: Adquirir Caminhão para Transporte de Produtores do Território Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 03: Implantar Sistema de Formação de Produtores em Gestão, Empreendedorismo, Associativismo, Cooperativismo, Comercialização e Consumo Responsável;</p>

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL

		<p>Projeto 04: Fomentar Experiências de Empreendimentos Solidários no Território;</p> <p>Projeto 05: Implantação e revitalização das cooperativas de crédito, produção e serviços nos sertões de Canindé.</p>
	<p>3. Programa de Apoio a Produção, Transição Agroecológica e Processamento de Produtos;</p>	<p>Projeto 01: Desenvolver Agricultura de Sequeiros;</p> <p>Projeto 02: Desenvolver Agricultura Irrigada;</p> <p>Projeto 03: Desenvolver a Apicultura e Meliponicultura;</p> <p>Projeto 04: Desenvolver a Piscicultura;</p> <p>Projeto 05: Implantar Núcleos de Avicultura Caipira;</p> <p>Projeto 06: Promover Incentivo a Horticultura;</p> <p>Projeto 07: Modernizar o Manejo Extrativista;</p> <p>Projeto 08: Implantação de projetos mandalas para fortalecimento da agricultura familiar através da produção de produtos agrícolas;</p> <p>Projeto 09: Implantação de Unidades de Processamento de Produtos da Agricultura Familiar;</p> <p>Projeto 10: Aquisição de Matrizes para melhoramento genético da ovinocaprino cultura;</p> <p>Projeto 11: Aquisição de Matrizes para Melhoramento Genético da Bovinocultura;</p> <p>Projeto 12: Implantação de projetos quintais produtivos para</p>

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL		
		fortalecimento da agricultura familiar através da produção de produtos agrícolas.
	4. Programa de ATER/ATES para fortalecimento da agricultura familiar.	<p>Projeto 01: Criar a rede integrada de ATER e ATES através de multiplicadores para os Sertões de Canindé;</p> <p>Projeto 02: Aquisição de carro tanque para transporte de leite e caminhão para apoiar a comercialização territorial e dos produtos da agricultura familiar;</p> <p>Projeto 03: Desenvolver a cadeia produtiva da avicultura através da capacitação técnica, infraestrutura e assistência técnica.</p>

Quadro 52: Eixo Desenvolvimento Produtivo e Sustentável

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.9 Eixo Infraestrutura Básica

Esse eixo a partir de seus objetivos estratégicos estabeleceu três programas: Programa de Integração Viária, Infraestrutura Hídrica e Elétrica com nove projetos; o segundo Programa de Infraestrutura Produtiva, de Serviços nos Territórios Rurais e Habitação de Interesse Social com cinco projetos; e o terceiro Programa de Construção de Cisternas de Placa nas Comunidades Rurais com dois projetos, conforme Quadro 53 a seguir:

INFRAESTRUTURA BÁSICA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Fortalecer a Infraestrutura Territorial para Melhoria da Acessibilidade da Zona Rural, escoamento da Produção e Estruturação	1. Programa de Integração Viária, InfraEstrutura Hídrica e Elétrica.	<p>Projeto 01: Recuperar estradas intermunicipais e de integração territorial;</p> <p>Projeto 02: Melhorar infraestrutura básica de assentamentos e</p>

INFRAESTRUTURA BÁSICA

<p>dos Recursos Hídricos, garantindo as condições necessárias a implementação da Reforma Agrária;</p>		<p>comunidades (Escola, posto de saúde, quadra coberta, passagens molhadas, abastecimento de água (através de cacimbões, açudes, cisternas, barragens, poços), energia elétrica, coleta seletiva do lixo);</p> <p>Projeto 03: Formar consórcios intermunicipais para um projeto de patrulha de máquinas (Máquinas Patrão, trator, caçamba, par mecânica e outros);</p> <p>Projeto 04: Construir estradas apiçarradas com obra d'art interligando as zonas rurais as sedes dos municípios;</p> <p>Projeto 05: Construir estradas intermunicipais: Paramoti – Canindé CE 257, Campos Belos - Pacoti, Itatira – Santa Quitéria/Transnordestina, Boa Viagem – Monsenhor Tabosa CE 55, Canindé – Logradouro – Choró, CE 257 – Vazante do Curú – Itatira;</p> <p>Projeto 06: Construir e Ampliar Açudes e Adutoras e Garantir infraestrutura hídrica para a produção (cisternas calçadão, barragens subterrâneas, mandalas, Quintais Produtivos);</p> <p>Projeto 07: Construir a Interligação de bacias e a construção / recuperação de açudes;</p> <p>Projeto 08: Ampliar a rede elétrica no Território, especialmente nos</p>
---	--	---

INFRAESTRUTURA BÁSICA		
		assentamentos e próximo a unidades produtivas; Projeto 09: Ampliar a Rede de Energia Elétrica do Território.
2. Trabalhar permanentemente com metodologias participativas, envolvendo atores/as locais na elaboração de planos e projetos estratégicos, priorizando as cadeias e subsistemas produtivos integrados as dimensões do ser humano, de modo socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto.	2. Programa de Infraestrutura Produtiva, de Serviços nos Territórios Rurais e Habitação de Interesse Social.	Projeto 01: Estruturar a Agroindústria do Leite, do Mel, dos Abatedouros Municipais e do Beneficiamento de Grãos; Projeto 02: Construir o Aeroporto do Território Sertões de Canindé; Projeto 03: Construir habitações nos assentamentos e Construir Conjuntos Habitacionais na Zona Urbana dos Municípios; Projeto 04: Explorar minérios existentes no território; Projeto 05: Reestruturar a rede elétrica das unidades produtivas do território.
	3. Programa de Construção de Cisternas de Placa nas Comunidades Rurais.	Projeto 01: Construir Cisternas de Placa no Território Sertões de Canindé; Projeto 02: Implementar a Formação na Área de Construção Civil para Capacitar produtores na construção de suas Cisternas.

Quadro 53: Eixo Infraestrutura Básica

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.10 Eixo Reforma Agrária e Ações Fundiárias

O presente eixo a partir do seu objetivo estratégico estruturou o Programa de Obtenção de Terras, Recuperação dos Assentamentos, Ordenamento e Regularização Fundiária com oito projetos, conforme Quadro 54 a seguir.

REFORMA AGRÁRIA E AÇÕES FUNDIÁRIAS		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Fortalecer a Infraestrutura Territorial para Melhoria da Acessibilidade da Zona Rural, Escoamento da Produção e Estruturação dos Recursos Hídricos, garantindo as condições necessárias a implementação da Reforma Agrária;	1. Programa de Obtenção de terras, Recuperação dos Assentamentos, Ordenamento e Regularização Fundiária.	<p>Projeto 01: Realizar Ações Preparatórias para Obtenção e adquirir Imóveis para Implantação de Assentamentos;</p> <p>Projeto 02: Realizar e Ampliar a Reforma Agrária no Território;</p> <p>Projeto 03: Realizar a regularização fundiária em todos os Municípios do Território;</p> <p>Projeto 04: Capacitar às famílias no uso adequado das terras;</p> <p>Projeto 05: Disponibilizar recursos para Melhoria de Moradias nos Assentamentos;</p> <p>Projeto 06: Recuperar espaços de Lazer nos assentamentos;</p> <p>Projeto 07: Ampliar a Formação e a Assistência Técnica para os Assentados;</p> <p>Projeto 08: Realizar o Georreferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.</p>

Quadro 54: Eixo Reforma Agrária e Ações Fundiárias

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

26.11 Eixo Fortalecimento Institucional do Território

O presente eixo Fortalecimento Institucional do Território foi estabelecido para atender as demandas da dimensão político institucional e, a partir de seu objetivo estratégico, gerou quatro programas: Programa de Apoio e Fortalecimento da Gestão Social do Território, o segundo Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Territorial, o terceiro Fortalecimento

dos Colegiados Territoriais, Municipais e Setoriais para a Gestão Social e Produtiva do Território e o quarto Constituição de Centros de Apoio para a gestão das entidades civil, com quatro, os três primeiros; e dois projetos, para o quarto programa, conforme descrito no Quadro 55 a seguir:

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TERRITÓRIO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Fortalecer e qualificar a participação dos diversos atores sociais, envolvendo as principais instituições governamentais e da sociedade civil, bem como os grupos informais e as comunidades tradicionais através das instancias do colegiado e seus Comitês Setoriais e Temáticos e na plenária geral, através do Planejamento e monitoramento permanente das políticas públicas implementadas no território.	1. Programa de Apoio e Fortalecimento da Gestão Social do Território;	<p>Projeto 01: Fortalecer a Célula de Informação e Gestão Estratégica do território para acompanhamento e monitoramento dos projetos implantados;</p> <p>Projeto 02: Integrar as ações dos comitês territoriais com os conselhos municipais conforme áreas de atuação.</p> <p>Projeto 03: Estruturar o Escritório-sede do Conselho de Desenvolvimento do Território (CDT);</p> <p>Projeto 04: Realizar Eventos de Fortalecimento e Controle Social das Políticas Públicas.</p>
	2. Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Territorial;	<p>Projeto 01: Criar Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Territorial;</p> <p>Projeto 02: Implantar Programa de Formação de Gestores Públicos no Território Sertões de Canindé.</p> <p>Projeto 03: Articular projetos de atualização e capacitação, do quadro de técnicos Território Sertões de Canindé.</p> <p>Projeto 04: Ampliar e fortalecer as instituições e organizações que tenha finalidades, a formação, a capacitação e a pesquisa técnica científica nos municípios do território.</p>
	3. Fortalecimento dos Colegiados Territoriais, Municipais e Setoriais para a Gestão Social e Produtiva do Território;	<p>Projeto 01: Revitalizar os Conselhos Municipais (CMDS);</p> <p>Projeto 02: Estruturar Comitês Setoriais para a gestão produtiva e o controle social do Território e Fortalecer Fóruns e Redes Temáticas dos municípios;</p> <p>Projeto 03: Articular e acompanhar a incubação/constituição dos Consórcios Públicos Intermunicipais: Abatedouros,</p>

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TERRITÓRIO		
		<p>Saúde/Policlínica - Aterros Sanitário com coleta seletiva e incluindo lixo hospitalar, além de outros;</p> <p>Projeto 04: Capacitar gestores municipais nas formas de elaboração, monitoramento, avaliação dos Planos Municipais, tendo também como referência os PTDRS e Planos Diretores das Cidades.</p>
	<p>4. Constituição de Centros de Apoio para a gestão das entidades civil.</p>	<p>Projeto 01: Assessorar e otimizar o uso dos espaços públicos para o funcionamento dos Conselhos, Organizações da Sociedade Civil e Associações Comunitárias.</p> <p>Projeto 02: Planejar espaços físicos com a visão territorial para a expansão das instituições e organizações do território.</p>

Quadro 55: Eixo Fortalecimento Institucional do Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

27 PROJETOS ESTRATEGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITORIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do País, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. O Quadro abaixo demonstra os projetos priorizados pelo território.

PROJETOS ESTRATEGICOS PRIORIZADOS DO TERRITORIO SERTÕES DE CANINDÉ	
DESCRIÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS
1.Educação do Campo no Território Sertões de Canindé	1.Implantação de escolas do campo nos seis municípios de Canindé; 2.Formação de professores das escolas do campo na pedagogia da alternância; 3.Adequação dos currículos escolares às diretrizes operacionais da educação do campo.
2.Organização da Cadeia Produtiva da Apicultura no Território Sertões de Canindé	1. Implantação de unidades de gerenciamento, distribuição e comercialização de mel do território; 2. Construção de casas de mel cifadas nos seis municípios do território; 3. Formação com base agroecológica de potenciais produtores da apicultura; 4. Realização de ação de reflorestamento territorial para ampliação das floradas.
3.Organização da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura do Território Sertões de Canindé	1. Formação dos produtores em manejo e melhoramento genético dos rebanhos do território; 2. Implantação de um abatedouro de pequenos animais no território sertões de Canindé; 3. Aquisição de um carro frigorífico para o território; 4. Aquisição de um caminhão para transporte de animais para feiras no território.
4.Fortalecimento do Turismo no Território Sertões de Canindé.	1. Formação de agentes turísticos no território; 2. Mapeamento do potencial do turismo rural e religioso do território; 3. Inclusão do Território Sertões de Canindé no circuito nacional do turismo; 4. Melhoramento da infraestrutura urbana de apoio ao turismo; 5. Melhoria nos equipamentos turísticos como posadas, hotéis e restaurantes.

Quadro 56– Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

Parte IV

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

Proposição

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva do colegiado assumir a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às

mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PTDRS como documento, apresenta sua estrutura dividida em dois componentes básicos e principais: o **diagnostico territorial** onde foca o estado atual do Território, suas potencialidades e limitações, e a **visão de futuro do Território** com um ideal a ser alcançado num universo temporal estabelecido pelo Território, estando incluídos os projetos estratégicos para consolidação dos diversos eixos de desenvolvimento, os objetivos, resultados estratégicos, a gestão social a ser estruturada e consolidada e os valores e princípios do Território dos Sertões de Canindé.

Na DIMENSÃO POLITICO INSTITUCIONAL: o Território dos Sertões de Canindé apresenta grande diversidade nas formas de organização, seja no poder publico com instituições e entidades de direito público, seja na sociedade civil com as várias organizações filantrópicas, sem fins econômicos ou representativas como sindicatos, conselhos, comitês formalizados, fóruns, Movimentos sociais, associações comunitárias, federações e ONG's – Organizações Não Governamentais.

Na DIMENSÃO SOCIOECONOMICA: o Território dos Sertões de Canindé está localizado numa das regiões mais secas do ceará com poucas opções de geração de emprego e renda. As poucas iniciativas já implementadas com apoio de políticas publicas, comprovam que é possível desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e convivência com o semi-árido, contribuindo assim para a consolidação da reforma agrária, um Brasil rural do século-XXI com sustentabilidade social e ambiental. Tratar de desenvolvimento territorial rural sustentável implica em considerar as condições locais para tal. Significa assegurar a estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades e áreas comuns, uma lógica de produção familiar, considerando as características culturais dos atores. A diversificação de atividades, opções de renda é de fundamental importância para as populações do campo e das cidades deste território, iniciativas focadas em atividades produtivas em matrizes sustentáveis, com inovações tecnológicas levando ao aumento da produtividade e com a agregação de valor; Por fim, apesar dos produtos da agricultura familiar terem conseguido, cada vez mais, conquistar

mais e mais consumidores, dado suas características - naturais, ambiental e socialmente justos, que não são encontradas comumente na produção industrial, ainda sim, não é tarefa fácil garantir a permanência destes produtos no mercado.

No EIXO - SERVIÇO SOCIAL: a lógica de desenvolvimento territorial deve se opor a idéia tradicional existente de que o campo é lugar das carências. A multidimensionalidade do desenvolvimento exige mudanças profundas nas condições de vida e infraestrutura no campo. Manter-se no campo na atualidade não deve ser sinônimo de isolamento, penosidade e privações, mas uma opção de vida. Assim, o acesso via estradas adequadas, meios de comunicação eficientes, serviços de saúde, de energia e saneamento, além das condições técnicas de armazenar e de escoar a produção, se constituem em direitos da população do campo e dever do estado em garanti-las.

O objetivo maior deste Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS é ampliar e sedimentar um conjunto de proposições estratégicas a serem assumidas processual e gradativamente pelos atores sociais e políticos envolvidos com vistas a gerar processos econômicos mais consistentes e sustentáveis.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

José Saramago, poeta e romancista português, prêmio Nobel de literatura de 1998, filho de camponeses, que nasceu no ano de 1923, na aldeia de Azinhaga, perto de Lisboa, para melhor falar, assim escreveu:

“Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo”.

**"Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos e sem responsabilidade,
talvez, não devamos existir."**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARENDT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

BRASIL. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

_____. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

_____. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e

cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

_____. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

_____. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

_____. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

_____. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs.). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA,M.J.N; SANTOS,S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto , Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

_____. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

_____. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

<www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

_____. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

_____. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< www.cogerh.com.br> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO Periódico da Plenária Territorial, Ceará, 2009.

_____. 2010.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

[ce.html](#)>. Acesso em: 23 out. 2009.

SCHNEIDER, SÉRGIO SILVA, MARCELO KUNRATH E MARQUES, PAULO EDUARDO. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < www.semace.ce.gov.br> Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < servicos.ibama.gov.br/cogeq> Acesso em: Novembro de 2010.

WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio005/sitio005.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.